

QUARTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2009

PRESIDÊNCIA: PÖTTERING

Presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 9H00)

2. Declarações da Presidência.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de fazer uma declaração por ocasião do quinto Dia Europeu das Vítimas do Terrorismo. É um dia que deve permanecer na nossa memória e um dia em que comemoramos todas as vítimas inocentes do terrorismo. Este fim-de-semana, foram assassinados pelo Real IRA dois soldados no condado de Antrim, na Irlanda do Norte, e, na segunda-feira, foi baleado um polícia no condado de Armagh. O polícia que foi assassinado era casado e tinha filhos. Este bárbaro acto de terrorismo veio, uma vez mais, destroçar uma família, trazendo consigo um sofrimento inimaginável. Ontem, pelo menos dez pessoas morreram e mais de vinte ficaram gravemente feridas num atentado bombista suicida ocorrido no sul do Sri Lanka.

Em nome do Parlamento Europeu, gostaria de manifestar a minha indignação face a estes abomináveis ataques contra pessoas inocentes e enviar as minhas mais sentidas condolências às famílias das vítimas, que permanecerão para sempre na nossa memória.

Hoje, no Parlamento Europeu, queremos pronunciar-nos em alto e bom som contra a violência indiscriminada do terrorismo. Condenamos veementemente a destruição sem sentido de vidas humanas, o assassinio de famílias inteiras em resultado de um fanatismo cego que leva as pessoas a matarem os seus semelhantes e a espezinharem a dignidade humana. O terrorismo é um ataque directo à liberdade, aos direitos humanos e à democracia. O terrorismo é uma tentativa de destruir, mediante uma violência indiscriminada, os valores que nos unem na União Europeia e nos nossos Estados-Membros.

Estes actos de terrorismo chocam-nos a todos. Causam-nos uma dor profunda e dilacerante, mas não podem nem irão destruir os alicerces da sociedade democrática que se baseia nos nossos valores comuns.

O terrorismo é um crime que não merece clemência. O terrorismo representa um dos maiores perigos para a segurança, a estabilidade e os valores democráticos da comunidade internacional. É um ataque directo aos nossos cidadãos, a todos nós. O Parlamento Europeu desempenha um papel activo na luta contra o terrorismo e no apoio às vítimas de atentados terroristas. Nunca será demais repetir que não há justificação para o terrorismo. Por esta razão, temos de continuar a trabalhar em conjunto na luta contra o terrorismo, aplicando os princípios do Estado de direito e utilizando toda a força da lei. Hoje, no Parlamento Europeu, todos os nossos pensamentos estão com as vítimas do terrorismo, seja qual for a parte do mundo onde tenham morrido. Gostaríamos de manifestar a nossa solidariedade para com elas. Gostaria de vos pedir que recordassem em silêncio, em sua memória, as vítimas do Real IRA e do atentado bombista suicida no Sri Lanka.

(O Parlamento, de pé, guarda um minuto de silêncio)

Senhoras e Senhores Deputados, esse grande Europeu que foi Jean Monnet, um dos pais fundadores da integração europeia, morreu há trinta anos, em 16 de Março de 1979. Por ocasião do 30.º aniversário da sua morte, gostaria brevemente, no início desta sessão plenária do Parlamento Europeu, de honrar e reconhecer o seu legado e o trabalho da sua vida na causa da integração europeia.

Hoje recordamos o inestimável legado de um homem, que, juntamente com Robert Schuman, um dos artífices da reconciliação entre a Alemanha e a França, deu o primeiro passo no sentido da criação de uma comunidade com um destino comum baseado na paz, na compreensão, na democracia e na cooperação entre os povos da Europa. Hoje, no início do século XXI, os princípios salientados por Jean Monnet e os métodos que utilizou para os aplicar não perderam nada da sua actualidade. Pelo contrário, a sua importância é evidente para todos nós. Os principais desafios que a globalização, a crise económica e financeira e o aquecimento global colocam levarão os Europeus a trabalharem em conjunto ainda mais estreitamente, a fim de defenderem eficazmente os nossos valores e nossos interesses no mundo. Jean Monnet saudaria,

naturalmente, os progressos realizados no Tratado de Lisboa rumo a uma União Europeia democrática que é capaz de agir e de enfrentar os desafios do século XXI.

E, finalmente, é importante mencionar que foi o Comité de Acção em prol dos Estados Unidos da Europa, criado por Jean Monnet, que, entre outras coisas, propôs a realização de eleições directas para o Parlamento Europeu. Nos últimos trinta anos desde a morte de Jean Monnet, este sonho tornou-se uma impressionante realidade com a criação da dimensão parlamentar da União Europeia. Todos nós somos herdeiros deste grande Europeu, Jean Monnet, e o seu trabalho continua a ter um impacto duradouro. Deu origem a alterações fundamentais nas relações entre os Estados europeus e continua a influenciar hoje a vida de todos os nossos cidadãos.

Por ocasião do 30.º aniversário da morte de Jean Monnet, gostaria que pensássemos na tarefa que temos diante de nós e nas nossas obrigações para o futuro, designadamente, comprometermo-nos a prosseguir a grande obra de unificação do nosso continente iniciada por Jean Monnet.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, "entre países separados, a vantagem de cada um deles está limitada aos resultados do seu esforço isolado, aos ganhos que obtém relativamente ao seu vizinho, às dificuldades que consegue transferir para ele. Na nossa Comunidade, a vantagem de cada um dos membros é a do efeito da prosperidade do conjunto". Eis as palavras que Jean Monnet pronunciou em 1954. Não perderam nada da sua actualidade, bem pelo contrário.

Este mês de Março, como acaba de dizer o Senhor Presidente Pötering, marca o trigésimo aniversário da sua morte, ocorrida em 1979. Eis a razão por que quero prestar homenagem a esse pai fundador da Europa que amamos, esse grande Europeu, cuja herança tanto nos inspira nestes tempos de crise.

Recentemente, e também para marcar o cinquentenário da Comissão Europeia, decidimos dedicar a sala do Colégio - a sala principal da Comissão - à memória de Jean Monnet, numa cerimónia muito simples, mas plena de significado, na qual tive o prazer e a honra de ter a meu lado, não só o Presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Pötering, mas também o Presidente em exercício do Conselho Europeu, Nicolas Sarkozy.

Isto para lhes dizer que, na Comissão, estamos orgulhosos com a imensa herança de Jean Monnet que, enquanto primeiro Presidente da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, foi, na prática, o primeiro presidente da Instituição que esteve na origem da nossa, a Comissão Europeia, que faz o melhor que pode para manter bem vivos os ideais de Jean Monnet, que são os ideais de todos os Europeus que amam a paz, a democracia e a solidariedade.

(Aplausos)

José Ribeiro e Castro (PPE-DE). - Eu junto também a minha palavra às homenagens a Jean Monnet, mas eu pedi a palavra para saudar o Senhor Presidente pela declaração que fez a propósito do Dia Europeu em Memória das Vítimas do Terrorismo. Foi por minha proposta que, há cinco anos, adoptámos esta orientação que o Conselho consagrou numa reunião, em 25 de Março, a seguir aos trágicos atentados de Madrid. Mas a minha intervenção era um apelo. O Parlamento tem sido sempre fiel à celebração desta data, mas infelizmente esta data ainda não teve no conjunto das instituições europeias e dos Estados-Membros a projecção que deveria ter. Eu creio que a celebração desta data é um dos instrumentos mais importantes que temos para homenagearmos as vítimas, como o senhor Presidente fez, mas também para levantarmos o nível de consciência da opinião pública. Sei que há hoje umas celebrações em Madrid mas pouco mais.

Portanto, o apelo que faço à Comissão, à Presidência checa, é que todos os Estados-Membros celebrem condignamente esta data no futuro.

3. Preparação do Conselho Europeu (19 e 20 de Março de 2009) - Plano europeu de relançamento económico - Orientações para as políticas do emprego dos Estados-Membros - Política de coesão: investir na economia real (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta sobre: - as declarações do Conselho e da Comissão sobre a preparação do Conselho Europeu (19 e 20 de Março de 2009);

- o relatório (A6-0063/2009) da deputada Elisa Ferreira, em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, sobre um plano europeu de relançamento económico (2008/2334(INI));

- o relatório (A6-0052/2009), do deputado Jan Andersson, em nome da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, sobre uma proposta de decisão do Conselho relativa às orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros (COM(2008)0869 - C6-0050/2009 - 2008/0252(CNS)); e

- o relatório (A6-0075/2009) do deputado Evgeni Kirilov, em nome da Comissão do Desenvolvimento Regional, sobre uma política de coesão: investir na economia real (2009/2009(INI)).

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhor Presidente, permitam-me que comece por me associar a todos na homenagem a Jean Monnet. Vivemos em tempos de crise, e entendo que é precisamente nestes momentos que precisamos de uma Instituição forte, sendo esta uma óptima oportunidade para valorizar a imagem de Jean Monnet como um dos pais fundadores da integração europeia.

Porém, o objectivo da reunião de hoje é debater o próximo Conselho Europeu. Este Conselho, como todos sabemos, acontece num momento crucial para a União. Enfrentamos desafios de monta, como consequência de uma pressão sem precedentes sobre aos nossos sistemas financeiros e as nossas economias.

Esta circunstância, juntamente com a segurança energética, as alterações climáticas e o financiamento das medidas de mitigação dos seus efeitos e de adaptação às mesmas, estarão no centro das atenções da nossa próxima reunião.

Como é certamente do conhecimento deste Parlamento, a União e os seus Estados-Membros tomaram um amplo leque de medidas para fazer face à crise financeira. Evitámos o desmoronamento do sistema financeiro.

A nossa principal prioridade é agora restaurar os fluxos de crédito para a economia. Temos, em especial, de fazer face aos “activos tóxicos” detidos pelos bancos, uma vez que aqueles os desencorajam de retomar a actividade de concessão de crédito. Na sua reunião de 1 de Março, os Chefes de Estado e de Governo acordaram em actuar nessa esfera de forma coordenada, em consonância com as orientações fornecidas pela Comissão.

É igualmente necessário que melhoremos a regulação e a supervisão das instituições financeiras. Esta é uma lição clara a retirar da crise, sendo que a prevenção não é menos importante. Os bancos transfronteiriços detêm praticamente 80% dos activos bancários europeus. Dois terços dos activos dos bancos europeus são detidos por apenas 44 grupos multinacionais. Reforçar a supervisão é, por conseguinte, em si mesmo importante. Ajudará a evitar crises futuras, transmitindo igualmente um sinal de confiança aos consumidores e aos mercados.

A esse respeito, está a ser realizado um importante trabalho. A Presidência está totalmente empenhada em trabalhar de perto com o Parlamento com vista à rápida aprovação da Directiva Solvência II (relativa aos seguros), da Directiva relativa aos Requisitos de Crédito revista (relativa aos bancos) e da Directiva OICVM (relativa aos organismos de investimento colectivo em valores mobiliários). Estamos igualmente a trabalhar tendo em vista uma rápida aprovação dos regulamentos sobre a protecção dos depósitos bancários e as agências de notação de crédito.

No entanto, é provável que tenhamos de ir mais longe. O Grupo de Alto Nível, presidido por Jacques de Larosière, elaborou, como sabem, recomendações muito interessantes, tendo também a Comunicação da Comissão de 4 de Março aberto caminho para uma reforma considerável neste domínio. É, por isso, necessário que o Conselho Europeu envie uma mensagem clara de que esta é uma prioridade e de que será necessário tomar as decisões o mais tardar até Junho.

Como é do vosso conhecimento, os défices orçamentais dos Estados-Membros estão actualmente a crescer a ritmo acelerado. Evidentemente, é inevitável que durante os períodos de recessão económica os défices aumentem. Os estabilizadores automáticos podem, até certa medida, desempenhar um papel positivo. Foi precisamente por esse motivo que, em 2006, se reviu o Pacto de Estabilidade e Crescimento para permitir uma flexibilidade suficiente em tempos difíceis. Porém, é preciso que essa flexibilidade seja utilizada de forma judiciosa, tendo em conta diferentes pontos de partida. Restaurar a confiança exige ainda que os governos assumam um claro compromisso de manutenção de finanças públicas sólidas, respeitando na íntegra o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Alguns Estados-Membros fizeram já esforços de consolidação. A maioria fá-lo-á a partir de 2010. Esta será também uma importante mensagem a enviar pela reunião da próxima semana.

A crise financeira afecta agora a economia real. Os Estados-Membros lançaram programas de relançamento significativos, presentemente em curso. Os estímulos globais que estes representam, nos termos do acordado, 1,5% do PIB, porém, se se incluírem os estabilizadores automáticos, ascendem a 3,3% do PIB da UE. Evidentemente, as respostas dos Estados-Membros serão diferentes. Estes enfrentam situações diferentes e

possuem diferentes margens de manobra. Porém, estão coordenados e seguem princípios comuns definidos no Programa de Relançamento da Economia Europeia, acordado em Dezembro. Este factor é importante se quisermos assegurar sinergias e evitar efeitos secundários nefastos.

A Comissão e os Estados-Membros e a Presidência delinearão, com base nessas sinergias, uma acção específica e incisiva, permitindo-nos, simultaneamente, manter a equidade e fazer face, de forma concertada e eficiente, às crescentes dificuldades sentidas nalguns dos sectores fundamentais da indústria europeia, como o sector automóvel.

O Conselho Europeu avaliará o estado de aplicação deste programa. Também neste domínio, a Comunicação da Comissão de 4 de Março estabelece uma série de princípios importantes que deverão nortear a acção dos Estados-Membros. Entre eles inclui-se a necessidade de manter a abertura no mercado interno, de assegurar a não discriminação e de trabalhar com vista à consecução de objectivos políticos de longo prazo, como, por exemplo, a criação de condições para a realização de mudanças estruturais, o reforço da competitividade e a construção de uma economia de baixo carbono.

No que se refere à parte comunitária do Plano de Relançamento, a Presidência está a trabalhar arduamente com vista à celebração de um acordo no Conselho Europeu sobre a proposta da Comissão para o financiamento de projectos nas áreas da energia e do desenvolvimento rural. Como sabem, tem havido alguma discussão no seio do Conselho quanto à lista concreta de projectos a apoiar pela Comunidade e a forma de os financiar.

Tendo em conta o importante papel do Parlamento, como um dos ramos da autoridade orçamental e co-legislador neste domínio, a Presidência está empenhada em manter uma estreita cooperação com os senhores deputados nas próximas semanas, a fim de chegarmos a um acordo o mais rapidamente possível.

Para além das medidas de curto prazo, serão necessários esforços de longo prazo se quisermos assegurar a competitividade das nossas economias. Se pretendermos promover o crescimento e o emprego, a realização de reformas estruturais torna-se mais urgente do que nunca. Por isso, a Estratégia de Lisboa renovada continua a ser o enquadramento correcto para a promoção do crescimento económico sustentável, que, por seu turno, conduzirá à criação de novos empregos.

De momento, os nossos cidadãos estão particularmente preocupados com os efeitos da situação económica nos níveis de desemprego. O Conselho Europeu da próxima semana deverá chegar a acordo quanto a orientações concretas sobre a forma como a UE poderá contribuir para minorar as consequências sociais da crise. Esta questão será igualmente o principal tema da Cimeira especial que terá lugar no início de Maio.

Permitam-me que seja claro sobre um aspecto: não protegeremos o emprego criando barreiras à concorrência estrangeira. Na sua reunião de há 10 dias, os Chefes de Estado e de Governo foram claros, afirmando que temos utilizar ao máximo o mercado interno como motor da recuperação. O proteccionismo não é, claramente, a resposta correcta para fazer face à crise – antes pelo contrário. Mais do que nunca, as nossas empresas precisam de mercados abertos, não só dentro da União, mas também a nível mundial.

O que me conduz à cimeira do G20 em Londres. O Conselho Europeu determinará a posição da União antes da Cimeira do G20. Queremos que esta Cimeira revele ambição. Não podemos dar-nos ao luxo de que venha a malogar.

Os líderes presentes analisarão as perspectivas em matéria de crescimento e de emprego, bem como a reforma do sistema financeiro mundial e das instituições financeiras internacionais. Abordarão igualmente os desafios específicos que enfrentam os países em desenvolvimento. A UE está activa em todas estas áreas e deveria estar em forte posição de poder assegurar que a comunidade internacional tome as decisões correctas.

Um dos outros principais temas na ordem do dia do próximo Conselho Europeu será o da segurança energética. A recente crise demonstrou de forma demasiado eloquente, como pudemos ver no início deste ano, até que ponto precisamos de aumentar a nossa capacidade de resistência a futuros problemas de abastecimento.

A Comissão apresentou elementos extremamente úteis na sua Segunda Análise Estratégica da Política Energética. Com base nessa segunda análise, é intenção da Presidência que o Conselho Europeu chegue a acordo quanto a um conjunto de orientações concretas destinadas a reforçar a segurança energética da União a curto, médio e longo prazos.

A curto prazo, isso significa dispor de medidas concretas, às quais se possa recorrer caso nos deparemos subitamente com uma nova falha no abastecimento de gás. Implica igualmente tomar medidas urgentes com vista a lançar projectos de infra-estruturas que reforcem as interconexões energéticas – isso é certamente fundamental.

A médio prazo, implica adaptar a nossa legislação em matéria de existências de gás e petróleo a fim de assegurar que os Estados-Membros actuem com responsabilidade e solidariedade. Implica tomar as medidas adequadas à melhoria da eficiência energética.

A longo prazo, significa diversificar, no que respeita ao nosso aprovisionamento, as fontes, os fornecedores e as rotas. É preciso que trabalhem com os nossos parceiros internacionais, promovendo os interesses energéticos da União. É preciso que criemos um verdadeiro mercado interno de electricidade e gás. Como sabem, a Presidência espera sinceramente conseguir completar a legislação neste domínio antes das eleições europeias.

A reunião da próxima semana debaterá igualmente a preparação para a Conferência de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas. Mantemo-nos empenhados na consecução de um acordo mundial e abrangente em Copenhaga, no próximo mês de Dezembro. A Comunicação de Janeiro da Comissão é uma base útil. É absolutamente evidente que as alterações climáticas são um desafio que só poderá ser enfrentado mediante um esforço concertado a nível mundial.

Finalmente, o Conselho Europeu lançará igualmente a Parceria Oriental. Esta importante iniciativa ajudará a promover a estabilidade e a prosperidade de todo o continente. Contribuirá igualmente para acelerar as reformas e aprofundar o nosso empenho em trabalhar em conjunto com esses países.

A parceria inclui uma dimensão bilateral adaptada a cada um dos países parceiros. Prevê a negociação de acordos de associação, que poderão incluir zonas de comércio livre amplas e abrangentes.

A via multilateral proporcionará um quadro que permitirá enfrentar os desafios comuns. Existirão quatro plataformas políticas: democracia; boa governação e estabilidade; integração económica; segurança energética; e, por fim mas não menos importante, contactos entre as pessoas.

Como verão por esta apresentação, o Conselho Europeu da próxima semana tem uma agenda bastante carregada. Enfrentamos numerosos desafios graves, sobretudo a actual crise económica. A Presidência checa, através da liderança do Primeiro-Ministro Mirek Topolánek, tenciona assegurar que a reunião da próxima semana demonstre, com acções concretas, que a União Europeia permanece fiel aos seus ideais, enfrentando estes desafios em conjunto, de forma coordenada e num espírito de responsabilidade e solidariedade.

(Aplausos)

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. - (FR) Senhor Presidente do Parlamento Europeu, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Vice-Primeiro-Ministro Alexandr Vondra, Senhoras e Senhores Deputados, a época que estamos a viver coloca-nos à prova.

Uma crise económica desta dimensão faz sentir os seus efeitos nas famílias, nos trabalhadores, em todas as categorias da população e em todas as empresas, nos quatro cantos da Europa. Faz perder empregos, abala a resistência dos nossos modelos sociais. E exerce também uma forte pressão política sobre todos os responsáveis.

A União Europeia não está ao abrigo dessas tensões. Eis a razão por que decidiu utilizar todas os instrumentos de que dispõe para pegar de caras a crise e as suas consequências, utilizar aquilo que faz a sua força: Instituições europeias e Estados-Membros que trabalham em conjunto numa comunidade de direito para contribuírem com soluções colectivas para problemas comuns.

Senhoras e Senhores Deputados, já fizemos muito nestes últimos seis meses para combater a crise que vivemos. Evitámos um afundamento do sistema financeiro no Outono; contribuímos para lançar um processo internacional, juntamente com o G20; fomos dos primeiros a colocar a tónica na economia real, chegando a acordo, em Dezembro, sobre um plano de relançamento, um plano cuja recomendação n.º 1 - estimulação orçamental sem precedentes a nível europeu - começa a ser posta em prática. Este apoio à economia real corresponde a um total de 3,3% do PIB e inclui uma verdadeira contribuição do orçamento europeu.

O plano de relançamento prevê, por exemplo, uma aceleração dos progressos dos Fundos Estruturais para um envelope de 6 300 milhões de euros em 2009, que vêm juntar-se aos 5 000 milhões já previstos.

As acções conduzidas nestes últimos seis meses inscrevem-se perfeitamente na Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego. As reformas estruturais, que contribuíram, de facto, para o reforço das nossas economias, devem prosseguir, pois contribuem também para apoiar a procura a curto prazo, mas devemos agora passar à fase seguinte, de aplicação mais completa das medidas destinadas a combater a crise.

Precisamos de uma maior coordenação e de efeitos mais vastos. Chegou o momento de passarmos à velocidade superior na nossa resposta à crise. Penso que temos verdadeiramente de compreender que se trata de uma crise de um novo tipo e que nunca previmos uma crise com esta dimensão, esta amplitude, esta profundidade.

Será essa a missão do Conselho Europeu na próxima semana. Com o fortíssimo apoio da Presidência checa, cujo empenho e a cooperação perfeita com a Comissão saúdo, estou convencido de que vai haver progressos nos quatro domínios que a Comissão definiu há alguns dias na sua comunicação: os mercados financeiros, a economia real, o emprego e a dimensão social, bem como a dimensão global com o G20.

A Cimeira informal de 1 de Março, em larga medida graças à Presidência eficaz do Primeiro-Ministro Mirek Topolánek, já lançou as bases para um Conselho Europeu frutuoso. Estou orgulhoso por constatar que o trabalho preparatório da Comissão encontrou um acolhimento tão favorável. As nossas linhas de orientação sobre os activos em imparidade, a nossa comunicação sobre o sector automóvel e o relatório que confiei a Jacques de Larosière e ao seu grupo de alto nível permitiram aos Estados-Membros construir um consenso com vista a poderem juntar-se em torno de posições comuns.

Estou contente com o apoio alargado que está a esboçar-se em torno destas pistas de acção no Parlamento Europeu. São testemunha disso os relatórios que iremos debater esta manhã, o relatório Ferreira sobre o plano de relançamento económico, o relatório Andersson sobre as linhas directrizes para o emprego e o relatório Kirilov sobre a política de coesão.

Estes relatórios e as resoluções que a vossa Assembleia irá votar esta semana, nomeadamente as do grupo de coordenação sobre a Estratégia de Lisboa, contribuem de forma essencial, em minha opinião, para o Conselho Europeu. Não podem deixar de reforçar a posição da Europa na cena internacional em vésperas da cimeira de Londres, facto com que me congratulo.

(EN) Senhor Presidente, gostaria, de forma breve, de abordar três dos temas que, no meu entender, deverão orientar os trabalhos deste Conselho Europeu: a estabilização dos mercados financeiros, a revitalização da economia real e a ajuda às pessoas para que vençam a crise.

Olhemos para o sistema financeiro. Sim, é necessária uma acção imediata para enfrentar problemas imediatos. Depois das nossas iniciativas em matéria de recapitalização e de garantias, a nossa orientação relativamente aos activos tóxicos visa aquele que hoje é visto como o principal obstáculo ao fluxo do crédito. Entendo, e isso consta da nossa comunicação, que sem uma limpeza do sistema bancário, não assistiremos à restauração do fluxo de crédito para a economia real.

Porém, como muito frequentemente tem sido defendido nesta Assembleia, é igualmente necessário que restauremos a confiança através de uma renovação significativa do nosso regime regulamentar. Razão pela qual estabelecemos um calendário criterioso para novas propostas regulamentares. No próximo mês, a Comissão apresentará novas propostas que incidirão sobre os fundos especulativos (*hedge funds*), capitais de investimento (*private equity*) e a remuneração dos administradores.

Mas é preciso que reformemos igualmente a supervisão. Como terão visto na Comunicação da Comissão, aprovada na quarta-feira passada, e que gostaria de ter tido a oportunidade de debater com a vossa Conferência dos Presidentes no dia seguinte, a Comissão está empenhada em acelerar a implementação do relatório Larosière. Apresentaremos a arquitectura geral no final de Maio, para aprovação pelo Conselho Europeu em Junho, bem como propostas legislativas no Outono.

Mais genericamente, para além dos sistemas financeiros, o recurso a acções de curto prazo para alcançar os nossos objectivos de longo prazo trará dividendos duplos. Deixar-nos-á mais fortes quando surgir a retoma e aptos a enfrentar os desafios da competitividade e de uma economia de baixo carbono.

Deitemos um olhar à segurança energética. O facto de estarmos a atravessar uma crise económica não faz desaparecer os nossos problemas de dependência. Pelo contrário, e congratulo-me com a decisão do Primeiro-Ministro Mirek Topolánek a este respeito, pois ela é essencial para o que estamos a desenvolver. Investir hoje em infra-estruturas representa um estímulo, de que a economia europeia muito carece, mas que também nos fortalecerá e tornará mais competitivos amanhã. Razão pela qual o vosso apoio, o apoio do Parlamento Europeu ao incentivo de 5 mil milhões de euros destinados a projectos nos sectores da energia

e da banda larga, é tão importante – tanto mais que, para ser honesto convosco, nutro alguma preocupação quanto à situação das posições no Conselho, onde não vemos o progresso que gostaríamos de ver.

Evidentemente que todos estamos cientes de que o Orçamento comunitário, que se cifra em menos de um 1% do PIB, apenas pode dar um contributo limitado para um incentivo à escala europeia. As verbas terão de vir, essencialmente, dos orçamentos nacionais. Todavia, para sermos eficazes, será preciso que empenhemos a totalidade das alavancas nacionais na perspectiva europeia. O mercado único constitui a melhor plataforma possível para o relançamento. Graças ao mercado único registou-se, só no ano de 2006, um acréscimo de riqueza na Europa de 240 mil milhões de euros, ou seja, o equivalente a 518 euros por cada cidadão europeu.

O Conselho Europeu deveria cimentar a sua posição no centro da nossa estratégia de relançamento, chegando a acordo quanto a princípios que permitam moldar a recuperação europeia, incluindo um compromisso partilhado para com a abertura e a criação de um ambiente de equidade a nível interno e a nível externo, rejeitando, dessa forma, claramente o protecçãoismo, embora protegendo, evidentemente, o mercado único, pedra de toque da prosperidade europeia.

No entanto, mais importante ainda, é preciso que reconheçamos que essa não é uma questão de teoria económica ou de estatísticas frias. Esta crise está, hoje, já, a ter um enorme impacto sobre as pessoas, sobretudo sobre as mais vulneráveis, em toda a Europa. Razão pela qual a minha principal preocupação – de longe o maior teste que enfrentamos – é o impacto social da actual crise, a saber, o problema do desemprego crescente.

É preciso que centremos as nossas energias no emprego e na ajuda às pessoas, para que possam atravessar este momento de crise. Isso exige determinação e imaginação. É preciso que ajudemos as empresas a manterem em funções os respectivos trabalhadores, a utilizarem a formação de forma imaginativa para servir as necessidades de longo e de curto prazos, e é preciso que saíamos em ajuda daqueles que já se encontram em situação de desemprego. Temos de nos certificar de que aproveitaremos ao máximo as acções nacionais para ajudarmos os mais vulneráveis. Mas é igualmente necessário que aproveitemos ao máximo os instrumentos europeus de que dispomos, desde o Fundo Social ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Lançar agora um processo que nos conduzirá à Cimeira do Emprego em Maio representa dois meses de esforços intensivos para pôr os planos em prática e, se possível, desenvolver estratégias novas e mais ambiciosas para enfrentar o problema do desemprego. É preciso que façamos bom uso desses dois meses.

Embora o tempo seja curto, considero que deveremos tentar organizar um processo muito mais inclusivo neste período, envolvendo os parceiros sociais, a sociedade civil e os deputados. É particularmente importante que aproveitemos o nosso conhecimento privilegiado para fazer face ao que está a acontecer no terreno. Se seguirmos esta abordagem, reunindo os recursos e coordenando a acção a todos os níveis – a nível europeu, nacional, regional, dos parceiros sociais –, sairemos desta crise mais rapidamente e, acredito, mais fortes.

Ganharemos igualmente mais peso na esfera internacional. Não é uma mera coincidência que as propostas que fizemos para a posição da União Europeia no G20 façam forte eco da nossa abordagem no seio da Europa. Assentam nos mesmos princípios. Uma voz unificada da União Europeia no seio do G20, fará com que aquelas ganhem enorme peso, e a União Europeia estará – caso os seus Estados-Membros estejam dispostos a trabalhar efectivamente em conjunto – em excelente posição para moldar a resposta global à presente crise.

A Europa precisa, hoje, de encontrar a sua força na coesão, na coordenação, numa solidariedade real e concreta. Para isso, é preciso que todos trabalhemos em conjunto e de forma estreita e nos mantenhamos em contacto próximo, à medida que a tarefa do relançamento se desenrola, com a inclusão, evidentemente, deste Parlamento.

Aguardo com expectativa poder tornar tudo isso realidade, à medida que todos nós trabalhamos em prol da recuperação nas próximas semanas e meses.

Elisa Ferreira, relatora. – Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, caros Colegas, a actual crise é a maior que algum dia a União Europeia conheceu. Ela está infelizmente longe do seu fim. As falências ainda não estão contidas e o desemprego está a continuar a crescer. Nunca até hoje o projecto europeu esteve sujeito a uma prova tão dura. E da nossa resposta comum vai depender não só a robustez do relançamento, mas provavelmente a própria continuidade do projecto europeu, pelo menos a celeridade do nosso aprofundamento e alargamento.

Não criámos a União Europeia para em tempo de prosperidade a limitar a um grande mercado, nem para, em tempos de crise, regressarmos aos egoísmos nacionais do “cada um por si”. O projecto europeu é um

projecto político, é garante de paz, liberdade e democracia, mas em termos económicos assenta tanto na concorrência como na solidariedade e na coesão. E ele vive mesmo da capacidade de dar qualidade e oportunidades de progresso a todos os cidadãos, seja qual for a sua origem.

Hoje, nesta crise, os cidadãos esperam da Europa a protecção e a acção que os ajude a passar com urgência, sem rupturas sociais graves, a actual fase crítica que os ajude a reencontrar o seu futuro, a relançar o emprego e as empresas em torno de novos e mais sustentáveis vectores de desenvolvimento.

A Agenda de Lisboa, os compromissos em matéria ambiental são desígnios inspiradores, mas é preciso de facto dar-lhes com urgência corpo e acção. Neste sentido, a voz deste Parlamento para o Conselho e para a Comissão é clara, ela é forte, ela é audível. A convergência que atingimos na votação em Comité Económico e Monetário ilustra esta vontade comum. E eu espero que a votação, que hoje terá lugar aqui, continue a provar isso mesmo.

Trabalhamos em conjunto, os vários relatores, os vários partidos, e espero que esta mensagem passe e seja percebida pela Comissão nesse sentido.

Gostaria de saudar, neste contexto, os relatores-sombra, em particular o senhor deputado Hökmark e a senhora deputada in 't Veld e espero que com essa mesma determinação a votação hoje nos leve à concretização e ao avançar dessa mensagem.

Sobre as causas desta crise, hoje interessa mais do que tudo extrair lições. É, de facto, um guia muito importante que nós temos de assumir, o relatório de Larosière. Ele é uma boa base de trabalho, ele recupera muito do que aqui já tínhamos proposto. As suas conclusões têm, no entanto, de gerar, de facto, acção imediata e calendarizada por parte da Comissão. E é importante uma presença determinada da União Europeia nesta matéria na próxima reunião do G20.

Penso que, neste contexto, há elementos que são simbólicos e espero que o Parlamento, hoje, vote inequivocamente o combate aos “*offshores*” e aos paraísos fiscais. Não basta, no entanto, corrigir erros do passado, nomeadamente em matéria de supervisão e de regulação financeira. Hoje o mal está feito e é preciso um programa de relançamento à altura das responsabilidades da União. Nós saudamos a rápida iniciativa da Comissão, mas temos consciência, e temos que ser claros, que os meios e instrumentos de intervenção são manifestamente insuficientes.

O Parlamento dá um voto à Comissão de apoio a toda a flexibilização, antecipação, agilização dos instrumentos disponíveis, mas não podemos esquecer que 85% dos recursos que hoje estão disponíveis assentam nas mãos dos diferentes países que compõem a União Europeia. Ora, os países da União nunca foram tão diferentes entre si como hoje. Alguns países têm poder, têm instrumentos para intervir, outros estão completamente vulneráveis e a sua caixa de ferramentas está completamente vazia. Há países sem margem de manobra nacional, há países incapazes de resistir à violência das forças, simultaneamente do mercado interno, da moeda única e da globalização, e, entre estes, os novos países que acabaram de se juntar ao projecto europeu estão entre os mais penalizados.

Senhor Presidente, caros Colegas, penso que, neste momento, a nossa mensagem, do Parlamento, se desagrega numa quantidade de mensagens muito claras, muito precisas, mas numa ideia comum, e essa ideia comum é o objectivo: são os cidadãos, é o emprego, são os meios nacionais, mas têm também de ser os meios europeus, para relançarmos como os cidadãos esperam, a dinâmica, o crescimento e a solidariedade no espaço europeu.

Jan Andersson, relator. – (SV) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, tem-se discutido da necessidade ou não de alterar as Orientações para as políticas de emprego. Na verdade esse debate não é muito importante, já que as orientações abrem muitas oportunidades de acção. O problema, neste momento, reside na falta de capacidade para agir. Estamos neste momento a viver uma crise financeira que se transformou em crise económica. Está agora a chegar a crise do emprego, com a perspectiva de problemas sociais que se avoluma.

É positivo estar-se a organizar, para Maio, uma Cimeira de Emprego, mas não podemos isolar as questões do emprego das questões da economia. Assim, há que as integrar na discussão. Na minha opinião, fizemos pouco e tarde. Um e meio por cento do PIB dos Estados-Membros – era uma percentagem muito interessante quando falámos do assunto, mas agora a crise é pior do que então pensávamos. Há que fazer mais, há que desenvolver esforços mais concertados – e, claro, visar mais de dois por cento – para podermos lidar com a situação. O risco de não fazer o suficiente ou de o fazer demasiado tarde é muito, muito maior do que o de

fazer demais, já que dele poderão resultar desemprego acrescido e receitas fiscais reduzidas que, por sua vez, afectarão os problemas sociais sentidos nos Estados-Membros.

O que fazer, então? Conhecemos bem o caminho. Temos de conjugar o que a curto prazo se revelar eficaz no combate ao desemprego com as medidas necessárias a longo prazo. Impõem-se investimentos ambientais, novos projectos de infra-estruturas, eficiência energética na habitação, e sempre, sempre, apostar no ensino.

Falámos de aprendizagem ao longo da vida. Nunca fizemos o suficiente, mas temos agora oportunidade de investir a sério no ensino. Ao mesmo tempo, é preciso estimular a procura; para tal, devemos virar-nos para os grupos que vão utilizar os financiamentos para consumo: os desempregados, as famílias com filhos, os pensionistas e todos quantos despendem, enquanto consumidores, montantes mais elevados.

Há que envidar todos os esforços, a nível da UE, para recorrer rapidamente ao Fundo Social e ao Fundo de Ajustamento à Globalização, para que os recursos cheguem aos Estados-Membros de forma célere. No entanto, se queremos ser totalmente francos temos de reconhecer que os principais recursos económicos se encontram nos Estados-Membros e que se os Estados-Membros não fizerem o suficiente e de forma suficientemente coordenada, não teremos êxito. Se olharmos à nossa volta e virmos o que os Estados-Membros fizeram perceberemos que apenas um Estado-Membro atingiu os 1,5%, e que esse país, a Alemanha, nem sequer se encontrava, inicialmente, na primeira linha quanto à necessidade de agir. Outros países – os países nórdicos, por exemplo, de onde venho – estão a fazer muito pouco, apesar de a sua situação económica ser boa.

Vejamos, agora, as consequências a nível social. Já aqui foram referidas e são especialmente importantes. Afectam não só os sistemas de segurança social mas também o sector público, que é duplamente importante. Há que proporcionar serviços de assistência à infância, de assistência à terceira idade e ainda segurança social, mas sem esquecer o emprego. Muitíssimos trabalhadores estão dependentes do sector público e temos de garantir que este sector dispõe de recursos económicos suficientes.

Uma última palavra para os jovens. Os jovens, actualmente, saem directamente da escola para o desemprego. Temos de criar oportunidades para os jovens encontrarem emprego ou prosseguirem a formação ou disporem de qualquer outra saída. De outro modo, estaremos a guardar os problemas para o futuro. Em suma, temos de agir. Temos de agir com solidariedade, temos de agir agora, não de esperar, e a acção que empreendemos tem de ser suficiente.

(Aplausos)

Evgeni Kirilov, relator. – (BG) Obrigado, Senhor Presidente, Senhor Ministro Alexandr Vondra e Senhor Presidente Barroso. A elaboração deste relatório, intitulado “Política de coesão: investir na economia real”, demorou muito pouco tempo, mas, apesar disso, produzimos um documento que foi acordado e apoiado por unanimidade. Este excelente resultado não teria sido possível sem o envolvimento e o apoio dos meus colegas da comissão e dos relatores-sombra e sem a cooperação entre grupos políticos. Por isso mesmo, gostaria de agradecer a todos.

Gostaria também de analisar as mensagens fundamentais transmitidas neste relatório. Primeiro que tudo, o relatório apoia todas as medidas propostas pela Comissão Europeia para acelerar e simplificar a execução dos Fundos Estruturais, incluindo o aumento dos pagamentos por adiantamento, a introdução de mecanismos mais flexíveis para o pagamento de despesas, etc. Na verdade, exigimos estas medidas precisamente agora, numa altura em que temos de dar uma resposta adequada à crise económica: investimento na economia real, manutenção e criação de emprego e promoção do empreendedorismo. No entanto, estas medidas não são o único indício da necessidade que temos de agir de forma mais eficaz e eficiente. As propostas sobre a simplificação das regras têm sido muito procuradas e aguardadas pelos beneficiários dos fundos comunitários e surgem em resposta a recomendações da nossa parte e do Tribunal de Contas Europeu.

Em segundo lugar, temos a Política de Coesão e a política de solidariedade. Neste caso, não só exigimos uma declaração de solidariedade, como também queremos ver a solidariedade em acção. Num contexto em que as economias europeias são mutuamente dependentes, os efeitos adversos da crise afectam toda a economia. Para combater tais efeitos, é preciso obter resultados positivos, que possam gerar vastos benefícios e sejam utilizados para satisfazer as metas que foram estabelecidas para o crescimento e o desenvolvimento na Estratégia de Lisboa. É também importante para os cidadãos da UE que as normas sociais sejam preservadas, que os mais desfavorecidos socialmente sejam protegidos, que a concorrência não seja distorcida e que o ambiente continue a ser salvaguardado. Sob este aspecto, é necessário levar a solidariedade e a coesão até ao limite, para que todos juntos possamos encontrar uma saída mais rápida para a crise.

Em terceiro lugar, é importante para nós retirarmos as devidas lições da actual crise e não tratarmos como casos isolados as medidas a adoptar. A análise dos erros cometidos e da experiência adquirida deve prosseguir, assim como o processo de simplificação dos procedimentos. As normas têm de ser clarificadas, a informação deve tornar-se mais acessível, a carga administrativa deve ser reduzida e os procedimentos têm de ser mais transparentes. Esta é a única maneira de reduzir os erros e as oportunidades de incumprimento e de restringir a corrupção.

Por último, gostaria de apelar ao Conselho para que adopte, o mais rapidamente possível, as medidas propostas para acelerar e simplificar a utilização dos Fundos Estruturais. Apelo também aos membros da Comissão Europeia: esperamos que monitorizem o impacto das novas medidas, bem como todo o processo, e que apresentem novas sugestões. Por último mas não menos importante, gostaria de sublinhar o papel fundamental desempenhado pelos Estados-Membros, dos quais dependem as acções a ser tomadas e a obtenção de resultados concretos na aplicação da Política de Coesão. Termino, repetindo que temos de ver a solidariedade em acção.

Salvador Garriga Polledo, *relator de parecer da Comissão dos Orçamentos*. – (ES) Senhor Presidente, em nome da Comissão dos Orçamentos, gostaria de dizer, fundamentalmente, que este plano de recuperação económica é, pela sua natureza, muito mais intergovernamental do que comunitário e que demonstra os limites financeiros reais da União Europeia.

Do ponto de vista comunitário, vamos utilizar 30 000 milhões de euros que, na prática, vão ser mobilizados pelo Banco Europeu de Investimento e, no que diz respeito aos 5 000 milhões de euros que pertencem estritamente ao orçamento comunitário, deparamo-nos com grandes problemas.

Não existem novos recursos; o que está a ser feito é uma redistribuição dos recursos já existentes. No que respeita ao Banco Europeu de Investimento, estamos totalmente de acordo em que se recorra a ele, mas importa salientar que estamos preocupados com o facto de estarmos a confiar-lhe muitos compromissos sem ter a garantia de que podem ser levados por diante.

Por fim, lamentamos a incapacidade do Conselho para chegar a um acordo sobre os 5 000 milhões de euros para interconexões energéticas e para a banda larga no meio rural.

Cremos que as margens não utilizadas não devem efectivamente ser utilizadas. O que a Comissão Europeia e o Conselho têm de fazer é voltar-se para os recursos que lhes são conferidos pelo próprio acordo interinstitucional.

Elisabeth Morin, *relatora de parecer da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, é a voz unânime da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais que gostaria de vos transmitir esta manhã, a qual mostra o nosso desejo de valorizar, com este plano de relançamento, a coesão social. Essa valorização passa pela integração profissional, ou seja, antes de mais, pela manutenção do emprego do conjunto dos trabalhadores assalariados e pela criação de novos empregos para aqueles que estão desempregados, através, nomeadamente, da concentração do Fundo de Ajustamento à Globalização em novas formações, de forma que a mão-de-obra esteja preparada para sair da crise.

Trata-se, por conseguinte, a curto prazo, de manter os empregos; a médio prazo, de formar melhor os trabalhadores para sair da crise; e, a longo prazo, de inovar, inclusivamente nas organizações sociais, através dos agrupamentos de entidades patronais.

A Europa está condenada a inovar, para sobreviver nesta globalização.

Joseph Daul, *em nome do grupo PPE-DE*. – (FR) Senhor Presidente, caros colegas, o Conselho Europeu da próxima semana não deve ser uma Cimeira como as outras. Não deve ser uma Cimeira de rotina. Os Europeus esperam dela sinais concretos, e o meu grupo parlamentar também.

Deve ser uma Cimeira da afirmação da força e da determinação da Europa perante a crise. A Europa já provou essa força quando adoptou, no passado, as regras da economia social de mercado, limitando assim os danos de uma crise sem precedentes que afecta todas as regiões do mundo em simultâneo. E já provou essa força quando se dotou, há 10 anos, de uma moeda, o euro, que enfrenta agora a sua primeira grande prova, mas que está a aguentá-la bem.

Mas a Europa forte não deve ser uma Europa proteccionista. A Europa que protege, com as suas regras, não deve ser uma Europa fortaleza, pois a saída da crise não passará por uma Europa voltada sobre si mesma,

mas sim pela abertura e pela afirmação do que somos. A força da Europa na tempestade, mais do que na bonança, passa por agir em prol dos nossos concidadãos, sobretudo os mais desfavorecidos, de forma unida.

Graças à Comissão e ao seu Presidente José Manuel Barroso, com cujas medidas, inspiradas no relatório de Larosière, me congratulo, a Europa está a lutar para salvar o sistema bancário.

Está a bater-se, e nós a bater-nos com ela, não para salvar os empregos dos corretores, como há quem queira pensar, mas sim para evitar um *crash* generalizado do conjunto da nossa economia e porque não haverá uma retoma duradoura sem um sistema bancário saudável.

A Europa está a bater-se de forma eficaz, e quero saudar o acordo a que se chegou ontem sobre o IVA reduzido para a restauração e a construção, de forma a criar um verdadeiro controlo dos mercados financeiros, a salvar empregos, a salvaguardar ou restabelecer a confiança e a garantir um futuro aos Europeus.

Caros colegas, falei de força, falei de unidade, falei de eficácia, mas a razão de ser, a motivação de tudo isto, é, de facto, a solidariedade. Eis a Europa de Jean Monnet e de todos os pais fundadores. Para que é que teria servido construir a Europa logo após a Segunda Guerra, se fosse para desistir e para fazer "cada um por si" 60 anos mais tarde, por ocasião da crise económica mais grave desde 1929?

Os nossos concidadãos interrogam-se, por vezes, sobre para que serve a Europa. Cabe-nos a nós mostrar-lhes que a Europa é solidária para com os seus 500 milhões de cidadãos, muitos dos quais vivendo esta crise com angústia, e solidária também para com os países da União - estou a pensar na Irlanda, estou a pensar na Hungria, estou a pensar em outros com dificuldades específicas.

Em nome do meu grupo, exorto cada um dos Chefes de Estado ou de Governo dos 27 a não cederem à tentação do isolamento, que seria - note-se - suicidária para todos os nossos países.

Exorto o Senhor Vice-Primeiro-Ministro Vondra, o Senhor Presidente da Comissão Barroso, e a si também, Senhor Presidente Pöttering, que irão intervir no Conselho Europeu em nome do nosso Parlamento, a optarem pela solidariedade e a inovação. Sim, a inovação, pois estou convencido de que só sairemos da crise com meios novos e com investimentos maciços na economia do conhecimento, na investigação e no desenvolvimento.

Temos de aproveitar, o mais rapidamente possível, o imenso potencial de que dispõe a União Europeia em matéria de novas tecnologias ambientais, pois essas eco-inovações devem ser integradas em todas as políticas europeias fornecendo assim um verdadeiro impulso industrial à retoma económica.

Da mesma maneira, os obstáculos regulamentares do mercado interno, que continuam a entravar o desenvolvimento dessas tecnologias, devem ser levantados muito rapidamente, devendo ser criado um verdadeiro mercado interno das energias renováveis, com regras do jogo claras, pois, numa crise, nada voltará a ser como hoje, pelo que temos de preparar essa "outra coisa". Eis o sentido da Estratégia de Lisboa e, agora, de pós-Lisboa.

O meu grupo parlamentar, à imagem do centro-direita na Europa, é uma força política responsável. Somos a favor de uma economia dotada de regras, somos a favor de uma economia social de mercado. O que nos proíbe a demagogia e o populismo. O que nos obriga a falar verdade aos Europeus. Espero que o próximo Conselho Europeu se inspire nesta atitude.

(Aplausos)

Martin Schulz, em nome do Grupo PSE. – (DE) Senhor Presidente, com todo respeito que o Senhor Ministro Vondra merece, é inaceitável que, numa situação como a actual, o Presidente em exercício do Conselho não esteja presente, o que também revela a natureza da sua atitude face à situação actual.

(Aplausos)

Voltámos a ouvir agora muitas das velhas frases já conhecidas. Temos vindo a ouvir este tipo de coisas há meses; poderíamos até usar as frases para produzir modelos. Senhor Deputado Daul, queria felicitá-lo pelo seu fantástico discurso! Se continuar a fazer discursos como este, as pessoas em Lipsheim e Pfettisheim vão começar a pensar que aderiu ao Partido Comunista Francês. É realmente fantástico e tudo soa excelente. No entanto, agora, temos realmente de concretizar alguma coisa. Temos de tomar as decisões necessárias. É necessário fazer algo mais no Conselho Europeu. A crise agrava-se e estão a desaparecer postos de trabalho. Nos últimos seis meses, vimos o valor das acções cair 40 mil milhões de euros. Isto significa meios de subsistência destruídos. Significa a perda de postos de trabalho. Significa a ameaça de encerramento para

muitas empresas. Significa a ameaça de colapso para algumas economias nacionais. Depois, o Conselho avança com algumas decisões simpáticas, como o estímulo orçamental de 1,5% do PIB este ano ou no próximo ano. Até agora, três Estados-Membros implementaram a decisão, ou seja, 24 Estados não o fizeram. A Grã-Bretanha, a Alemanha e a Espanha fizeram-no – todos os três, de resto, sob a pressão dos sociais-democratas e socialistas – e os outros Estados-Membros não. Têm de fazer algo mais! Têm de dizer isto ao Presidente em exercício do Conselho, que está ausente!

Senhor Presidente da Comissão, V. Exa. fez um discurso extraordinário. Foi um discurso excelente, que tem todo o nosso apoio. A solidariedade entre os Estados-Membros é uma necessidade urgente. Para nós, social-democratas e socialistas, a solidariedade é o conceito central nesta situação. A solidariedade entre as pessoas na sociedade, mas também a solidariedade entre os Estados. A solidariedade no seio da zona do euro e a solidariedade entre os Estados da zona do euro e os Estados que dela não fazem parte. É importante que a Comissão inste os Estados-Membros a demonstrarem solidariedade.

É igualmente importante que a Comissão produza as propostas de directiva de que necessitamos para controlar os fundos de investimento em participações privadas (*"private equities"*) e os fundos de retorno absoluto (*"hedge funds"*), a fim de garantir a transparência das agências de notação de crédito, de manter os salários dos gestores dentro de limites razoáveis e de encerrar os paraísos fiscais. Estas iniciativas são urgentemente necessárias. Esperamos que as implementem e contamos que o façam. Se já não for possível fazê-lo nesta legislatura, voltaremos a apresentar todas estas exigências no primeiro dia do novo Parlamento. Quando ouço o presidente do Citigroup, que voltou a obter lucro, e quando ouço o Sr. Ackermann, presidente do Deutsche Bank, que também voltou a obter lucro no primeiro trimestre, interrogo-me se estas pessoas acreditam que podem muito simplesmente continuar como antes, agora que foram salvos pelas injeções de liquidez do Estado. Não, temos de estabelecer controlos e transparência a fim de garantir que estas pessoas não possam repetir o que fizeram no passado.

Há um terceiro ponto que gostaria de referir: fico fascinado ao ouvir os membros do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus. É extraordinário. Estão a dizer todas as coisas que temos andado a dizer há anos e em relação aos quais sempre votaram contra. Parecem ter acordado de repente. No entanto, quando se trata de alteração 92 – a favor de uma decisão que favoreça a tomada de mais medidas, por outras palavras, um estímulo orçamental de 1,5% do PIB –, o PPE-DE não vota a favor. A alteração 92 será a vossa prova de fogo quando a votarmos ao meio-dia. Relativamente à questão da solidariedade, Senhor Deputado Daul, o caro colega acaba de dizer, em nome do seu grupo ausente, que é algo de muito positivo. Queremos ver, então, se vai votar a favor da alteração 102, na qual apelamos ao espírito de solidariedade.

Uma observação final, que é de importância crucial para o nosso grupo, diz respeito à alteração 113, relativa aos paraísos fiscais. As pessoas que nos servem nos restaurantes, os motoristas que conduzem os nossos automóveis, o pessoal de terra nos aeroportos que descarrega as nossas bagagens – todos eles são contribuintes cujos impostos são utilizados para evitar que os grandes bancos declarem falência, porque os governos e os parlamentos exigem a estas pessoas o seu contributo. Estas são as pessoas que têm de pagar as redes de segurança que foram criadas para os bancos e as grandes empresas. Agora, os gestores destes grandes bancos, que continuam a pagar a si próprios bónus de milhões de euros – como o ING, por exemplo, que apresenta um défice de vários milhares de milhões de euros –, vão ter a possibilidade de colocar o seu dinheiro em paraísos fiscais, evitando assim o pagamento de impostos. Esta é uma guerra de classes a um plano superior, na qual nós, pelo menos, não queremos tomar parte. Portanto, a questão de saber se vamos decidir hoje que o Parlamento Europeu se pronunciará contra os paraísos fiscais é uma questão decisiva para a credibilidade do Grupo PPE-DE e do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa. Os senhores deputados estão a dizer as mesmas coisas que os socialistas, mas queremos ver se, ao meio-dia, vão votar como os socialistas.

Colocámos as nossas três exigências em cima da mesa e quero dizer muito claramente que, se não votarem a favor das mesmas, não teremos uma resolução comum. Então ficará claro que nós defendemos a justiça social e que o PPE-DE não faz mais do que articular palavras ocas.

(Aplausos)

Graham Watson, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, nos últimos meses, a nossa União realizou mais cimeiras do que os cumes escalados pelo nosso antigo colega Reinhold Messner, tendo o nosso Parlamento produzido uma série de relatórios sobre o relançamento da economia. Mas o que essas cimeiras e relatórios fizeram foi proporcionar aos Estados-Membros uma série de elementos de apoio para permitir atravessar o rio da recessão. Agora, é preciso que o Conselho o atravesse sem quaisquer receios, e felicito os

autores dos relatórios, os senhores deputados Andersson, Ferreira e Kirilov. Aqueles relatórios oferecem uma perspectiva consistente e pragmática, escritos à luz da avalanche de desemprego no nosso horizonte, sendo que a mensagem que lhes subjaz é: emprego, emprego e emprego.

A Estratégia de Lisboa, as orientações em matéria de emprego e a política de coesão – todas elas sempre defenderam a flexigurança nas nossas economias, o investimento público na investigação e desenvolvimento, a rápida transição para a economia do conhecimento. Constituem a base sobre a qual é construído um mercado de trabalho saudável, dinâmico e seguro.

E, na situação de vantagem em que hoje nos encontramos, uma coisa é certa para todos – excepto, talvez, para alguns sectores da esquerda. Não foi a Estratégia de Lisboa que trouxe dificuldades para as mesas das nossas cozinhas. Ao invés, são sim os Estados-Membros que então a ignorar aqueles que mais sofrem e que sofrerão durante mais tempo com esta crise. Por isso, é agora tempo de pôr os pés no chão e de avançar um “Programa Lisboa plus” e orientações em matéria de emprego que reflectam as realidades da nossa União.

Os Parlamentos nacionais, os governos nacionais, as câmaras municipais: todos deverão dispor de capacidade para estar à altura desse desafio, e ser denunciados caso não estejam. Não deveremos aceitar também atrasos no que respeita à necessidade de proteger o planeta. O Conselho apreciará a posição negocial da UE com vista à Conferência de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas. Quanto dinheiro, Senhor Ministro Alexandr Vondra, atribuirão os 27 à adaptação e mitigação nos países em desenvolvimento? As alterações climáticas não abrandarão com o arrefecimento da economia, e os países mais pobres continuarão a sofrer – ainda – com o nosso consumo de carbono.

Por isso, recessão não deve significar inacção. Os Estados-Membros devem autorizar as verbas necessárias para contrariar as alterações climáticas e criar, ao mesmo tempo, empregos verdes, usando, talvez, o dinheiro de que dispomos, como Claude Turmes sugere, para conseguir mais através do BEI ou do FEI. Mas o Conselho sabe que a devastação da recessão regressará se não se proceder a uma reforma total do sistema financeiro.

A Cimeira do G20 do próximo mês tem a tarefa de dar forma ao novo molde, e congratulo-me com o tom usado pelos líderes europeus aquando da sua reunião em Berlim. O FMI deverá ser financiado de forma eficaz, os paraísos fiscais deverão ser sujeitos a controlo e as instituições financeiras deverão ser reguladas com rigor, devendo o sistema ser supervisionado por uma autoridade europeia dos serviços financeiros eficaz: não para arrastar as nossas economias de volta ao passado, mas para criar um sistema aberto, honesto e transparente de comércio que seja livre e justo.

Londres, Paris, Berlim: todos se empenham em salientar que a Europa está unida. Porém, o Senhor Presidente do Conselho diz-nos que persistem diferenças. Espero que o Senhor Presidente do Conselho aqui venha dar a conhecer o que se passou nesta Cimeira, porque deveria estar aqui hoje. Se as diferenças persistirem, nada feito. É preciso que a Europa seja firme na determinação, rápida na acção e unida nos objectivos ao longo das próximas semanas e meses, pronta a erradicar os activos tóxicos que estão a minar a liquidez dos bancos, pronta a reformar as práticas bancárias e a restaurar a solvabilidade e pronta a aceitar que o actual pacote de incentivos poderá não ser suficiente. Uma vez que de nada vale reforçar o FMI se não existir um sistema financeiro mundial para o apoiar e que a justiça sumária obriga os Estados-Membros responsáveis a mitigar os erros cometidos por quem andou a viver à grande, talvez esse tenha de ser o preço a pagar para evitar o efeito de contágio do desmoronamento económico.

Em suma, é preciso que nós, Conselho, Comissão e Parlamento, trabalhemos em conjunto: friamente, calmamente, colectivamente, evitando que o processo se sobreponha ao objectivo. A Europa já não pode combater o fogo. Chegou o momento de se proceder a reformas fundamentais que promovam o emprego, hoje, e a segurança, no futuro.

Cristiana Muscardini, em nome do Grupo UEN. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Senhor Presidente em exercício do Conselho, Alexandr Vondra, falou de “reforçar a vigilância”, mas nós queremos alguma informação acerca do número de derivados OTC que continuam na posse de bancos europeus, sobre o montante a que ascende a conta a nível mundial. É de supor que a Comissão e o Conselho optem pelo congelamento dos derivados, pelo menos que venham a propô-lo a nível mundial, e a suspender a sua comercialização. Será possível que, nos bancos que foram nacionalizados, esses derivados continuem a ser um bem negativo, mas obviamente também preocupante para o desenvolvimento? Reforçar a vigilância também significa que nós devemos, como diz a Comissão, não só ter a capacidade de efectuar uma limpeza geral no sistema bancário e uma revisão do sistema de controlo, mas também de apresentar novas propostas.

Então, se estamos preocupados com a crise do sector automóvel, também devemos preocupar-nos com as pequenas e médias empresas e com a concorrência desleal que nos chega do exterior das nossas fronteiras. O Conselho ainda não se decidiu a ratificar e a promover a rotulagem original, o único sistema que não é proteccionista mas protege os consumidores e os produtos, como o próprio Senhor Presidente Barroso disse há pouco. Para ajudar as empresas é necessário, além de promover novas linhas de crédito, facultar às pequenas e médias empresas um acesso mais rápido e mais barato à mobilidade, se queremos que essas empresas se adaptem e não fechem. Muitas delas vêm-se neste momento a braços com uma quebra de 50% das encomendas, o que as obriga a pedir ajuda aos bancos. Mas os bancos não concedem empréstimos e as acções dos bancos afundaram-se por causa dos derivados. É um círculo vicioso. Saiam dessa confusão e procurem soluções reais e não meras propostas inúteis.

Rebecca Harms, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, por ocasião do quinto debate nesta legislatura sobre os êxitos e os fracassos da Estratégia de Lisboa, gostaria de perguntar como é possível que tenhamos afirmado todos estes anos que a estratégia é um êxito, que o seu êxito tem sido avaliado, e que agora, de repente, despertemos no meio da crise mais grave dos últimos tempos, como se se tratasse de uma catástrofe natural. Isto não pode ser e, em minha opinião, uma avaliação desonesta da Estratégia de Lisboa é um dos problemas que temos de resolver.

Há cerca de ano, no mesmo debate, o Parlamento Europeu instou a Comissão a garantir a estabilidade dos mercados financeiros, já que havíamos detectado sinais de uma crise iminente. Nada foi feito em resposta a este pedido, Senhor Presidente da Comissão. Temos vindo a discutir o colapso do sistema há meses, como referiu o senhor deputado Schulz, sem contudo garantir que as novas regras sejam obrigatórias. A minha perspectiva é ligeiramente diferente da dos meus colegas. Creio que muitos membros da Comissão e dos governos nacionais continuam convencidos de que um mercado desregulado, constituído por intervenientes fortes, pode regular-se a si próprio. Se nos limitarmos a injectar rapidamente fundos no sistema bancário e a dar garantias públicas, sem criarmos uma estrutura completamente nova para os mercados financeiros, podemos ter a certeza de que fracassaremos. Não conseguiremos sair desta crise e não haverá uma verdadeira recuperação.

A discussão sobre a ligação entre política climática, estratégias de sustentabilidade e gestão de crises é igualmente inconsequente. Todos os anos ouvimos garantias muito reconfortantes sobre esta questão. No entanto, se olharmos para os actuais planos de recuperação económica a nível europeu e nacional, veremos que estão repletos de boas intenções, mas que os objectivos da sustentabilidade, da protecção do clima e da utilização eficiente dos recursos continuam a não ser tomados a sério. Estes planos de recuperação económica não equiparão a economia europeia de modo a enfrentar o futuro. Trata-se, simplesmente, de mais do mesmo.

Jiří Maštálka, em nome do Grupo GUE/NGL. – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, o programa comum para o crescimento e o emprego, também conhecido como Estratégia de Lisboa, surgiu em 2005. Estamos, agora, em 2009 e, apesar de tudo, enfrentamos uma pobreza crescente e uma crise económica e financeira sem paralelo na história. Além disso, as previsões mais recentes afirmam que o número de pessoas desempregadas na UE aumentará em quase 3,5 milhões em 2009. O desemprego está a crescer, apesar de todas as medidas adoptadas até à data. Não sou o único a pensar que algo está errado. A situação actual mostra o fracasso das políticas, existentes até à data, que apoiaram sobretudo a acumulação de grandes lucros por grandes grupos comerciais e financeiros, a criação de grandes monopólios e a deterioração dos padrões de vida dos trabalhadores e pessoas comuns. A Europa tem de tomar um caminho diferente. Na reunião da Primavera, o Conselho deveria adoptar uma estratégia europeia para a solidariedade e o desenvolvimento sustentável, assim como um novo conjunto de políticas económicas, sociais e ambientais para apoiar o investimento, em especial, na qualidade do trabalho, melhorar as qualificações, os programas de apoio à infra-estrutura, as políticas de coesão, a protecção do ambiente e aumentar a protecção da saúde e segurança no trabalho. A deslocalização das empresas constitui um grande problema para os Estados-Membros, incluindo a República Checa. A UE deveria estabelecer um quadro regulamentar que penalizasse as empresas pelas deslocalizações, por exemplo, condicionando o apoio financeiro da UE ao cumprimento de obrigações que incluem a protecção do trabalho e o desenvolvimento local. Especialmente agora, num período de crise financeira e económica, necessitamos não só de solidariedade, mas também de regras e instrumentos rigorosos e que funcionem rapidamente, como uma defesa comum contra a crise. Assim também estabeleceríamos uma ligação digna com a herança de Jean Monet, que comemoramos hoje.

Nigel Farage, em nome do Grupo IND/DEM. – (EN) Senhor Presidente, a expressão “Solidariedade Europeia” foi apregoada aqui, esta manhã, como se fosse um dado adquirido. Gostaria de a colocar em causa.

Não podemos passar um cheque em branco destinado a salvar os países da Europa Oriental. Não dispomos de dinheiro para esse efeito. Em termos económicos, esse plano é muito pouco sólido e, o que é da máxima importância, ao olhos dos contribuintes de França, do Reino Unido e da Alemanha é politicamente inaceitável que o concretizemos. Porém, o Ministro das Finanças britânico, Alistair Darling, parece ser hoje um defensor desse plano. Perdeu a cabeça! Afirma ser chegado o momento de a Europa se basear nos valores partilhados da cooperação, como se fossemos uma só família, grande e feliz.

Bem, o Primeiro-Ministro húngaro, Ferenc Gyurcsany, parece afastar essa ideia de solidariedade europeia. Exige que a União Europeia socorra países como o seu, recorrendo a montantes da ordem dos 180 mil milhões de euros, e promete que, se a Europa não o fizer, cinco milhões de desempregados rumarão ao Ocidente, para os nossos países. Esta atitude não é mais do que pura chantagem, e demonstra bem a asneira que foi termos permitido que países como a Hungria aderissem a esta União política e que foi uma loucura ainda maior termos aberto as fronteiras.

Na realidade, a única resposta que hoje oiço aqui nesta Assembleia é a de que, de alguma forma, precisamos de mais União Europeia –, de que será necessário mais poder! Bem, vejamos: os eleitores franceses, neerlandeses e irlandeses enviaram-vos uma mensagem. Os senhores não dispõem de legitimidade para dar mais poderes à União Europeia. A crise económica dominará, penso, a preocupação dos eleitores nas próximas eleições europeias, e espero que, desta feita, vos enviem uma mensagem tão forte e tão eloquente que, por uma vez na vida, simplesmente, os senhores não a poderão ignorar.

Presidente. – Senhor Deputado Nigel Farage, é possível que nem sempre sejamos felizes na nossa família europeia, mas o senhor deputado também pertence à família.

Jana Bobošíková (NI). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, ao contrário do orador que me antecedeu, estou convencida que o próximo Conselho Europeu deveria estar plenamente à altura do slogan da actual Presidência checa, isto é, “Uma Europa sem barreiras”. Espero que o Presidente do Conselho, Mirek Topolánek, ausente desta sessão, não ceda, sob pressão da administração Obama, à tentação de criar novos regulamentos e de injectar mais dinheiro dos contribuintes na economia.

O próximo Conselho também deveria rejeitar o plano da Comissão Barroso, elaborado sob pressão do lóbi dos Verdes, que envolve um apoio maciço de muitos milhares de milhões à energia renovável. A teoria económica, tal como a prática comprovada historicamente, mostram claramente que tal não contribuirá em nada para reduzir o colapso económico ou para travar o aumento do desemprego. Pelo contrário, apenas aprofundará a crise e acrescentará mais um risco para o futuro, nomeadamente, a inflação, Senhoras e Senhores Deputados. Não acredito que algum político sensato queira contribuir para um aumento maciço dos preços e para uma desvalorização das poupanças de cidadãos comuns. Espero que a Presidência continue a defender firmemente a liberalização, acompanhada pela eliminação das barreiras comerciais e do protecçãoismo.

Senhoras e Senhores Deputados, como sabemos, a regulamentação governamental da política económica nos Estados Unidos desempenhou um papel decisivo no desencadear da crise actual. Em vez de aprender com este facto, os organismos da UE aprovaram um número incrível de 519 regulamentos e 68 directivas desde o dia 1 de Julho do ano passado, por outras palavras, num período de 9 meses. Se a Presidência checa quer ser credível e útil no seu slogan “Uma Europa sem barreiras”, em vez de organizar mais cimeiras, deveria verificar imediatamente toda a legislação da UE e eliminar tantas restrições ambientais, de género, sociais e de emprego quanto possível. O Conselho também deveria reflectir um pouco sobre a forma de refrear o Estado social insuflado e de reduzir impostos e seguros elevados. É a única forma de conseguirmos uma retoma rápida de actividades humanas racionais e de mercado, sem as quais não será, pura e simplesmente, possível ultrapassar a crise actual.

Klaus-Heiner Lehne (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, por vezes, não acredito no que ouço. Senhor Deputado Schulz, a iniciativa relativa à regulamentação em matéria de regras de transparência para os fundos de retorno absoluto e os fundos de investimento em participações privadas partiu da Comissão dos Assuntos Jurídicos.

Em 2006, os membros do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus que integram a Comissão dos Assuntos Jurídicos começaram a exigir energicamente a aplicação de regras. O relatório de iniciativa legislativa que requeremos na altura não chegou a ser elaborado porque o presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, que, como todos sabemos, é membro do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, desencadeou um conflito sobre autoridade completamente desnecessário. O resultado foi que passámos meses, se não anos, para chegar a um acordo, após o que,

finalmente, pudemos então aprovar os relatórios de iniciativa legislativa sobre esta questão em Setembro do ano passado, sob a forma dos relatórios Rasmussen e Lehne.

A pessoa que, no Conselho, se pronunciou contra a regulamentação neste domínio foi Gordon Brown, que, como se sabe, não é membro do PPE-DE, mas pertence ao vosso grupo. Nos últimos anos, a Chanceler Merkel e o Sr. Rasmussen pronunciaram-se sempre a favor da regulamentação nestes domínios em todos os debates, tanto no Conselho Europeu como no G8.

O problema reside no facto de os socialistas na União Europeia terem sido sempre um obstáculo importante à inclusão destes domínios não regulamentados. As opiniões só mudaram recentemente, o que nos levou à situação em que nos encontramos hoje. Este é um dos factos históricos neste domínio. Queria simplesmente dizer que existe uma grande diferença entre a retórica que ouvimos agora e a realidade dos últimos meses e anos. Infelizmente, a situação é essa.

Por último, gostaria de mencionar alguns domínios de interesse comum. Hoje, a atmosfera entre os grupos parlamentares durante a preparação da resolução sobre o processo de Lisboa, no grupo director, foi excepcionalmente boa. Assim, chegámos a acordo em quase todos os domínios e produzimos, creio, uma boa resolução.

Não devemos discutir isto até à exaustão. Pelo contrário, devemos deixar claro que este é um domínio de interesse comum. Os cidadãos da Europa esperam de nós uma actuação conjunta nesta crise e não uma atitude de confrontação.

(Aplausos)

Poul Nyrup Rasmussen (PSE). - *(EN)* Senhor Presidente, esta é a pior crise desde 1929 e ainda vai piorar: o desemprego está agora em queda livre.

Há cerca de dois meses, disse ao Presidente da Comissão o seguinte: por favor, não sejam demasiado entusiastas a vender aquilo que foi decidido no Conselho Europeu de Dezembro de 2008. Por favor, não pintem uma imagem demasiado cor-de-rosa da Europa. No entanto, é exactamente essa a vossa atitude. Os senhores não concederam, na Europa, qualquer incentivo financeiro de 3,3% – não o fizeram! Quando falam de estabilizadores automáticos, já estão nos prognósticos. De acordo com a Comissão, em Janeiro, os prognósticos apontavam para -2%; e agora o Banco Central Europeu afirma que se situam nos -3%. Quando referem um estímulo financeiro de 1,5%, não se tratará de 1,5%, porque, de acordo com o Instituto Bruegel, será de 0,9%, o que está documentado.

E agora a situação é a seguinte: não estamos a actuar na área do emprego, o desemprego está em queda, e o vosso incentivo na Europa não é de 3,3% mas sim de 0,9%. Se agora nos vêem dizer que esperemos por tempos melhores e se se concordar com Jean-Claude Juncker, que ontem afirmou que fizemos o suficiente, então eu digo: não, não fizeram o suficiente – as pessoas esperam mais da Europa do que aquilo que os senhores hoje afirmam.

O meu comentário é o seguinte: daqui a umas semanas, encontrar-se-ão com Barack Obama, o novo Presidente dos Estados Unidos. Este apresentar-se-á com um pacote de investimento de 1,8% do seu Produto Interno Bruto. Nós apresentamo-nos com menos de metade. Como pode passar-vos pela cabeça que a Europa se coloque numa posição em que faz menos do que os seus amigos americanos e em que exige mais dos seus amigos americanos? Como conseguem imaginar que exista respeito pela União Europeia?

O que pretendo deixar claro é que precisamos de fazer mais e de conceber um plano abrangente, que inclua a Cimeira de 19 de Março – que é daqui a nove dias –, a Cimeira de Londres, de 2 de Abril, a Cimeira do emprego em Maio, em Praga, e a Cimeira de Junho. Faça-lhe um apelo, Senhor Presidente da Comissão, para que empreenda um novo e abrangente esforço de recuperação. Se não o fizermos, perderemos. Não se trata de aguardar por melhores tempos no ano que vem: esta é uma crise mundial crucial que teremos de levar a sério.

O meu derradeiro argumento diz respeito à solidariedade. Chegou o momento de não aceitarmos linhas de demarcação entre os que são membros da União Europeia há já muitos anos e aqueles que chegaram à União Europeia com a promessa de uma vida melhor para os cidadãos comuns. É preciso que evitemos novas linhas de demarcação entre os antigos e os novos. É preciso que demonstremos solidariedade em termos reais. Razão por que lhe peço, Senhor Presidente da Comissão, que considere novas possibilidades financeiras para ajudar os nossos novos amigos – a emissão de obrigações europeias é uma possibilidade, o Banco Europeu de Investimento é outra. Por favor, leve a sério este apelo, é preciso que não sejamos demasiado parcimoniosos

e que não actuemos demasiado tarde, como aconteceu no Japão, mas que mostremos que para a Europa as pessoas têm importância, que na Europa importa demonstrar solidariedade com os países mais fracos desta União.

Jules Maaten (ALDE). – (NL) Senhor Presidente, agora que o período inicial da Estratégia de Lisboa está prestes a chegar ao fim, podemos constatar que os objectivos que os Chefes de Estado e de Governo estabeleceram em 2000 não foram adequadamente atingidos. Porém, especialmente na crise económica actual, é da maior importância que a Estratégia de Lisboa seja levada a sério. Se tal tivesse acontecido, a Europa estaria provavelmente mais apta a reagir às contrariedades económicas.

Um dos compromissos fundamentais da Estratégia de Lisboa é o de consagrar 3% do PIB à investigação e ao desenvolvimento: dois terços financiados pelo sector privado e um terço pelos governos. Porém, o facto de praticamente nenhum país da União Europeia ter cumprido este objectivo entrava a inovação na União Europeia. Numa situação de crise mundial, a Europa terá de encontrar dentro de si própria a força necessária para repor o desejado nível da economia.

Ao mesmo tempo, é estranho, naturalmente, que uma quota considerável do orçamento da UE continue a ser utilizada para subsidiar de forma excessiva a velha economia – que inclui os fundos agrícolas e regionais –, enquanto os objectivos de investimento em investigação não estão a ser cumpridos. Existem muitas outras opções. Basta pensarem nas tecnologias ambientais ou médicas limpas, ou no crescente sector dos jogos de computador europeus, por exemplo, onde o apoio específico se tem revelado eficaz.

Senhor Presidente, uma economia dinâmica e fortemente orientada para a inovação pode contribuir para o lançamento de novas indústrias, tecnologias e produtos. É precisamente disso que precisamos para recuperar de uma recessão. A crise permite e exige mesmo que operemos reformas que são absolutamente necessárias.

Instaria os Estados-Membros a levarem a sério os seus próprios compromissos, pois, quando se definem grandes objectivos, é preciso que haja também determinação para os alcançar. De contrário, a UE perderá sua credibilidade. A implementação de políticas comuns exige esforços máximos de todas as partes e não permite que nenhum dos Estados-Membros afrouxe os seus.

Mirosław Mariusz Piotrowski (UEN). – (PL) Senhor Presidente, tudo indica que os objectivos da Estratégia de Lisboa, cujo prazo era de dez anos, vão redundar num fiasco. Nem a Estratégia nem o Tratado de Lisboa, mencionado com tanta frequência, respondem realmente à crise económica mundial. Durante o próximo Conselho, o Primeiro-Ministro da Irlanda irá informar-nos das medidas tomadas para incorporar o Tratado de Lisboa. À semelhança de França e dos Países Baixos, a Irlanda rejeitou a versão alterada da Constituição Europeia num referendo. Os cidadãos daquele país não quiseram ceder parte da sua soberania a favor de uma estrutura burocrática denominada União Europeia. Neste momento, em vez de se aguardar uma decisão do Tribunal Constitucional alemão, que poderá enterrar o Tratado de uma vez por todas, estão a ser feitas tentativas de persuadir os Irlandeses com promessas de privilégios que não constam do documento submetido a apreciação.

Dado encontrarmo-nos perante uma enorme crise económica, apelo a que se ponha termo aos diferendos internos inúteis da UE e a que sejam adoptadas medidas com base nos Tratados existentes, num espírito de solidariedade.

Claude Turmes (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, nestes momentos de crise, precisamos de um impulso forte a nível europeu.

Os Estados-Nações, sozinhos, não estarão aptos a dar uma resposta suficientemente forte e coordenada. Assim, precisamos urgentemente de um impulso da parte da Europa. Mas o que é que continuamos a constatar neste momento? Uma Comissão cansada, à imagem do seu Presidente, com falta de visão e desprovida de coragem política. Um plano de relançamento de 5 mil milhões de euros que não é um plano de relançamento, pois 50% dos projectos da lista não terão direito a qualquer investimento em 2009 e 2010, já que, por exemplo, as autorizações para a fixação do carbono não chegarão!

Pois bem, o senhor deputado Daul tem razão. Trata-se de um momento em que devemos dar provas de solidariedade e inovação. Ora, se a Comissão dá razão a Margaret Merkel - *I want my money back* - e elabora uma lista onde dá mais dinheiro às economias fortes do que aos colegas dos países de Leste que precisam dessa solidariedade neste preciso momento, não podemos avançar.

Assim, temos de inovar em duas coisas. Em primeiro lugar, não dilapidar os 5 mil milhões em ajudas estatais, concentrando-os no Banco Europeu de Investimento. O Banco realiza neste momento um aumento de capital

de 76 mil milhões de euros. Está a negociar com o Banco Central Europeu para melhorar a liquidez. Assim, apliquemos a maior parte dos 5 mil milhões como fundo de garantia destinado a fazer um *leverage* sobre 20, 25 ou 30 mil milhões de investimentos públicos e privados. Em segundo lugar, temos de abrir esse plano de relançamento às ecotecnologias, às energias renováveis e aos investimentos nos edifícios urbanos na Europa.

Neste momento, Obama dedica dez vezes mais *venture capital* às ecotecnologias do que a Europa. Ou seja, estamos a perder a batalha sobre a próxima novidade a nível económico.

Sahra Wagenknecht (GUE/NGL). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a questão decisiva em relação a todos os planos de recuperação económica que estão a ser postos em prática em toda a Europa é, naturalmente: quem vai receber o dinheiro? Vão ser emitidos mais cheques em branco aos bancos, embora, a longo prazo, saísse muito mais barato aos contribuintes se aqueles fossem nacionalizados de imediato? Devemos aliviar o ónus sobre as grandes empresas e os detentores de salários elevados, embora estes tenham beneficiado de concessões fiscais em toda a Europa durante anos? Quanto mais dinheiro for desperdiçado em coisas como estas, mais provável será que os programas falhem e que a economia europeia entre numa espiral descendente muito perigosa.

A política de privatização, desregulamentação e liberalização praticada durante anos conduziu a uma crescente concentração da riqueza entre as dez mil maiores fortunas. Além disso, foi esta política a responsável pela crise em que nos encontramos hoje. Quem acreditar que a crise pode ser superada prosseguindo esta política apenas com algumas modificações não compreende, de todo, a situação. Precisamos de fazer exactamente o oposto. Em vez de comprar os activos tóxicos dos bancos, deveríamos aplicar o dinheiro dos impostos na renovação de escolas e hospitais e na "ecologização" da economia europeia. Se forem entregues fundos públicos a empresas privadas, é preciso aplicar a regra de não utilizar o dinheiro dos contribuintes se não houver garantias de emprego e, principalmente, se não estiverem garantidos os direitos de propriedade pública, de modo a que o Estado e, sobretudo, os cidadãos possam beneficiar de ganhos futuros. O melhor de todos os planos de recuperação económica seria uma redistribuição radical, de cima para baixo, da riqueza e dos rendimentos. A dimensão do sector de baixos salários na Europa deve ser reduzida, e não continuamente fomentada. Precisamos de salários mínimos mais elevados e melhores serviços sociais na Europa. Precisamos de taxas de imposto que garantam que são os milionários e os especuladores destes anos de festa nos mercados financeiros a assumir a responsabilidade pelos enormes prejuízos gerados, e não a maioria dos cidadãos, que não beneficiaram em absoluto do "boom" financeiro. Creio que, actualmente, a justiça social é a única política económica sensata. É a única forma de pôr fim a esta crise desastrosa.

Nils Lundgren (IND/DEM). – (SV) Senhor Presidente, a Estratégia de Lisboa é um dos melhores projectos da UE. Os Estados-Membros devem, voluntariamente, proceder a reformas nas respectivas economias de modo a criar prosperidade e capacidade de se adaptarem quer a alterações previsíveis como uma população envelhecida quer a mudanças não previsíveis, como o colapso dos mercados financeiros. A ideia subjacente à estratégia de Lisboa consiste em promover mercados eficientes, espírito empresarial, ensino e finanças públicas estáveis e, neste momento, temos de mostrar o que valemos.

Se, no momento em que se deu a crise financeira, todos tivéssemos economias flexíveis, a política monetária certa e finanças públicas sólidas, a Europa teria reagido muito melhor. No entanto, não dispúnhamos de nada disso. A Estratégia de Lisboa não foi concretizada e, ao mesmo tempo, o euro revelou-se uma política monetária demasiado fácil para a Irlanda, Espanha, Itália e Grécia. Além disso, diversos países administraram mal as suas finanças públicas sob a sombra protectora do euro. Consequentemente, os desequilíbrios são enormes. A Estratégia de Lisboa é uma boa ideia mal executada. O euro é uma má ideia que exacerbou os problemas.

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhor Presidente, caros colegas, é nestes períodos de crise que se revelam o valor e a utilidade das estruturas, e esta crise mostra que a Europa de Bruxelas não serve para nada. O plano de relançamento, pomposamente classificado de europeu, representa, na prática, a junção de financiamentos decididos pelos Estados-Membros. A contribuição do orçamento europeu é uma parte ínfima.

Quando se dedicam 200 mil milhões de euros para o apoio à economia real e ao emprego, estamos a dar 2 000 para os bancos, sem garantia de estes virem a utilizá-los para financiar as empresas e os privados. Privatização dos lucros, socialização das perdas, eis a última palavra destas políticas económicas, sejam elas liberais ou socialistas.

Solidariedade europeia ou apoio aos Estados? A Cimeira informal de 1 de Março recusou em bloco que as ajudas ao sector automóvel fossem condicionadas, em nome do mercado e da concorrência. Não se verifica

nenhuma alteração política, nenhuma alteração lógica, nenhuma rotura com o sistema que nos conduziu à catástrofe! Estamos à beira do precipício e, dentro de alguns dias, os Chefes de Estado ou de Governo vão propor-nos que demos um enorme passo em frente.

Lambert van Nistelrooij (PPE-DE). – (NL) Senhor Presidente, enquanto coordenador do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus para a política económica, gostaria de dizer que a desejada flexibilização e maior focalização no investimento e no emprego estão a tornar-se realidade. Precisamente neste tempo de crise, a política de coesão tem a sua utilidade quando se trata de investimentos comunitários. Neste momento despendemos um montante anual da ordem dos 50 mil milhões de euros, 65% do qual é destinado às áreas prioritárias dos compromissos de Lisboa. Deste modo, damos um contributo activo, qualificamos trabalhadores e tomamos todo o tipo de iniciativas para os anos subsequentes à crise.

O Grupo PPE-DE gostaria de manter esta abordagem financeira integrada, em vez de gerar mais fragmentação. A ideia subjacente à adopção de uma abordagem mais flexível consiste em acelerar os calendários das despesas, simplificar a aprovação e agilizar o processamento dos custos preparatórios, alargar consideravelmente a esfera de acção do BEI através de programas específicos, incluindo a reconstrução sustentável do ambiente urbano e a maior focalização na eficiência energética, em particular nos antigos Estados-Membros. Saúdo estas iniciativas que visam uma abordagem mais intensiva e a flexibilidade.

Na segunda sessão de Março, vamos realizar neste plenário um debate prioritário sobre os ajustamentos da política de coesão. Vamos também ajustar os fundos em conformidade e estabelecer a base para uma nova fórmula de coesão: a coesão territorial, o quadro para o período após 2013.

Como aqui foi confirmado há instantes, estamos empenhados em actividades de alta qualidade, incluindo agrupamentos, I&D, inovação e desenvolvimento rural, e iremos assegurar que a economia do conhecimento e da competitividade seja impulsionada. Isto aplica-se a todas as regiões em todos os Estados-Membros. Deste modo, a Europa permanecerá visível, e contribuiremos para uma maior solidariedade na Europa, mesmo depois do período de crise.

Edít Herczog (PSE). - (EN) Senhor Presidente, gostaria de começar por responder ao senhor deputado Farage. Se até ao momento não era certo que o Parlamento ficasse unido, penso que o senhor deputado Farage nos terá convencido, a todos, de que devemos permanecer unidos como União Europeia.

A UE foi atingida por uma crise sistémica, e temos de nos perguntar por que razão a Estratégia de Lisboa, de há 10 anos, não conseguiu salvar-nos. Poderíamos ter metas melhores? Poderíamos produzir melhores resultados? Poderíamos aplicá-la de forma mais cognata, ou aguardávamos que alguém o fizesse por nós?

A resposta do Grupo Socialista passa por afirmar que é correcto dispor de uma estratégia única e abrangente para o futuro, que promova, numa mesma estratégia, a competitividade e a sustentabilidade ambiental; que é preciso que cumpramos as metas de Lisboa pelo conjunto da Europa e por todos os europeus, incluindo os mais vulneráveis, os pobres.

É preciso estabilizar os mercados financeiros e reduzir o risco da ocorrência, de futuro, de crises semelhantes. Não apoiaremos políticas que arrastem os nossos recursos para paraísos fiscais e para as contas bancárias de alguns. É preciso que estabilizemos as economias reais em toda a Europa, para bem de todos os sectores e, especialmente, das pequenas e médias empresas, porém, temos de assumir a responsabilidade de apoiar o emprego e de não deixar que essas empresas apenas gerem lucros.

É preciso que apostemos na inovação no que respeita à I&D e na passagem para as tecnologias digitais, bem como no desenvolvimento de competências que permitam a todos os cidadãos da Europa utilizar essas tecnologias. Empregaremos fundos com vista a salvar o conhecimento através das políticas relacionadas com direitos de propriedade industrial e intelectual. Temos de estabilizar a Europa como um todo, mas é preciso que olhemos para além da Europa para regiões ainda mais vulneráveis do mundo e não construamos novas linhas de demarcação na União Europeia.

É preciso mobilizar os agentes para que actuem. Acção, acção, acção e resultados. Para que tenhamos êxito não bastam palavras. Não é suficiente que façamos muito, é sim necessário fazer o suficiente. Apelamos à Comissão e apelamos ao Conselho para que vão para além da Cimeira da Primavera e transmitem as nossas mensagens ao G20. É isso que os cidadãos comuns esperam de nós. Temos de actuar em conjunto.

Ona Juknevičienė (ALDE). – (LT) Gostaria de chamar a atenção do Parlamento para algumas circunstâncias que se me afiguram importantes no plano da resolução do problema da defesa do emprego e da criação de

novos postos de trabalho. Primeira, esta é uma crise económica global, que nos força a repensar e reavaliar a nossa estratégia em matéria de emprego. Segunda, temos de proceder a uma análise crítica do que já criámos e da eficácia da execução das estratégias que adoptámos. Consequentemente, insto a Comissão a ser muito rigorosa na avaliação da utilização dada pelos Membros da Comunidade aos fundos destinados a estimular o emprego. A prática que tem sido seguida até aqui de aplicar os fundos, sobretudo, em qualificação, requalificação e formação de vários tipos é, a meu ver, ineficaz. Investir nas pequenas e médias empresas e na concessão de microcrédito é a medida mais eficaz para efeitos de criação de novos empregos. Os recursos tanto do Fundo Social como do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização podem ser usados de modo mais eficaz para esse fim. Os Estados-Membros têm de apresentar relatórios sobre a aplicação dos dinheiros do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, indicando, nomeadamente, o número de novos postos de trabalho que foram criados. Tem de haver penalidades em caso de utilização ineficiente. O número de assalariados que optam pela chamada rescisão voluntária está a aumentar. Essas pessoas vêm-se sem emprego e sem apoio social ou financeiro. Consequentemente, devemos envolver os sindicatos na matéria, para proteger os interesses da nossa população. Exorto a Comissão e os Estados-Membros a unirem-se nesta importante questão.

Guntars Krasts (UEN). – (LV) Obrigado, Senhor Presidente. Na conjuntura de crise que estamos a atravessar, fazer mais é melhor do que aguardar simplesmente. Por conseguinte, devemos sem dúvida apoiar os instrumentos de estimulação da economia propostos. Para os novos Estados-Membros da Europa Oriental, com raras excepções, no entanto, as portas dos mercados internacionais de crédito encontram-se cerradas, há um movimento de fuga de capitais, e os bancos da Europa Ocidental, que dominam a maioria do mercado na região, trocaram as políticas agressivas de concessão de crédito que prosseguiram não há muito tempo por uma abordagem mais cautelosa. As possibilidades de recorrerem a instrumentos financeiros e fiscais são limitadas ou nulas, para esses Estados-Membros. Acresce que, na maioria desses países, que se preparam para aderir à zona euro, os critérios de convergência, a médio prazo, limitam também a hipótese de recurso a medidas de incentivo à economia. O único instrumento efectivo para estimular a economia e para a execução da estratégia de Lisboa nesses países é o financiamento pelos fundos da União Europeia. Conseguir o co-financiamento necessário para o obter pode, porém, ser um problema e tornar mais moroso o processo de obtenção de fundos. Para estimular a economia na Europa Oriental precisamos urgentemente de um consenso no sentido da alteração das normas que regem a atribuição de fundos da União Europeia. Impõe-se simplificar significativamente os processos de concessão de financiamento, reduzir os requisitos em matéria de volume de co-financiamento estatal e pelo sector privado e alargar os prazos para a obtenção de recursos. Necessitamos de descobrir oportunidades concretas de utilizar o financiamento do Banco Europeu de Investimento e do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento para adquirir fundos. Essas decisões representarão um sinal importante para a recuperação e estabilização do mercado na Europa Oriental. Obrigado.

Elisabeth Schroedter (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Comissários, obrigada. Temos de aproveitar a oportunidade oferecida pela crise financeira para realizar uma "ecologização" radical da economia europeia e travar as alterações climáticas.

No entanto, a Comissão não está a aproveitar esta oportunidade e aposta num pacote de salvamento que envolve concepções desactualizadas como a construção de estradas e a indústria automóvel. Até o investimento em estruturas económicas "doentes" parece ser uma possibilidade. Esta não é uma concepção orientada para o futuro e capaz de eliminar os receios das pessoas quanto à possibilidade de perderem os seus meios de subsistência. A flexibilização das regras relativas à utilização dos Fundos Estruturais deve visar unicamente investimentos sustentáveis e respeitadores do ambiente. Sem este controlo da vertente climática, não deve haver um aumento do co-financiamento.

Senhoras e Senhores Comissários, considero cínica a vossa abordagem, que vai no sentido de utilizar a crise financeira para reduzir os direitos dos trabalhadores. A directiva relativa ao destacamento de trabalhadores deve reforçar os direitos dos trabalhadores e não ajudar a enfraquecê-los. Uma alteração neste sentido já deveria ter sido empreendida há muito. O que estão a propor a este respeito no novo documento é inaceitável.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). - A neoliberal Estratégia de Lisboa tem sido um dos instrumentos essenciais da União Europeia para promover a desregulamentação financeira, privatizar serviços públicos, liberalizar mercados e o comércio mundial, desregulamentar as relações de trabalho e prejudicar os direitos dos trabalhadores, de que são exemplos as propostas relativas à directiva relativa ao tempo de trabalho e à flexigurança.

Não tem sentido continuar a insistir no seu aprofundamento quando se agrava a crise económica e social que a aplicação desta estratégia ajudou a criar. Por isso, o que se impõe é a ruptura com estas políticas do capitalismo neoliberal responsável pelo agravamento do desemprego, do trabalho precário e da pobreza e que tem agravado as desigualdades sociais, regionais e territoriais. O que se impõe é uma estratégia europeia integrada para a solidariedade e o desenvolvimento sustentável que aposte na defesa dos sectores produtivos e no investimento público, através do efectivo reforço dos fundos comunitários para apoio aos países de economia mais frágil, que seja respeitadora da natureza e criadora de empregos com direitos, que promova os serviços públicos, aumente o poder de compra e faça uma repartição justa dos rendimentos para diminuir a pobreza. Exactamente o contrário do que a Comissão e o Conselho se propõem fazer.

Johannes Blokland (IND/DEM). – (NL) Senhor Presidente, durante os debates sobre a Cimeira da Primavera que realizámos nos últimos anos, instámos os Estados-Membros a trabalharem no processo de Lisboa. O crescimento económico e a baixa inflação proporcionaram, afinal, espaço de manobra suficiente para a introdução de reformas. Tais reformas eram necessárias na concorrência com as economias em ascensão, e continuam, aliás, a ser necessárias.

A actual crise demonstra que os Estados-Membros que ouviram esse pedido têm agora um melhor desempenho do que outros. Os outros Estados-Membros revelam elevados défices orçamentais, e o facto de os Estados-Membros que não deram ouvidos ao nosso pedido estarem agora a transferir esses défices ameaça a estabilidade da nossa moeda.

Gostaria de pedir à Comissão que vigie os Estados-Membros no sentido de assegurar que eles observam o Pacto de Estabilidade. Só assim poderemos evitar que os custos desta crise fiquem fora de controlo. As medidas temporárias de apoio que passem o teste de sustentabilidade podem, por conseguinte, ser aplicadas dentro de certos limites. Independentemente dos novos planos, é óbvio que os velhos compromissos têm de continuar a ser observados.

Sergej Kozlík (NI) – (SK) A Europa Ocidental gosta de falar da necessidade de ajudar os países da Europa Central e Oriental a ultrapassarem a crise. No entanto, as mesmíssimas pessoas – ou, para ser preciso, o senhor Sarkozy – fala sobre estes países como se fossem um buraco negro que representa um risco para a União Europeia. Rejeito tal generalização trivial de um problema que está a afectar os países ocidentais exactamente da mesma maneira. Afirmarões deste tipo resultam em menor confiança nas instituições dos países da Europa Central e Oriental e mais parecem uma facada nas costas do que uma forma de ajuda.

Os líderes europeus rejeitaram, na semana passada, um protecçãoismo que significaria o levantamento de uma nova cortina de ferro através da Europa unida. No entanto, a Comissão Europeia aprovou, simultaneamente, uma enorme ajuda estatal para os construtores de automóveis franceses. Porém, esta abordagem desigual e discriminatória também se revela noutras áreas e, em particular, na agricultura. A Europa está a tornar-se hipócrita e os eurocépticos vão colher os frutos disto mesmo.

Gunnar Hökmark (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, neste debate, estão em discussão o emprego, e o emprego e a nova prosperidade. Por isso, fico um tanto surpreendido ao ouvir, da parte do Grupo do PSE, críticas àqueles que têm sido responsáveis por políticas realistas na Europa, porque os Socialistas, mais do que quaisquer outros, defenderam as baixas taxas de juro numa altura em que a economia se encontrava em alta, tal como aplicaram a política monetária nos EUA. Foi, fundamentalmente, uma política monetária laxista que corroe a economia dos EUA. O senhor deputado Schulz deverá sentir-se grato pelo facto de a Europa e o Banco Central Europeu não lhe terem dado ouvidos, porque, se o tivessem feito, a economia europeia estaria hoje em piores lençóis. Penso que estaremos de acordo quanto a esta questão.

O mesmo é válido para a política que hoje nos recomenda, pois fala-nos agora de obrigações europeias, que, entre outras consequências, conduziriam a taxas de juro mais elevadas para os países da Europa Central. Isso não é solidariedade numa altura de crise financeira, e fariamos melhor em voltar a não dar ouvidos, também desta feita, ao senhor deputado Schultz.

É preciso agir, mas é preciso que optemos pelas acções certas, a fim de não agravar ainda mais a crise e de garantirmos a estabilidade.

(Reacções da sala)

Não, não tem estado no poder, mas é culpado de muita coisa, e se o tivéssemos ouvido, estaríamos em pior situação. Tratava-se de um acordo entre nós dois, não era? Congratulo-me com o facto de ser consensual para o Parlamento que a sua política era errada.

Senhor Presidente, agora precisamos de estabilidade. É necessário que cumpramos as regras da concorrência e as regras relativas aos auxílios de Estado a fim de garantir a abertura das barreiras e do comércio, porque as exportações atraem mais importações, e mais importações atraem mais exportações. Dessa forma, conseguiremos mais emprego.

Guido Sacconi (PSE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, um minuto só dá para mandar um telegrama. O título do meu, que dirijo ao Conselho Europeu, já foi indicado pelos senhores deputados Schulz e Rasmussen, que disseram que é preciso fazer mais, sobretudo no que respeita à emergência social, através de novas e fortes políticas financeiras e fiscais. Permitam-me que acrescente uma mensagem adicional: sem dúvida que é de importância vital, ao atravessarmos esta crise, minimizar o seu impacto social, mas é igualmente importante manter uma rota segura para podermos saber se iremos sair dela como vencedores ou como vencidos em termos de concorrência global, a qual irá tornar-se cada vez mais dura na procura de uma nova economia verde e inteligente, com baixo teor de carbono.

Por conseguinte, todas as medidas a todos os níveis, desde as locais até às europeias, devem ser coerentes com esse objectivo. O Conselho precisa de emitir um mandato forte para as negociações com vista a Copenhaga para que não percamos essa oportunidade, que é também económica. Esse mandato deve ser apoiado com os financiamentos necessários aos países em desenvolvimento, a fim de lhes permitir que se juntem a nós.

Sophia in 't Veld (ALDE). – (NL) Senhor Presidente, esta crise é um teste para Europa. Os cidadãos esperam agora que a Europa actue e, por isso mesmo, é incompreensível que, mesmo nestas circunstâncias, muitos líderes nacionais continuem agarrados à política do "cada um por si". A Europa não é a soma de 27 interesses nacionais distintos. Neste contexto, seria um erro gravíssimo voltar a dividir a Europa em dois campos, Leste e Oeste.

Senhor Presidente, os Liberais querem apostar no futuro, não nos erros do passado. Os objectivos da Estratégia de Lisboa não devem ser congelados; temos, pelo contrário, de apostar mais na educação e na investigação, na inovação, na sustentabilidade e num mercado europeu forte.

Senhor Presidente, se é certo que os banqueiros que esbanjam o nosso dinheiro são desprezíveis, Senhor Deputado Schulz, também é certo que os políticos que fazem agora disparar os défices e as dívidas a expensas das gerações mais jovens são uns irresponsáveis. O Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa subscreve a essência do relatório Ferreira. Só com soluções europeias verdadeiras e orientadas para o futuro seremos capazes de enfrentar esta crise. Para a Europa, é agora ou nunca.

Dariusz Maciej Grabowski (UEN). – (PL) Senhor Presidente, a União Europeia necessita de uma verdadeira estratégia de recuperação económica. Para que tal estratégia seja eficaz, é necessário que preencha as seguintes condições. Em primeiro lugar, a UE necessita de um orçamento maior, e não de um orçamento que seja reduzido de 1% para 0,8% do PIB, tal como defendem alguns países. Em segundo lugar, deve restabelecer-se a liberdade quanto à política orçamental e fiscal e devem pôr-se de parte as tentativas de impor e normalizar essas políticas. Em terceiro lugar, deve-se deixar de exercer pressão sobre os novos Estados-Membros para que adiram à zona euro. Em quarto lugar, deve introduzir-se um controlo rigoroso do fluxo de capitais e deve suspender-se a transferência de capitais dos novos Estados-Membros para os Estados-Membros ricos. Neste momento, esta prática predatória ascende às dezenas de milhões de euros e está a arruinar os novos Estados-Membros. Em quinto lugar, devemos encaminhar o apoio e a ajuda principalmente para os países e regiões mais afectados, e não, tal como acontece actualmente, encerrar estaleiros navais na Polónia, enquanto na França e na Alemanha se protegem os empregos. Em sexto lugar, o programa de investimento em infra-estruturas deve ser orientado no sentido da eliminação de diferenças e do subdesenvolvimento, especialmente nos novos Estados-Membros.

Csaba Óry (PPE-DE). – (HU) Senhor Presidente, estamos todos conscientes de que, nas circunstâncias da actual crise económica, a importância da política de emprego e da Estratégia de Lisboa aumentou e que, por conseguinte, nós, os legisladores e decisores políticos europeus, temos de nos empenhar em tornar a aplicação das orientações da política de emprego tão eficaz e bem-sucedida quanto possível. Como o resultado da votação na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais também demonstrou, há pleno acordo entre os grupos políticos em relação ao facto de que as orientações da política de emprego para o período entre 2008 e 2010 constituem um quadro adequado – e suficientemente flexível – para os objectivos a atingir. Dentro desse quadro, a tarefa dos Estados-Membros é determinar os aspectos essenciais que se adequam às suas diferentes situações e ir dando consistência às diversas orientações através de conteúdos concretos. O sistema

quadro é, assim, um bom instrumento, cuja criação constitui um êxito conjunto europeu. A tarefa dos Estados-Membros, por outro lado, é pôr efectivamente em prática este excelente instrumento.

Assim, há duas condições prévias para o sucesso: o estabelecimento de objectivos adequados e a aplicação prática de uma política que se enquadre nesses objectivos. A primeira condição - digamos - já foi cumprida e, por conseguinte, na minha opinião, temos de concentrar a nossa atenção, no próximo período, em acompanhar o desenvolvimento e a aplicação do conteúdo das orientações da política de emprego dos Estados-Membros. Não podemos ignorar o facto de que situações económicas e níveis de dívida diferentes entre os vários Estados-Membros implicam diferenças na sua liberdade de circulação, no que se refere à dimensão do investimento que eles podem fazer na área do emprego e dos recursos humanos. Sob outro aspecto, porém, temos de estar unidos: cada Estado-Membro tem de aumentar o nível de investimento directamente relacionado com o emprego, proporcionalmente à sua própria capacidade. Temos de reconhecer que o sucesso dos pacotes de estímulo económico lançados pelos Estados-Membros está intimamente relacionado com a realização dos objectivos comunitários. É por isso que temos de harmonizar as nossas abordagens na área da política económica melhor do que aconteceu no passado. Assim sendo, e confiando que haverá acordo entre os grupos políticos, peço que apoiemos o relatório Andersson e que votemos a favor da sua adopção.

PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU

Vice-presidente

Pervenche Berès (PSE). - (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, se a Europa quiser, pode! Mas, para isso, tem de fazer um diagnóstico correcto: ora, neste momento, está a subavaliar a crise. Tem de pôr em prática meios adequados; neste momento, o plano de relançamento não é suficiente. E tem de desbloquear os meios financeiros necessários: ora, mais uma vez neste momento, o debate sobre as Euro-obrigações está bloqueado, pelo que há que desbloqueá-lo. Se quer actuar inteligentemente na cena internacional, tem também de dar o exemplo em matéria de regulação e controlo dos mercados financeiros.

Senhor Presidente Barroso, o senhor lançou utilmente, inteligentemente, excepcionalmente, os trabalhos do grupo Jacques de Larosière. Estão agora em discussão. Faça como Jacques Delors, utilize essa base de trabalho como base a aplicar!

Esse relatório foi aprovado por unanimidade, quando o grupo era composto por culturas e pessoas de origens muito diferentes. Assim, o consenso europeu que procuramos há anos está ali.

Se o senhor deixar as nações digladiarem-se à sombra desse resultado, não existirá um controlo europeu dos mercados financeiros.

Filiz Hakaeva Hyusmenova (ALDE). - (BG) No contexto de uma crise económica, o contributo da Política de Coesão torna-se ainda mais significativo. O sector bancário, a liquidação da capacidade de produção, a falta de dinheiro fresco e a contracção do mercado de trabalho são problemas fundamentais para os Estados-Membros. Até agora, a Política de Coesão teve os seus próprios instrumentos financeiros, mas a crise está a obrigar a uma optimização de soluções adequadas e inovadoras.

O apoio baseado nos fundos comunitários deve agora ser dirigido a áreas específicas. Os Fundos Estruturais devem ser utilizados de forma mais activa e em mais estreita sintonia com a situação. Os Estados-Membros devem concentrar a sua atenção em permitir aos beneficiários o controlo dos fundos. Espero que a Comissão simplifique os procedimentos relativos aos Fundos Estruturais, o que não deve ser feito à custa do controlo da distribuição e do dispêndio dos fundos. Julgo que o relatório sobre a Política de Coesão e o investimento na economia real fornecerá ideias para lidar com a crise e será útil para posteriores medidas destinadas a estimular a actividade económica, de que estamos à espera desde a Cimeira da União Europeia. Obrigada.

Rolf Berend (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Comissários, Senhoras e Senhores Deputados, o relatório do senhor deputado Kirilov diz essencialmente respeito à alteração de três Regulamentos dos Fundos Estruturais 2007-2013, com o objectivo de melhorar os fluxos financeiros e a liquidez nos Estados-Membros. É uma medida para combater a crise económica que podemos apoiar incondicionalmente.

Os Estados-Membros são agora chamados a fazer pleno uso, por exemplo, das possibilidades de apoio aos investimentos na eficiência energética e nas energias renováveis no domínio da habitação e das novas

possibilidades de investimento no sector da habitação em geral. As medidas previstas contribuirão para acelerar, simplificar e aumentar a flexibilidade da utilização dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão. Devo salientar que estas medidas não são incompatíveis com a livre concorrência, as normas sociais e a aplicação das normas ambientais e de protecção do clima na Comunidade.

Cabe agora aos Estados-Membros garantir o co-financiamento dos recursos disponibilizados pelos fundos estruturais europeus, a fim de poderem fazer pleno uso dos mesmos. A exigência contida no relatório no sentido de uma maior simplicidade na gestão e aplicação dos fundos é de aplaudir e apoiar.

Senhoras e Senhores Comissários, aguardamos com expectativa novas propostas da Comissão sobre esta questão em 2009. É importante salientar a importância de que se reveste a adopção de medidas de apoio ao emprego e às empresas para uma recuperação económica bem-sucedida. No entanto, os Estados-Membros devem ser instados a fazer amplo uso dos Fundos Estruturais para a promoção ou criação de postos de trabalho em pequenas e médias empresas.

A comissão tomou em plena consideração as nossas alterações. Devemos apoiar este relatório sem reservas. Os meus sinceros parabéns, Senhor Deputado Kirilov.

Enrique Barón Crespo (PSE). – (ES) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, a melhor homenagem que podemos prestar a Jean Monnet é actuar com unidade, com determinação e com perseverança, como ele mesmo fez ao organizar o esforço logístico durante as duas guerras mundiais – o esforço dos Aliados que lhes permitiu ganhar a guerra. Isto significa que nós, os 27 Estados-Membros, temos de actuar em conjunto.

Nos, os socialistas, insistimos em que isso envolva três acções prioritárias: em primeiro lugar, reforçar o nosso plano de estímulo e de recuperação no domínio orçamental e também em matéria de supervisão e de organização da Europa.

Em segundo lugar, devemos desenvolver uma verdadeira solidariedade entre os 27 Estados-Membros. Não sei se o Governo checo e o seu Parlamento, que aprovaram o Tratado de Lisboa, sabem que no segundo artigo do Tratado de Lisboa a palavra "solidariedade" aparece pela primeira vez.

Em terceiro lugar, devemos lutar contra os paraísos fiscais, verdadeiros buracos negros da globalização.

Chris Davies (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de me referir à nossa estratégia e aos preparativos para a Conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas que terá lugar no final do corrente ano, área em que assumimos um papel de liderança, mas que se encontra ameaçada pela recessão económica e exige uma flexibilização das nossas normas. Permitam-me apenas um exemplo.

Há mais de três anos concordámos em instituir novos requisitos para os nossos construtores automóveis no sentido de que alterassem os fluidos refrigerantes usados nos sistemas de ar condicionado, os quais têm actualmente um potencial de aquecimento do planeta 1 400 vezes superior ao do dióxido de carbono. Afirmámos que essa imposição se aplicaria a todos os novos modelos automóveis a partir de 2011.

Porém, sabemos agora que alguns construtores – liderados, tanto quanto sei, pela Ford e a General Motors – estão a tentar explorar lacunas com vista a fugir a essa obrigação. No final do corrente mês, haverá uma reunião das autoridades nacionais de homologação. É muito importante que o Senhor Comissário Verheugen assuma a liderança e deixe claro que não tornaremos as nossas normas menos rigorosas, e que esses fluidos refrigerantes deverão ser substituídos até 2011.

Se fraquejarmos agora, estaremos a abrir espaço para as pressões da indústria em geral, e a nossa posição de liderança em matéria de alterações climáticas será seriamente posta em causa.

Costas Botopoulos (PSE). – (EN) Senhora Presidente, estes três relatórios, extremamente importantes, foram elaborados por relatores socialistas. Isso não acontece evidentemente por acaso. O fio condutor destes relatórios, as alterações que serão apresentadas pelos deputados socialistas para os melhorar e, penso, também o debate de hoje demonstram claramente que existem políticas distintas: políticas distintas entre a direita e os socialistas na forma de abordar a crise. A política de direita é bastante simples: a crise é negativa, mas é preciso paciência, acabará por passar; é preciso que tomemos algumas medidas de carácter técnico e tudo regressará à normalidade por si só e é necessário que manifestemos a nossa solidariedade às pessoas que serão atingidas.

A posição socialista é muito mais complexa. Afirmamos que temos de atacar as raízes do problema, as raízes da crise, que temos de mudar radicalmente de paradigma económico, que temos de mudar e que é preciso pôr cobro a toda a especulação que nos conduziu à presente crise financeira. Não se trata de uma crise neutra, mas sim de uma crise induzida por políticas específicas, seguidas sobretudo por governos de direita.

Jean-Paul Gauzès (PPE-DE). - (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, caros colegas, os nossos concidadãos, nestes tempos de crise, esperam muito da Europa. A Europa não deve decepcioná-los.

Evidentemente que somos forçados a constatar que os meios financeiros à disposição da Europa são limitados, pelo que devemos iniciar uma reflexão sobre a forma de os reforçar. Todavia, a Europa pode ser melhor, ter mais sucesso, com uma maior vontade política.

Em primeiro lugar, como é óbvio, catalisando as acções e os esforços dos Estados-Membros, mas também desenvolvendo uma abordagem coordenada a nível europeu. O plano de relançamento representa, essencialmente, uma caixa de ferramentas com vista a favorecer as reestruturações. O papel do BEI deve ser reforçado.

A Europa tem de agir e de definir uma estratégia económica clara e inovadora. Os agentes económicos precisam de perspectivas e de estabilidade jurídica. Importa, antes de mais, organizar os serviços financeiros de forma a que as instituições bancárias desempenhem o seu principal papel, a saber, financiar o desenvolvimento económico.

Os textos actualmente em preparação devem contribuir para isso: directivas sobre os fundos próprios dos bancos e das seguradoras, regulamentos sobre as agências de notação. Relativamente a este último texto, devemos retirar as consequências do disfuncionamento constatado.

É também urgente organizar um controlo europeu das actividades financeiras regulamentadas. O relatório do grupo de Larosière formula propostas úteis e oportunas que temos de pôr rapidamente em prática.

Temos também de fornecer à Europa uma política industrial verdadeira, eficaz e moderna. A este respeito, devemos conciliar os imperativos de desenvolvimento sustentável com a necessidade de um tecido industrial de qualidade, produtor de riquezas e gerador de empregos.

Nos tempos de crise que atravessamos, não devemos perturbar os sectores que funcionam com a produção de regras ou regulamentações cuja eficácia não está formalmente comprovada. Por exemplo, no sector automóvel, que atravessa neste momento graves dificuldades, é importante proteger o regulamento de isenção da distribuição automóvel, que expira em 2010.

Temos também de estar vigilantes, por exemplo, na negociação do acordo bilateral com a Coreia, que poderá ser muito favorável à nossa indústria.

Brian Simpson (PSE). - (EN) Senhora Presidente, hoje o meu contributo será para salientar a necessidade de investimento: investimento no emprego; investimento no nosso ambiente; e investimento nas nossas economias. A esse respeito, o investimento nas nossas infra-estruturas de transportes e, em particular nas nossas infra-estruturas ferroviárias, é essencial não só para nos proporcionar uma rede de caminhos-de-ferro de nível mundial, mas também para a protecção e manutenção do emprego e da coesão social.

É preciso que atribuamos prioridade à electrificação da nossa rede de caminhos-de-ferro, o que nos trará ganhos em matéria de transportes e ambiente. É preciso que invistamos na nossa rede transeuropeia de transportes, que disponhamos de um plano de recuperação sólido e voltado para a acção, que não se fique apenas pelas palavras.

A atitude de permanecer de braços cruzados e deixar as decisões aos mercados malogrou. É tempo para uma acção europeia concertada que passa hoje por colocar as pessoas em primeiro lugar e em remeter para último lugar os interesses de cada um. Nós, deste lado da Assembleia, não estamos preparados para actuar como Pôncio Pilatos, lavando as mãos em face do problema. Queremos agir, e queremos agir com determinação.

Péter Olajos (PPE-DE). - (HU) Estou convencido de que a actual crise económica tem as suas raízes no excesso de consumo e na crise ambiental e que é nesta área que temos também de procurar a solução. Estamos a chegar a um período importante no que se refere à política climática, uma vez que, no final deste ano, teremos de chegar a acordo em Copenhaga sobre os novos objectivos comuns para combater o aquecimento global. Por conseguinte, a tarefa é considerável e não podemos cometer erros nem protelar. Os textos jurídicos que temos diante de nós definem o quadro e estabelecem as principais linhas de orientação, mas as medidas

concretas e efectivas a tomar ainda estão por decidir. Para obter uma redução de 25-40% na emissão de gases com efeito de estufa, como recomendam os cientistas, e travar o declínio da biodiversidade, precisamos de recursos financeiros significativos.

Nos últimos anos, tive o prazer de visitar, inserido em delegações parlamentares, o Bangladesh, a China, a Índia e, mais recentemente, a Guiana e, em resultado disso, as minhas convicções nesta matéria foram reforçadas. Por um lado, temos de apoiar os países em desenvolvimento, mas isso só poderá ser feito através de investimentos transparentes e monitorizados de perto. Por outro lado, as receitas provenientes dos leilões de comércio de emissões da União Europeia deverão ser também utilizadas para apoiar medidas para promover a adaptação nos países em desenvolvimento. A Comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar recomenda um total de 30 mil milhões de euros para este objectivo, até 2020. Trata-se de uma soma avultada e utilizá-la correctamente é um grande desafio.

Além disso, a luta contra as alterações climáticas oferece à Europa uma excelente oportunidade de aumentar a utilização de novas tecnologias e de criar novos empregos, a fim de promover a segurança energética. A ONU e a nova administração dos EUA, bem como vários governos europeus reconheceram igualmente que, para sair da crise global, precisamos não só de uma nova fonte de energia eficaz, mas também de um motor que funcione segundo novos princípios organizativos, já que a actual recessão económica camufla o verdadeiro problema que a humanidade e a Europa enfrentam, a saber, a crise ambiental. O “New Deal” verde constitui uma oportunidade histórica para resolver ambas as crises de uma só vez.

Gianni Pittella (PSE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que foi um erro, sobretudo por parte da Comissão, subavaliar inicialmente a extensão da crise, e que hoje é também um erro repetirmo-nos em cimeiras que produzem declarações de princípio mas não são acompanhadas de decisões coerentes e práticas. As respostas dadas pelos nossos relatórios aos problemas gravíssimos dos cidadãos europeus são convincentes e estão à altura das necessidades.

Mas esta Assembleia é chamada a colmatar uma lacuna, introduzindo o instrumento dos *Eurobonds* (emissão de obrigações europeias), repetidamente defendido pelo senhor deputado Mario Mauro, por mim próprio e por quase 200 deputados, um instrumento – talvez o único – capaz de gerar os recursos financeiros que o nosso orçamento exangue não possui, para financiar as medidas para fazer face à crise, as redes transeuropeias, as energias limpas, a investigação e a banda larga, a luta contra a pobreza e o programa Erasmus para os jovens. O grande Jacques Delors – e com isto termino – mostrou-nos o caminho. Sigamo-lo com coragem.

Avril Doyle (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, com o pano de fundo da economia mundial e da crise financeira e pacotes de estímulo de milhares de milhões de euros, existe uma enorme oportunidade para se aumentar a eficiência energética, aumentar a segurança energética a partir de fontes de energias renováveis e fiáveis e promover as tecnologias verdes através de um “new deal” verde. Por outras palavras, podemos transformar esta crise numa oportunidade, para benefício de todos nós a longo prazo.

Congratulo-me com as duas alternativas de financiamento inovador para o combate às alterações climáticas constantes da recente Comunicação da Comissão. Na qualidade de relatora original da resolução do documento de hoje, exorto os Estados-Membros a terem em conta estas propostas e também a honrarem, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da próxima semana, a declaração da Cimeira de 12 de Dezembro último, que deverá ser devidamente registada em acta, de preferência juntamente com o texto final do relatório UE-RCLE, pois, de outra forma, não aparecerá no Jornal Oficial.

Para isso – e exorto o Presidente em exercício, o Senhor Comissário e a Senhora Presidente a terem isso presente – é necessária uma declaração tripartida das três Instituições. A referida declaração de Dezembro afirma que o Conselho Europeu recorda que os Estados-Membros determinarão, em conformidade com as respectivas exigências constitucionais e orçamentais, a utilização do produto do leilão das licenças do sistema europeu de comércio de licenças de emissão. Regista a sua disponibilidade para utilizarem pelo menos metade desse montante em acções destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a atenuar as alterações climáticas e promover a adaptação às mesmas e em medidas destinadas a evitar a desflorestação, desenvolver as fontes de energia renováveis e a eficiência energética, bem como outras tecnologias que contribuam para a transição para uma economia segura e de baixo carbono, inclusivamente através da construção de capacidades, transferência de tecnologias, investigação e desenvolvimento.

E prossegue afirmando que, no contexto de um acordo internacional sobre alterações climáticas em Copenhaga, em 2009, e para aqueles que o desejarem, parte desse montante será utilizado para promover e financiar acções destinadas a mitigar os efeitos das alterações climáticas e a promover a adaptação às

mesmas nos países em desenvolvimento que tenham ratificado o acordo, em particular, nos países menos avançados. A esse respeito, deverão ser dados novos passos no Conselho Europeu da Primavera de 2009.

Aguardo com expectativa um resultado honroso no que respeita à declaração da próxima reunião de Chefes de Estado e de Governo.

Harlem Désir (PSE). - (FR) Senhora Presidente, pouca coisa, demasiado tardio, insuficientemente coordenado, insuficientemente solidário, subdimensionado: eis o sentimento transmitido, de facto, pelo plano de relançamento da União Europeia e pelas propostas da Comissão nesta fase.

A razão é muito simples: tendo em conta as previsões que tinham sido adiantadas inicialmente, somos todos obrigados a constatar que a profundidade da crise tinha sido subestimada, no que respeita tanto à baixa espectacular da produção industrial, por exemplo no Reino Unido ou em França, como à redução do comércio internacional e das exportações alemãs, como ainda às previsões de aumento do desemprego. Assim, acredito realmente que, neste momento, estamos muito longe de uma resposta à altura daquilo que está a ser posto em andamento, por exemplo, pela administração Obama nos Estados Unidos.

Mais uma vez, existe um sentimento de falta de solidariedade, mas também de uma enorme timidez. Vemos o Ecofin a recusar, no passado mês de Março, aumentar os planos de relançamento, ou os países da Europa de Leste a serem obrigados a apelar para o FMI, o que representa um fracasso lamentável da solidariedade europeia; deixamos que se acumulem os planos de salvamento do sector industrial por país e limitamo-nos a apelar para a ausência de protecção. Ora, a única resposta verdadeira seria a de um plano de salvamento europeu de relançamento do sector automóvel.

Penso que, actualmente, o pedido dos socialistas é extremamente claro: pretendemos um investimento maciço. A título de comparação, por exemplo, pois referimos muitas vezes a crise de 1929, o *New Deal* de Roosevelt era de 3,5% do PIB durante sete anos. O que significaria, para a Europa, neste momento, o equivalente a 400 mil milhões de euros por ano durante vários anos. Assim, pensamos que temos efectivamente de recorrer aos empréstimos e às Euro-obrigações, que temos de investir maciçamente na inovação verde, no isolamento dos edifícios, nos transportes modernos, no sector energético, e que precisamos também de um plano de apoio às vítimas das reestruturações e do desemprego; temos de referir como é que vamos ajudar todos aqueles que se vão confrontar com o desemprego, enquanto esperam, por exemplo, pela utilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Cornelis Visser (PPE-DE). - (NL) Senhora Presidente, neste período de crise económica, o Parlamento Europeu tem de desempenhar o papel de guarda, especialmente quando se trata de impedir o protecção.

Estabelecemos em conjunto o mercado interno, que nos trouxe uma grande prosperidade. Não só na Europa Ocidental, mas também na Europa Central, os países colheram os plenos benefícios desse mercado. Não podemos permitir que qualquer vento de proa nos arranque simplesmente das mãos estas conquistas. Nós, neste Parlamento, deveríamos opor-nos a propostas como as que foram avançadas para apoiar a indústria automóvel francesa e que poderiam afectar negativamente outros países europeus.

O Parlamento tem também de desempenhar o papel de cão de guarda quando se trata de reforçar o euro. Não podemos aceitar que os países deixem aumentar ilimitadamente as suas dívidas públicas. Na Europa subscrevemos o chamado Pacto de Estabilidade e Crescimento. Sabemos que, em resultado da crise económica, vamos ter, temporariamente, de conceder mais espaço para apoiar os bancos. No entanto, isto tem de ser uma excepção.

Não há necessidade de prestar apoio estrutural a outros sectores da economia. Os Estados-Membros não dispõem dos fundos para o fazer, e se tivessem de recorrer a empréstimos com Euro-obrigações, isso iria sobrecarregar as gerações vindouras com o peso da dívida e enfraquecer o euro. Oponho-me a isso.

Em suma, temos agir como um cão de guarda quando se trata de combater o protecção e de proteger o valor do euro.

Libor Rouček (PSE). - (CS) Senhoras e Senhores Deputados, na minha curta intervenção de hoje, gostaria de me concentrar numa área importante, que, segundo espero, será debatida e resolvida com sucesso na reunião do Conselho Europeu. Trata-se da área da política energética. Todos nós sabemos que a União Europeia necessita de reforçar a sua segurança e independência energética, bem como a sua infra-estrutura energética, o que significa interligar e alargar a rede de oleodutos, gasodutos e linhas de electricidade entre Estados e regiões. Também necessitamos de aumentar as nossas reservas de petróleo e gás natural. Queremos aumentar a percentagem de energia renováveis, a eficiência energética dos edifícios e produtos, assim como

o investimento na investigação e em medidas que visam mitigar os efeitos das alterações climáticas. Estou firmemente convencido de que as medidas e os investimentos que têm de ser introduzidos no domínio da política energética não só podem resolver os nossos problemas energéticos e climáticos, como também podem ter um efeito muito positivo e forte no período da crise económica, impulsionando o crescimento económico e o aumento de emprego.

Rumiana Jeleva (PPE-DE). – (BG) Minhas senhoras e meus senhores, congratulo-me com os esforços realizados pelas instituições europeias na definição de medidas para acções coordenadas pelos Estados-Membros e pela Comissão para lidar com a crise económica. Como é bem sabido, a Política de Coesão da União Europeia está a dar um importante contributo para o Plano de Relançamento da Economia Europeia e constitui a maior fonte comunitária de investimento na economia real. Num gesto de reconhecimento destes esforços, o Parlamento Europeu apoia as alterações ao regulamento sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, no sentido de simplificar e acelerar a gestão financeira dos fundos comunitários. Espero que os beneficiários, aqueles a quem os fundos efectivamente se dirigem, venham a ganhar com esta simplificação, o que é particularmente importante no caso dos Estados-Membros mais carenciados da União Europeia.

Uma tarefa importante que os Estados-Membros ainda terão de enfrentar é a de garantir o financiamento necessário para que os recursos comunitários sejam gastos como previsto. Sem violar as regras da livre concorrência e as normas de boa gestão, os Estados-Membros devem utilizar os procedimentos simplificados para o financiamento de projectos. Obrigada pela vossa atenção.

Atanas Papanizov (PSE). – (EN) Senhora Presidente, é evidente que o aspecto europeu do plano de relançamento económico e o seu apoio financeiro são claramente negligenciáveis quando comparados com os esforços dos Estados-Membros. No entanto, espero que o Conselho aprove um plano que apoie as interconexões no domínio da energia entre os diferentes países, de molde a que os efeitos de uma futura crise do gás possam ser atenuados.

No entanto, seria possível manifestar solidariedade, tornando mais flexíveis os critérios para o MTC2, a zona euro e para adopção do euro pelo países que desejem aderir. É evidente que os Estados-Membros que actualmente têm de envidar enormes esforços para manterem uma taxa de câmbio estável precisam de maior apoio para conseguirem ultrapassar as fases necessárias com vista a tornar-se membros da zona e, assim, prevenir os efeitos da crise económica. Espero que essa seja uma das decisões a tomar num futuro próximo, tendo em conta o facto de já existir alguma flexibilidade para os actuais Estados-Membros.

Danutė Budreikaitė (ALDE). – (LT) Concordo no fundamental com o Plano de Relançamento da Economia Europeia, mas gostaria de chamar a atenção da Câmara para duas questões: a emissão de euro-obrigações e o alargamento da zona euro. Nem a emissão de euro-obrigações é um instrumento apropriado para fortalecer a zona euro, nem o momento é indicado, para uma Europa em crise financeira, económica e social. Há 16 Estados-Membros da zona euro cujas economias receberiam apoio, mas e os outros 11 países? Propõe-se que, na colocação de euro-obrigações, aceitemos apenas coroas suecas e dinamarquesas. Em que posição ficariam os novos Estados-Membros, que, por uma série de razões objectivas, não pertencem à zona euro? Que custo teriam de pagar pelo crédito? A Lituânia não foi autorizada a adoptar o euro por ter uma taxa de inflação 0,07% acima do limite máximo desse indicador, apesar de, em 10 anos, não ter havido um único membro da zona euro que cumprisse integralmente os critérios. A Lita lituana já está indexada ao euro há 4 anos. Não será altura de começarmos a ser mais criativos na busca de soluções de mudança do estado de coisas e de alargarmos a zona euro e, dessa forma, ajudarmos a UE a sair da crise?

Mieczysław Edmund Janowski (UEN). – (PL) Senhora Presidente, o título do relatório do senhor deputado Kirilov, pelo qual o felicito, sugere que também se pode falar de uma economia irreal. Já há uma economia virtual e dinheiro virtual, mas as assinaturas dos banqueiros e dos auditores são reais, um sinal de que tudo está em ordem. Acontece, porém, que isso não é verdade e que se trata de um *bluff*.

Actualmente, estamos confrontados com os desafios de uma crise económica e moral. Neste contexto, investir no desenvolvimento regional e na coesão é sensato e necessário. Esses investimentos significarão quilómetros reais de estradas, caminhos-de-ferro e aeroportos modernizados. Devemos investir no conhecimento e na educação, e em soluções inovadoras, especialmente no que se refere às pequenas e médias empresas. Devíamos restringir verdadeiramente a burocracia. Isso gerará empregos para milhares de pessoas, proporcionando-lhes um meio de vida. Representará, também, uma aplicação genuína de uma política de solidariedade, e não protecção. Tornará Lisboa uma realidade.

Emmanouil Angelakas (PPE-DE). – (EL) Senhora Presidente, é necessário adoptar medidas específicas para mobilizar sectores da economia de modo a que possam ser ajudados no combate à crise.

Mais importante ainda, quando essas medidas dizem respeito à política regional e à política de coesão, de certeza que dizem respeito à maioria dos cidadãos e empresas, especialmente as de pequena e média dimensão.

Iniciativas para simplificar os regulamentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e dos outros fundos estruturais e medidas como o reforço do investimento na utilização de fontes de energia renováveis nas habitações, a simplificação dos regulamentos e o pagamento de adiantamentos e de despesas elegíveis e montantes forfetários contribuem seguramente para a manutenção de postos de trabalho e para a sobrevivência de pequenas e médias empresas nesta conjuntura económica incerta.

Há que intensificar esforços com outras iniciativas que o Parlamento Europeu aguarda e em cuja formulação participará activamente. Continua a ser necessário adoptar medidas com impacto directo na ajuda financeira aos cidadãos.

Csaba Sándor Tabajdi (PSE). – (HU) A União Europeia nunca esteve numa situação tão difícil como agora. Dois princípios fundamentais estão a ser postos em causa: a solidariedade e a unidade do mercado interno, devido ao protecçãoismo. O senhor deputado Martin Schulz tem toda a razão: a Comissão Europeia não tomou quaisquer medidas concretas para pôr os mercados em ordem ou para regulamentar as questões financeiras. Se não preservarmos a nossa solidariedade, a unidade da União Europeia poderá ser destruída pelo egoísmo e pelo protecçãoismo, pois há problemas não só fora da zona euro, mas também dentro dela. A Grécia, a Hungria e outros países têm problemas semelhantes. Gostaria de recordar ao senhor deputado Farage que os bancos e as empresas da Europa Ocidental compraram os bancos e as empresas dos novos Estados-Membros e agora, furtando-se à solidariedade, não estão a fazer nada para possibilitar uma base financeira segura.

Martin Schulz (PSE). – (DE) Senhora Presidente, muito obrigado por me permitir fazer uma observação pessoal no final deste debate. Gostaria de responder aos comentários feitos pelo senhor deputado Lehne.

Depreendo das suas palavras, Senhor Deputado Lehne, que a crise foi causada pelos socialistas na Europa. Já o sabíamos, evidentemente. É um princípio bem conhecido na Alemanha: quando o sol brilha de manhã, os democratas-cristãos são os responsáveis, mas se houver gelo e neve, a culpa é dos sociais-democratas. Todos sabemos isso. No entanto, caros colegas do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, poderiam agora demonstrar se vão pôr em prática aquilo que o senhor deputado Lehne disse quando me atacou por ter dito algo de errado – é possível, poderei ter-me enganado.

Peço-lhe agora, por isso, que nos diga o seguinte relativamente ao relatório Ferreira, alteração 113, que se refere à solidariedade entre os Estados-Membros e ao encerramento dos paraísos fiscais. É sobre a nossa decisão de garantir que a UE inste a Cimeira do G20 a encerrar os paraísos fiscais. Vai votar a favor ou contra o relatório Ferreira? Sobre a solidariedade comunitária entre a zona do euro e os Estados que dela não fazem parte e a solidariedade no seio da zona do euro. Vai votar a favor? E, finalmente, o estímulo orçamental de 1% ou 1,5% do PIB, como tentativa da Comunidade de superar a crise. Vai votar a favor? Refiro-me às alterações 92, 102 e 113 do Grupo Socialista no Parlamento Europeu. Se votar a favor, receberá o meu pedido de desculpas, Senhor Deputado Lehne. Se não votar a favor, então terei de lhe dizer que o senhor deputado faz grandes discursos, mas, depois, não vota em conformidade.

Klaus-Heiner Lehne (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, muito obrigado. Serei muito breve. Em primeiro lugar, é evidente que os socialistas não são responsáveis pela crise. Ninguém nesta Assembleia disse isso. Todos sabemos quem são os culpados e isso foi investigado em profundidade. Salientei contudo, e com razão, que durante muitos anos os socialistas foram responsáveis por bloquear a implementação de regras de transparência claras relativas aos fundos de retorno absoluto e aos fundos de investimento em participações privadas, e dei exemplos disso mesmo. Isto, muito simplesmente, é um facto.

No que respeita às alterações que foram referidas, gostaria de mencionar apenas um ponto, a questão dos paraísos fiscais. Estamos totalmente de acordo nesta matéria. A questão é, simplesmente, a de saber em que ponto vamos votar a favor da mesma. Hoje vamos debater a alteração 25 relativa à resolução sobre a Estratégia de Lisboa, que aborda precisamente este assunto. O nosso grupo vai votar a favor. Portanto, não tenho quaisquer problemas com as questões que foram mencionadas.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhor Presidente, mantivemos um debate muito longo e útil, e a Presidência está grata a todos os senhores deputados desta Assembleia pelos seus comentários.

Identificaram, e bem, os desafios de monta que actualmente temos pela frente e, em particular, as consequências da crise financeira e económica. Tal como salientei nos meus comentários introdutórios, esta questão estará no centro do debate na reunião do Conselho Europeu da próxima semana. Apesar da dimensão da crise, a Presidência considera que a União Europeia pode chegar a acordo quanto aos vários componentes de uma abordagem que lhe permita avançar.

Não há outra opção a não ser trabalhar em conjunto perante esta crise profunda. Apoio, por isso, os muitos apelos feitos esta manhã a uma maior responsabilidade e a uma cooperação mais intensa. Considero igualmente que não só podemos como devemos trabalhar em conjunto na resolução dos problemas da Europa, mas ainda que a União Europeia está bem colocada para fazer parte da solução global. Esta crise poderá ser profunda, mas se trabalharmos em conjunto, a Europa possui os necessários recursos intelectuais, financeiros, humanos e regulamentares para continuar a definir e implementar as respostas adequadas.

Joseph Daul afirmou que o próximo Conselho Europeu não é só mais uma Cimeira, e tem seguramente razão. Conseguir uma resposta global começa pela assunção de um papel de liderança na Conferência do G20 em Londres, no início do próximo mês. Na reunião de ontem do Conselho, os Ministros do Ecofin endossaram as condições para a participação da UE nessa importante reunião. Acordaram, em particular, na necessidade de uma coordenação internacional mais estreita das políticas macroeconómicas com base numa transparência e responsabilização acrescidas – e isso traz-nos de volta ao nosso debate sobre os fundos especulativos (*hedge funds*) e outras questões sensíveis. Todos estiveram de acordo em reforçar a cooperação entre as autoridades financeiras a nível internacional, em reforçar o FMI, bem como quanto à necessidade de abordar o papel dos bancos de desenvolvimento multilaterais com vista a contrariar os efeitos da crise para as populações mais pobres do mundo.

Falando da necessidade de solidariedade, temos de estar cientes de que esta solidariedade europeia deverá ser acompanhada por políticas responsáveis a nível nacional no que respeita ao desenvolvimento financeiro sustentável na Europa. É verdade que os americanos estão a gastar, mas não estão a pedir assistência do FMI, e não têm um Pacto de Estabilidade para assegurar a integridade da sua zona monetária. Temos de investir no nosso futuro, mas devemos fazê-lo de forma a não prejudicar a sustentabilidade de longo prazo das nossas finanças públicas ou as regras do jogo do mercado interno.

Muitos dos aqui presentes esta manhã referiram preocupações muito concretas dos cidadãos face ao desemprego crescente. Martin Schulz afirmou que a questão se resume a “emprego, emprego e emprego” – e tem razão. Precisamos efectivamente de manter o emprego, e embora muitas medidas sejam da competência dos Estados-Membros, há também outras que nós podemos tomar. Permitam-me um exemplo. Ontem, o Ecofin chegou a um acordo quanto à redução do IVA nos sectores de trabalho intensivo da área dos serviços, como o da restauração e outros. Se se recordarem, há já muitos anos que essa medida constava da agenda sem que fosse encontrada uma solução, e ainda ontem, sob Presidência do meu país, conseguimos chegar a um acordo quanto a esta questão sensível.

O emprego deverá ser, e é, o tema central dos três relatórios que esta manhã temos em mãos. Tencionamos abordar esta questão na reunião da próxima semana. Esta é uma parte essencial da Estratégia de Lisboa. Concordo com os que afirmam que a actual crise não é razão para pôr de parte a Estratégia de Lisboa. Na verdade, é mais uma razão para assegurar que consigamos atingir os seus objectivos.

A Presidência dedica particular atenção a esta questão, razão pela qual convocámos uma reunião suplementar no início de Maio para abordar o problema do desemprego crescente. Na semana seguinte, tencionamos chegar a acordo sobre algumas orientações concretas, que criarão uma base para as nossas discussões e, possivelmente, para as decisões a tomar em Maio.

Alguns dos presentes mencionaram também a necessidade de chegar a um acordo com vista à mitigação das alterações climáticas e à adaptação às mesmas aquando dos preparativos para a reunião de Copenhaga. Graham Watson perguntou quanto teremos de pagar. Penso que isso é prematuro. Existem algumas estimativas – tais como as contidas na Comunicação da Comissão a este respeito, que inclui estimativas de diversas ONG e instituições – que são bastante elevadas. No entanto, seria prematuro avançar desde já uma estimativa. Temos de esperar que os EUA e as outras partes interessadas no processo nos informem dos respectivos planos, e é isso que tencionamos que aconteça na reunião com a Administração Obama, em Praga, no início de Abril. Abrir agora o jogo não seria a melhor tática.

Evidentemente, manter-vos-emos totalmente informados de todos os aspectos da reunião do próximo Conselho Europeu, e assegurar-me-ei de que o Senhor Primeiro-Ministro Topolánek esteja totalmente ciente das opiniões veiculadas aqui esta manhã. Virá aqui perante o Parlamento, no próximo período de sessões, para dar a conhecer os resultados do Conselho Europeu, e aguardo com expectativa uma troca de impressões construtiva nessa ocasião.

Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, concordo com aqueles que disseram que, durante muito tempo, a crise foi subestimada e não foi devidamente compreendida. Portanto, será provavelmente positivo se pelo menos pudermos concordar, no balanço inicial, que não sabemos quão grave esta crise ainda pode vir a ser. Além disso, não sabemos quanto tempo a crise vai durar e, portanto, também não sabemos se já fizemos o suficiente. Lamento ter, por uma vez, de contradizer o Sr. Jean-Claude Juncker.

Nem sequer sabemos se o que fizemos terá impacto ou não. Neste momento, nem sequer isso sabemos. A única coisa que sabemos realmente é que não sairemos desta crise se não formos capazes, muito rapidamente, de pôr o sector financeiro a funcionar novamente.

Este foi o início do problema e, entretanto, tornou-se relativamente claro como tudo isto aconteceu. Sabemos, também, por que razão as medidas já tomadas para estabilizar o sector financeiro não tiveram impacto ou, pelo menos, não tiveram impacto suficiente – porque os bancos sabem que ainda serão confrontados com uma série de problemas. Os bancos estão actualmente a fazer previsões de riscos, pois sabem que alguns dos riscos contidos nas suas contas ainda não são conhecidos. Temos de tomar as medidas políticas adequadas a este respeito.

No entanto, uma coisa é clara. Para o sector financeiro não há regresso possível ao tempo anterior à crise. Quem pensa que o Estado e a União Europeia estão agora a regulamentar para que, depois, tudo continue como antes, engana-se. Parece claro que precisamos de um sistema de supervisão sólido e a longo prazo para o sector financeiro e as instituições financeiras que não se aplique apenas à Europa. É muito importante que, juntamente com os nossos parceiros, criemos um sistema de governação global. E só conseguiremos fazê-lo em colaboração com os nossos parceiros se nós, Europeus, adoptarmos uma abordagem clara e comum. Quanto mais conseguirmos pôr-nos de acordo quanto a esta questão, tanto melhores são as nossas possibilidades de alcançarmos os resultados que desejamos. Se as capitais europeias transmitirem sinais contraditórios a Washington, Pequim e Tóquio, as perspectivas de criação de um sistema útil de governação global serão diminutas.

No entanto, estamos de acordo em que a situação actual é potencialmente muito explosiva em termos sociais, simplesmente porque tudo aquilo que podemos fazer para estabilizar o sector financeiro não será suficiente para apoiar as empresas na economia real, que se encontram em dificuldade em consequência da crise financeira. Todos sabemos isso.

A resposta europeia à crise na economia real, à crise nas nossas empresas e na nossa indústria é uma resposta que se concentra nos postos de trabalho. Não se trata aqui dos dividendos para os accionistas ou dos bónus para os gestores. Trata-se de garantir que as pessoas que têm muito pouco ou que, de facto, não têm qualquer responsabilidade pela crise, i.e. os trabalhadores, possam manter os seus postos de trabalho. É essencial que mantenham os seus postos de trabalho, pois, de contrário, não poderão viver uma vida independente em liberdade e dignidade.

Queremos proteger os postos de trabalho na economia europeia, razão pela qual os programas de despesas eram necessários. Podemos discutir sobre se poderiam ou deveriam ter sido mais vastos, ou não. O problema, porém, é que não há flexibilidade a este respeito no orçamento comunitário. É fácil para nós, no Parlamento Europeu ou na Comissão Europeia, dizer que precisamos de um grande pacote de recuperação económica, que temos de injectar grandes quantidades de dinheiro na economia, pois não será o nosso dinheiro, porque nós não temos dinheiro. Será sempre o dinheiro dos Estados-Membros e, por favor, não se esqueçam de que os parlamentos nacionais também têm, naturalmente, um papel a desempenhar nesta matéria.

Procurámos assegurar que os programas de despesas sejam organizados de modo a que as necessidades de curto prazo não ponham em risco os objectivos a longo prazo. É, precisamente, o que vários oradores de todos os grupos parlamentares disseram, ou seja, que estamos a passar por uma transformação económica, por uma transição para uma economia com baixa emissão de carbono e eficiente na utilização dos recursos e para uma economia baseada no conhecimento. Esta transformação deve prosseguir durante a crise. É por esta razão que dizemos às empresas que não reduzam o investimento na investigação e no desenvolvimento, nem na inovação, e que mantenham a sua força de trabalho nuclear. As medidas financeiras que viemos a

tomar devem apoiar estes objectivos. Concorro com todos os que dizem que as coisas talvez pudessem ter corrido melhor. No entanto, devemos ter sempre em mente que o dinheiro que está aqui a ser gasto não é dinheiro da União Europeia. É dinheiro dos Estados-Membros e, nos Estados-Membros, há outros factores a ter em conta para além daquilo que consideramos ser correcto neste caso. O modelo económico da Estratégia de Lisboa, que também foi discutido hoje, não implica um mercado independente. A Estratégia de Lisboa não se baseia no pressuposto de que a melhor economia de mercado é aquela que se deixa desenvolver por si própria, em termos de um mercado livre sem restrições. Pelo contrário, a estratégia pressupõe que o mercado precisa de regras para que possa cumprir as suas responsabilidades sociais e ambientais. Os políticos têm a responsabilidade de estabelecer estas regras e não devem desviar-se dessa tarefa. Creio, por isso, que os objectivos da Estratégia de Lisboa se mantêm inalterados e que colocar a questão em termos de "como é que chegámos a esta crise apesar da Estratégia de Lisboa?" é, na realidade, colocar a questão errada. Uma estratégia económica diferente na Europa não teria sido capaz de evitar os desequilíbrios macroeconómicos e os erros cometidos nos mercados financeiros internacionais que conduziram a esta crise.

Permitam-me reafirmar, para concluir, que queremos garantir que o maior número possível de empresas europeias passe incólume por esta crise. Isto significa que temos de as ajudar a obter financiamento. Neste momento, esse parece-me ser o principal problema, porque a contracção do crédito está a afectar as grandes e as pequenas organizações.

O Banco Europeu de Investimento está a fazer tudo o que pode. Devemos agradecer ao BEI a sua abordagem muito flexível. Contudo, chegou agora ao limite daquilo que pode fazer. É já evidente que não será possível satisfazer as necessidades de empréstimos das grandes e pequenas empresas europeias no segundo semestre deste ano, uma vez que o Banco Europeu de Investimento já se encontra no seu limite. Todos devem estar conscientes de que a situação vai tornar-se muito séria, pelo que vale a pena reflectir sobre se nós, neste Parlamento, podemos melhorar a situação das empresas europeias, por exemplo, analisando e aprovando rapidamente as propostas da Comissão que visem impedir que as empresas europeias tenham de pagar custos desnecessários.

Apresentámos propostas que poderiam traduzir-se numa redução de custos até 30 mil milhões de euros por ano para as empresas europeias. A rápida aprovação destas propostas daria um importante contributo para a superação da crise.

A Comissão está convicta de que, nas vésperas desta cimeira, as oportunidades e os riscos da integração europeia se tornarão evidentes com uma clareza rara até agora. As oportunidades implicam, obviamente, que unamos as nossas forças, que actuemos de forma coordenada e direccionada e que apliquemos toda a nossa criatividade, com o objectivo de sairmos mais fortes desta crise. Isto permitir-nos-á compensar o facto de, diferentemente dos Estados Unidos da América, não podermos tomar, a nível central, decisões que são aplicadas em todo o lado, mas, em vez disso, devermos assegurar que 27 Estados-Membros estejam de acordo.

No entanto, ao mesmo tempo, os riscos são mais evidentes do que nunca – os riscos aos quais todos seremos expostos se, nesta situação, um ou mais Estados-Membros optarem pelo protecçãoismo ou pelo nacionalismo económico, e não pela solidariedade e por uma abordagem comum. Sem uma bússola comum que nos guie através desta crise, todos nós nos perderemos, infelizmente, no nevoeiro que causou a crise.

Elisa Ferreira, relatora. – Senhora Presidente, Senhor representante da Presidência, Senhor Comissário, minhas Senhoras e meus Senhores, meus caros Colegas, a crise é mais profunda do que esperávamos e o desemprego será maior do que prevemos. Há boas razões para supor que o estímulo europeu previsto não é suficiente, mas é claro, já neste momento, que ele está a demorar demasiado tempo a chegar aos cidadãos.

A posição do Parlamento é forte e é clara, tem sido e espero que vá continuar a sê-lo. O nosso objectivo é manter o emprego e é criar novos empregos com coesão, com solidariedade, quer territorial, quer social. Neste momento de crise, os cidadãos não se podem conformar com uma Europa que não lhes dá resposta, com uma Europa que é impotente perante os problemas que estão a atravessar. O que é que o Parlamento vai pedir à Comissão? Pede, naturalmente, através destes relatórios que coordene as intervenções nacionais, pede-lhe que utilize todos os meios que estão neste momento à sua disposição para intervir e dá-lhe todas as condições, enquanto entidade orçamental, para que isso aconteça. Pede-lhe que lance uma clara iniciativa europeia para o emprego e diz-lhe que é importante ter uma agenda com calendário para implementar as medidas de regulação do mercado financeiro, bem como chegar com o crédito à economia real. Mas o que é que se pede ao Conselho? Pede-se ao Conselho que, sobretudo, reencontre a vontade política que está na essência da construção do projecto europeu. A União Europeia é concorrência, mas é igualmente coesão e solidariedade. E não pode haver um mercado único sem essa garantia, solidariedade e coesão. Foi para isso

que nós todos delegámos no nível europeu as autonomias nacionais que tínhamos antes de aderir a este projecto.

Jan Andersson, relator. – (SV) Senhora Presidente, a crise está a tornar-se realidade para as pessoas, o desemprego começa a aumentar, aliás rapidamente, e estamos a começar a ver as consequências sociais da crise. O abrandamento é maior do que de início supusemos. Haverá mais desemprego e consequências sociais mais graves.

Quero dizer uma coisa ao Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus deste Parlamento. O deputado Gunnar Hökmark não está presente mas culpou as propostas do Grupo Socialista neste Parlamento pela crise. Isso é o mesmo que matar o pianista quando não se gosta da música. Na Europa temos governos de centro e de direita. São esses governos que não estão a actuar como deveriam, são esses governos que estão a dar provas de falta de coordenação e de falta de solidariedade.

O que está em causa agora são empregos, os sistemas de segurança social e o sector público. Permitam-me que, antes da Cimeira, dirija algumas palavras à Comissão e ao Conselho: temos de agir já, temos de agir de forma concertada, temos de desenvolver esforços suficientes e temos de o fazer num espírito de solidariedade. E temos de o fazer já, não podemos esperar até à Cimeira de Maio. O emprego tem de ser, já hoje, uma prioridade.

(Aplausos)

Evgeni Kirilov, relator. – (BG) Obrigado, Senhora Presidente. A Política de Coesão tem demonstrado o seu contributo para a superação de problemas sociais e económicos e a execução de reformas estruturais nos Estados-Membros e suas regiões. A experiência adquirida até agora e os importantes recursos reservados (estamos a falar de mais de 340 mil milhões de euros ao longo de um período de 7 anos) são uma necessidade vital durante a actual crise económica e é de primordial importância que este dinheiro seja efectivamente utilizado, e da melhor maneira possível, em benefício das empresas e dos cidadãos europeus. Numa altura em que cada euro conta para a recuperação da economia europeia, não podemos permitir que esses fundos sejam mal gastos. Esta é a razão pela qual nos congratulamos também com a simplificação das regras e apelamos para que sejam correctamente aplicadas.

Senhor deputado Verheugen, quando hoje tomou a palavra, o senhor disse algo que é verdade: não sabemos quanto tempo irá durar a crise. No entanto, há uma coisa que devemos dizer hoje: as decisões que tomarmos e, naturalmente, as decisões que o Conselho Europeu tomar na próxima semana, têm de produzir resultados este ano. Eu diria mesmo que esses resultados devem ser alcançados até ao Verão. É isso que os cidadãos europeus esperam de nós, para que possam ver a luz ao fundo do túnel e tenham esperança numa saída, de preferência rápida, para esta crise.

Gostaria de fazer um comentário que visa alguns colegas que hoje tentaram impor uma linha divisória económica entre antigos e novos Estados-Membros. Creio que esta mesma Política de Coesão, sobre a qual iremos tomar uma decisão ainda hoje, é contrária a essas ideias que eles propõem. Tudo isto me parece ser extremamente prejudicial e temos de unir esforços para superá-lo. Obrigado.

Presidente. - Nos termos do n.º 2 do artigo 103.º do Regimento, declaro que recebi cinco propostas de resolução⁽¹⁾ para encerrar o debate.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar hoje, quarta-feira, dia 11 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

John Attard-Montalto (PSE), por escrito. – (EN) Foram adoptadas orientações como parte da Estratégia de Lisboa renovada em 2008 que se manterão válidas até 2010. Todos os Estados-Membros, incluindo Malta, estabeleceram as suas estratégias de crescimento do emprego. Produziram-se orientações em matéria de emprego. Nesta matéria, o financiamento é essencial, e o Fundo Social Europeu pode financiar acções imediatas a tomar pelos Estados-Membros no que respeita, quer à flexigurança, quer às qualificações.

(1) Ver Acta.

A flexigurança é uma abordagem política integrada que procura facilitar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas. Em segundo lugar, é preciso que empreendamos um esforço maciço para melhorar o nível das qualificações. Essa melhoria terá de ocorrer a todos os níveis das qualificações.

Em primeiro lugar, as melhorias nos níveis de qualificações serão inúteis a menos que se adequem à procura nos mercados de trabalho.

Em segundo lugar, foi atribuída prioridade a três estratégias:

- melhoria da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas;
- atracção de um maior número de pessoas para o mundo do trabalho e a manutenção de um maior número de pessoas em situação de emprego por forma a aumentar a oferta de mão-de-obra e viabilizar os sistemas de protecção social;
- aumento dos investimentos no capital humano através de um reforço das qualificações e de uma melhor educação.

Adam Bielan (UEN), *por escrito*. – (PL) Senhor Presidente, ao ouvir este debate, não pude deixar de sentir que existe um clima de competição nesta Assembleia, uma espécie de medição de forças - entre os antigos Estados-Membros e os novos. Penso que culpabilizarmo-nos mutuamente e apontar o dedo uns aos outros por causa de quem merece ou não estar na UE não é uma panaceia para os nossos problemas.

Não esqueçamos, sobretudo, que os cidadãos nos estão a ouvir e que esperam que os protejamos. É precisamente agora que desejam ver para que serve a Europa unida. Devemos usar este debate como uma oportunidade de pensar sobre a forma de limitarmos os efeitos sociais da presente crise.

Dizemos "sim" à Estratégia de Lisboa porque ela produz resultados - é graças a ela que foram criados na UE quase 7 milhões de novos empregos. Mas de que tipo de empregos se trata? Muitas vezes, envolvem trabalho em regime de tempo parcial e, na verdade, a taxa de emprego mantém-se inalterada em termos de empregos a tempo inteiro.

Isto prova simplesmente que a Europa tem de aprender a utilizar o seu potencial. Devemos investir em produtos e em alta tecnologia, que necessitam de trabalhadores muito qualificados - é esta a nossa mais-valia, um sector em que ninguém rivaliza connosco. Neste aspecto, prolongar os períodos em que se pode beneficiar dos financiamentos e simplificar os procedimentos de candidatura, especialmente para os novos Estados-Membros, são medidas extremamente importantes.

Sebastian Valentin Bodu (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) A crise económica mundial apanhou-nos de surpresa a todos - bancos, multinacionais ou mesmo estruturas institucionais transnacionais. A economia mundial foi seriamente afectada e a sobrevivência do sistema financeiro mundial está em risco. Penso que ninguém poderá contradizer-me quando afirmo que a gravidade dos problemas actuais exige um esforço concentrado a nível europeu. A solidariedade é, na verdade, absolutamente imprescindível para conseguirmos sair da crise.

Neste Parlamento represento a Roménia, um país do sudeste europeu. Apenas posso dizer que o impacto do crescimento económico superior a 7% em 2008 está prestes a desaparecer perante a turbulenta situação económica que começa a atingir-nos com força. O plano de relançamento económico estabelecido pela Comissão Europeia tem de produzir efeitos em cada canto do velho continente. É preciso que algumas partes da Europa não se sintam abandonadas e impotentes numa situação hostil para a qual não contribuiram.

Creio que estamos perante o maior teste à União Europeia, o projecto político mais ambicioso dos últimos cem anos. Os países de todo o continente têm de mostrar que são uma força única. Nas palavras de José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, a Europa será julgada, em grande parte, pelos seus resultados. Estou absolutamente de acordo.

Cristian Silviu Buşoi (ALDE), *por escrito*. – (RO) Saúdo a iniciativa de propor um plano de relançamento económico para a crise actual. A UE tem de adoptar uma abordagem comum, clara e eficaz, de modo a minimizar o mais possível os efeitos da crise, em termos de intensidade e duração.

Impõe-se uma legislação mais clara para o sector financeiro, nomeadamente no respeitante aos investimentos que envolvem elevado grau de risco, como os *hedge funds*.

Actualmente, é fundamental que haja solidariedade entre Estados-Membros. Escusado será dizer que os Estados-Membros devem adoptar medidas apropriadas ao respectivo contexto nacional sem, no entanto, irem contra o mercado interno e a UEM. Há que dar prioridade à facilitação de crédito, nomeadamente às PME, motor do crescimento económico e potenciais criadoras de emprego. No entanto, as medidas estatais de intervenção devem ser temporárias, e depois há que aplicar rigorosamente as regras da concorrência.

Não esqueçamos que as medidas de combate à crise devem ser integradas como parte de uma política orçamental responsável. Embora estejamos a atravessar uma crise, creio ser especialmente importante respeitar, tanto quanto possível, o Pacto de Estabilidade e Crescimento, pois o défice orçamental crescente pode ser um desastre, em especial para as gerações futuras.

Daniel Dăianu (ALDE), *por escrito*. – (EN) O Senhor Comissário Joaquín Almunia afirmou recentemente que os países membros da zona euro que se confrontam com dificuldades substanciais poderão beneficiar da assistência de outros Membros da UE. Por que razão não foi esta indicação de resposta colectiva sinalizada aos novos Estados-Membros que não pertencem à zona euro? Há sem dúvida algo de errado nos pacotes de assistência proporcionados à Letónia e à Hungria. A redução de grandes desequilíbrios é, na sua essência, louvável. Mas a forma como é conseguida é da máxima importância. Deverão os défices orçamentais ser compensados de forma drástica numa altura em que o sector privado está a proceder a cortes dramáticos na sua actividade? É preciso que as atitudes pro-cíclicas sejam evitadas, quer durante os períodos de alta, quer de baixa. Se os orçamentos públicos não são a principal explicação para os elevados défices externos, por que razão deverão então pagar o preço da sua redução? Lembrem-se das lições da crise asiática de há uma década. É preciso que a política pense igualmente em formas de desencorajar os ataques especulativos contra as moedas dos novos Estados-Membros. A este respeito, reduzir exclusivamente os défices orçamentais também não ajudará muito. Espero que as futuras reuniões do Ecofin reforcem abordagens mais positivas no que se refere à assistência financeira. E, sempre que o FMI seja associado a pacotes de assistência, é preciso que considere a adequação da sua abordagem tradicional ao encarar os desequilíbrios macroeconómicos tendo em conta as circunstâncias extraordinárias.

Vasile Viorica Dăncilă (PSE), *por escrito*. – (RO) A Roménia tem de aproveitar as novas oportunidades abertas pelos Fundos Estruturais.

As autoridades centrais e locais do país têm de capitalizar, tão rapidamente quanto possível, a oportunidade agora aberta pela Comissão Europeia de acesso facilitado aos Fundos Estruturais comunitários. Só recorrendo a esses fundos poderão criar mais emprego, proporcionar formação e actualização profissional através de programas de aprendizagem ao longo da vida e, ainda, prestar apoio às PME.

Tornar mais célere e simplificar a distribuição dos fundos comunitários pode ajudar à recuperação económica graças a uma injeção de dinheiro fresco nas áreas seleccionadas. Esses pagamentos serão mais rápidos, mais flexíveis, e serão feitos numa única tranche, o que permitirá concretizar a curto prazo projectos de infra-estruturas, energia ou ambiente.

Simultaneamente, para dar cumprimento aos procedimentos comunitários, as autoridades romenas têm de libertar a sua parte de co-financiamento para os projectos, que deste modo poderão ser concretizados assim que os fundos da UE tiverem sido recebidos.

As propostas do executivo europeu incluem uma série de medidas que visam acelerar os investimentos prioritários a nível nacional e regional nos Estados-Membros, simplificando ao mesmo tempo o acesso aos subsídios e aumentando os recursos financeiros disponíveis a favor das pequenas e médias empresas.

Dragoş Florin David (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) As principais características comuns aos Estados-Membros da União Europeia são a democracia, a estabilidade, a responsabilidade e a coesão. O relatório de Evgeni Kirilov sobre política de coesão e investimento na economia real realça a importância dessas características como primeiro requisito da estratégia comum de prosseguimento das políticas sociais e económicas. A economia europeia sofre, actualmente, as consequências da crise financeira mundial e da mais vasta e profunda recessão dos últimos 60 anos. Temos de encorajar os Estados-Membros a procurarem oportunidades de sinergias entre os financiamentos provenientes da Política de Coesão e de outras fontes comunitárias como as redes RTE-T, RTE-E, 7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação, assim como o financiamento proporcionado pelo Banco Europeu de Investimento e pelo Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. Convém, ao mesmo tempo, que os Estados-Membros simplifiquem e melhorem o acesso às possibilidades disponibilizadas pelos instrumentos financeiros JESSICA, JASMINE e JEREMIE, a fim de incentivar a sua utilização mais frequente pelas PME e

beneficiários relevantes. Terminaria felicitando o relator, senhor deputado Evgeni Kirilov, pelo seu contributo para a feitura deste relatório.

Bairbre de Brún (GUE/NGL), por escrito. – (GA) Estamos a atravessar um período de incerteza económica. Compete à União Europeia verificar se é possível proporcionar às autoridades nacionais e regionais mais flexibilidade e propiciar assim um melhor aproveitamento dos fundos da UE para enfrentar esta situação sem precedentes.

As medidas previstas no plano da comissão Huebner *Política de Coesão: Investir na economia real* são medidas exequíveis e que devem ser adoptadas sem demora pelas autoridades domésticas.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) pode agora ser utilizado para co-financiar investimento de carácter ecológico em habitação destinada a agregados de baixos rendimentos, possibilidade que deve ser explorada para criar e manter empregos na indústria da construção – que foi severamente atingida –, e nos ajudará, ao mesmo tempo, a aproximarmo-nos do cumprimento dos nossos compromissos em matéria de clima.

A antecipação dos pagamentos do Fundo Social Europeu pode de facto estimular os sectores públicos, em grandes dificuldades, e as pequenas e médias empresas (PME) devem beneficiar das mudanças preconizadas, para poderem gerar margens brutas de autofinanciamento com mais facilidade.

Trata-se de um passo na direcção certa. Considero deplorável alguma da linguagem utilizada no relatório Kirilov a respeito da estratégia de Lisboa.

Adam Gierek (PSE), por escrito. – (PL) Como poderemos combater a crise financeira? (Plano de Relançamento da Economia Europeia) A crise financeira pode ser abordada a curto prazo ou a longo prazo. A abordagem a curto prazo baseia-se na eliminação das “doenças” que surgiram nas últimas décadas e que conduziram à perda de liquidez dos bancos, à circulação de obrigações “contaminadas” e à falta de coerência entre a política financeira e a política geral propriamente dita.

Os países que estão a ajudar financeiramente os bancos não estão a eliminar as causas da crise. A causa fundamental da crise é, a meu ver, o mecanismo neoliberal em acção na economia, ou seja, a sua orientação para o lucro a curto prazo, sem ter em conta os interesses a longo prazo, para referir apenas um aspecto.

A abordagem a longo prazo deve, portanto, corrigir o mecanismo que regula o funcionamento da economia desligando-se dos dogmas da chamada economia de mercado. Os Estados-Membros e a Comissão Europeia não devem substituir-se aos mecanismos do mercado que sejam válidos em termos de competitividade, mas têm efectivamente a obrigação de impedir que surjam doenças. Isto significa, em primeiro lugar, que o lucro a curto prazo não deve obscurecer os interesses a longo prazo que advêm do desenvolvimento das infra-estruturas, da construção de edifícios públicos, da protecção do ambiente natural ou da busca de fontes de energia novas e por vezes menos lucrativas, por exemplo.

Em segundo lugar, todas as formas de propriedade deviam ser tratadas da mesma maneira, e a escolha de uma ou de outra deveria basear-se na eficácia da gestão de cada uma delas.

Em terceiro lugar, os Estados-Membros e a Comissão Europeia deveriam assumir a função de coordenadores das áreas da política financeira e da política geral.

Em quarto lugar, os Estados-Membros e a Comissão Europeia deveriam definir métodos para a coordenação do mercado monetário e financeiro internacional, que é vulnerável à especulação por funcionar espontaneamente.

Genowefa Grabowska (PSE), por escrito. – (PL) A crise económica já chegou à Europa. Em primeiro lugar, afectou as economias desenvolvidas; depois, alastrou às economias em desenvolvimento e emergentes. As últimas previsões para 2009 falam de um nível de crescimento económico da ordem de -1% ou menos. Encontramo-nos, portanto, numa das mais graves recessões que jamais afectou a Comunidade Europeia.

Concordo com o relator em que as medidas isoladas adoptadas pelos países já não são suficientes, mesmo que sejam apoiadas por transferências de capital para os sectores que a crise expôs a maiores riscos. As nossas economias estão integradas umas nas outras e a crise é global, pelo que as medidas de recuperação propostas também têm de constituir uma resposta de carácter e dimensão globais. Além disso, essas medidas devem consagrar o princípio fundamental da UE, nomeadamente, o princípio da solidariedade. Só isso nos permitirá

manter a coesão territorial e social no seio da UE. Penso que, numa altura de crise como a que estamos a viver, o princípio da solidariedade também está a adquirir uma nova dimensão política.

Além disso, subscrevo a preocupação expressa no relatório quanto às pessoas comuns afectadas pela crise. Temos de permitir novamente o acesso ao crédito pelas famílias e pelas empresas, principalmente as PME, que são a pedra angular da economia europeia. Este objectivo - aliado à protecção das poupanças dos cidadãos - é o único que justifica a utilização de fundos públicos para financiar um plano de salvamento. Se, como parte do plano de salvamento europeu, conseguíssemos também acabar com os paraísos fiscais, a luta contra a crise seria certamente mais fácil e mais eficaz.

Louis Grech (PSE), por escrito. – (EN) À medida que a crise financeira se agrava sem fim à vista, penso que serão necessários mais fundos para estabilizar a economia europeia e pôr fim à espiral da recessão. Há outros estrangulamentos que são o aumento significativo da taxa de desemprego e a enorme insegurança no mercado de trabalho. A indisponibilidade de crédito - juntamente com o aumento do défice público - continua a ser um problema considerável e um factor essencial se quisermos, de facto, ter êxito e ser eficazes ao enfrentar a recessão económica. É de extrema importância que seja retomada de forma adequada a concessão de crédito e que a liquidez seja utilizada como incentivo económico, ou seja, que chegue às famílias e às empresas. É necessário criar incentivos para atrair investimentos de capital. Infelizmente, de momento, não existe um mecanismo ou instituição europeus capazes de coordenar uma recuperação continental integrada e, por conseguinte, voltamos a aplicar soluções avulsas, que poderão falhar no seu conjunto, uma vez que as economias dos Estados-Membros são altamente interdependentes. Os esforços de recuperação europeus deverão andar a par das mudanças regulamentares a fim de evitar a repetição dos erros que nos arrastaram para a crise. A falta de regulação e uma fraca supervisão estiveram na origem do problema, e precisamos de estabelecer nova regulamentação.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito. – Só será possível compreender a grave situação socio-económica que caracteriza os países da UE, incluindo Portugal, se estivermos conscientes dos objectivos deste "processo de integração" e de como as suas políticas estão no cerne das causas da actual crise capitalista, de que a UE é um dos epicentros.

Durante os últimos 23 anos a CEE/UE promoveu a circulação de capitais e a financeirização da economia, liberalizou e impulsionou as privatizações, concentrou e instalou sobre-produção, deslocalizou e destruiu capacidade produtiva, promoveu o domínio económico de uns à custa da dependência de outros, fomentou a exploração dos trabalhadores e a transferência crescente dos ganhos de produtividade do trabalho para o capital, centralizou a riqueza criada, aumentou as desigualdades sociais e as assimetrias regionais, tudo sob a batuta das grandes potências e dos grandes grupos financeiros e económicos - eis a origem da insanável crise capitalista.

Não é a "crise", mas as políticas inerentes ao capitalismo que estão na origem do desemprego, da precariedade, dos baixos salários, da degradação das condições de vida, da pobreza, da doença, da fome, das crescentes dificuldades com que se confrontam os trabalhadores e as populações.

Por isso, saudamos a grande manifestação da CGTP-IN, a grande central dos trabalhadores portugueses, do próximo dia 13 de Março, para mudar de rumo, por mais emprego, salários e direitos!

Gábor Harangozó (PSE), por escrito. – (EN) É preciso que a União maximize os seus esforços de execução de um quadro consistente para fazer face à crise financeira. Se quisermos restaurar a confiança do público e um sistema financeiro sólido, será preciso actuar com celeridade para apoiar o emprego e a actividade económica. A fim de mitigar os efeitos da recessão, manter os padrões sociais e os níveis de emprego, deverão ser feitos alguns ajustamentos para simplificar o acesso aos recursos disponíveis, assegurando simultaneamente uma transparência acrescida e uma gestão mais eficaz. As conclusões do último Conselho Europeu exortam ao "rápido lançamento de medidas suplementares do Fundo Social Europeu para apoiar o emprego, nomeadamente em benefício das camadas mais vulneráveis da população, dando especial atenção às empresas mais pequenas reduzindo os custos não salariais do trabalho". Por conseguinte, gostaria de solicitar à próxima Cimeira do Conselho que analisasse seriamente a criação e manutenção do emprego através de medidas temporárias de co-financiamento destinadas a reduzir os custos não salariais do trabalho em países gravemente afectados pela crise financeira e económica. Deverá, com efeito, ser prestada a máxima atenção aos grupos mais vulneráveis da população, àqueles que mais sofrem com as consequências da retracção económica e social, a fim de evitar um novo impacto assimétrico da crise que ponha em causa o desenvolvimento equilibrado de todos os territórios da União.

Tunne Kelam (PPE-DE), por escrito. – (EN) A Solidariedade é um dos mais valiosos valores da Europa de hoje. No entanto, na actual crise económica despontam sinais de que a solidariedade está a ser prejudicada.

Mais do que nunca, é preciso evitar divisões entre os Estados-Membros – para evitar a categorização entre antigos e novos, grandes e pequenos. A divisão que existe entre os Estados-Membros que pertencem e os que não pertencem à zona euro não deverá proporcionar aos que pertencem a essa zona uma posição privilegiada com base na qual possam ditar o futuro comum. É preciso que todos os Estados-Membros sejam envolvidos de forma idêntica no processo decisório. Todos os Estados-Membros deverão ver-lhes concedido o direito de comunicar os seus problemas e preocupações a fim de que se encontrem possíveis soluções europeias.

A Europa precisa de uma força motriz para ultrapassar a crise económica com o mínimo de prejuízos. A resposta à crise económica não pode ser o protecçãoismo. Pelo contrário, é preciso que a abertura e o espírito de concorrência se mantenham na base das nossas actividades. Por conseguinte, para conseguirmos retirar vantagens da actual depressão, é preciso um investimento acrescido na inovação, investigação e desenvolvimento.

Por outras palavras, a crise deverá ser vista como um incentivo à implementação da Estratégia de Lisboa. Só usando plenamente esta Estratégia com base na solidariedade poderemos assegurar emprego e sustentabilidade na economia europeia.

Magda Kósáné Kovács (PSE), por escrito. – (HU) Não vale a pena tentar hierarquizar as injustiças. No entanto, o sofrimento mutuamente partilhado mobiliza recursos e intenções. Muitos recordam a crise de 1929, embora a Segunda Guerra Mundial que se lhe seguiu tenha dividido a Europa por dois caminhos diferentes e os países do antigo bloco de Leste tenham sentido a mudança de regime como um trauma adicional. Neste caso, porém, estamos todos igualmente sob a ameaça da crise financeira e económica mundial, que, apesar de alguns primeiros sinais, foi contudo inesperada.

A partir do momento em que a crise começou, o caminho da Europa já não pode divergir, mesmo em vários caminhos paralelos - não pode haver duas velocidades. Na desvalorização dos capitais especulativos, toda a gente fica a perder, diferindo apenas o grau da perda. O paradigma do mercado comum só pode sobreviver e manter-se competitivo numa tal situação, se providenciarmos soluções conjuntas e coordenadas. O fantasma do protecçãoismo não é bom conselheiro!

A tarefa dos Estados-Membros é a de elaborarem os seus planos financeiros em colaboração uns com os outros. A União Europeia pode complementar esta tarefa, avaliando o apoio que cada um pode dar, de acordo com os seus meios, para garantir que os Estados-Membros e os cidadãos que estão mais atrás possam também chegar ao fim com um saldo positivo. A região da Europa Central e Oriental está ainda mais para trás nesta fila, em parte por razões históricas, em parte porque a falta do euro provocou uma falta de confiança e virou contra nós os capitais especulativos. E, embora seja impossível tratar certos Estados-Membros em pé de igualdade, eu declaro firmemente que temos de arranjar um sistema de apoio a nível europeu que possibilite, em nome da solidariedade, proporcionar assistência adequada a cada Estado-Membro.

Marian-Jean Marinescu (PPE-DE), por escrito. – (RO) Todos os princípios do plano de relançamento da economia europeia devem estar reflectidos nos planos de recuperação económica nacionais.

Os fundos da UE disponibilizados têm de ser utilizados em projectos absolutamente prioritários e de ser distribuídos equitativamente entre Estados-Membros, levando em conta, no entanto, casos especiais.

Temos de utilizar com eficácia todas as oportunidades que nos são disponibilizadas, razão pela qual é fundamental aproveitar todas as ocasiões para utilizar esses fundos, que tornarão mais célere e flexível a concretização daquele plano.

Há que realizar os projectos com rapidez e eficácia de modo a que abranjam a força de trabalho que está a viver momentos difíceis. Por isso os procedimentos administrativos, nomeadamente os prazos, devem ser drasticamente reduzidos, se queremos garantir a eficácia imediata do processo.

Além disso, entre as medidas que há que adoptar, são absolutamente imprescindíveis as que se referem à escolha de um enquadramento legislativo que permita combater com eficácia os paraísos fiscais.

Os auxílios estatais devem, obviamente, ser utilizados com prudência se queremos evitar problemas de concorrência. Ao mesmo tempo, porém, devemos analisar minuciosamente os efeitos positivos que este

tipo de auxílio pode induzir relativamente à mão-de-obra, tendo em mente as situações onde a ajuda se torna mais necessária.

Iosif Matula (PPE-DE), por escrito. – (RO) A Comissão Europeia atribui montantes significativos ao investimento em eficiência energética, na produção de energia renovável e na construção das redes transeuropeias de transportes e de energia. Apenas executando uma política sólida nestes domínios podemos assegurar que as situações de crise do gás e da energia que se verificaram em determinadas regiões da UE não ocorrem de novo no futuro.

Ligar todas as redes de gás e de energia na Europa garante a aplicação do princípio de solidariedade: os Estados-Membros poderão importar ou, mesmo, exportar recursos naturais em condições normais, mesmo em momentos de crise.

Neste contexto, convém que os Estados-Membros utilizem as oportunidades de financiamento abertas pelos Fundos Estruturais para desenvolver projectos em áreas como as infra-estruturas, a energia e o ambiente.

Para poderem melhorar a qualidade desses projectos e beneficiar do seu verdadeiro impacto os Estados-Membros da UE devem munir-se de toda a assistência técnica que a Comissão Europeia tem para oferecer.

Alexandru Nazare (PPE-DE), por escrito. – (RO) Saúdo a rapidez de que as Instituições da UE deram provas na identificação de soluções para a crise económica actual. Gostaria, no entanto, de chamar a atenção para alguns aspectos que merecem reflexão mais cuidada.

Começarei pelo financiamento de projectos de infra-estruturas de energia. Na minha opinião, distribuir dinheiro ao máximo de projectos possível é, basicamente, uma opção errada, visto existir o risco de não se ser capaz de cobrir o orçamento necessário para os completar. Recentemente, por ocasião de discussões sobre o Nabucco, fiquei com a impressão de que estamos a brincar com o fogo. Não podemos começar por anunciar 250 milhões de euros para o Nabucco, dizer depois que reduzimos o financiamento em 50 milhões de euros para, então, chegar à conclusão de que o investimento devia ser totalmente privado. As vantagens do projecto Nabucco são indiscutíveis e há razões políticas e económicas que não nos permitem adiá-lo.

Em segundo lugar, penso que temos de evitar deixarmo-nos levar por tendências proteccionistas, que podem afectar o funcionamento do mercado interno. Mesmo sabendo que a crise actual está a ter consequências desiguais nas várias partes da União, temos de aplicar uma resposta única, em conformidade com os objectivos da política de coesão e com os princípios do mercado interno. Creio ser absolutamente necessário avaliar o impacto dessas alterações; poderemos, assim, melhorar a eficácia das medidas no novo quadro financeiro 2014-2020.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE-DE), por escrito. – (RO) A política de coesão, que corresponde a um terço do orçamento da UE, não sendo, no entanto, um instrumento de gestão, constitui a maior fonte de investimento na economia real, proporcionando uma oportunidade significativa em especial para as regiões com atraso de desenvolvimento. Gostaria, por conseguinte, de chamar a atenção para a necessidade de se chegar a soluções que garantam um envolvimento vertical mais forte das regiões a nível europeu.

Nas condições criadas pela excepcional situação económica actual, permitam-me que saliente a importância de flexibilizar o acesso aos Fundos Estruturais. Saúdo também o facto de se alargar a possibilidade de apoiar investimentos em matéria de eficiência energética e de energias renováveis nos sectores da habitação e das tecnologias limpas.

Sirpa Pietikäinen (PPE-DE), por escrito. – (FI) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a semana passada a Comissão apresentou a sua comunicação sobre a crise económica ao Conselho, para a sessão desta Instituição do fim do mês corrente. A Comissão divulgou ainda a sua primeira avaliação dos resultados do “pacote” europeu de estímulo económico. A Comissão considera bons os resultados iniciais e estima em cerca de 3,3% do PIB o valor global das medidas de recuperação aos níveis nacional e europeu no período 2009-2010.

Congratulo o relator pelo trabalho de grande mérito que realizou. A meu ver, a necessidade de coordenação da acção dos Estados-Membros, que ele enfatiza, é particularmente importante. A emergência de tendências é assaz preocupante. Por muito que os Estados-Membros proclamem em discursos que estão prontos a unir esforços, a realidade das medidas tomadas demonstra à sociedade uma coisa bem distinta. É fundamental que os líderes da UE tomem decisões consentâneas com o que afirmam e não cedam a pressões proteccionistas que atingem proporções realmente enormes em vários países.

A UE precisa de dar um novo e ambicioso passo que constitua um prolongamento da estratégia de Lisboa. A UE carece de um “pacote” de estímulo que aposte no apoio às novas indústrias como base da competitividade e do crescimento. Investindo em áreas como a reabilitação ecológica, as fontes de energia renováveis e as tecnologias de informação, é possível reestruturar a economia em bases sãs.

Uma crise representa também uma oportunidade. É uma oportunidade de reformular toda a arquitectura do sistema financeiro pan-europeu e global. Esta crise é ainda uma oportunidade de redireccionar o crescimento económico para uma via totalmente nova, assente nas fontes de energia renováveis e na eficiência energética. É no ‘*New Deal*’ verde, como é conhecido, que a recuperação e um novo crescimento têm de alicerçar-se. Assim, ao criar empregos e introduzir soluções inovadoras, estaremos simultaneamente a responder aos desafios das alterações climáticas.

Zita Pleštinská (PPE-DE), por escrito. – (SK) A economia europeia está a sofrer os efeitos da crise financeira global, passando pelo maior e mais sério declínio dos últimos 60 anos. A crise constitui um enorme teste para a Europa. Ela afecta empresas e, simultaneamente, pessoas comuns e as suas famílias. Muitos receiam, em particular, perder os seus trabalhos e esperam que a UE os salve.

A Europa não pode ser apenas a soma de 27 interesses nacionais. Ela tem de se basear na solidariedade e na vontade dos Estados-Membros e das regiões de implementar os seus objectivos programáticos tão rapidamente quanto possível.

Num período de crise económica, deveria ser claro para nós que temos de nos concentrar nos objectivos de Lisboa, em particular, na área de emprego. A política de coesão é que dispõe dos instrumentos financeiros que devem ser aplicados de forma intensiva e flexível durante a crise. Os recursos financeiros da política de coesão da UE para o período de 2007-2013 podem contribuir significativamente para o cumprimento dos objectivos da Estratégia de Lisboa renovada, da UE, para o crescimento e o emprego, estratégia essa que congrega pessoas comuns, empresas, infra-estruturas, sector energético, bem como investigação e inovação. Precisamos de melhorar a coordenação e de abandonar o protecçãoismo e todas as formas de demagogia. Temos de renovar os fluxos de capital e a transferência de capital.

Estou convencida que os investimentos na inovação, nas novas tecnologias e nas eco-inovações vão trazer as novas oportunidades essenciais para assegurar uma resposta eficaz à crise financeira actual. Temos de eliminar todas as barreiras e de criar um verdadeiro mercado interno de energias renováveis.

Katrin Saks (PSE), por escrito. – (ET) Queria agradecer à relatora, senhora deputada Ferreira, o seu importante e oportuno relatório. Nas actuais condições de crise, é crucial que os fundos disponíveis sejam cabalmente aproveitados. É de lastimar que a maioria dos Estados-Membros que têm direito a receber apoio dos fundos estruturais e de coesão no quadro das novas Perspectivas financeiras não tenha podido utilizar esses fundos. Foi o caso do meu país, a Estónia. Isso é devido a várias razões: o primeiro grande problema radica na capacidade administrativa dos próprios Estados-Membros; nessa área, os Estados-Membros têm muito por onde aperfeiçoar o funcionamento das suas máquinas administrativas. Uma segunda razão diz respeito à União Europeia. É importante que a UE flexibilize as condições de financiamento. Há um problema, por exemplo, com os programas em que os beneficiários têm de realizar a despesa antes de receberem o financiamento. Neste momento é difícil obter empréstimos para cobrir essas despesas. A questão de saber que medidas tenciona a Comissão Europeia tomar relativamente aos adiantamentos assume grande relevância. A seguir, em grau de importância, temos o problema da taxa de auto-financiamento na actual conjuntura; nesse campo, devia ponderar-se a hipótese de se adoptar uma maior flexibilidade. A terceira questão importante consiste no mecanismo de supervisão – a burocracia hoje existente é sem dúvida excessivamente pesada.

Obrigada pelo relatório.

Theodor Dumitru Stolojan (PPE-DE), por escrito. – (RO) Em alguns Estados-Membros onde se incluem os Estados Bálticos, a Roménia ou a Hungria, a crise financeira e a recessão mundial fizeram sobressair os desequilíbrios estruturais que se avolumaram nos períodos de crescimento económico, através de entradas de capitais provenientes do investimento directo estrangeiro e de um endividamento externo a um ritmo muito rápido.

Qualquer plano de recuperação económica da UE não pode esquecer que esses países necessitam de um financiamento externo considerável para poderem cobrir o défice comercial em bens e serviços. Na ausência desse financiamento externo os países em causa sofrerão graves e repentinos ajustamentos que irão anular

as vantagens sociais acumuladas nos anos anteriores, enfraquecerão a coesão na UE e poderão, até, pôr em risco a estabilidade na região.

O Conselho e a Comissão Europeia têm responsabilidade acrescida em encontrar soluções para o financiamento externo tão necessário. Por seu lado, ao ganharem tempo com o financiamento externo obtido, os Estados-Membros em questão são responsáveis por levar a cabo as reformas estruturais que permitirão corrigir os desequilíbrios acumulados.

Margie Sudre (PPE-DE), por escrito. - (FR) A política regional constitui a primeira fonte de investimentos europeus na economia real. Acelerar e simplificar o seu financiamento pode contribuir para o relançamento económico, graças a um afluxo de liquidez aos sectores alvo.

Os pagamentos mais rápidos e mais flexíveis, fixos e de uma só vez, propostos pela Comissão, permitirão a implementação imediata de projectos nos domínios das infra-estruturas, da energia ou ainda do ambiente.

As autoridades nacionais e regionais devem explorar essas oportunidades e fazer uma utilização intensiva dos Fundos Estruturais para a promoção do emprego, das PME, do espírito de empresa e da formação profissional, garantindo simultaneamente a sua contribuição, como exigem as regras de co-financiamento, de forma a que os fundos afectados possam ser integralmente utilizados.

Exorto os conselhos regionais e as prefeituras dos departamentos ultramarinos (DU), autoridades de gestão dos Fundos Estruturais, a anteciparem essas adaptações por forma a que os seus programas regionais se concentrem desde já nos projectos que apresentam o potencial de crescimento e de empregos mais importante.

Face ao actual mal-estar dos DU, neste momento em que os movimentos sociais começam a afectar a Reunião, temos de explorar novas pistas de desenvolvimento endógeno e de accionar todos os instrumentos à nossa disposição, incluindo os que a União Europeia nos proporciona.

Silvia-Adriana Țicău (PSE), por escrito. - (RO) A Comunicação da UE sobre o Plano de Relançamento da Economia Europeia, de Dezembro de 2008, enumera as áreas em que a União deverá investir nos próximos anos para garantir o crescimento económico e preservar o emprego. Incluem-se entre as medidas propostas: apoiar as pequenas e médias empresas, com um envelope financeiro previsto de 30 mil milhões de euros canalizados através do BEI; acelerar os investimentos em projectos de infra-estruturas de redes transeuropeias de energia e interconexões de banda larga, com um envelope financeiro previsto de 5 mil milhões de euros destinados a melhorar a eficiência energética em edifícios; e investigação e inovação.

Essas medidas carecem do apoio de propostas legislativas que garantam também as dotações financeiras. A proposta de regulamento de Janeiro de 2009 relativo ao financiamento de projectos no domínio da energia, que faz parte do Plano de Relançamento da Economia Europeia, não inclui dotações financeiras para eficiência energética nos edifícios. A meu ver, a União procederá erradamente se não apoiar do ponto de vista financeiro, neste período de crise económica, os projectos prioritários. A eficiência energética nos edifícios é uma área que pode criar cerca de 500 000 postos de trabalho na UE, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e contribuir para o desenvolvimento económico sustentável através da promoção das fontes de energia renováveis. Pessoalmente, considero que a actual Comissão Europeia agiria mal se, através de medidas e instrumentos financeiros, não apoiasse a construção de edifícios mais eficientes do ponto de vista da energia e a criação de medidas fiscais adequadas, desse modo enviando um forte sinal político a nível europeu.

Andrzej Tomasz Zapałowski (UEN), por escrito. - (PL) Senhora Presidente, hoje estamos a debater um plano destinado a relançar a economia tendo em conta as prioridades da Estratégia de Lisboa. Embora já tenham passado vários anos deste que a Estratégia foi anunciada, podemos ver que ela ainda não está a ser executada. Por outras palavras, produzimos documentos que, depois, não pomos em prática. Isto é confirmado por um hábito deste Parlamento, que se tornou a norma, e que consiste em afogar os cidadãos em regulamentos que, em muitos casos, tornam a sua vida mais difícil e não têm um efeito significativo no seu nível de vida.

Além disso, a crise financeira crescente mostra que a Comissão Europeia e o Conselho estão completamente desligados dos problemas da sociedade no dia-a-dia. Essencialmente, a Comissão não tem um verdadeiro plano de acção para responder à crise crescente. Todas as pessoas vêem que os vários países estão a adoptar medidas de salvamento sozinhos, e que um mercado de gestão central que vale quinhentos milhões não consegue produzir um efeito real na escala da crise.

Nos últimos anos, tem-se dito aos países da Europa Oriental que devem privatizar os seus bancos, por outras palavras, que devem subordiná-los aos bancos da Europa Ocidental. Na sua ingenuidade, fizeram-no, e hoje

são precisamente esses bancos que estão a praticar a especulação e a aniquilar as economias dos novos Estados-Membros da UE.

PRESIDÊNCIA: ROURE

Vice-presidente

4. Ordem do dia

Presidente. - Relativamente à proposta de resolução da Comissão dos Assuntos Externos sobre a situação humanitária no Sri Lanka, declaro que recebi uma objecção escrita, assinada por Robert Evans e mais 40 deputados, quanto à sua inscrição na ordem do dia do presente período de sessões.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 90.º do Regimento, a proposta de resolução é inscrita para debate e votação na ordem do dia da presente sessão.

Assim, proponho que o seu debate seja inscrito esta noite, como último ponto da ordem do dia, e que a respectiva votação tenha lugar amanhã, às 12 horas. O prazo para a entrega de alterações expira hoje à tarde, às 15 horas.

Robert Evans (PSE). - (EN) Senhora Presidente, no final da tarde de segunda-feira, a Comissão dos Assuntos Externos aprovou uma resolução relativa à deterioração da situação humanitária no Sri Lanka, nos termos do artigo 91.º.

A situação no Sri Lanka é, sem dúvida, extremamente grave, mas são enormes as incertezas quanto ao que se passa exactamente com a situação humanitária. Estou ciente do grande número de opiniões divergentes nesta Assembleia. Por conseguinte, entendo que o curso de acção mais sensato seria agendar um debate específico, que, com seriedade, não poderá ser encaixado no actual período de sessões, mas poderá ter lugar no próximo período de sessões, daqui a 10 dias. Fico grato ao senhor deputado Daul do Grupo PPE-DE por ter manifestado o apoio do seu grupo a este procedimento. Uma vez que estamos numa Assembleia séria, sugiro que se solicite aos colegas que apoiem a realização de um debate com resolução e participação plena no próximo período de sessões, para fazer justiça à gravidade da situação no Sri Lanka.

Daniel Cohn-Bendit (Verts/ALE). - (FR) Senhora Presidente, quando alguém propõe alguma coisa, é sempre possível intervir contra, antes da votação.

Assim, quero apenas dizer que a situação no Sri Lanka é altamente dramática. Há 150 mil pessoas detidas, que não podem sair. Acontece exactamente o mesmo que na Birmânia. Eis a razão por que devemos manter o Sri Lanka, neste momento, na ordem do dia, para mostrar a nossa determinação na solidariedade para com os detidos.

(O Parlamento rejeita o pedido de adiamento do debate)

5. Período de votação

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

5.1. Isenção do imposto sobre o valor acrescentado de certas importações definitivas de bens (Codificação) (A6-0060/2009, Lidia Joanna Geringer de Oedenberg) (votação)

5.2. Adaptação dos vencimentos de base dos funcionários da Europol (A6-0078/2009, Agustín Díaz de Mera García Consuegra) (votação)

5.3. Mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia (A6-0106/2009, Reimer Böge) (votação)

5.4. Orçamento rectificativo n.º 1/2009: inundações na Roménia (A6-0113/2009, Jutta Haug) (votação)

5.5. Regras comuns para as organizações de vistoria e inspecção dos navios e para as actividades relevantes das administrações marítimas (reformulação) (A6-0097/2009, Luis de Grandes Pascual) (votação)

5.6. Regras comuns para as organizações de vistoria e inspecção dos navios (reformulação) (A6-0098/2009, Luis de Grandes Pascual) (votação)

5.7. Inspecção de navios pelo Estado do porto (reformulação) (A6-0099/2009, Dominique Vlasto) (votação)

5.8. Sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego de navios (A6-0100/2009, Dirk Sterckx) (votação)

5.9. Investigações sobre os acidentes no sector dos transportes marítimos (A6-0101/2009, Jaromír Kohlíček) (votação)

5.10. Responsabilidade das transportadoras de passageiros por mar e por vias navegáveis interiores em caso de acidente (A6-0102/2009, Paolo Costa) (votação)

5.11. Responsabilidade civil e garantias financeiras dos proprietários de navios (A6-0072/2009, Gilles Savary) (votação)

5.12. Cumprimento dos deveres do Estado de bandeira (A6-0069/2009, Emanuel Jardim Fernandes) (votação)

5.13. Aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infra-estruturas (A6-0066/2009, Saïd El Khadraoui) (votação)

5.14. Acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (A6-0077/2009, Michael Cashman) (votação)

- Antes da votação final:

Michael Cashman, relator. – (EN) Senhora Presidente, nos termos do artigo 53º, gostaria de solicitar à Comissão que respondesse e nos dissesse se tenciona adoptar a totalidade das alterações apresentadas pelo Parlamento, tal como aprovadas hoje.

Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, tenho a honra de apresentar a seguinte declaração em nome da Comissão.

A Comissão toma boa nota das alterações aprovadas pelo Parlamento, as quais estudará em pormenor. A Comissão confirma a sua disponibilidade para procurar um compromisso com o Parlamento e o Conselho. A Comissão só analisará a proposta depois de aprovadas as posições de ambos os ramos da autoridade orçamental. A Comissão tenciona continuar a manter, entretanto, um diálogo construtivo com ambas as instituições.

Michael Cashman, relator. – (EN) Senhora Presidente, não sei por onde tem andado o Senhor Comissário, mas nós aprovámos uma posição esta manhã.

Gostaríamos por isso de solicitar que a plenária votasse no sentido de se reenviar o relatório à comissão, o que daria alguma margem de manobra à comissão para entrar em negociações com o Conselho e a Comissão.

Peço, por isso, o apoio da Assembleia para o reenvio à comissão.

(O Parlamento aprova o pedido de adiamento da votação final)

Michael Cashman, relator. – (EN) Senhora Presidente, os meus agradecimentos a esta Assembleia pela sua paciência relativamente a esta minha última intervenção. Permite-me, Senhora Presidente, que lhe peça que envie um convite formal à Presidência checa, bem como à próxima Presidência sueca, para que abram um diálogo formal com o Parlamento Europeu o mais rapidamente possível?

De igual modo, tal como anunciado na lista de votação, e a bem da clareza e da coerência do texto que agora adoptámos, peço-lhe que solicite aos serviços da sessão que procedam, sem quaisquer alterações substantivas, o seguinte: agrupar os artigos de acordo com o seu conteúdo sob títulos temáticos, alterar a ordem dos considerandos e das definições em conformidade e produzir e publicar a posição do Parlamento num texto consolidado o mais rapidamente possível.

Por último, permitam-me que manifeste os meus agradecimentos, que são devidos, pelo trabalho árduo e pela colaboração que obtive não apenas da parte dos secretariados mas também dos serviços da sessão.

(Aplausos)

Presidente. - Irei então transmitir o seu pedido, Senhor Deputado Cashman, ao qual será dado seguimento.

5.15. Orientações para as políticas do emprego dos Estados-Membros (A6-0052/2009, Jan Andersson) (votação)

5.16. Prorrogação da aplicabilidade do artigo 139.º do Regimento até ao final da sétima legislatura (B6-0094/2009) (votação)

5.17. Situação social dos rom e o seu acesso melhorado ao mercado de trabalho na UE (A6-0038/2009, Magda Kósáné Kovács) (votação)

5.18. Fazer frente aos desafios relacionados com o petróleo (A6-0035/2009, Herbert Reul) (votação)

5.19. Transportes ecológicos e internalização dos custos externos (A6-0055/2009, Georg Jarzembowski) (votação)

5.20. Estratégia de Lisboa (votação)

- Antes da votação da alteração 28 (relativamente à alteração 27):

Pervenche Berès (PSE). - (FR) Senhora Presidente, talvez me tenha enganado, mas parece-me que o senhor procedeu à votação da alteração 27 que, na realidade, era uma alteração técnica, que apenas pedia a deslocação do n.º 47. Em contrapartida, relativamente ao texto original, existe um pedido de votação separada nominal.

Assim, penso que aceitámos deslocar o n.º 47, e que temos agora de votar nominalmente as duas partes do n.º 47 propriamente dito.

Presidente. - Esclareçamos as coisas: não havia qualquer objecção quanto à inserção do n.º 47 após o n.º 49. Ora, votámos em seguida a alteração 27, que foi aprovada. Assim, não podíamos votar o n.º 47 porque votámos a alteração 27. Por conseguinte, não há problema.

5.21. Luta contra as alterações climáticas (votação)

- Antes da votação do n.º 20:

Avril Doyle (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, proponho uma muito pequena alteração ao texto original. A terceira linha do n.º 20 deveria passar a ter a seguinte redacção: “redução das emissões da deflorestação e

degradação” (em inglês: “*reducing emissions from deforestation and degradation*”). Neste momento o texto original é “redução das emissões para desflorestação e degradação” (em inglês: “*reducing emissions for deforestation and degradation*”). Gostaria de substituir a palavra “para” por “da”. A versão inglesa está errada. Não é controverso.

(A alteração oral é aceite)

5.22. Orientações para as políticas de emprego (votação)

- Antes da votação do n.º 13:

Elizabeth Lynne (ALDE). - (EN) Senhora Presidente, trata-se de uma alteração muito simples, que pretende substituir “os deficientes” ou por “pessoas com deficiência” ou por “pessoas portadoras de deficiência”. Em inglês nunca usamos a expressão “os deficientes”.

(A alteração oral é aceite)

- Antes da votação da alteração 1:

Philip Bushill-Matthews (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, mais uma vez, trata-se de uma alteração normal que se prende com o papel destas consultas aos parceiros sociais. Apenas se acrescenta, no final, a frase: “de acordo com as práticas nacionais”. Normalmente, esta menção é feita nas alterações, mas por qualquer razão foi descurada. Os Socialistas apoiam esta alteração e, esperamos, outros grupos também. Normalmente apoiam.

(A alteração oral é aceite)

5.23. Plano europeu de relançamento económico (A6-0063/2009, Elisa Ferreira) (votação)

- Antes da votação:

Gunnar Hökmark (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, gostaria de informar o nosso grupo de que existe um erro nas nossas listas de votação no que respeita à alteração 113: deveria constar um sinal de mais na lista e não um sinal de menos.

- Antes da votação da alteração 93:

Elisa Ferreira, relatora. - (EN) Senhora Presidente, apenas para alterar a redacção do nº 93 relativo às finanças públicas sãs para “o mais rapidamente possível” em vez de “quando as condições económicas o permitirem”, segundo o acordado com os relatores sombra.

(A alteração oral é aceite)

- Antes da votação da alteração 71:

Alain Lipietz (Verts/ALE). - (FR) Senhora Presidente, trata-se de uma alteração puramente técnica. Há um erro na nossa versão da alteração. Havia um travessão que estava redigido da seguinte forma: “*intensify the elimination of barriers*”, que substituímos por “*remove unjustified barriers*”; mas, infelizmente, o antigo parágrafo, o antigo travessão, manteve-se no texto de alteração. Foi, portanto, o terceiro travessão que alterámos ligeiramente, e não há possibilidade de manter a antiga versão.

(A alteração oral é aceite)

- Antes da votação da proposta de resolução:

Martin Schulz (PSE). - (DE) Senhora Presidente, pela reacção entusiástica do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus à minha intervenção, pode ver-se como correram bem as coisas durante a nossa votação.

Quero agradecer à minha colega, senhora deputada Ferreira, que realizou um trabalho colossal para conseguir este resultado. Quero agradecer também, especificamente, ao senhor deputado Hökmark, à senhora deputada Herczog, e aos senhores deputados Bullmann e Lehne, que, em minha opinião, trabalharam arduamente na resolução análoga sobre a estratégia de Lisboa.

No entanto, como se pode constatar pela reacção do grupo PPE-DE, existe algum alvoroço. Queremos agradecer-vos o facto de terem votado connosco a favor do encerramento dos paraísos fiscais e da solidariedade com os Estados-Membros. Até há poucos minutos ainda, tudo parecia um pouco diferente. Só vos honra terem incentivado a difusão da social-democracia. Isso é bom para o Parlamento Europeu, que se deslocou para a esquerda.

(Aplausos da esquerda e protestos da direita do Hemiciclo)

Daniel Cohn-Bendit (Verts/ALE). - (FR) Senhora Presidente, gostaria apenas de recordar ao PSE e ao PPE que há outros grupos neste Parlamento para além dos dois grandes grupos!

Hartmut Nassauer (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, um ponto de ordem. Talvez a Senhora Presidente pudesse informar a Assembleia com base em que artigo do Regimento foi o senhor deputado Schulz autorizado a usar da palavra.

Presidente. - Caros colegas, evidentemente que vou responder ao senhor deputado Nassauer, que tem toda a razão, mas que, por vezes, para a democracia, temos de saber ultrapassar um pouco as regras.

Quero informar, caros colegas, que dei a palavra ao senhor deputado Schulz nos termos do artigo 141.º do Regimento. Ele tinha todo o direito de o fazer.

Joseph Daul (PPE-DE). - (FR) Senhora Presidente, ele interveio em nome da Comissão? Porque quer tornar-se Comissário? Ou interveio enquanto presidente do grupo?

- *Após a votação final:*

Vittorio Prodi (ALDE). - (IT) Senhora Presidente, solicito um esclarecimento. Tanto quanto sei, a votação final do relatório Reul não teve lugar. Pode confirmar se é assim?

Presidente. - Senhor Deputado, aprovámos a alteração 3, que substitui, portanto, toda a resolução.

5.24. Política de coesão: investir na economia real (A6-0075/2009, Evgeni Kirilov) (votação)

6. Declarações de voto

Declarações de voto orais

- Relatório Elisa Ferreira (A6-0063/2009)

Richard Corbett (PSE). - (EN) Senhora Presidente, congratulo-me com o facto de este relatório analisar o que pode ser feito a nível europeu para estimular as economias, embora reconheça que a maioria dos instrumentos para o fazer permaneça a nível nacional: 99% das despesas públicas são nacionais e não europeias. Mas se olharmos para o que podemos fazer a nível europeu, o plano proposto pela Comissão, que contempla uma contribuição de 30 mil milhões de euros, incluindo pagamentos adiantados dos Fundos estruturais e novos empréstimos do Banco Europeu de Investimento, poderá dar e dará uma contribuição real para sairmos da crise.

Temos igualmente de nos certificar que evitamos o protecçãoismo na Europa. Uma abordagem por parte dos diferentes países assente em vantagens próprias em detrimento dos outros enfraquecerá o nosso mercado comum e prejudicará seriamente as perspectivas de criação de emprego e de crescimento económico a longo prazo. Pelo contrário, a liberdade de circulação dos trabalhadores e as iniciativas de fomento das exportações das empresas para o mercado único ajudarão a proporcionar o estímulo necessário para a nossa recuperação económica.

- Relatório Paolo Costa (A6-0102/2009)

Carlo Fatuzzo (PPE-DE). - (IT) Senhora Presidente, votei a favor do texto comum com vista a aumentar a segurança daqueles que escolhem o mar para viajar. Penso que é muito importante acrescentar que se deveria gastar mais com o profissionalismo de todos os marítimos que são responsáveis pela navegação – desde o comandante até ao chefe das máquinas, passando pelo contramestre, pelo oficial encarregado da disciplina a bordo, pelo timoneiro e por todos os marítimos – porque deles dependem a vida e a segurança dos homens

no mar. Peço portanto mais profissionalismo e melhores salários para aqueles que têm nas suas mãos a vida dos passageiros marítimos.

- Relatório Saïd El Khadraoui (A6-0066/2009)

Simon Busuttill (PPE-DE), – (MT) Acerca deste relatório gostaria de observar que, não obstante os propósitos de protecção do ambiente que o animam, peca por não ter tido devidamente em conta os efeitos negativos e desproporcionados que produziria nas regiões e países que se situam na periferia da União Europeia, como é o caso de Malta. Esta iniciativa é potencialmente susceptível de originar uma subida substancial do preço do transporte de mercadorias com destino e a partir dessas regiões periféricas. Esse aumento dos custos pode, por seu turno, conduzir a um aumento dos preços dos produtos que entram e saem dessas regiões e países. Por conseguinte, votei contra este relatório.

Leopold Józef Rutowicz (UEN). - (PL) Senhora Presidente, impor encargos adicionais aos veículos pesados de mercadorias representa um aumento da tributação. Os transportes por camião são um serviço prestado a toda a economia, incluindo os cidadãos. Os seus custos afectam o preço de todos os produtos que consumimos. Onerar os transportes rodoviários para além dos impostos que já têm de ser pagos, com os custos adicionais do imposto especial sobre o consumo de combustível e das vinhetas, numa altura em que nos debatemos com o problema de uma crise para a qual não se vislumbra um fim, é uma atitude irresponsável em termos sociais.

A poluição do ar, o efeito de estufa e os acidentes dependem, em grande medida, da construção dos veículos e do sistema rodoviário. Nos últimos dez anos, fizeram-se progressos significativos nesta área e todos sentimos os benefícios. Não subscrevo a directiva na sua forma actual porque necessita de uma revisão radical.

- Relatório Michael Cashman (A6-0077/2009)

Hannu Takkula (ALDE). – (FI) Senhora Presidente, quero começar por declarar que apoio este relatório da autoria do senhor deputado Cashman, e por lho agradecer. O documento ganhou muito com a leitura do Parlamento, se olharmos à proposta original da Comissão.

O princípio básico que temos de assegurar é o da transparência do processo de decisão. As pessoas têm de ter a possibilidade de aceder aos documentos, porque esse é o único meio de inspirar confiança e, tendo isso em mente, é muito importante que sejamos capazes de garantir às pessoas condições para acompanharem a marcha do processo legislativo. A transparência tem de ser a regra em todos os níveis administrativos, em matéria de documentos.

Obviamente, toda a gente aceita a ideia de que há domínios, como o da saúde das pessoas e outros, que devem ser reservados, mas no processo legislativo tudo deve ser transparente e, nesse aspecto, estou muito satisfeito com o resultado a que chegámos e acredito que a honestidade e a abertura na decisão serão as chaves que nos permitirão ganhar a confiança das pessoas.

Martin Callanan (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, um relatório recente da organização não governamental sediada no Reino Unido “The TaxPayers’ Alliance” afirma que a adesão à UE custa ao cidadão comum do Reino Unido, homens, mulheres e crianças, 2 000 libras por ano.

Devo dizer que muitos dos eleitores do meu círculo eleitoral do Nordeste de Inglaterra pensam que obtêm um retorno muito fraco por tão elevada soma de dinheiro. Por conseguinte, assegurar o acesso público aos documentos das Instituições europeias é efectivamente o mínimo que esses eleitores esperam em troca da concessão anual de grandes quantias de dinheiro à UE. Aos olhos de muitos deles, a UE continua a ser uma entidade muito obscura e monolítica. Tudo o que pudermos fazer para melhorar o acesso, para dar mais informação ao público sobre alguns dos assuntos que, talvez, alguns dos Senhores Comissários e outros gostariam de manter confidenciais, será extremamente bem-vindo.

Já tivemos casos de delatores e de outros que foram vilipendiados e expulsos dos seus postos de trabalho por terem revelado informação confidencial. Se toda essa informação tivesse estado à partida disponível, talvez muitas dessas reacções exageradas tivessem sido desnecessárias.

Syed Kamall (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, estou grato por esta oportunidade para explicar por que razões votei a favor deste importante relatório. Todos sabemos que, quando partidos diferentes estão envolvidos em negociações políticas delicadas, por vezes, é necessário algum secretismo a fim de evitar que um acordo seja impossibilitado. No entanto, não é bem disso que estamos a falar no caso presente.

Recentemente tiveram lugar negociações sobre o Acordo Comercial contra a Contrafacção e, entre os temas debatidos, incluíam-se a erosão maciça de liberdades civis individuais. Foram apresentadas propostas, por exemplo, no sentido de se poder certificar à entrada dos países se os iPods e computadores portáteis das pessoas respeitam os direitos de autor ou não. Conseguimos debater esses assuntos de forma aberta e transparente? Não, porque esses documentos foram mantidos em segredo – talvez por razões justificáveis, mas que na verdade não compreendemos bem. Por conseguinte, o que precisamos é de mais abertura e transparência para que possamos chegar ao cerne da questão.

Concordo totalmente com o meu colega, o senhor deputado Callanan, quando afirma que a ausência de transparência é um mau presságio para a UE.

- Relatório Jan Andersson (A6-0052/2009)

Carlo Fatuzzo (PPE-DE). – (IT) Gostaria de agradecer a todos os fãs que continuam a ouvir-me há tanto tempo sem se cansarem. Senhora Presidente, sou um dos 74 deputados que hoje votou contra o relatório Andersson, não por ser contra o emprego, mas sim porque essas orientações para a União Europeia, para a política dos Estados-Membros da UE, não referem especificamente que uma das opções para encorajar o emprego é permitir que os trabalhadores que assim o desejem, e que o solicitem, possam reformar-se. Esta política de adiar obrigatoriamente a idade da reforma em toda a parte só serve para privar os jovens de postos de trabalho, quando eles poderiam, de bom grado, substituir os trabalhadores mais velhos que desejam deixar os seus postos de trabalho aos mais novos.

Martin Callanan (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, este relatório parte da falsa premissa de que em matéria de política de emprego é a UE que se encontra em melhor posição para decidir. Muitos dos meus eleitores discordariam profundamente; prefeririam que a UE fosse afastada de tudo o que tenha a ver com a política de emprego. Considero que o país se deveria retirar do Capítulo Social da UE.

É bastante irónico que a UE procure transmitir a sua sabedoria em matéria de política de emprego aos Estados-Membros, quando, ao mesmo tempo, é responsável pelas enormes quantidades de burocracia e regulamentação que colocaram entraves a tantas empresas na minha região e por toda a Europa e causaram uma grande parte do desemprego que agora procura remediar.

O modelo social europeu está ultrapassado, é destrutivo, coloca entraves à criação de emprego e ao empreendedorismo. O melhor seria que a UE mantivesse o seu nariz afastado da política de emprego dos Estados-Membros e produzisse menos burocracia e menos regulamentação. Seria o melhor que poderíamos fazer para criar mais emprego na economia.

- Proposta de decisão sobre o artigo 139.º do Regimento (B6-0094/2009)

Jim Allister (NI). - (EN) Senhora Presidente, votei a favor desta proposta porque adia a loucura que representa o desperdício, absolutamente desnecessário, de dinheiro com os serviços de tradução desta Assembleia no que respeita à cobertura linguística do irlandês.

Preferia que esse desperdício insensato tivesse sido rejeitado. No entanto, pelo menos, a actual medida poupa aos nossos contribuintes uma parte desse desperdício desnecessário.

É evidente a utilização mínima do irlandês nesta Assembleia é por si só evidente, embora a senhora deputada de Brún, como parte da sua agenda republicana agressiva, possa querer brindar-nos com essa língua morta, restando-nos apenas o alívio de saber que praticamente ninguém que aceda aos serviços do Parlamento em linha compreenderá uma palavra do que diz. Posso assegurar-lhes que não perdem grande coisa.

A sua colega do Sinn Féin, a senhora deputada McDonald, não conseguiu mais do que balbuciar um irlandês hesitante, reticente e rudimentar, mas, mesmo neste caso, estamos a desperdiçar dinheiro com a tradução.

- Relatório Magda Kósáné Kovács (A6-0038/2009)

Miroslav Mikolášik (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, agradeço à senhora deputada Kovács o seu relatório informativo e útil sobre a situação dos romanichéis.

Como todos sabem, a população romanichel apresenta um crescimento constante e está a tornar-se uma força de peso, com influência em toda a Europa. Este grupo de 10-12 milhões de pessoas conta-se entre os mais pobres do continente, tendo, porém, um potencial incomensurável.

Na qualidade de europeus e de deputados ao Parlamento Europeu, o qual assenta no pilar da igualdade, é preciso que reajamos a este problema o mais rapidamente possível. A opressão contínua de uma das maiores minorias europeias é uma vergonha e revela ineficiência. Com uma regulamentação melhor e um mais elevado grau de cooperação, as nações poderão proporcionar trabalho a este imenso bloco de potenciais trabalhadores. Com o pano de fundo da crise económica, os romanichéis poderão ajudar a resolver alguns dos problemas mais graves da Europa. Para além disso, os preconceitos contra estes cidadãos e a degradação a que estão votados já perdura há demasiado tempo. É preciso que seja garantida a igualdade de direitos e oportunidades a todos os cidadãos da Europa, incluindo os romanichéis.

No início deste mês, na Hungria, dois cidadãos romanichéis foram abatidos como animais quando tentavam escapar da sua habitação em chamas. Como é possível que numa Europa unida persistam situações como esta?

Philip Claeys (NI). – (NL) Senhora Presidente, votei contra o relatório Kovács porque todo este documento está impregnado da ideia de que os Roma são vítimas da sociedade e porque sou de opinião de que um grupo minoritário como este lucraria, na realidade, muito mais com uma estratégia que o encorajasse a assumir mais responsabilidade pelo seu destino.

Também eu partilho, obviamente, da opinião geral de que os Roma deveriam ser tratados correctamente, mas a maioria dos problemas mencionados neste relatório são atribuíveis a um estilo de vida, a um modo de vida que estas pessoas escolheram activamente. Por mais relatórios e resoluções que aprovemos e por mais dinheiro que doemos, isso em nada irá mudar a situação no terreno.

Frank Vanhecke (NI). – (NL) Senhora Presidente, ao longo da minha carreira neste Parlamento já ouvi uma grande quantidade de disparates politicamente correctos, que foram invariavelmente aprovados por amplas maiorias, mas, do meu ponto de vista, o presente relatório é realmente o cúmulo. Se este Parlamento está de facto decidido a intervir na situação social dos Roma e no respectivo acesso ao mercado de trabalho, será então irrazoável pedir que observe um mínimo de objectividade?

A verdade é que os problemas dos Roma resultam, em grande parte, do simples facto de eles se recusarem a adaptar-se à sociedade em que vivem, certamente no que respeita à educação e à formação profissional. Há décadas que injectamos milhões de euros em todo o tipo de programas eivados de disparates idílicos, mas sobretudo irrealistas, semelhantes aos veiculados por este relatório. Porém, sem qualquer resultado. Não será, pois, chegada a altura de deixarmos de apaparicar os Roma e de olharmos para as verdadeiras causas dos problemas, antes de avançarmos com soluções?

- Relatório Herbert Reul (A6-0035/2009)

Avril Doyle (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, embora a versão alterada represente uma melhoria, foi ainda com um peso no coração que apoiei este relatório de iniciativa, pois não é consistente com o Pacote clima-energia aprovado por uma vasta maioria nesta Assembleia, em 17 de Dezembro de 2008.

Cumprer recordar que o meu próprio relatório sobre o regime comunitário do comércio de licenças de emissão (RCLE-UE), que é a pedra de toque desse pacote, foi aprovado por 610 votos a favor, 60 abstenções e 29 votos contra. Escusado será dizer que o senhor deputado Reul não se contava entre os 610 deputados dos 699 que apoiaram o meu relatório.

Tenho reservas quanto a quaisquer referências à perfuração no Ártico ou a exploração com vista a fontes alternativas de petróleo, tais como as areias asfálticas. Os últimos meses mostraram que a importância da segurança energética nunca foi tão premente. A cooperação necessária em toda a UE, e a necessidade de tirar proveito dos pacotes de estímulo actualmente lançados por praticamente todos os Estados-Membros e pela Comissão, põem a nu a necessidade de investimento em fontes de energia renováveis para aumentar a nossa segurança energética, diminuir as nossas emissões de carbono e para nos libertar da nossa elevada dependência dos combustíveis fósseis, embora no quadro de um calendário acordado.

Martin Callanan (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, fui relator sombra no quadro do relatório Sacconi sobre as emissões de CO₂ dos veículos comerciais ligeiros, e pude verificar, pelo meu trabalho nesta matéria, a necessidade de reduzirmos a nossa dependência do petróleo.

É preciso que reduzamos essa dependência porque a maioria dos fornecedores de petróleo se situam, evidentemente, em regiões muito instáveis e perigosas do mundo. Há demasiado tempo que a nossa necessidade de petróleo ajuda a manter regimes que são profundamente inimigos de tudo aquilo que

defendemos, dos nossos próprios interesses e dos nossos valores, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos e à boa governação.

Como é evidente, é preciso que, em especial, reduzamos a nossa dependência face aos fornecimentos de petróleo da Rússia. A Rússia já demonstrou, no passado, que não hesitará em utilizar o seu controlo sobre grande parte do nosso abastecimento energético para conseguir objectivos políticos e económicos, e é preciso que tudo façamos para reduzir esta sua capacidade, e, para isso, teremos obviamente de reduzir a nossa dependência do petróleo.

- Relatório Georg Jarzembowski (A6-0055/2009)

Neena Gill (PSE). - (EN) Senhora Presidente, absteve-me na votação deste relatório porque acredito que, pura e simplesmente, não vai suficientemente longe. Comprometemo-nos, no passado, nesta Assembleia com a redução de emissões. Os transportes têm um papel fundamental a desempenhar na luta contra as alterações climáticas, devendo por isso apoiar-se este sector no cumprimento das suas responsabilidades, porém este relatório pouco faz nesse sentido.

É de lamentar que assim seja, pois contém algumas propostas positivas. As taxas de ruído sobre os transportes ferroviários têm em conta o impacto ambiental mais alargado dos transportes e enquadram-se bem com as propostas actualmente em análise na Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia sobre a diminuição do ruído de rolamento dos pneus.

Contudo, muito mais poderia ter sido feito no sector da aviação. É estranho que o relatório mencione os transportes ferroviários, marítimos e por vias navegáveis internas, mas negligencie este sector, um dos que mais contribui para as emissões de carbono. Devido à sua falta de ambição, nesta área e em tantas outras, absteve-me nesta votação.

- Proposta de resolução B6-0107/2009 (Estratégia de Lisboa)

Hannu Takkula (ALDE). - (FI) Senhora Presidente, a estratégia de Lisboa merece ser apoiada, mas é preciso que se diga que o objectivo de, até 2010, fazermos da Europa a economia assente no conhecimento mais competitiva do mundo não se vai concretizar. Estamos em 2009 e, por isso, se desejamos conseguir alguma coisa, temos de alcançar muito rapidamente o tipo de consenso à escala europeia que é necessário para o efeito. Depois, talvez possamos atingir esse objectivo lá para 2020 ou 2030.

Isso significa, sobretudo, que tem de haver uma aposta à escala europeia na formação e na investigação a muito breve trecho. Presentemente, estamos a braços com uma recessão e, neste cenário de quebra da actividade económica, temos de nos lembrar de que, para assegurarmos uma oferta adequada de recursos humanos de qualidade – de força de trabalho para os nossos mercados de emprego – necessitamos de investir em particular na formação e na formação de professores. Se desejamos realmente atingir os objectivos da estratégia de Lisboa, a prioridade tem de ser essa.

Philip Claeys (NI). - (NL) Senhora Presidente, absteve-me na votação desta resolução sobre a Estratégia de Lisboa, apesar de, no seu todo, a resolução ser, na verdade, uma resolução muito equilibrada que faz um diagnóstico preciso da situação, e de conter também muitas propostas que subscrevo por inteiro. Absteve-me, contudo, porque o tema desses famosos "cartões azuis" para imigrantes económicos foi de novo abordado e está a colher um claro apoio, precisamente numa altura em que mais de 20 milhões de pessoas na União Europeia são confrontadas com o desemprego, que tende aumentar ainda mais em resultado da crise económica.

Precisamente em alturas como estas, deveríamos deixar de recorrer às soluções mais fáceis de curto prazo, como a de aliciar uma vez mais hordas de imigrantes económicos a virem para a União Europeia. Deveríamos, pelo contrário, investir na formação e na reciclagem profissional das pessoas que estão actualmente desempregadas, em vez de as abandonarmos simplesmente em favor de um influxo de novos imigrantes.

Christopher Heaton-Harris (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, não consigo lembrar-me do meu sentido de voto relativamente à Estratégia de Lisboa. Penso que se trata de um documento totalmente inútil, já que a Europa pretendia ser a sociedade mais competitiva com base no conhecimento até 2010. Ao longo dos dez anos em que tive assento nesta Assembleia, perguntei-me, de facto, como estaríamos a conseguir atingir essa meta quando continuávamos a aprovar legislação atrás de legislação, sufocando as empresas e as oportunidades e, na verdade, encorajando as empresas a deslocar-se para fora do continente europeu.

Sou sempre reticente quando está em causa este tipo de relatórios. Hoje, tendo estado aqui nesta Assembleia há um par de horas a votar sobre a imposição de mais e mais regulamentação a empresas e cidadãos, penso que estamos a seguir na direcção errada. Penso que é preciso, de imediato, um enorme volte-face.

Martin Callanan (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, concordo com muitos dos comentários proferidos pelo meu colega Heaton-Harris. Como afirmou, e bem, a Estratégia de Lisboa compromete a UE a transformar-se, algo ironicamente, na economia mais competitiva do mundo até 2010. A apenas um ano do término desse prazo, auto-imposto, não posso ser o único, nesta Assembleia, a perguntar-se e a tornar-se algo céptico relativamente à nossa capacidade de alguma vez lá chegarmos.

Aprovamos constantemente resoluções, e a Comissão constantemente documentos estratégicos que apontam o caminho rumo a esse fim. O problema é que parece que nunca lá chegaremos.

O conteúdo da Estratégia de Lisboa esteve sempre bastante longe da capacidade de a UE apresentar resultados, e contrariava em grande medida todo o *ethos* da UE ao longo dos últimos 50 anos, porque, como no-lo recordou o senhor deputado Heaton-Harris, mais do que qualquer outra coisa, muito do emprego e da regulamentação económica da UE coloca, na verdade, mais dificuldades à Estratégia de Lisboa. Estamos constantemente a acumular mais e mais encargos e regulamentos que forcem a indústria a sair da Europa, e não temos qualquer hipótese de cumprir qualquer dos objectivos da Estratégia de Lisboa. É tempo de sermos honestos connosco próprios e de o admitir.

Syed Kamall (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, os objectivos iniciais da Estratégia de Lisboa comprometem a UE com a criação de uma economia baseada no conhecimento, com uma economia inovadora, uma economia digital até 2010. Pois bem, tenho uma notícia para todos os presentes nesta numerosa Assembleia: o prazo está a esgotar-se. Talvez não tenham reparado, mas, até à data, fizemos escassos progressos.

Antes de me dedicar à política, trabalhei muito com inovações e ajudei diversas empresas em fase de arranque (*start-ups*). Foi um enorme contraste chegar ao mundo da política europeia e verificar como se lida com a inovação. Aqui, quando se fala em inovação, fala-se de comissões, elaboram-se documentos de estratégia, fazem-se votações, existe tudo menos inovação, a não ser que se considere que é inovação a produção de papel e mais papel.

Quando falamos com os inovadores no terreno, aqueles que gerarão riqueza na União Europeia e em todo o mundo, o que estes pretendem é que os governos se mantenham afastados do seu caminho. É tempo de os vampiros dos governos deixarem de sugar o sangue das empresas.

Neena Gill (PSE). - (EN) Senhora Presidente, é com grande pesar que me ergo, uma vez mais, para falar de Lisboa. Normalmente não intervenho nesta Câmara apenas para ser negativa. Considero que a União Europeia não se poupa a palavras no que respeita à Estratégia de Lisboa. No entanto, hoje, praticamente 10 anos desde a Cimeira, estamos ainda longe de passar das palavras aos actos.

Oiço palavras sonantes quanto à necessidade de dispormos de uma mão-de-obra qualificada capaz de se adaptar às convulsões económicas, como a que hoje atravessamos. Porém, no que toca às qualificações, continuamos a enfrentar, em toda a Europa, uma crise crónica. Na minha região das West Midlands, a qualificação da mão-de-obra tem tido um início particularmente penoso e moroso. Lamentavelmente, é de todas as regiões do Reino Unido, aquela onde mais se faz sentir a falta de pessoal qualificado. Por conseguinte, gostaria de exortar a Comissão a não perder de vista as reformas estruturais necessárias para revigorar a Estratégia de Lisboa durante um período fustigado pelas perturbações económicas, pelos preços acrescidos do petróleo e dos produtos de base e pela persistente turbulência nos mercados financeiros.

- Proposta de resolução B6-0134/2009 (Alterações climáticas)

Christopher Heaton-Harris (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, a razão por que pretendo apresentar uma declaração de voto relativamente a este relatório específico prende-se com o facto de me custar a acreditar na hipocrisia desta Assembleia ao falar como sempre faz acerca das alterações climáticas.

E por que razão é esta Assembleia hipócrita? Bem, olhem à vossa volta. Estamos no nosso segundo hemisfério. Dispomos de um hemisfério perfeito em Bruxelas. Estamos aqui apenas três ou quatro dias por mês. Concedo que realizaremos um período de sessões suplementar este mês, mas apenas para completar as 12 que precisamos de realizar.

São centenas as pessoas deslocadas dos seus locais habituais de trabalho para se reunirem aqui. Viajam, produzem emissões de carbono para aqui chegar. Somos, provavelmente, o Parlamento menos ecológico

do mundo. Quando aqui cheguei, pretendia-se que este fosse um Parlamento sem papel e, no entanto, se olharem em volta, todas as nossas secretárias estão atulhadas de papel. Somos mais hipócritas quanto a estas questões do que qualquer outra Assembleia que conheço.

Syed Kamall (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, concordo plenamente com os sentimentos expressos pelo orador anterior. Temos de ter presente o facto de este Parlamento Europeu ter duas Assembleias – em Estrasburgo e em Bruxelas – e de dispor de três sedes, incluindo a que se localiza no Luxemburgo, de que as pessoas frequentemente não falam. Não só estamos a construir um novo bloco no Luxemburgo, conduzindo a mais emissões de carbono, que poderão muito bem contribuir para as alterações climáticas – ou não, dependendo daquilo que pensamos sobre o assunto –, como é também simplesmente hipócrita que continuemos a debater as alterações climáticas quando nos mantemos a funcionar em três locais de trabalho diferentes.

Mesmo que, de futuro, viéssemos a trabalhar apenas num local – Bruxelas – quando passeamos pelas ruas de Bruxelas à noite e olhamos da Place du Luxembourg para o edifício do Parlamento Europeu deparamo-nos com este enorme farol da hipocrisia todo iluminado. Se quisermos enfrentar as alterações climáticas, é tempo de pormos ordem na nossa Assembleia.

- Proposta de resolução B6-0133/2009 (Políticas do emprego)

Frank Vanhecke (NI). - (NL) Senhora Presidente, a presente resolução está cheia de boas intenções, mas devíamos interrogar-nos sobre se resoluções deste género fazem realmente alguma diferença.

Por exemplo, não percebo por que motivo é que uma resolução sobre políticas de emprego – na medida em estas se inserem na esfera de competências da UE, o que eu não creio –, opte por ignorar questões tão basilares como a de saber quantas pessoas estão actualmente desempregadas na União Europeia. Ainda são 20 milhões, ou será mais provável que esse número esteja mais perto dos 25 milhões?

A questão é: continua a Comissão agarrada à sua escandalosa ideia de importar mais de 20 milhões de novos imigrantes para o território da União Europeia? A questão é: irá a Comissão finalmente abandonar os seus centros de recrutamento em países como o Mali e o Senegal para importar ainda mais desemprego? São perguntas como estas que esperávamos encontrar na resolução, em vez do insignificativo catálogo de boas intenções em que a mesma infelizmente se tornou.

Syed Kamall (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, falamos, uma vez mais, de algo relativamente ao qual pouco estamos a fazer, a saber, a política de emprego. Em tempos, um dos meus colegas disse-me que quando o Parlamento Europeu fala de emprego, está na verdade a criar muito mais desemprego do que se poderia imaginar. Temos de o reconhecer, se quisermos criar emprego, será preciso libertar aqueles que são geradores de riqueza. Temos de permitir que continuem a manter o seu espírito de livre iniciativa, a criar riqueza e a criar emprego.

Mas que fazemos aqui? Através da regulamentação e do debate, o que procuramos fazer é abafar o próprio espírito de inovação e de empreendedorismo, e foi isso o que uma vez mais hoje aconteceu. Ainda hoje, o senhor deputado Schulz – de quem muitas vezes discordo, embora não seja esse o caso hoje – falou da social-democratização do PPE. Agora que esse dia chegou, sabemos que estaremos em maus lençóis no que respeita à criação de emprego na Europa.

Daniel Hannan (NI). - (EN) Senhora Presidente, terá reparado que a harmonização da política acontece sempre na mesma direcção? Mais integração significa invariavelmente mais intervenção.

Ou, por outras palavras: o pluralismo garante a competitividade. Se tivermos Estados concorrenciais com diferentes níveis de tributação, então só é possível subir os impostos até um determinado nível sob pena de o dinheiro começar a fugir para o estrangeiro. Se tivermos Estados concorrenciais com diferentes políticas de emprego e diferentes políticas sociais, só será possível regulamentarmos os nossos mercados de trabalho até certo ponto sob pena de os empregos começarem a atravessar as fronteiras.

Durante o tempo das vacas gordas, a União Europeia pode menosprezar estas verdades e construir atrás dos seus muros um mercado altamente regulamentado e centralizado. Mas esses tempos chegaram ao fim. Arriscamo-nos agora a afastar-nos das economias mais dinâmicas, a colocar-nos em situações de maior penúria e a sermos mais irrelevantes e, por fim, como os Eldar de J.R.R. Tolkien, a avançar para Ocidente, desvanecendo.

- Relatório Luis de Grandes Pascual (A6-0097/2009)

Richard Corbett (PSE). - (EN) Senhora Presidente, verifico que pelo menos alguns dos que têm denegrido a totalidade da legislação europeia, independentemente na sua natureza, ainda assim, votaram a favor do terceiro Pacote Marítimo, um pacote com que me congratulo, porque reforça a saúde e a segurança das pessoas a bordo dos navios; acabará por reduzir custos, pois salvará vidas a jusante e torna compatíveis os sistemas de segurança dos Estados-Membros, tornando-os assim mais eficazes, mais eficientes, menos onerosos, melhorando, simultaneamente a saúde e a segurança. Congratulo-me com a aprovação deste pacote, que fará a diferença em matéria de segurança para centenas de constituintes meus em Yorkshire e Humber.

- Relatório Elisa Ferreira (A6-0063/2009)

Neena Gill (PSE). - (EN) Senhora Presidente, votei a favor deste relatório, uma vez que fui agradavelmente surpreendido pelo facto de as nossas propostas contra os paraísos fiscais terem sido aprovadas nesta Assembleia. Apoiei igualmente as amplas transferências incluídas neste relatório para combater a crise.

O aspecto específico que efectivamente pretendo abordar é o plano de relançamento até ao momento. Temos de nos certificar de que continuaremos a dispor de emprego seguro e carreiras sustentáveis para os cidadãos quando a economia começar a ter melhores desempenhos, e a apoiar sectores chave, tais como o sector automóvel. O sector automóvel é um modelo da forma como as indústrias nacionais deverão adaptar-se nos próximos anos. Visitei recentemente a fábrica da Jaguar Land Rover no meu círculo eleitoral, onde pude constatar a forma como a empresa se tornou líder a nível mundial em matéria de tecnologias automóveis verdes e onde as novas orientações de homologação que temos vindo a aprovar nesta Assembleia foram extremamente bem acolhidas.

Daniel Hannan (NI). - (EN) Senhora Presidente, uma vez mais, estamos a alimentar a fantasia de que é possível sair da crise por via das despesas e legislando contra a recessão. Na melhor das hipóteses, estamos a enganar-nos a nós próprios; na pior das hipóteses, estamos deliberadamente a levar ao engano o nosso eleitorado.

A verdade é que nada poderá travar esta correcção: as taxas de juro foram mantidas em níveis demasiado baixos por demasiado tempo e, agora que foi injectado ar no balão, este acabará por sair. Poderíamos tentar salvar algumas das vítimas, porém, ao invés, persistimos no engano de que poderemos travar este processo. A dívida será paga pelos nossos filhos que ainda nem sequer nasceram, nem foram gerados, e em nenhum outro país como no meu, no qual cada criança que nasce já carrega uma dívida de 30 000 libras devido à incompetência e incontinência do seu Governo.

Como diz o nosso poeta: *"This land of such dear souls, this dear dear land, ... Is now leased out – I die pronouncing it – like to a tenement or pelted farm."* ("Esta terra de almas tão queridas, esta terra tão, tão amada, ... está para aluguer – morro, afirmando-o – como qualquer apartamento ou pequena quinta.")

E, hoje, para além da dívida nacional, espera-se que contribuamos para estes programas europeus de relançamento. Concluo novamente com as palavras do nosso poeta nacional: *"Prevent it, resist it, let it not be so, Lest child, child's children, cry against you, 'Woe!'"* ("Evitem-no, resistam, não deixem que seja assim, criança receosa, filhos dos filhos, gritam contra vós, "ó não").

Jean-Claude Martinez (NI). - (FR) Senhora Presidente, podemos citar como exemplos de grande criminalidade financeira internacional o caso Madoff, evidentemente, mas também a especulação sobre as matérias-primas agrícolas em 2007.

Eis a razão pela qual toda uma série de juristas, nomeadamente o escritório de Carlos Sotel em Espanha, e de redes de grandes escritórios, propuseram a criação de um tribunal financeiro internacional.

Poderíamos aliás, muito simplesmente, alargar a competência do Tribunal Penal Internacional à grande criminalidade financeira pois, em 2007, morreram milhões de crianças devido à especulação sobre os produtos agrícolas. Foi um Darfur financeiro.

Esse tribunal financeiro internacional teria por competência inquirir sobre a especulação e os especuladores, controlar os paraísos fiscais, regular e sancionar.

Trata-se do teste de sinceridade para Obama, para o Presidente Sarkozy e para todos os dirigentes. Eis a mensagem política a enviar às opiniões públicas, primeira etapa de uma organização planetária, de um fenómeno planetário e de um tratamento planetário de uma crise económica planetária.

- Relatório Evgeni Kirilov (A6-0075/2009)

Christopher Heaton-Harris (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, é muito agradável intervir neste tipo de debates depois do senhor deputado Corbett, porque aqui o senhor deputado tem sempre razão; frequentemente confuso, como hoje aconteceu, apresentando a declaração de voto errada na altura errada, mas, obviamente tem sempre razão! No entanto, eu pergunto-me se, nesta Assembleia, sabemos o que é a economia real. Será economia real um bando de produtores de papelada e de burocratas, aprovando leis que outros terão de aplicar, como a administração pública do Reino Unido, país onde o sector público tem crescido mais rapidamente do que o sector privado ao longo dos últimos 10 anos? Ou será que a economia real são, efectivamente, as pessoas que de facto trabalham, inovam e criam as suas próprias empresas? Pergunto-me se, na verdade, o presente relatório aponta na boa direcção. Tendo lido o relatório, estou bastante seguro de que não é esse o caso.

Daniel Hannan (NI). - (EN) Senhora Presidente, nós, aqui nesta Assembleia, sabemos, talvez melhor do que alguns lá fora, até que ponto a União Europeia se transformou hoje num mecanismo de redistribuição maciça de riqueza.

Durante muito tempo, esse sistema funcionou muito bem, porque havia apenas um pequeno número de pessoas que pagava para o bolo. Os únicos dois contribuintes líquidos para o orçamento durante a maior parte da história da União Europeia foram o Reino Unido e, de forma mas proeminente, a Alemanha.

No entanto, a situação mudou, e hoje os fundos estão a esgotar-se. Tivemos a viva ilustração desse facto na Cimeira de há duas semanas, altura em que o Primeiro-Ministro húngaro exigiu uma ajuda de salvação de 190 mil milhões de euros para a Europa Central e Oriental, e obteve como resposta bem clara, da parte da Chanceler Alemã, que não existia, nem viria a existir, dinheiro para esse fim.

Os contribuintes alemães (e isso raramente é reconhecido) sempre alimentaram todo o sistema. A integração assenta no seu sofrimento, e não estão mais dispostos a suportar esse fardo. Deixaram de dar resposta ao apelo surdo da responsabilidade histórica. Trata-se de um povo sensível, sensato e que consegue reconhecer um argumento que serve o seu interesse e aproveitar uma oportunidade quando a vê. Se pensarem que estou errado, então deixem que realizem um referendo; deixem que todos façam um referendo: ponham o Tratado de Lisboa a votos. *Pactio Olisipiensis censenda est!*

Declarações de voto escritas

- Relatório Geringer de Oedenberg (A6-0060/2009)

Luca Romagnoli (NI), por escrito. - (IT) Votei a favor do relatório da senhora deputada Geringer de Oedenberg sobre a isenção do imposto sobre o valor acrescentado de algumas importações de bens de carácter definitivo (versão codificada). Tratando-se de uma mera codificação de um texto legislativo já existente e não comportando nenhuma alteração importante do texto propriamente dito, penso que devemos apoiar a proposta da Comissão e as recomendações dos serviços jurídicos do Parlamento, do Conselho e da própria Comissão.

- Relatório Díaz de Mera García Consuegra (A6-0106/2009)

Luca Romagnoli (NI), por escrito. - (IT) Abstive-me na votação do relatório do senhor deputado Díaz de Mera García Consuegra sobre o ajustamento dos vencimentos de base e subsídios aplicáveis aos funcionários da Europol. Só concordo em parte com o ponto de vista do relator sobre essa questão, pelo que não considero oportuno tomar posição sobre ela.

- Relatório Reimer Böge (A6-0106/2009)

Alessandro Battilocchio (PSE), por escrito. - (IT) Senhora Presidente, votei a favor.

Considero que a catástrofe ambiental que atingiu a Roménia não pode passar despercebida. A Roménia saiu exausta das inundações, não só em termos económicos e ambientais, mas também em termos sociais.

Os relatos dos casos pessoais vividos pela população foram aflitivos – houve famílias que perderam os seus bens e haveres, muitos dos quais fruto de uma vida inteira de trabalho duro.

Muitas organizações estão já em actividade no local, mas chegou também a altura de as Instituições, e os deputados desta Assembleia pessoalmente, darem um contributo concreto para essa causa.

Por isso encaro com agrado o parecer da Comissão dos Orçamentos e espero que os 11 785 377 Euros do Fundo de Solidariedade sejam rapidamente postos à disposição da Roménia, a fim de ajudar a erguer a população tanto do ponto de vista económico como ambiental e social.

Genowefa Grabowska (PSE), por escrito. – (PL) O princípio da solidariedade é um princípio fundamental e incontestável da União Europeia. É precisamente este princípio, que efectivamente não existe apenas no papel, que distingue a UE de outras organizações internacionais. Uma expressão prática desse princípio é sem dúvida o Fundo de Solidariedade, criado em 2006 em conformidade com um acordo interinstitucional a fim de eliminar as consequências negativas das grandes catástrofes naturais. É positivo que o Fundo esteja a funcionar e que, no ano passado, tenha beneficiado cinco países. Isto prova que, numa situação de tragédia, nenhum Estado-Membro estará sozinho. As cheias que afectaram cinco zonas do Nordeste da Roménia em Julho de 2008 causaram graves perdas materiais (0,6% do RNB) e transtornaram a vida de mais de dois milhões de pessoas, em 214 distritos.

Numa situação destas, considero justificado o pedido de assistência apresentado pela Roménia, ainda que não satisfaça os critérios quantitativos estabelecido no n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento (CE) N.º 2012/2002 do Conselho que institui o Fundo de Solidariedade da União Europeia. Também não duvido que, neste caso, é necessário aplicar o critério de catástrofe de carácter extraordinário, também previsto no referido regulamento e que permite a mobilização do Fundo a favor da Roménia. Como deputada polaca do Parlamento Europeu, represento uma região que também foi afectada por uma catástrofe natural, nomeadamente o tornado na província da Silésia. Felizmente, essa catástrofe não teve o mesmo poder destrutivo nem a mesma escala. No entanto, apoio inteiramente esta prova palpável da solidariedade europeia.

Maria Petre (PPE-DE), por escrito. – (RO) Votei a favor do presente relatório porque penso que pode ajudar a mobilizar mais rapidamente o Fundo de Solidariedade. Em 2006, quando ocorreram inundações no meu país em Abril e Agosto, verificou-se um atraso de um ano no pagamento da ajuda da União Europeia, através do Fundo de Solidariedade, à Roménia. Apraz-me verificar que o procedimento foi aperfeiçoado, agilizando a pronta intervenção da UE em países que foram afectados por uma grande catástrofe natural ou extraordinária.

Luca Romagnoli (NI), por escrito. – (IT) Votei a favor do relatório do senhor deputado Bøge sobre a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia. Concordo que os critérios de elegibilidade para a mobilização do Fundo foram cumpridos no caso do pedido apresentado pela Roménia, na sequência das inundações que atingiram o país em Julho. Com efeito, essas inundações causaram graves prejuízos à paisagem e à população residente nas cinco regiões afectadas. Por isso, parece-me mais que oportuno que o Fundo seja mobilizado, até porque o montante em questão está dentro do limite máximo anual previsto no Acordo Interinstitucional de Maio de 2006.

- Relatório Jutta Haug (A6-0113/2009)

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE), por escrito. – (RO) Votei a favor do relatório da deputada Jutta Haug (Alemanha) porque exige a mobilização de 11,8 milhões de euros do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) para ir em auxílio das vítimas das inundações que assolaram a Roménia em Julho de 2008.

Essa mobilização constitui a resposta da UE ao pedido de ajuda da Roménia. Esse pedido abrange cinco regiões (Maramureș, Suceava, Botoșani, Iași e Neamț). 241 municípios da Roménia, com uma população total de 1,6 milhões de habitantes, foram directamente afectados pela catástrofe, que destruiu parcial ou totalmente casas e colheitas.

Votei com o pensamento nas pessoas que, nessas inundações, perderam casa, pertences, animais e, mesmo, membros da família. Gheorghe Flutur, Presidente do Conselho Regional de Suceava, veio a Bruxelas, ao Parlamento Europeu, defender a sua causa.

Penso que a Roménia necessita de um montante mais avultado para poder reparar os danos provocados pelas inundações, mas a ajuda da UE é necessária e bem-vinda.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), *por escrito*. – O primeiro orçamento rectificativo para 2009 refere-se à mobilização do Fundo de Solidariedade da UE a favor da Roménia na sequência das inundações que assolaram este país, em Julho de 2008.

Face a um prejuízo directo calculado em cerca de 471,4 milhões de euros, é (só agora!) proposta a mobilização de apenas 11,8 milhões de euros no quadro deste fundo, o que, mais uma vez, demonstra a necessidade urgente da sua revisão.

O objectivo deste fundo é permitir uma resposta rápida, com eficácia e flexibilidade a “situações de emergência” nos vários Estados-Membros, pelo que apoiamos, apesar de todas as insuficiências, a sua mobilização a favor da Roménia.

Todavia, os 11,8 milhões de euros serão orçamentados à custa da diminuição das verbas destinadas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - objectivo convergência. Isto é, a “solidariedade” prestada à Roménia é financiada através das verbas destinadas aos países e regiões economicamente menos desenvolvidas, onde se inclui a própria Roménia! Eis o que se pode designar como a solidariedade entre os “pobres”, ou seja entre os chamados “países da coesão”/regiões de convergência...

Discordamos que sejam utilizadas verbas da “coesão” - tanto mais que num quadro de agudização da crise socio-económica -, quando existem outras verbas, como as destinadas à militarização da UE.

Iosif Matula (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor do relatório sobre a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia a favor da Roménia por entender que o auxílio financeiro concedido ao nosso país presta apoio significativo e necessário às localidades atingidas pelas inundações repentinas de Julho do ano passado. A área nordeste do país foi gravemente atingida. 214 municípios e mais de 1,6 milhões de pessoas foram directamente afectadas pela catástrofe. A Comissão Europeia contribuiu com um montante de 11,8 milhões de euros de apoio aos investimentos efectuados para reparar as infra-estruturas de transporte e saneamento, reforçar os leitos dos rios e construir diques que impeçam, de futuro, a ocorrência de catástrofes naturais desta natureza.

Creio que a detecção precoce das causas de desastres naturais desta dimensão, ou mesmo mais graves, é o passo mais importante para protegermos os cidadãos europeus.

Pensando nas alterações climáticas que atravessamos, apoio a criação de instrumentos que permitam acompanhar os factores ambientais em cada região individual, a par da atribuição de orçamento adequado a essa tarefa. As zonas de convergência estão mais expostas ao risco de serem atingidas por catástrofes naturais, o que significa que se impõe uma atenção especial a esses aspectos, para que se possa aplicar uma política de coesão económica, social e territorial.

Rovana Plumb (PSE), *por escrito*. – (RO) As áreas mais expostas aos efeitos das alterações climáticas são os recursos hídricos, a agricultura, a energia, a silvicultura e a biodiversidade e, por último mas não menos importante, a saúde da população.

Os fenómenos climáticos extremos que a Roménia viveu nos últimos anos provocaram inundações e momentos de seca, que impõem a necessidade de lidar com o problema das alterações climáticas com o maior rigor, competência e responsabilidade.

Sendo eu social-democrata, votei a favor do relatório porque os 11,8 milhões de euros concedidos através do orçamento rectificativo ajudam a Roménia no seu esforço de adaptação às alterações climáticas, tentando anular os efeitos das inundações mediante um trabalho local de protecção (protecção de localidades habitadas, planeamento de bacias hidrográficas procedendo a obras para controlar os cursos de água e aumento da área florestal) e envolvendo a população, sensibilizando-a para a atitude adequada antes, durante e depois das inundações.

Nicolae Vlad Popa (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor do projecto de orçamento rectificativo n.º 1/2009 da União Europeia para o exercício de 2009, que visa mobilizar 11,8 milhões de euros em dotações de autorização e pagamento do Fundo de Solidariedade da UE para ajudar a Roménia na sequência das inundações que assolaram o país em Julho de 2008.

Apoio a iniciativa da Comissão Europeia através da qual a UE demonstra a sua solidariedade para com as regiões de Suceava, Iași, Neamț, Botoșani e Maramureș, vítimas das inundações de Julho de 2008.

Ao aprovar hoje o relatório, a sessão plenária do Parlamento Europeu subscreve a decisão da Comissão dos Orçamentos de 24 de Fevereiro de 2009. Nessa sessão Gheorghe Flutur, Presidente do Conselho Regional de Suceava, expôs a situação que se vive na sua região, assolada pelas inundações, e fundamentou o pedido de financiamento com fotografias e com as estatísticas dos prejuízos causados pelas catástrofes naturais que atingiram a área.

Gheorghe Flutur informou que tinham sido enviados avisos e acrescentou que foi decidido, em concertação com as autoridades da região ucraniana de Chernivtsi, criar um sistema de alerta rápido na eventualidade de catástrofes, assim como lançar outros programas de cooperação transfronteiriça que permitam tratar situações de emergência, os quais serão concretizados na sequência deste projecto.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório da senhora deputada Haug sobre o orçamento rectificativo para o ano de 2009, que tem em conta os graves prejuízos provocados pelas inundações que atingiram a Roménia em Julho de 2008. Já manifestei o meu parecer favorável ao relatório do senhor deputado Bøge sobre a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia neste caso concreto, e quero confirmar aqui o meu apoio a essa medida, desde que ela vise – como está previsto no Acordo Interinstitucional de 2006 – uma rápida e eficaz reposição de condições de vida dignas nas regiões afectadas pela catástrofe natural, e não o pagamento de compensações pelos prejuízos sofridos por particulares.

Flaviu Călin Rus (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor do projecto de orçamento rectificativo n.º 1/2009 da União Europeia para o exercício de 2009 (6952/2009 – C6 0075/2009 – 2009/2008 (BUD)) porque tem como objectivo mobilizar 11,8 milhões de euros em dotações de autorização e pagamento do Fundo de Solidariedade da UE para ajudar a Roménia na sequência das inundações que assolaram o país em Julho de 2008.

- Relatório Luis de Grandes Pascual (A6-0097/2009)

John Attard-Montalto (PSE), *por escrito*. – (EN) Malta é um dos principais Estados-Membros da UE a registar uma tonelagem substancial nos seus livros de registo. Por outro lado, cumpre as suas obrigações como Estado de bandeira, de acordo com as convenções internacionais.

As três principais obrigações são: a) aplicar as disposições do Código do País de Pavilhão; b) tomar as medidas necessárias para uma auditoria independente da sua administração, pelo menos, de cinco em cinco anos, de acordo com as regras da OMI; c) tomar as medidas necessárias no que respeita à inspecção e fiscalização dos navios e emitir certificados legais e certificados de isenção nos termos das convenções internacionais.

Como novo requisito, é necessário que, antes de autorizar a operação de um navio a que tenha sido dada autorização de arvorar pavilhão nacional, o Estado-Membro em causa tome as medidas adequadas para garantir que esse navio cumpra as regras e regulamentações internacionais aplicáveis e, em particular, os registos de segurança do navio.

David Martín (PSE), *por escrito*. – (EN) A presente legislação reforça a legislação da UE existente em matéria de segurança e transpõe os grandes instrumentos internacionais para o direito comunitário. Apoio esta legislação porque esta reconhece a necessidade de supervisionar de perto as sociedades de classificação, que desempenham tarefas vitais na manutenção da segurança no mar, devido à grande concentração de poder que detêm.

- Relatório Luis de Grandes Pascual (A6-0098/2009)

Carl Lang e Fernand Le Rachinel (NI), *por escrito*. – (FR) O Parlamento Europeu acaba de aprovar oito textos legislativos que fazem parte de um pacote marítimo. Congratulamo-nos com o facto, pois esse pacote cobre não só a indemnização dos passageiros, mas também as inspecções, o controlo do Estado do porto, os inquéritos sobre os acidentes de transporte e a escolha da autoridade que decide o local de refúgio dos navios em dificuldades.

A bola está agora no campo dos Estados-Membros, pois não basta legislar, é depois necessária a respectiva transposição para as legislações nacionais.

O primeiro teste será o do controlo dos pavilhões de conveniência dos países europeus. Esses pavilhões são utilizados para desviar as regulamentações sindicais, fiscais, de recrutamento, de segurança ou ambientais dos países de propriedade real.

Chipre e Malta continuam, ainda hoje em dia, a figurar entre os cinco primeiros pavilhões de conveniência em número de barcos perdidos.

Infelizmente, torna-se evidente que, apesar dos esforços desenvolvidos desde os naufrágios dos petroleiros Prestige e Erika, a situação não melhorou. Os navios que não cumprem as normas, arvorando pavilhões de conveniência, quebram os preços dos transportes. Os países ditos ricos, em contrapartida, constroem, eles próprios, os seus pavilhões, com o objectivo de lutar contra a perda do frete.

Na prática, para eliminar de facto as carcaças flutuantes, a União Europeia tem de lutar contra o ultraliberalismo.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório do senhor deputado de Grandes Pascual sobre as disposições e regras comuns para as organizações de vistoria e inspecção dos navios. Já tive oportunidade de explicar as razões que me levam a apoiar o trabalho efectuado pelo relator a propósito do 3º pacote marítimo, bem como as vantagens que as medidas previstas poderão trazer em termos de segurança do transporte marítimo e de melhoria da regulamentação existente. Assim sendo, confirmo o meu voto a favor.

- Relatório Dominique Vlasto (A6-0099/2009)

Bogusław Liberadzki (PSE), *por escrito*. – (PL) Votei a favor da adopção do relatório sobre um projecto comum, aprovado pelo Comité de Conciliação, de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à inspecção de navios pelo Estado do porto (reformulação). Concordo com os objectivos do terceiro pacote sobre segurança marítima.

As sete propostas do pacote visam prevenir acidentes melhorando a qualidade das bandeiras europeias, revendo a legislação relativa ao controlo pelo Estado do porto e ao acompanhamento do tráfego de navios e reforçando as normas relativas às sociedades de classificação. As propostas visam igualmente garantir uma resposta eficaz em caso de acidente, mediante o desenvolvimento de um quadro harmonizado para investigação de acidentes, a introdução de regras sobre a compensação dos passageiros em caso de acidente e de regras sobre a responsabilidade dos armadores conjugadas com um regime de seguro obrigatório.

Gostaria de manifestar o meu apoio ao acordo a que se chegou e, em particular, em relação aos seguintes aspectos: alargamento do âmbito de modo a incluir também os navios que façam escala em ancoradouros, maior frequência das inspecções de navios, e recusa permanente de acesso a navios em determinadas condições.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório da senhora deputada Vlasto relativo ao controlo por parte do Estado do porto, que faz parte do 3º pacote sobre segurança marítima. Concordo com a parte do acordo conseguido relativamente ao alargamento do campo de aplicação da directiva aos navios que fazem escala nos ancoradouros e também com a parte que diz respeito ao aumento das taxas de inspecção para os navios incluídos no grupo de mais alto risco. No que se refere a este ponto, chamo a atenção para a necessidade de esse risco ser avaliado de forma tão rigorosa e independente quanto possível. Concordo igualmente que, em certas condições, a recusa de acesso dos navios deve ser permanente, a fim de garantir níveis de segurança adequados para os operadores e passageiros.

- Relatório Dirk Sterckx (A6-0100/2009)

Bairbre de Brún e Mary Lou McDonald (GUE/NGL), *por escrito*. – (EN) Congratulamo-nos com a mudança de ênfase visível na presente resolução, com algumas das suas propostas positivas relativamente à regulação do sector financeiro, à inovação, à eficiência energética e ao investimento, bem como com o reconhecimento da necessidade de protecção do emprego, criação de postos de trabalho, combate à pobreza, e ainda com a tónica colocada nos grupos mais vulneráveis da sociedade.

No entanto, a lógica da Estratégia de Lisboa está errada, sendo necessário que seja revista de forma substancial, particularmente à luz da nova situação económica.

Para além disso, há propostas específicas contidas na resolução que carecem de visão e são contraproducentes, tais como a insistência na liberalização e nas práticas de emprego flexíveis, que conduzem a um enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores.

Por estas razões, abstivemo-nos na votação deste relatório.

Bogusław Liberadzki (PSE), *por escrito*. - (PL) Votei a favor da aprovação do relatório sobre um projecto comum, aprovado pelo Comité de Conciliação, de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 2002/59/CE relativa à instituição de um sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego de navios.

Concordo com os objectivos do terceiro pacote sobre segurança marítima.

As sete propostas do pacote visam prevenir acidentes melhorando a qualidade das bandeiras europeias, revendo a legislação relativa ao controlo pelo Estado do porto e ao acompanhamento do tráfego de navios e reforçando as normas relativas às sociedades de classificação. As propostas visam igualmente garantir uma resposta eficaz em caso de acidente mediante o desenvolvimento de um quadro harmonizado para investigação de acidentes, a introdução de regras sobre a compensação dos passageiros em caso de acidente e de regras sobre a responsabilidade dos armadores conjugadas com um regime de seguro obrigatório.

Na qualidade de relator-sombra do relatório do senhor deputado Sterckx, gostaria de manifestar o meu pleno apoio ao documento submetido a votação.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. - (IT) Considero que o pacote marítimo deve ser considerado de forma unitária e integrada, em conformidade com a posição sempre assumida pelo Parlamento no momento da negociação das suas diferentes partes. Por isso votei a favor do relatório do senhor deputado Sterckx relativo à instituição de um sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego de navios, uma vez que esse sistema se insere num contexto mais alargado, cujo objectivo é melhorar a segurança do tráfego marítimo e facilitar a respectiva gestão, algo que já tive oportunidade de defender muitas vezes. Neste caso concreto, a aplicação da tecnologia ao acompanhamento dos navios tornará mais fácil apurar responsabilidades em caso de acidentes e melhorar os procedimentos de acolhimento dos navios em "locais de refúgio". Por essa razão, sinto que devo apoiar este relatório com o meu voto a favor.

- Relatório Jaromír Kohlíček (A6-0101/2009)

Guy Bono (PSE), *por escrito*. - (FR) Votei favoravelmente este relatório, apresentado pelo deputado checo do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde Jaromír Kohlíček, relativo à investigação de acidentes no sector do transporte marítimo.

Este texto coloca a tónica na necessidade de definir, à escala europeia, orientações claras e vinculativas destinadas a garantir um acompanhamento eficaz dos acidentes no mar. Dá resposta às preocupações que se seguiram ao naufrágio do petroleiro Erika ao largo das costas francesas. É para evitar que casos de má gestão como este se repitam que a União Europeia decidiu impor um quadro rígido que cobre todos os aspectos técnicos e todos os passos a dar em caso de acidente: metodologia dos inquéritos, base de dados europeia sobre os acidentes marítimos, obrigações de segurança, etc.

Partilho a ideia de que é indispensável tornar o espaço marítimo europeu um dos mais exemplares e seguros do mundo. Para isso contribui o pacote marítimo, também chamado "Erika III", em que se integra o presente relatório. Trata-se de um verdadeiro passo em frente para o sector marítimo, e também para o ambiente, muitas vezes vítima colateral das condutas pouco respeitadoras no mar.

Bogusław Liberadzki (PSE), *por escrito*. - (PL) Votei a favor da aprovação do relatório sobre um projecto comum, aprovado pelo Comité de Conciliação, de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação de acidentes no sector do transporte marítimo e altera as directivas 1999/35/CE e 2002/59/CE. Concordo com os objectivos do terceiro pacote sobre segurança marítima.

As sete propostas do pacote visam prevenir acidentes melhorando a qualidade das bandeiras europeias, revendo a legislação relativa ao controlo pelo Estado do porto e ao acompanhamento do tráfego de navios e reforçando as normas relativas às sociedades de classificação. As propostas visam igualmente garantir uma resposta eficaz em caso de acidente, mediante o desenvolvimento de um quadro harmonizado para investigação de acidentes, a introdução de regras sobre a compensação dos passageiros em caso de acidente e de regras sobre a responsabilidade dos armadores conjugadas com um regime de seguro obrigatório.

Gostaria de manifestar o meu apoio ao acordo a que se chegou e, em particular, em relação aos seguintes aspectos: metodologia de investigação dos acidentes, a decisão quanto à investigação, o tratamento justo dos marítimos, e a protecção das testemunhas/confidencialidade das informações.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório do senhor deputado Kohlíček sobre a investigação de acidentes no sector do transporte marítimo. Muitas vezes, é difícil apurar quem é responsável no caso de acidentes mais ou menos graves no mar. Estou a pensar no caso das investigações que se seguiram à verdadeira catástrofe natural provocada pelo acidente do petroleiro *Prestige* e em muitos outros casos que, infelizmente, continuam a registar-se. O transporte marítimo merece especial atenção porque, além de ser o mais económico em termos relativos, é um dos mais perigosos em termos das consequências ambientais de um acidente. Penso, pois, que é necessário estabelecer linhas de orientação exactas e vinculativas sobre a forma como deverão processar-se os inquéritos técnicos na sequência dos acidentes de navegação e garantir que sejam fornecidas indicações claras com o objectivo de prevenir acidentes no futuro. Eis a razão que me levou a votar a favor deste relatório.

- Relatório Paolo Costa (A6-0102/2009)

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório do senhor deputado Costa sobre a responsabilidade das transportadoras de passageiros por mar em caso de acidente. Concordo com o colega que é extremamente oportuno que as disposições da Convenção de Atenas de 1974 relativa ao transporte de passageiros e bagagens por mar sejam incorporadas no direito comunitário, uma vez que as diferenças nacionais ainda existentes não permitem assegurar um nível adequado de responsabilidade e de seguro obrigatório em caso de acidentes que envolvam passageiros. Muito embora isso não aconteça com outros meios de transporte, penso que, também no caso do transporte marítimo, a legislação deve ser ajustada.

- Relatório Gilles Savary (A6-0072/2009)

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Tenciono votar a favor do relatório do senhor deputado Savary respeitante ao seguro dos proprietários de navios em matéria de créditos marítimos, pois concordo com as recomendações feitas pelo relator quanto à necessidade de garantir que a obrigação de seguro é respeitada por parte dos armadores que entrem em águas que estejam sob a jurisdição de qualquer Estado-Membro, inclusivamente através da aplicação de sanções quando um navio for encontrado sem um certificado a bordo, no caso de tais circunstâncias virem a verificar-se. Concordo que o montante do seguro deve ser fixado em conformidade com os limites máximos previstos pela Convenção LLMC de 1996, que garante uma compensação adequada às vítimas de acidentes no mar. Por conseguinte, apoio a recomendação do relator no que toca à aprovação do projecto de recomendação acordado com o Conselho.

- Relatório Emanuel Jardim Fernandes (A6-0069/2009)

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Sou a favor do relatório do senhor deputado Jardim Fernandes relativo ao cumprimento dos deveres do Estado de bandeira. Isso demonstra a determinação do Parlamento em manter a integridade do 3º pacote marítimo perante as interrupções dos trabalhos do Conselho sobre certos aspectos, como o tema desta recomendação. Por esse motivo, apoio o trabalho efectuado pelo senhor deputado Jardim Fernandes e pelos membros da Comissão dos Transportes e do Turismo. Considero que a mais-valia do acordo político conseguido deve ser considerada importante, sobretudo porque apela aos Estados-Membros para que introduzam um sistema de gestão da qualidade para as suas autoridades marítimas e para que respeitem as normas internacionais nessa matéria, as mais importantes das quais são as que resultam das convenções com a Organização Marítima Internacional. Para além das vantagens em termos de qualidade da bandeira europeia e de segurança, a proposta permitirá melhorar as condições da concorrência no espaço comunitário e, portanto, penso que deve ser apoiada.

- Relatório Saïd El Khadraoui (A6-0066/2009)

Brian Crowley (UEN), *por escrito*. – (GA) Os países da Europa têm de congregar esforços para atingirem os objectivos ambientais da União. No entanto, para a política ambiental ser sustentável, é preciso que os princípios da UE e as diferentes características e necessidades de cada Estado-Membro sejam tidos em conta.

O relatório referente à directiva “Eurovinheta” contradiz esses objectivos no que toca aos Estados-Membros periféricos da União Europeia.

As recomendações relativas à Eurovinheta penalizam os países periféricos e beneficiam grandemente os países do Centro da Europa. Na minha maneira de ver, elas contradizem os princípios do mercado único e considero que estamos perante um caso de discriminação com base na geografia dirigida contra determinados países. A Irlanda é uma ilha que fica situada na orla da Europa. Não será atravessada por camiões dos outros países, mas os nossos pesados de mercadorias terão de pagar taxas em muitos países por toda a Europa. Não há fuga possível: não podemos parar de trabalhar, não podemos deixar de exportar e importar produtos.

A presente proposta de alteração da directiva “Eurovinheta” dá vantagens competitivas aos países do centro da Europa, na medida em que não terão de pagar as mesmas taxas. Não é correcto nem justo praticar discriminações deste tipo, assentes na situação geográfica dos países.

Avril Doyle (PPE-DE), por escrito. – (EN) A Directiva “Eurovigneta” visava harmonizar os sistemas de tributação nas estradas europeias – incluindo impostos sobre veículos, portagens e encargos relativos à utilização das infra-estruturas rodoviárias – e estabelecer mecanismos equitativos de cobranças dos custos com as infra-estruturas às transportadoras. A recente revisão da Directiva por parte da Comissão propõe alterações suplementares à mesma, tais como uma avaliação de custos do impacto ambiental dos veículos pesados no que respeita à poluição sonora, congestão do tráfego e poluição atmosférica.

Os países com grande volume de trânsito têm opiniões consideravelmente diferentes das dos países mais periféricos, como o meu, que dependem de grandes volumes de tráfego para a importação e exportação de bens. Embora, em princípio, estas regras sejam justas, é preciso que sejam implementadas de uma forma gradual e equitativa. Estas são questões que não podemos dar-nos ao luxo de ignorar. Os veículos pesados estão frequentemente sujeitos a constrangimentos e a calendários externos, como os dos operadores de *ferries*. A construção de um túnel portuário na cidade de Dublin contribuiu significativamente para a redução do tráfego de veículos pesados pelo centro da cidade, aumentou a qualidade do ar e reduziu a poluição sonora. Foi um investimento útil.

Não estou convicta da necessidade da criação de uma autoridade europeia independente responsável pela fixação dos níveis das portagens, e defendo que essa é uma matéria que recai sob o domínio da subsidiariedade.

Françoise Grossetête (PPE-DE), por escrito. – (FR) Votei favoravelmente o relatório Saïd El Khadraoui relativo à aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infra-estruturas.

É importante dar a possibilidade aos Estados-Membros de aplicarem taxas “mais inteligentes” ao sector dos transportes rodoviários, a fim de cobrir os custos externos e encorajar, assim, um comportamento mais ecológico.

Enquanto que a poluição atmosférica e sonora deve ser tida em linha de conta, o mesmo não acontece com os engarrafamentos, que não se devem apenas aos transportes rodoviários; tal imposto seria discriminatório, pois os veículos particulares também são responsáveis pela congestão.

Além disso, este sector está a pagar as consequências da crise económica através do preço do petróleo e dos custos resultantes da distribuição das mercadorias. As PME de transportes rodoviários não serão capazes de suportar esses encargos suplementares neste contexto de crise económica.

Convém adaptar melhor as infra-estruturas rodoviárias ao aumento do tráfego, mas sobretudo empenhar-nos na via do transporte sustentável privilegiando os modos de transporte menos emissores de carbono.

Enquanto eleita do Ródano-Alpes, posso testemunhar a inadaptação de inúmeros sectores rodoviários do vale do Ródano.

Małgorzata Handzlik (PPE-DE), por escrito. – (PL) No período de votações de hoje, o Parlamento Europeu adoptou uma proposta de directiva relativa às eurovinhetas, que permite que os Estados-Membros apliquem imposições pela utilização da infra-estrutura rodoviária por veículos pesados de mercadorias.

Na votação final, votei contra a aprovação da directiva. Penso que a introdução das disposições desta directiva irá aumentar os custos suportados pelas empresas que prestam serviços de transportes. Esses custos poderão ser especialmente prejudiciais para as pequenas e médias empresas, que não possuem recursos financeiros suficientes para substituírem as suas frotas. Além disso, as disposições previstas poderão também causar dificuldades às empresas durante a actual crise financeira, uma altura em que muitas empresas se debatem com dificuldades acrescidas na obtenção de crédito.

Devemos sem dúvidas procurar soluções que conduzam à utilização de veículos mais ecológicos nas nossas estradas. Não devemos, porém, recorrer a métodos que, na realidade, são mais uma maneira de tributar as empresas.

Jim Higgins (PPE-DE), por escrito. – (EN) Em nome dos meus colegas do Fine Gael no Parlamento, gostaria de esclarecer que não votámos a favor do relatório El Khadraoui relativo à aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infra-estruturas, devido a preocupações quanto à base jurídica proposta, preocupações que se prendem com a utilização das portagens electrónicas e com a

disposição relativa à afectação das receitas. Apoiamos totalmente os princípios que subjazem à proposta, mas acreditamos que a aplicação que o relatório faz dos princípios é errónea.

Stanisław Jałowiecki (PPE-DE), por escrito. – (EN) Não só votei contra o relatório, como considero também que é perigoso para o mercado comum europeu. Perigoso, sobretudo devido ao seu carácter injusto e ao facto de as suas disposições actuarem como um imposto oculto. Para além disso, não contribuirá para a protecção do ambiente. Durante o actual período de crise financeira tudo isto é um pouco absurdo. Este tipo de regulamentação mostra que a UE está a afastar-se dos seus cidadãos.

Jörg Leichtfried (PSE), por escrito. – (DE) Votei a favor do razoável compromisso relativo à nova Eurovinheta. Com o Grupo Socialista no Parlamento Europeu, tenho vindo a lutar desde há vários anos – face a uma forte oposição de sectores do conservador Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus – a favor de que os custos externos (ruído, congestionamento de tráfego, poluição) sejam incluídos no cálculo das portagens, de modo a transferir o encargo financeiro do contribuinte para o poluidor, ou seja, para o tráfego de veículos pesados de mercadorias.

Sou contra o resultado provável do compromisso relativo aos custos do congestionamento, pois, em resultado da situação maioritária, apenas foi possível garantir que estes fossem reconhecidos como custos externos desde que tal se aplicasse não só ao tráfego de veículos pesados de mercadorias, mas a todas as causas de congestionamento, incluindo o tráfego de automóveis particulares.

É provável que o CO₂ também não seja incluído no cálculo devido à incompreensível oposição do PPE-DE. A alteração que apresentei à comissão, na qual requeria a cobrança de portagens mínimas em todos os trajectos da rede transeuropeia de transportes, não obteve uma maioria de votos. Voltarei a apresentar esta proposta nas futuras discussões sobre este assunto.

Um aspecto particularmente positivo para a Áustria é o facto de, provavelmente, não dever existir compensação dos custos externos e da denominada sobretaxa alpina (uma taxa de portagem mais elevada nas regiões alpinas). Isto significa que a Áustria poderá cobrar uma portagem mais elevada em regiões alpinas sensíveis e, além disso, imputar também os custos externos. Consequentemente, será possível aplicar uma taxa de portagem mais elevada no Brenner.

David Martin (PSE), por escrito. – (EN) Apoio este relatório que deverá encorajar à passagem do transporte de carga da rodovia para a ferrovia. O relatório faz parte de um pacote de iniciativas destinadas a tornar os transportes mais sustentáveis e a assegurar que os utentes apenas tenham de pagar os custos de transporte directamente relacionados com a utilização que fazem de determinado modo de transporte em particular. Deverão ser cobradas portagens pela poluição sonora local, pela poluição atmosférica local, bem como pelo desgaste/custo das infra-estruturas. Assim, criar-se-á um sistema mais justo no quadro do princípio do “poluidor-pagador”, contendo salvaguardas a fim de assegurar a transparência do mercado e evitar a discriminação.

Andreas Mölzer (NI), por escrito. – (DE) O tráfego de veículos pesados de mercadorias na Europa aumentou desde a expansão da UE para Leste e isto é particularmente evidente em diversos Estados-Membros, nomeadamente na Áustria. Agora, temos o problema de existirem alguns factores que originam elevados custos externos que a população em geral tem de pagar. O transporte pesado de mercadorias em toda a Europa é um desses factores, sendo o outro as centrais nucleares.

Se apenas for imposta uma portagem aos veículos pesados de mercadorias, sem, ao mesmo tempo, se desenvolverem os caminhos-de-ferro e suprimirem os obstáculos transfronteiriços ao transporte ferroviário, então não teremos feito mais do que votar a favor do encarecimento dos produtos, não se registando tão-pouco qualquer melhoria para a saúde humana nem uma diminuição dos níveis de poluição.

Considero contraproducente penalizar alguém que fica preso num congestionamento de tráfego, facto que, provavelmente, levaria de novo à deslocação do tráfego para as pequenas aldeias e cidades, e isso é algo que não queremos. A longo prazo, a única opção é desenvolver as infra-estruturas, o que significa que temos de tornar mais atractivos os transportes públicos locais. A Eurovinheta, hoje em análise, parece representar um compromisso razoável, razão pela qual votei a favor da mesma.

Cristiana Muscardini (UEN), por escrito. – (IT) Senhora Presidente, a protecção do ambiente e a segurança rodoviária, as questões na origem da proposta de directiva em análise, representam dois objectivos que a União Europeia deve perseguir com determinação para conseguir uma política dos transportes mais atenta às expectativas e aos direitos dos seus cidadãos. São portanto bem-vindas algumas alterações à directiva CE

de 1999 que prevêem a tributação dos veículos pesados de mercadorias que utilizam certas estradas. Esses passos em frente devem ser razoáveis e graduais, a fim de evitar, no actual período de grave crise económica, o colapso de um importante sector da economia que se baseia, quase exclusivamente, em pequenas e médias empresas.

Além disso, ainda não se criou na Europa um sistema intermodal completo e eficaz, capaz de garantir uma transposição significativa do transporte de mercadorias para sectores menos poluentes. Nestas circunstâncias, e em virtude das suas características e eficiência, o transporte rodoviário é o sistema mais utilizado no mundo da produção.

Com o meu voto de hoje, quis, pois, salientar a importância de darmos passos graduais mas significativos, e não meramente simbólicos, no sentido de um transporte rodoviário mais seguro e mais amigo do ambiente, sem sanções ilógicas e contraproducentes para a indústria.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Concorde com o trabalho realizado pelo senhor deputado El Khadraoui sobre a tributação dos veículos pesados de mercadorias pelo uso de certas infra-estruturas e, por conseguinte, votei a favor do seu relatório. Muito embora não concorde com alguns pontos, como o que diz respeito à inclusão ou não de certos custos externos na tributação, concordo com o princípio segundo o qual “quem polui paga”. O excelente trabalho do senhor deputado El Khadraoui chama a atenção para a necessidade de canalizar a totalidade dos proventos gerados por essa tributação para o sector dos transportes. Por último, considero que os proventos gerados pela taxa associada aos custos externos não devem converter-se em mais uma forma de tributação.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) A proposta de resolução que hoje votamos é uma revisão e um alargamento da anterior Directiva “Eurovinheta” e estabelece as regras aplicáveis à cobrança de portagens rodoviárias. No termos das propostas aprovadas, os Estados-Membros poderão, doravante, imputar aos veículos pesados de mercadorias os custos da poluição atmosférica, do ruído e dos engarrafamentos. Esta é uma boa notícia para os contribuintes. Neste momento, ainda somos nós que pagamos os danos causados pela poluição atmosférica. Em breve, será o poluidor a pagá-los. Além disso, deste modo encorajamos as empresas de transporte a investirem em camiões mais limpos.

Por isso mesmo, votei a favor desta proposta, sobretudo porque os custos decorrentes do congestionamento foram incorporados como custos externos adicionais para as regiões montanhosas. Os engarrafamentos de tráfego contribuem em larga medida para a poluição atmosférica, para a poluição sonora e para o desperdício de combustível. Se pudermos utilizar as receitas geradas por esta taxa para investir no transporte ferroviário ou por barco, resolveremos tanto o problema dos engarrafamentos como o das alterações climáticas. Além disso, os atrasos resultantes do congestionamento rodoviário causam sérios danos económicos ao sector dos transportes.

Infelizmente, os custos climáticos que derivam do elevado volume de transporte de mercadorias não foram incluídos, não obstante o facto de o sector dos transportes ser um dos principais culpados pelas emissões poluentes.

- Relatório Michael Cashman (A6-0077/2009)

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, votei a favor deste relatório. A transparência não é apenas um símbolo, mas um princípio em que devem basear-se todos os procedimentos institucionais. É necessário assegurar aos cidadãos e aos órgãos electivos o mais amplo acesso possível aos documentos na posse das Instituições europeias, a fim de lhes permitir participar de modo eficaz no processo político e exigir que as autoridades públicas prestem contas das suas acções. Por essa razão, defendi com veemência no passado a publicação da lista de presenças dos deputados na Assembleia.

Apesar dos progressos conseguidos pelas Instituições europeias em termos de abertura e transparência, a situação não pode ser descrita exactamente como perfeita e esta reformulação do Regulamento (CE) n° 1049/2001, relativo ao acesso do público aos documentos na posse das Instituições europeias, deve ser encarada como mais um passo para a realização de um ambiente administrativo em que a disponibilidade e a facilidade de acesso às informações constituem a regra e não a excepção. Para terminar, gostaria de referir o grande objectivo recentemente alcançado: neste momento, o Parlamento Europeu utiliza nada menos de 23 línguas oficiais e os documentos da Comunidade Europeia encontram-se disponíveis em todas elas. Isto representa uma garantia de democracia.

Charlotte Cederschiöld (PPE-DE), *por escrito*. – (SV) Os Conservadores suecos votaram, hoje, a favor do relatório do deputado Michael Cashman A6-0077/2009 sobre a reformulação do Regulamento (CE) n.º 1049/2001, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, com o objectivo de aumentar a transparência nas Instituições Europeias. No que se refere às alterações 61 e 103, relativas ao artigo 5.º, pensamos que os documentos relativos à conciliação, terceira leitura, deviam ser tornados acessíveis imediatamente após a última reunião de conciliação, ao contrário dos documentos que são examinados durante as negociações propriamente ditas. Os documentos dos trólogos de primeira e segunda leitura deviam encontrar-se plenamente acessíveis durante todo o processo.

Chris Davies (ALDE), *por escrito*. – (EN) Lamento muito que, nos procedimentos que visam desenvolver o princípio do direito de acesso dos cidadãos aos documentos da UE, o Parlamento tenha colocado a tónica na não aplicação dessas regras aos eurodeputados. Argumenta-se que apenas se reintroduzem, assim, regras já consagradas no Estatuto dos Deputados, porém, para muitas pessoas, isso parecerá mais um caso de dualidade, “uma regra para eles, outra regra para nós”, e fico grato ao Grupo dos Liberais e Democratas por não terem apoiado as alterações apresentadas pelo senhor deputado Nassauer.

É especialmente importante que os pormenores de todos os pagamentos de despesas efectuadas aos eurodeputados pelo Parlamento sejam tornados públicos. Os nossos próprios auditores revelaram que alguns dos nossos honrosos eurodeputados, afinal, não são honrosos de todo; com efeito, alguns deles cometem irregularidades e enganam. É preciso que o princípio da transparência total seja estabelecido o mais rapidamente possível se quisermos que os cidadãos da Europa confiem nesta Instituição.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório do senhor deputado Cashman sobre o acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão. Concordo com a sua louvável iniciativa, que visa colmatar a lacuna existente entre as normas comuns respeitantes às “informações sigilosas” (os chamados documentos sensíveis, citados no actual Regulamento (CE) n.º 1049/2001), mantendo a nível regulamentar alguns bons princípios retirados das normas de segurança internas do Conselho e da Comissão, na medida em que tais princípios possam ser aplicáveis a um órgão parlamentar. Por último, concordo com o objectivo geral do senhor deputado Cashman, que visa alterar esse regulamento para aumentar a transparência, sem tornar esse instrumento demasiado específico e difícil de pôr em prática.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) Não há dúvida de que o regulamento de 2001 proporcionou mais transparência aos cidadãos, na medida que lhes facultou o acesso aos documentos das Instituições europeias. É bom que, ao cabo de sete anos de experiência prática, este regulamento seja objecto de uma revisão. O que é que constatamos? Já em 2006 o Parlamento apresentara um grande número de propostas para alterar o regulamento, com o objectivo de melhorar ainda mais a transparência. Porém, Comissão não as tomou em consideração.

Acresce que a proposta da Comissão sobre a revisão do regulamento de 2001, que temos agora diante de nós, contém regras mais estritas, o que significa menos transparência. Assim, os documentos relativos às negociações comerciais são considerados confidenciais. Em última análise, isto significa escolher entre o purgatório e o inferno. Por conseguinte, apoio o relatório Cashman, pois, apesar de incompleto, o documento acaba por representar uma melhoria face à actual proposta da Comissão. No entanto, uma abordagem mais radical, com a total rejeição das propostas da Comissão, teria sido preferível, pois desse modo a Comissão seria obrigada a apresentar uma proposta nova e melhor, o que favoreceria a transparência das Instituições europeias e colmataria realmente o famigerado fosso entre as Instituições da UE e os cidadãos.

- Relatório Jan Andersson (A6-0052/2009)

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, como se sabe, a actual crise económica e financeira está a afectar a Europa. Estou muito preocupado com o meu país, a Itália. A crise traz o desemprego e as famílias, que têm cada vez menos dinheiro, gastam cada vez menos. Temos, portanto, necessidade de uma forte intervenção. Esta crise parece particularmente grave, mas a sua profundidade e a sua extensão vão depender do nosso comportamento. Devemos reunir esforços: uma perspectiva europeia coordenada é crucial. Mais do que nunca, faz-se sentir neste momento a premente necessidade de implementar reformas de forma rigorosa, a fim de criar empregos de qualidade e bem-estar para os cidadãos europeus. Devemos inverter a tendência para uma reestruturação radical, evitar a perda de postos de trabalho e rejeitar uma nova pressão no sentido de baixar os salários e as prestações da segurança social.

Devemos fazer face de forma eficaz aos desafios associados ao aumento do desemprego e da exclusão social. Além disso, há que melhorar a coordenação de esforços, tanto por parte da UE como dos Estados-Membros, mas é igualmente importante que as medidas adoptadas no âmbito do plano de recuperação económica para fazer face à crise a breve prazo sejam coerentes com os objectivos comunitários a longo prazo estabelecidos na Estratégia de Lisboa. Por essa razão votei a favor deste relatório.

Carl Lang (NI), *por escrito*. - (FR) É notável o facto de este relatório admitir diversos fracassos da União Europeia em matéria social. Em primeiro lugar, há a confissão de que os objectivos da Estratégia de Lisboa não serão alcançados em 2010. Em seguida, podemos constatar números interessantes relativamente à progressão da taxa de desemprego, que passa de 7% em 2008 para 8,7% em 2009, ou, mais concretamente, de 7,5% para 9,2% na zona euro, ou seja, uma perda prevista de 3,5 milhões de empregos.

Esta constatação preocupante deveria fazer reflectir os europeístas sobre as reformas radicais que têm de ser tomadas a nível dos Estados-Membros com vista a limitar da melhor forma os efeitos desastrosos da crise económica e financeira, crise essa que tem por origem o ultraliberalismo e a globalização, no entanto tão caros a Bruxelas.

Assim, não seria sério prosseguir essa política de manutenção das linhas directrizes para as políticas do emprego dos Estados-Membros. Pelo contrário, há que repor em causa a lógica dirigista e que voltar a conferir aos Estados o controlo dos seus meios económicos e financeiros, instaurando simultaneamente a preferência e a protecção nacional e comunitária, que permitirão a reconquista do mercado interno e o regresso ao crescimento.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. - (DE) Todo o impacto da crise financeira que começou nos EUA está agora a fazer-se sentir na economia real. Os peritos não estão de acordo quanto à melhor resposta a dar a esta crise e à melhor forma de estimular a economia, a fim de conter o aumento da taxa de desemprego.

No entanto, mesmo antes da crise financeira, a situação no mercado de trabalho não era de modo algum brilhante. Cada vez mais pessoas viam-se obrigadas a aceitar um emprego a tempo parcial ou a tempo reduzido e os postos de trabalho apoiados pelo Estado eram constantemente reduzidos. Há, desde há algum tempo, um número crescente de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza, apesar de terem uma ocupação. Face às sombrias previsões sobre a economia, é expectável que o número de pessoas em empregos a tempo inteiro continue a diminuir e que, em determinada altura, trabalhadores a tempo parcial venham também a perder os seus postos de trabalho. Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para evitar o desemprego em massa. Não é de modo algum seguro que as medidas apresentadas no presente relatório sejam adequadas e satisfatórias nesta matéria. Por essa razão, votei contra.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. - (IT) Votei contra o relatório do senhor deputado Andersson. Embora creia de facto, por um lado, que devemos unir forças para inverter a tendência para uma reestruturação radical, evitar a perda de postos de trabalho e impedir novos cortes nos salários e nas prestações da segurança social, penso, por outro lado, que as medidas previstas pela Comissão não são, na sua maioria, suficientes para garantir uma adequada cobertura e protecção do tecido social e laboral da União Europeia.

Flaviu Călin Rus (PPE-DE), *por escrito*. - (RO) A crise económica actual tem, e terá no futuro próximo, repercussões no mercado de trabalho.

Votei a favor do projecto de resolução legislativa do Parlamento Europeu sobre a proposta de decisão do Conselho relativa às orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros porque concordo com o relator em que devemos apoiar a posição da Comissão, que propôs (tal como exposto no anexo à Decisão 2008/618/CE do Conselho, de 15 de Julho de 2008) que as políticas de emprego se mantenham em 2009. A Comissão entende que essa abordagem permitirá criar um quadro sólido para dar resposta à actual crise económica e financeira e prosseguir a reforma estrutural.

José Albino Silva Peneda (PPE-DE), *por escrito*. - A crise que vivemos, mais do que uma crise económica e financeira, é sobretudo uma crise de confiança, e o seu sinal mais dramático é o elevado nível de desemprego. Mas o desemprego não implica apenas perda de rendimento, porque leva também à perda de confiança em nós próprio e nos outros.

Para que volte a haver confiança, há que definir uma estratégia muito clara de médio prazo.

Para isso, o papel dos responsáveis políticos é decisivo, pelos sinais e mensagens que transmitem. Prudência, segurança, falar verdade, resistir à propaganda fácil de metas inexequíveis e ao auto-elogio são algumas das boas práticas que podem ajudar a restaurar a confiança.

Por outro lado, há que criar emprego e, para isso, têm que existir condições para o investimento por parte das empresas.

Há que actuar rapidamente, porque, se nada for feito a este nível, a dificuldade de financiamento enfrentada pelos países mais deficitários da zona euro vai conduzir ao aprofundamento da recessão, ao contínuo aumento do desemprego, à perda de rendimentos das empresas e das famílias.

Desta forma, apoiei o relatório do colega Andersson que propôs a manutenção das orientações para as políticas de emprego em 2009.

- Proposta de decisão sobre o artigo 139.º do Regimento (B6-0094/2009)

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Não é compreensível nem aceitável mais uma prorrogação, ou seja, mais um adiamento do direito consagrado de todos os deputados se poderem dirigir ao Parlamento Europeu na sua própria língua e de todos os documentos produzidos serem redigidos nas línguas oficiais. Já se passaram vários anos desde a adesão de alguns dos países cuja limitação ao uso da língua persiste, nomeadamente a Irlanda e a República Checa, sem que tenham sido encontrados os linguistas necessários. As justificações avançadas são vagas e inconsistentes, mas as prioridades financeiras não têm passado pela sua formação, o que nos leva a desconfiar dos seus objectivos. Não aceitamos que seja posto em causa o direito inalienável à diversidade cultural e linguística na UE, o que afectaria igualmente o Português. Não podemos aceitar esta discriminação.

Mais uma vez, manifestamos a nossa intransigência na salvaguarda da identidade cultural de cada Estado-Membro e de todas as línguas nacionais como línguas de trabalho e, neste sentido, o nosso voto só pôde ser contra esta decisão. É, afinal, a transposição para o plano cultural e linguístico daquilo que são as políticas orçamentais da UE, as quais dão prioridade ao investimento em armamento em vez da valorização da cultura e da salvaguarda do emprego.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei a favor da proposta da Mesa relativa a uma decisão sobre a prorrogação da aplicabilidade do artigo n.º 139 do Regimento do Parlamento Europeu até ao final da sétima legislatura.

- Relatório Magda Kósáné Kovács (A6-0038/2009)

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, votei a favor do relatório. Manifesto a minha grande preocupação com os recentes acontecimentos em Itália. Está a desenvolver-se um clima de "caça às bruxas" em relação aos cidadãos romenos e romanichéis, com muitas expedições punitivas. O Governo italiano está empenhado numa obsessiva campanha de segurança. No entanto, a adopção de medidas extremas relativamente às comunidades romanichéis pode exacerbar a já dramática situação destas minorias e comprometer as possibilidades de integração e inclusão social. Não devemos esquecer que, ao abrigo do Estado de direito, a responsabilidade penal é individual e não pode ser atribuída a entidades colectivas. Um desvio deste princípio constituiria um precedente perigoso que levaria à criminalização de grupos étnicos inteiros ou de determinadas nacionalidades de migrantes.

A imigração é, sem dúvida, uma matéria que necessita de uma coordenação europeia, a fim de reforçar os instrumentos judiciais e policiais capazes de combater o crime organizado. Isto, porém, não é suficiente. É importante adoptar políticas de emprego claras para os grupos desfavorecidos, nomeadamente para a população romanichel activa, que prevejam medidas de apoio destinadas a facilitar a sua integração progressiva no mercado de trabalho e prestar uma maior atenção às políticas educativas para os jovens.

Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM), *por escrito*. – (SV) A UE é uma união de valores e, por conseguinte, responsável por manter o respeito pelos direitos humanos dentro das suas fronteiras. Assim, tem também um papel a desempenhar, através dos seus Estados-Membros, no reconhecimento da situação vulnerável dos Roma e para facilitar a sua integração na sociedade. Consequentemente, votámos a favor do presente relatório.

Anna Ibrisagic (PPE-DE), *por escrito*. – (SV) Votámos a favor do relatório de iniciativa da deputada Magda Kósáné Kovács (A6-0038/2009) sobre a situação social dos Roma e a melhoria do respectivo acesso ao mercado de trabalho na União Europeia. O relatório foca um problema grave e aponta claramente para a necessidade de lidar com o problema da exclusão que afecta hoje em dia tantos Roma. Saudamos a cooperação entre os Estados-Membros para solucionar tão graves problemas.

Gostaríamos, porém, de referir que não consideramos que a melhor forma de reduzir essa exclusão seja através de diversas soluções avulsas. Medidas como a concessão de benefícios fiscais para as empresas que empreguem mulheres Roma e outras medidas semelhantes parecem-nos mais susceptíveis de reforçar a exclusão e de ir contra a sua integração na sociedade.

Marian-Jean Marinescu (PPE-DE), por escrito. – (RO) Saudamos o relatório da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, que realça um novo aspecto da estratégia de inclusão dos Roma, concebida, desde 2005, com base em diversas resoluções do Parlamento Europeu. A situação actual dos Roma mostra que não se progrediu o suficiente na sua integração desde que a Comissão lançou o primeiro apelo nesse sentido, em 2005.

O relatório propõe orientações significativas para uma política de promoção da educação entre os Roma e da discriminação positiva no mercado de trabalho. O apoio à integração dos Roma no mercado de trabalho através de medidas financeiras para formação e especialização, medidas de promoção do trabalho por conta própria entre os Roma, a concessão de créditos bonificados ou subvenções públicas e ainda a concepção de formas inovadoras de trabalho agrícola são objectivos que cabe à UE coordenar. Também a constituição de um grupo de peritos a nível da UE, incluindo representantes dos Roma, poderia ajudar a coordenar a estratégia dos Estados-Membros em relação a esta população, coordenando ao mesmo tempo a utilização do Fundo Estrutural e do Fundo de Coesão.

Espero que as sugestões apresentadas constituam um estímulo para que a Comissão Europeia apresente propostas legislativas que permitam obter resultados palpáveis neste domínio.

David Martin (PSE), por escrito. – (EN) Os romanichéis representam a maior minoria da União Europeia, e a sua integração na sociedade europeia constitui um dos maiores desafios que a UE enfrentará na próxima década. Os romanichéis, aproximadamente 10-12 milhões de pessoas, não têm qualquer hipótese de escapar à pobreza e à exclusão. Este nível de desvantagem social prejudica a consecução de um nível básico de dignidade humana e de igualdade de oportunidades para esta população. Congratulo-me com este relatório que salienta a necessidade de melhorar as condições para todos os europeus, independentemente da sua raça.

Alexandru Nazare (PPE-DE), por escrito. – (RO) Garantir à minoria Roma na UE igualdade de oportunidades é a via correcta para evitar a exclusão social e respeitar os direitos dessa comunidade. Eis por que votei a favor do relatório Kovács, que considero bastante interessante nesse sentido.

Gostaria, no entanto, de tornar mais clara a minha posição sobre o assunto.

Sendo esta minoria, por natureza, transnacional, uma abordagem efectiva aos direitos dos Roma terá de ser concretizada a nível europeu, razão porque sugeri criar uma Agência europeia para os Roma que se encarregaria de coordenar, a nível europeu, políticas destinadas a este grupo.

Em segundo lugar, o apoio à integração da minoria Roma não pode concretizar-se através de medidas de redistribuição fiscal, visto estas não irem resolver os problemas estruturais que afectam as comunidades Roma. A melhor forma de apoiar essa minoria tem de visar programas de educação que ajudem as comunidades em causa a adquirir as competências necessárias para aceder ao mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, uma política europeia destinada à minoria Roma deve ter como objectivo promover a tolerância e a aceitação das diferenças culturais, visando a coexistência pacífica dentro dos limites estipulados pela legislação do Estado responsável e pela regulamentação da UE.

Luca Romagnoli (NI), por escrito. – (IT) Votei contra o relatório da senhora deputada Kósáné Kovács sobre a situação social dos Roma e a melhoria do respectivo acesso ao mercado de trabalho na União Europeia. Estou firmemente convicto de que esta abordagem cria uma outra forma de discriminação de fundo em relação à população romanichel. Os romanichéis devem, de facto, ser tratados como todos os outros cidadãos, não desfrutando de vantagens e concessões excessivas em detrimento de outros cidadãos europeus, que têm os mesmos direitos (e, sobretudo, deveres) desta população.

Bart Staes (Verts/ALE), por escrito. – (NL) A comunidade Roma é a maior e mais desfavorecida comunidade minoritária da Europa. Quem acompanha de perto a situação, sabe que para melhorar as suas condições de trabalho e de vida é necessária uma abordagem coordenada. Saúdo o facto de o presente relatório pugnar por cursos de formação profissional adequados que possam aumentar as oportunidades dos Roma no mercado de trabalho. Além disso, há que reforçar o capital humano e social centrando desde o início os esforços na integração deste grupo na sociedade europeia.

É de saudar também o facto de estar a ser constituído um grupo de peritos a nível da UE, com representantes da comunidade Roma. As propostas de estabelecer parcerias, disponibilizar recursos financeiros suficientes e acompanhar todo este processo através de uma base de dados são igualmente excelentes. Apoio este relatório porque sugere formas que nos permitem melhorar a situação da comunidade Roma. Uma vez que a resolução alternativa proposta pelo Grupo Socialista no Parlamento é, infelizmente, demasiado fraca, não lhe darei o meu apoio.

- Relatório Herbert Reul (A6-0035/2009)

Šarūnas Birutis (ALDE), *por escrito*. – (LT) A gestão da procura de petróleo não deve ser limitada à UE. Em termos percentuais, o consumo total de petróleo da UE diminuirá gradualmente nos próximos anos. O enorme crescimento da procura fora da UE terá esse efeito, por si só. Consequentemente, do ponto de vista da segurança do aprovisionamento de energia na UE, é muito importante reduzir o crescimento da procura à escala global também, mas sem pôr em risco os objectivos de desenvolvimento de terceiros países ou da própria UE. A promoção de mecanismos de fixação de preço assentes no mercado em países terceiros é igualmente muito importante – com a eliminação da subsídio dos preços pelos estados, por exemplo.

Todas essas medidas requerem investimento. Para haver investimento é necessário haver capital suficiente e a expectativa de algum ganho. Assim, é essencial superarmos o mais rapidamente possível a actual crise financeira, que pode converter-se numa crise económica. Na última década, aumentaram as dificuldades em garantir a segurança do abastecimento futuro de petróleo da UE. Contudo, se formos capazes de estimular a vontade política, a coordenação e cooperação internacionais e a inovação, essas dificuldades podem ser vencidas, o que se repercutirá tanto na oferta como na procura.

Avril Doyle (PPE-DE), *por escrito*. – (EN) Medindo os prós e contras, posso apoiar este relatório de iniciativa do meu colega Herbert Reul. Como os últimos meses o têm demonstrado, a importância da segurança energética nunca foi tão premente. A imperiosa cooperação de todos os Estados-Membros e a necessidade de aproveitar os pacotes de estímulo actualmente lançados pela maioria dos Estados-Membros e pela Comissão põem em evidência a necessidade de investir em tecnologias renováveis, a fim de aumentar a nossa segurança energética e diminuir as nossas emissões de CO₂. Os nossos anos de dependência dos combustíveis fósseis deixaram-nos com duas cruéis conclusões:

1. A necessidade de nos tornarmos independentes das forças geopolíticas mundiais, como no-lo demonstraram o impasse Rússia/Ucrânia, este Inverno, e os malefícios da política de preços da OPEP.
2. A necessidade de cumprirmos os prazos cada vez mais apertados para a redução das emissões de CO₂ mantém-se, e esta deverá manter-se uma questão da máxima prioridade.

Não podemos acobardar-nos perante os desafios económicos e ambientais que actualmente enfrentamos.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei contra o relatório do senhor deputado Reul sobre os desafios suscitados pelo aprovisionamento em petróleo. Discordo do relator quando afirma que, de acordo com diversas estimativas, será possível extrair petróleo em quantidade suficiente para satisfazer a procura também no futuro, mas apenas cobrando preços mais elevados aos consumidores e melhorando as condições de investimento. Embora apoie as iniciativas da Comissão para evitar a subida dos preços do petróleo nos próximos anos, não creio que a situação no seu conjunto tenha sido analisada correctamente.

- Relatório Georg Jarzembowski (A6-0055/2009)

Avril Doyle (PPE-DE), *por escrito*. – (EN) O relatório que o senhor deputado Jarzembowski apresentou transforma em prioridade a consecução de transportes mais “verdes” e constitui um importante primeiro passo para uma abordagem mais abrangente, que torne os transportes mais amigos do ambiente. Uma parte essencial da resposta às alterações climáticas reside numa alteração dos nossos meios e métodos de transporte, através da aprovação de veículos híbridos avançados, do aumento dos transportes públicos amigos do ambiente, ou do aumento da eficiência de outros modos de transporte.

O relator defende, neste relatório, a ideia de cobrar aos veículos pesados de mercadorias imposições pela poluição que causam, incluindo a poluição sonora provocada pelos transportes ferroviários. É importante que tenhamos em conta as necessidades dos países periféricos da Europa, que se debatem com várias barreiras geográficas e que dependem de uma forte rede de transportes para abastecer as suas populações e para o crescimento da sua economia. Temos de nos certificar de que estas medidas sejam aplicadas de forma equitativa. Com estas reservas, é com satisfação que apoio o presente relatório.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório do senhor deputado Jarzembowski sobre a integração das preocupações ambientais no domínio dos transportes e a internalização dos custos externos. A minha opinião, que coincide com a do relator – que elaborou um excelente relatório – sublinha os grandes benefícios da mobilidade para a qualidade de vida dos Europeus, o crescimento e o emprego na União Europeia, a coesão socioeconómica e territorial e o comércio com os países terceiros, bem como os seus benefícios para as empresas e os trabalhadores envolvidos directa ou indirectamente no sector dos transportes e da logística. Nesta perspectiva, congratulo-me com o facto de a Comissão, na sua comunicação, ter elaborado um “inventário” das medidas adoptadas pela UE até à data para promover uma política de transportes sustentável. É um pequeno passo rumo a um grande objectivo.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito* – (NL) A Comissão publicou um pacote de comunicações sobre “Tornar o transporte mais ecológico”, uma “Estratégia para internalizar os custos externos” e “Medidas de redução do ruído ferroviário aplicáveis à frota existente”. É muito positivo, do meu ponto de vista – e também algo que eu encorajo – que estejam a ser preparadas medidas no domínio dos transportes.

O relatório Jarzembowski iria, contudo, enfraquecer as propostas da Comissão. Foi por isso que o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia apresentou propostas positivas, entre as quais o pedido de mais co-financiamento por parte da UE e dos Estados-Membros, a introdução de um imposto sobre o querosene para o transporte aéreo e a dissociação entre um aumento do transporte e o crescimento económico. No entanto, as nossas alterações não foram aceites, pelo que este documento não acrescenta qualquer valor às propostas da Comissão. Por esse motivo, votei contra o presente relatório.

Catherine Stihler (PSE), *por escrito*. – (EN) Apoio as medidas que visam tornar os transportes mais amigos do ambiente. Isso ajudará a nossa luta contra as alterações climáticas. No entanto, há medidas específicas que será preciso reforçar, pelo que me absteve.

- Proposta de resolução B6-0107/2009 (Estratégia de Lisboa)

John Attard-Montalto (PSE), *por escrito*. – (EN) Concorro plenamente que entre os impactos da crise económica, o aumento da pobreza na UE constitui a principal preocupação. É essencial que travemos a actual espiral de desemprego na UE. Considero que a forma mais eficaz de conseguirmos reduzir e prevenir a pobreza é através de uma estratégia assente nos objectivos do pleno emprego, em empregos de elevada qualidade, na inclusão social, em medidas que encorajem o empreendedorismo e as actividades que promovam o papel das PME e os investimentos. Em suma, esta é a parte mais importante do preâmbulo da resolução.

Se não conseguirmos pôr fim ao aumento da pobreza na UE, como resultado das circunstâncias excepcionais que atravessamos actualmente, então a UE terá falhado em abordar o aspecto mais importante desta calamidade económica e financeira.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Na União Europeia (UE) temos vindo a assistir a um aumento dos níveis de pobreza, do trabalho precário e das desigualdades, situação que poderá agravar-se no contexto da actual crise económica e financeira, uma vez que as previsões apontam para uma tendência de recessão e para um aumento do número de desempregados.

Para isso têm contribuído as políticas consagradas na Estratégia de Lisboa e na Estratégia Europeia de Emprego, que promovem a desregulamentação financeira, a liberalização dos mercados e a precariedade dos vínculos laborais. Assim, o que se impunha era uma ruptura com estas políticas, Mas, face ao agravamento das condições sociais e económicas, a resposta (ou não resposta) da UE reflecte as suas opções de classe, insistindo na continuação das políticas que promovem a acumulação de lucros colossais por parte dos grandes grupos económicos e financeiros, em detrimento das condições de vida dos trabalhadores e das populações.

Ora, o que se impõe é a inversão das actuais políticas macroeconómicas e a defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores. É necessária uma política alternativa que garanta uma repartição equitativa dos recursos, estimule a actividade económica, crie empregos, reforce o papel do Estado na economia, dinamize a procura, incentive o crescimento de micro e de pequenas e médias empresas e reforce o investimento, tendo em linha de conta as necessidades e especificidades de cada Estado-Membro.

Glyn Ford (PSE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor do presente relatório apesar da minha decepção face à alteração 10 apresentada pelos Verdes e que visa a introdução de um imposto sobre as transacções financeiras em toda a UE. Na qualidade de Presidente do Intergrupo Globalização neste Parlamento, apoio veementemente a introdução de um imposto do tipo taxa Tobin para, simultaneamente, controlar a especulação financeira e conseguir arrecadar milhares de milhões de euros para ajudar a aliviar pobreza entre os mil milhões de

peçoas que no mundo vivem com menos de um euro por dia. Quem poderá estar contra uma medida tão eficaz?

Luís Queiró (PPE-DE), *por escrito*. – A Estratégia de Lisboa foi pensada num contexto e para um contexto económico claramente diferente daquele em que nos encontramos presentemente. Esta circunstância, no entanto, não implica uma revisão de todos os conceitos que lhe estão subjacentes. A distinção entre a excepionalidade das actuais circunstâncias e aquilo que devem ser as políticas levadas a cabo para a promoção do desenvolvimento e da competitividade europeias a longo prazo deve ser feita. Mas importa não retirar dessa distinção a ideia de que a situação de crise impõe medidas contrárias às boas políticas. Pelo contrário. A resposta à actual situação, ainda que exija medidas excepcionais, deve ser orientada pelas ideias de boas políticas, de opção pelo investimento na inovação e na capacidade competitiva da Europa, sob pena de, simultaneamente, não ajudarem a responder à crise nem ajudarem a preparar os Estados-Membros da União Europeia para a fase seguinte da economia mundial.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Depois de uma análise atenta da proposta de resolução sobre a Estratégia de Lisboa, decidi abster-me e, portanto, não votar a favor ou contra a proposta.

Eoin Ryan (UEN), *por escrito*. – (EN) A crise financeira e a crise económica que dela resultou desferiram um rude golpe no crescimento e na estabilidade do mercado de trabalho na Europa. Nestes tempos difíceis, o nosso principal objectivo deverá ser, como se afirma nesta resolução comum, proteger os cidadãos da UE, trabalhadores, empresários e famílias, dos efeitos da crise. Embora a actual crise seja inquestionavelmente devastadora, encerra igualmente oportunidades: a oportunidade de mudar a nossa forma de pensar; a oportunidade de construir um quadro reforçado para ao crescimento sustentável, que possa resistir a potenciais choques; e a oportunidade de construir uma base económica e social sólida para o futuro.

Entre os aspectos particularmente felizes desta resolução conta-se o reconhecimento do papel vital desempenhado pelas pequenas e médias empresas e do apoio que é necessário dar às mesmas. As PME não só fornecem valiosos postos de trabalho, que representam, nos últimos anos, 80% dos novos empregos na UE, como desempenham igualmente um papel social crucial no estímulo às economias locais, diversificando o emprego e encorajando o empreendedorismo. De igual modo, a ênfase na inovação – especialmente no sector do ambiente – é de louvar e ilustra bem que os objectivos gémeos da eficiência energética e da estabilidade económica não têm, de forma alguma, de se excluir mutuamente.

Peter Skinner (PSE), *por escrito*. – (EN) Os deputados trabalhistas britânicos no Parlamento Europeu consideram que a Estratégia de Lisboa continua a ser uma importante plataforma para o crescimento e a criação de emprego em toda a UE. Este continua a ser um objectivo possível de alcançar, ainda que o actual ambiente económico diminua o seu verdadeiro potencial. No entanto, os deputados trabalhistas britânicos no PE não concordam que a instituição de um imposto sobre as transacções a nível da UE seja o veículo necessário para a consecução de alguns dos objectivos da Estratégia de Lisboa, não tendo apoiado essa medida.

Os deputados trabalhistas britânicos no PE consideram poder aprovar o fio condutor do texto aprovado e, por conseguinte, votaram a favor do relatório.

Catherine Stihler (PSE), *por escrito*. – (EN) De acordo com o relatório do Grupo Allianz publicado na Segunda-feira, a recessão está, este ano, a abrandar o passo da UE na consecução do seu objectivo de se tornar a zona económica baseada no conhecimento líder a nível mundial. Para que possamos atingir as metas de Lisboa, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance, mesmo nestas alturas difíceis, para atingir esses objectivos. Atingindo esses objectivos, seremos capazes de identificar o nosso caminho através da recessão, tornando a UE mais forte no futuro. Temos de nos ater às metas de Barcelona em matéria de cuidados infantis.

Georgios Toussas (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) As resoluções das forças políticas do capital escondem as causas e a natureza da crise capitalista. Transferem o fardo da crise para os trabalhadores, que pagaram os lucros excessivos do capital e agora estão a pagar a crise para salvar e aumentar os lucros capitalistas. As propostas de resolução pedem à União Europeia que aprofunde a antilaboral Estratégia de Lisboa, aplique o Pacto de Estabilidade e o Plano de Relançamento da Economia e proceda à liberalização total do mercado interno. Propõem medidas de apoio aos grupos monopolistas, concedendo-lhes fluxos abundantes de dinheiro retirado dos bolsos dos trabalhadores, reduzindo a tributação do capital e aumentando a concessão de empréstimos às grandes empresas monopolistas. Promovem reestruturações capitalistas mais céleres tendo como epicentro a estratégia da "flexigurança" e a directiva relativa à organização do tempo de trabalho, ou seja, o aumento do tempo de trabalho até 13 horas por dia e 78 horas por semana e a divisão do tempo de trabalho em activo e inactivo não remunerado.

O desenvolvimento da "economia verde", a liberalização da investigação e da energia e a inovação estão a abrir novos caminhos para investimentos lucrativos do capital em detrimento dos trabalhadores e das camadas populares.

A cimeira informal de 1 de Março confirmou a escalada dos conflitos internos dos imperialistas e a frente unida dos monopólios contra o povo.

- Proposta de resolução B6-0134/2009 (Alterações climáticas)

John Attard-Montalto (PSE), por escrito. – (EN) Concordo que a UE mantém um papel de liderança em matéria de política climática internacional. No entanto, a menos que fale a uma só voz, isso resultará numa perda de credibilidade. A UE no seu conjunto parece estar no caminho certo no que respeita a metas relacionadas com as alterações climáticas, mas todos os países, incluindo Malta, terão de dar mostras de cautela para não ficarem demasiado para trás, pois isso afectará a credibilidade da União.

É necessário limitar a temperatura média mundial não só no mundo desenvolvido, mas também nos países em desenvolvimento. Escusado será dizer que essas acções colocarão os recursos financeiros sob pressão. A UE deverá estabelecer um plano que aborde as áreas relevantes e as fontes de financiamento.

Edite Estrela (PSE), por escrito. – Votei favoravelmente a resolução do Parlamento Europeu sobre a luta contra as alterações climáticas. A União Europeia deve manter a sua posição de liderança relativamente à política internacional sobre o clima e enviar todos os esforços para alcançar, em Copenhaga, um acordo que permita uma redução das emissões de dióxido de carbono para a atmosfera e possibilite limitar o aumento global da temperatura a menos de 2°C, acima dos níveis pré-industriais.

No contexto da actual crise financeira e económica, alcançar um novo acordo para o combate às alterações climáticas, em Copenhaga, é fundamental. A crise económica e a crise climática podem ser combinadas com oportunidades económicas importantes para desenvolver novas tecnologias e criar emprego.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. – Há aspectos positivos, que valorizamos, nesta resolução. Destacamos os pontos em que se exorta a União Europeia a procurar activamente em Copenhaga um acordo que tenha em conta os relatórios científicos mais recentes sobre alterações climáticas, se empenhe para estabilizar os níveis e as temperaturas alvo que ofereçam fortes probabilidades de evitar alterações climáticas perigosas e preveja revisões regulares para assegurar que os objectivos estão de acordo com os dados mais recentes da ciência. De igual modo, é positiva a chamada de atenção que é feita para a necessidade de aumentar significativamente os recursos financeiros, de modo a permitir as iniciativas de atenuação necessárias nos países em desenvolvimento.

Mas discordamos que, embora apenas em considerandos, insista no regime de comercialização de direitos de emissão da UE, admitindo mesmo que possa servir como modelo para o desenvolvimento do comércio de emissões noutros países e regiões desenvolvidas. Aliás, discordamos da óptica economicista que nitidamente influencia vários pontos da resolução.

Glyn Ford (PSE), por escrito. – (EN) Votei a favor da presente resolução apresentada em nome da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar. Apesar da profundidade e dimensão da actual crise financeira, produto da liberalização, de reguladores cobardes e banqueiros gananciosos, não podemos desviar o nosso olhar da necessidade de continuar a agir para travar as alterações climáticas. É preciso que olhemos para a actual crise como uma oportunidade para despender recursos com vista a conseguir uma alteração rápida nos nossos estilos de vida e promover um novo "new deal" verde em todo o continente e no mundo. Não conseguiremos atingir os nossos objectivos se não trabalharmos em parceria com os EUA e o Japão, a China e a Índia.

Luca Romagnoli (NI), por escrito. – (IT) Concordo com alguns pontos da resolução sobre a luta contra as alterações climáticas. Por outro lado, não posso subscrever diversos parágrafos do relatório. Assim sendo, decidi abster-me e não votar sobre esta matéria.

Catherine Stihler (PSE), por escrito. – (EN) Temos de usar a economia verde para criar emprego em toda a UE. Essa deverá ser uma prioridade durante a crise financeira.

- Proposta de resolução B6-0133/2009 (Políticas do emprego)

Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM), *por escrito*. – (SV) A presente resolução contém muitas intenções meritórias. No entanto, a matéria de que trata o texto insere-se, na sua maioria, nas competências políticas dos parlamentos nacionais.

As propostas do documento vão, além disso, exigir maiores recursos provenientes do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, o que resultará num aumento das contribuições dos Estados-Membros para a UE. Isto acontece justamente numa altura em que os Estados-Membros têm de reservar os seus limitados recursos económicos para as políticas sociais e de emprego internas. Não nos parece que o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização seja o meio mais eficaz para apoiar os trabalhadores que perderam o emprego, área em que os Estados-Membros poderão melhor prosseguir uma política que produza resultados satisfatórios. Acresce que todos os Estados-Membros estão a despende em pacotes de incentivo montantes equivalentes às suas contribuições totais para o orçamento da UE.

Votámos contra esta resolução sobretudo devido à parte relacionada com o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei contra a proposta de resolução sobre as orientações para as políticas de emprego. Com efeito, dado que a crise económica e financeira global exige uma resposta determinada e coordenada da UE para evitar as perdas de postos de trabalho, manter um nível de rendimento adequado para os Europeus, evitar uma recessão e converter em oportunidades os actuais desafios no plano económico e laboral, penso que as medidas tomadas no âmbito da governação dos eurocratas são decididamente insuficientes para suportar o peso da crise que estamos a atravessar, também num sector sensível como o do emprego.

- Relatório Elisa Ferreira (A6-0063/2009)

John Attard-Montalto (PSE), *por escrito*. – (EN) A iniciativa relativa ao Plano de Relançamento constitui uma reacção ao grave abrandamento económico em curso. A principal prioridade do Plano de Relançamento deverá ser estimular a economia e a competitividade da UE e evitar o aumento do desemprego. Os deputados insistem em que toda a ajuda financeira seja concedida com prontidão, seja incisiva e temporária. As circunstâncias excepcionais que vivemos terão de ser vistas no contexto mais alargado de um firme compromisso no sentido de voltar à normalidade em termos de disciplina orçamental assim que a economia recupere.

Para além disso, o Plano de Relançamento deverá servir também o objectivo da consecução de um acordo internacional justo que conceda aos países a oportunidade de escaparem à pobreza sem alimentar o aquecimento global, ajudando a financiar o investimento maciço.

Por último, a acção coordenada entre os Estados-Membros deverá ser orientada para a redução da incerteza nos mercados financeiros e agilizar o seu funcionamento.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Apesar de terem passado algumas propostas pontuais positivas, que votámos favoravelmente, designadamente a que se refere aos paraísos fiscais, infelizmente a generalidade das propostas do nosso Grupo foram rejeitadas e a linha dominante do relatório é a continuação das políticas neoliberais com uma ou outra pincelada rosa para cidadão eleitor ver em vésperas de campanha eleitoral.

Das nossas propostas rejeitadas destaco as que visavam solicitar o aumento significativo dos recursos financeiros e uma aplicação mais célere dos meios destinados a apoiar o emprego, uma reorientação dos programas de apoio aos grupos mais vulneráveis, incluindo programas de garantia de condições de vida decentes e de acesso a serviços públicos de alta qualidade para todos. Lamento, igualmente, que tenham rejeitado propostas como as que consideravam insuficiente o montante do Plano de Relançamento (1,5% do PIB da UE) para enfrentar com êxito a crise actual, fazendo notar que a UE ficará muito atrás de países como os EUA e a China. De igual modo, lamento que tenha sido rejeitada a crítica à Comissão por vincular o plano de relançamento ao aprofundamento de “reformas estruturais” neo-liberais e à estrita observância do Pacto de Estabilidade e Crescimento, quando o que se impunha era eliminá-los e mudar de políticas.

Glyn Ford (PSE), *por escrito*. – (EN) Resta-me apenas felicitar a minha colega Elisa Ferreira pelo seu relatório sobre o Plano de Relançamento Económico Europeu. Subscrevo os sentimentos de Poul Rasmussen de que ainda não fizemos o suficiente. As ajudas aos bancos foram um passo necessário mas não suficiente. É igualmente necessário dar passos para lidar com os problemas do mercado de trabalho. A partilha de trabalho

deverá ser encorajada e, sempre que se exija a laboração em horário reduzido, deveremos encorajar a manutenção das horas no local de trabalho, utilizando o tempo para efeitos de formação e de melhoria das qualificações.

A verdadeira crise não reside no mercado hipotecário do *subprime* mas sim na economia de casino, dez vezes maior, do mundo cada vez mais esotérico e fantasioso que é o mercado de derivados, que é preciso controlar. Por conseguinte, congratulo-me com medidas no sentido de controlar os paraísos fiscais e introduzir um imposto europeu sobre as transacções com vista a ultrapassar as piores consequências da crise, mitigar a especulação e aumentar o financiamento com vista a ajudar-nos a manter o azimute na consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Małgorzata Handzlik (PPE-DE), por escrito. - (PL) O relatório sobre o plano de relançamento da economia europeia, aprovado hoje, apoia as medidas propostas pela Comissão Europeia com o objectivo de estimular a economia europeia.

Os dados das últimas semanas não dão azo a optimismo. Calcula-se que o crescimento económico na Europa, em 2009, permaneça a um nível inferior a zero. Por outro lado, o desemprego está a aumentar em toda a UE. Esta é a recessão mais grave que jamais afectou a Comunidade Europeia desde que foi introduzida a moeda única.

Por conseguinte, são necessárias acções decisivas que conduzam à criação de empregos e a uma melhoria real da situação económica. Uma questão fundamental é, evidentemente, o chamado saneamento do sistema financeiro, de modo que as empresas e os cidadãos tenham acesso ao crédito. Isto é especialmente importante para as pequenas e médias empresas que são, sem dúvida, a base da economia europeia. É por esta razão que é necessário garantir urgentemente o rápido restabelecimento da concessão de crédito. A ajuda destinada a combater a crise não deve ser dirigida apenas para a recuperação de certos sectores. Essa ajuda é inevitável, mas também deve incluir uma abordagem permanente da questão da competitividade da indústria europeia. Além disso, não se deve usar a crise como uma oportunidade de introduzir regulamentos novos, excessivamente onerosos.

Espero que o plano de relançamento da economia europeia produza resultados em breve, fazendo surgir os primeiros sinais de estimulação económica.

Astrid Lulling (PPE-DE), por escrito. - (FR) Para situações excepcionais, meios excepcionais.

A conjuntura está de tal forma deteriorada que justifica a acção concertada dos Estados para tentar relançar a actividade económica. No entanto, impõem-se diversas constatações. A situação excepcional que atravessamos não coloca em causa as regras elementares da economia. Os empréstimos de hoje serão as dívidas de amanhã, que os Estados serão de facto obrigados a pagar no futuro. Os défices são talvez necessários, mas o custo a pagar por eles será pesado. Temos de estar conscientes disso. Já se fala dos aumentos de impostos que serão obrigatórios num futuro próximo para reequilibrar as finanças públicas.

Em segundo lugar, todas as despesas autorizadas nos planos de relançamento estão longe de se equiparar. As despesas de investimento na modernização do aparelho produtivo ou na investigação possuem um peso muito diferente das despesas de funcionamento. Assim, os Estados têm de dotar-se das ferramentas apropriadas para realizar as melhores opções.

Por fim, já que as palavras têm um sentido, esclareça-se que o plano de relançamento não é, para falar verdade, um plano europeu, mas sim, quanto muito, uma coordenação das medidas nacionais tomadas pelos diferentes Estados-Membros. Será necessário ir mais longe? A questão merece ser colocada, mas a elaboração de um plano de relançamento comum à União Europeia pressuporia revisões de fundo das políticas e dos meios europeus.

Adrian Manole (PPE-DE), por escrito. - (RO) O plano de relançamento da economia europeia assume especial importância devido aos seus dois elementos centrais: o primeiro consiste em medidas de incentivo fiscal de curto prazo visando fomentar a procura, proteger o emprego e repor a confiança dos consumidores; o segundo, em investimentos bem dirigidos que permitam estimular o crescimento económico.

A União Europeia estabeleceu como grande prioridade neste domínio proteger os cidadãos dos efeitos adversos da crise financeira. No caso da economia romena, essas medidas serão especialmente eficazes para as PME ao possibilitarem simplificar e tornar mais céleres os procedimentos e recorrer antecipadamente aos Fundos Estruturais e de Coesão, assim como aos fundos destinados ao desenvolvimento rural.

Votar a favor deste relatório significa, também, que o Fundo Social Europeu terá de financiar medidas de promoção do emprego, nomeadamente a favor dos grupos mais vulneráveis. Convirá ainda criar condições para atenuar o impacto da crise no sector empresarial, já que este sector tem um papel fundamental a desempenhar no relançamento económico, dando um contributo essencial para criar emprego e, conseqüentemente, gerar procura no mercado interno.

Rovana Plumb (PSE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor do relatório da deputada Elisa Ferreira porque acredito sinceramente que poderá ajudar a vencer o difícil período económico que a Europa atravessa, na sequência das políticas neoliberais dos últimos 10 anos.

Cabe aos países europeus mais ricos mostrarem solidariedade para com a Europa Oriental, e o financiamento de auxílio concedido aos países desta área deve ser reforçado. Nós, Socialistas europeus, pensamos que é imperioso esforçarmo-nos por eliminar as diferenças entre os países mais desenvolvidos e os países ainda em fase de desenvolvimento, tanto mais que as economias destes estão estreitamente ligadas às instituições bancárias da parte ocidental. Precisamos, portanto, de um plano que coordene as economias de todos os Estados-Membros.

Apoiamos a criação de medidas contra as actividades financeiras offshore, que permitem que aqueles que dispõem de rendimentos muito elevados transfiram as suas actividades para esses paraísos fiscais, isentos de impostos, enquanto a maioria dos cidadãos europeus paga impostos e ainda perde o emprego. Os números são preocupantes: no final de 2009 o número de desempregados deverá atingir os 25 milhões em toda a Europa (500 000 apenas na Roménia). Abolir os paraísos fiscais permitirá acabar com o desemprego.

Temos de promover e apoiar a solidariedade entre os antigos e os novos Estados-Membros da União. A votação da alteração relativa a este ponto é um teste ao Parlamento Europeu.

John Purvis (PPE-DE), *por escrito*. – (EN) A situação económica na Europa e noutros locais é a mais grave de que podemos recordar-nos, e é absolutamente correcto que a União Europeia e os Estados-Membros tudo façam para assegurar que uma recessão não se transforme numa catástrofe e que, nas situações em que a acção dos governos possa efectivamente despoletar o arranque da actividade económica, isso seja permitido.

O presente relatório não é perfeito e não podemos concordar com todos os seus aspectos, mas reitera os pontos essenciais, a saber, que o abrandamento económico não é uma desculpa para o proteccionismo, o défice excessivo ou a inobservância das regras da concorrência. Resistimos aos esforços da esquerda, cujas alterações visavam transformar um relatório razoável numa lista de compras inoportuna ou num ataque ao capitalismo e ao sistema financeiro em geral.

É agora importante que todos nós arregacemos as mangas e voltemos a pôr as economias a funcionar. Este relatório reconhece que o mercado livre e os indivíduos e empresas da Europa são vitais para o processo de reconstrução, e é com base nisso que os Conservadores britânicos o apoiam.

Luís Queiró (PPE-DE), *por escrito*. – O relatório Elisa Ferreira sobre o Plano Europeu de Relançamento Económico, apesar de conter elementos positivos, sofre do mesmo mal que o plano em si: um retrato da situação sem que a compreensão integral das causas geradoras da actual crise esteja definitivamente estabelecida, um somatório de iniciativas que se deseja que restaurem a confiança dos agentes económicos sem que, no entanto, até ao momento se identifiquem sinais desse efeito e uma fraca capacidade de mobilização europeia. Aliás, sobre este ponto acrescente-se que se este relatório, em termos concretos, pouco resolve, é porque o Parlamento Europeu pouca capacidade tem para o fazer. O mesmo se passa com a Comissão Europeia.

Do orçamento do referido plano, apenas 15% serão verbas a gerir a nível comunitário. A resposta terá, pois, de ser encontrada a nível europeu, sim, mas em primeiro lugar através da vontade política dos Estados-Membros em coordenar as suas respostas com a actual situação económica. O impulso tem de vir dos Estados-Membros. Se vier. Porque actualmente os sinais de falta de vontade política europeia são preocupantes. Veja-se, por exemplo, as posições contraditórias que os sociais-democratas alemães ou austríacos tomam no PE ou quando representam os governos dos seus países.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Concorde com alguns pontos do relatório da senhora deputada Ferreira sobre o plano de relançamento da economia europeia, mas não o subscrevo na sua totalidade. Por este motivo, decidi abster-me e não votar o relatório da minha colega.

José Albino Silva Peneda (PPE-DE), *por escrito*. – A grande questão que esta crise arrasta é o aumento do desemprego, situação que só pode ser invertida através do aumento do investimento.

Para haver mais investimento, é necessário que o crédito seja acessível e barato, mas tudo aponta que, para os próximos tempos, ele seja escasso e muito mais caro para países mais vulneráveis, como é o caso de Portugal.

Estes países enfrentam dificuldades acrescidas de financiamento, pelo que apoio claramente a possibilidade de passar a haver, a nível da zona euro, um único emitente central de dívida pública europeia, que é, aliás, o cenário mais compatível com a sustentabilidade do euro a longo prazo.

Nas actuais circunstâncias, é imperioso reactivar o mercado de crédito europeu com atribuição de empréstimos responsáveis a empresas viáveis e às famílias.

Também as ajudas financeiras a bancos e empresas devem ser bem direccionadas, temporárias, transparentes, avaliadas em termos de custo-benefício e controladas rigorosamente.

A solidez e solidariedade do projecto europeu podem estar em causa e, por isso, é fundamental agir de forma coordenada e respeitar as regras do mercado interno sem dar lugar a protecctionismos.

Apoio o relatório sobre o Plano de Relançamento da Economia Europeia da minha colega Elisa Ferreira por estar em conformidade com estas linhas gerais de orientação.

Peter Skinner (PSE), *por escrito*. – (EN) Este relatório acompanha o plano de relançamento da Comissão Europeia, que tenta revigorar a economia da UE. Os deputados trabalhistas britânicos do PE podem apoiar o fio condutor das ideias da relatora e acreditam que muitas das questões delineadas no relatório são fundamentais para uma recuperação real.

A resposta da Comissão durante a crise económica tem sido silenciosa, e o Parlamento considera que são necessários instrumentos mais eficazes para lançar a recuperação. Com efeito, uma abordagem ambiental poderá conduzir a maior inovação e desencadear uma produtividade renovada, produzindo simultaneamente um efeito positivo no nosso ambiente. Porém, será preciso cautela para não prejudicar sectores industriais específicos ou reduzir as nossas possibilidades económicas gerais e, por conseguinte, é absolutamente necessário que se pondere numa abordagem devidamente orientada. De igual modo, uma nova abordagem à supervisão financeira, ilustrada no relatório Larosière do Comité de Sábios, é igualmente vital para nos garantir contra os riscos sistémicos.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) O Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia considera que a situação que neste momento vivemos resulta da conjugação de três crises que estão inter-relacionadas: uma crise económica, uma crise ambiental e uma crise social. É por isso que o Grupo Verts/ALE se opõe à promoção de um "Plano de relançamento europeu" à luz do Conselho Europeu da Primavera, cuja única missão consiste em estimular o regresso do velho modelo de *laissez-faire*.

A injeção de vultuosos montantes financeiros nesse modelo traz consigo o sério risco de agravar a crise ambiental e social. É contraproducente aumentar simplesmente a procura a fim de repor o nível da produção. É precisamente isto que o relatório Ferreira preconiza, e foi por isso que votei contra o mesmo.

O plano de recuperação económica deve viabilizar novos instrumentos de financiamento e, ao mesmo tempo, por meio de regulamentos, injectar estabilidade e confiança no sistema. O incentivo à busca de lucros a curto prazo através de todo um conjunto de bónus tem de ser eliminado e substituído por normas para os chamados fundos de retorno absoluto e os fundos de investimento em participações privadas. A transparência, a contabilidade aberta e a supervisão têm de inviabilizar a existência de paraísos fiscais. Através de uma descrição precisa de tarefas, os bancos poderão voltar a servir a economia real, onde o Banco Central Europeu pode desempenhar o papel de "cão de guarda".

Catherine Stihler (PSE), *por escrito*. – (EN) A crise financeira é o primeiro teste à globalização. Uma crise alimentada pela ganância e agora consumida pelo receio deverá levar-nos a questionar os nossos valores fundamentais e o tipo de sociedade em que gostaríamos de viver. Este não é o momento para um nacionalismo de vistas curtas, mas sim um momento em que a existência de uma Europa forte nunca foi tão importante. A necessidade de uma abordagem coordenada, não só em toda a UE, mas em todo o mundo, torna a reunião do G20 em Londres extremamente importante.

Silvia-Adriana Țicău (PSE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor do relatório da deputada Elisa Ferreira que exorta a Comissão Europeia a apresentar orientações enérgicas e claras para uma melhor coordenação, entre os Estados-Membros, da gestão desta forte crise económica, com o objectivo de proteger o máximo de postos de trabalho possível. Insto a Comissão a dar início, quanto antes, aos procedimentos necessários para tal.

Com este relatório a União Europeia convida o Conselho Europeu da Primavera a dar forte estímulo político e a estabelecer um roteiro para todas as iniciativas jurídicas, garantindo assim, em conjugação com o Parlamento, que serão aprovadas oportunamente.

O relatório realça as consequências económicas e sociais extremamente adversas desta crise em muitos dos novos Estados-Membros, com um elevado risco de desestabilização e de aumento da pobreza. Espera-se que efeitos de alastramento afectem o euro e as economias da zona euro. Exortamos a uma abordagem coordenada a nível comunitário, com base na solidariedade comunitária e tendo em mente uma responsabilização colectiva. Convidamos a Comissão, ainda, a rever e consolidar todos os instrumentos que visam estabilizar os Estados-Membros afectados, o que inclui estabilizar as taxas de câmbio, para que seja possível aplicar disposições de segurança e pacotes de medidas capazes de responder com rapidez e eficácia.

Marianne Thyssen (PPE-DE), por escrito. - (NL) Ouvi com toda a atenção as intervenções dos relatores e dos presidentes dos grupos políticos, incluindo a forte crítica que o presidente do Grupo Socialista no Parlamento Europeu lançou ao Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus devido ao seu comportamento de voto relativamente à alteração 92. Com efeito, não concordamos com as implicações desta alteração e, tal como os meus companheiros de grupo, votei categoricamente contra a mesma. Afinal, a intenção não pode ser certamente a de tomar medidas de curto prazo que minam objectivos de longo prazo...

Por esta razão, não é razoável obrigar os Estados-Membros a fazerem um esforço orçamental, independentemente do seu grau de responsabilidade, que é um factor importante para determinar até que ponto o défice orçamental é justificável. O meu grupo teve razão em sustentar firmemente a sua opinião, que partilha com a Comissão, nomeadamente de que devemos também ter em mente as gerações futuras. Daí que se justifique que os incentivos orçamentais seja ajustados em função do grau de responsabilidade dos Estados-Membros. Por conseguinte, exigir um esforço uniforme de 1,5% do PIB não é viável nem justificável.

Georgios Toussas (GUE/NGL), por escrito. - (EL) O Plano de Relançamento da Economia Europeia faz recair o fardo da crise capitalista sobre os ombros dos trabalhadores, promove os objectivos mais gerais da UE e protege os lucros e os interesses colectivos da plutocracia.

A ofensiva total contra os direitos laborais e sociais, contra os rendimentos das famílias das classes populares e o seu nível de vida, tem por objectivo permitir à UE assegurar aos monopólios euro-unificadores que, quando a economia recuperar, estarão em situação de vantagem face à concorrência internacional.

A UE e os governos estão a tentar obter a anuência das classes populares, utilizando o método do pau e da cenoura, por forma a imporem com um mínimo de resistência as reestruturações capitalistas propostas na Estratégia de Lisboa: alternância de emprego e desemprego, aumento da idade da reforma e reduções drásticas de salários, pensões e benefícios sociais.

Além disso, as decisões tomadas nas cimeiras e o financiamento de medidas exclusivamente pelos Estados-Membros põem em evidência a escalada dos conflitos internos imperialistas, que levam a uma política do "salve-se quem puder".

Os trabalhadores só têm uma opção: resistência, desobediência e contra-ataque com o Partido Comunista da Grécia, condenação da política da via de sentido único europeia e das forças que a apoiam, reorganização do movimento popular e luta pelo poder popular e pela economia popular.

- Relatório Evgeni Kirilov (A6-0075/2009)

Alessandro Battilocchio (PSE), por escrito. - (IT) Senhora Presidente, votei a favor deste relatório. A transparência não é apenas um símbolo, mas um princípio no qual todos os procedimentos institucionais devem basear-se. É preciso garantir aos cidadãos e aos órgãos electivos o mais amplo acesso possível aos documentos das instituições europeias, a fim de lhes permitir participar efectivamente no processo político e obrigar as autoridades públicas a prestar conta das suas acções. É por esta razão que, no passado, defendi fortemente a publicação do registo das presenças no Parlamento.

Apesar dos progressos realizados pelas instituições europeias relativamente à abertura e à transparência, a situação não pode exactamente ser considerada perfeita e esta reformulação do Regulamento (CEE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos das instituições europeias deve ser vista como mais um passo na consecução de um ambiente administrativo no qual a disponibilidade da informação e a facilidade de acesso à mesma são a regra e não a excepção.

Para concluir, gostaria de salientar a grande conquista alcançada nos tempos mais recentes: o Parlamento Europeu utiliza agora nada menos do que 23 línguas oficiais e os documentos da Comunidade Europeia estão disponíveis em todas elas. Isto representa uma garantia de funcionamento democrático.

Jean Marie Beaupuy (ALDE), *por escrito*. - (FR) Este relatório de iniciativa deve ser inserido no contexto do debate legislativo em curso com vista a alterar os regulamentos relativos aos Fundos Estruturais, nomeadamente o Regulamento FEDER (relatório Angelakas) e o Regulamento FSE (relatório Jöns).

Para obter um acordo em primeira leitura que permita dar uma resposta rápida a esta crise que afecta directamente os cidadãos europeus, o grupo ALDE optou por não alterar as propostas legislativas. Numa preocupação de coerência, aplicámos esta mesma abordagem à votação.

Os meus colegas do MoDem e eu próprio partilhamos as mesmas preocupações sobre a luta contra as alterações climáticas; trata-se de um aspecto que deverá ser confirmado como prioritário da política de coesão após 2013.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), *por escrito*. - Não contem connosco para enaltecer o oco “plano de relançamento da economia europeia” que, na sua maior parte, será auto-financiado por cada um dos Estados-Membros (a “solidariedade europeia” no seu melhor...), e que não coloca em causa as políticas neoliberais, que estão na origem do agravamento das condições de trabalho e de vida da esmagadora maioria da população.

Por isso, não surpreendentemente, a maioria do PE rejeitou as nossas propostas que:

- Denunciavam que, no momento em que se verifica o agravamento da crise socioeconómica da UE, o orçamento comunitário para 2009 é “o mais baixo de sempre”;
- Insistiam no reforço dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão;
- Sublinhavam que os “adiantamentos suplementares” destes fundos, implicarão uma redução do financiamento comunitário para os próximos anos;
- Criticavam a sub-execução destes fundos, particularmente no contexto do agravamento das condições socioeconómicas na UE;
- Exigiam que estes fundos sejam considerados como objectivo de despesa e propunham o aumento da taxa de co-financiamento comunitário e a anulação da regra N+2 e N+3 em relação a estes fundos;
- Insistiam em que estes fundos sejam efectivamente utilizados para promover a convergência real, abandonando, assim, a sua contínua subordinação aos objectivos neoliberais da “Estratégia de Lisboa”;
- Insistiam no combate às deslocalizações de empresas.

David Martin (PSE), *por escrito*. - (EN) Apoio este relator que recomenda pagamentos mais rápidos e mais flexíveis para o financiamento estrutural. Este relatório assegurará uma utilização alargada dos Fundos Estruturais para garantir os empregos e criar mais emprego. Congratulo-me com este relatório que exorta a que seja proporcionado financiamento mais rápidos aos projectos e a que se reduza a necessidade de empréstimos bancários.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. - (IT) Votei contra o relatório do senhor deputado Kirilov sobre a política de coesão: investir na economia real. É, de facto, crucial compreender que a política de coesão da UE representa um contributo importante para o plano de relançamento da economia europeia e constitui a maior fonte de investimento comunitário na economia real, prestando uma assistência vocacionada para responder às necessidades prioritárias e aos sectores que apresentam um potencial de crescimento, tanto no sector público como no sector privado. No entanto, isto deve fazer-nos reflectir sobre os erros cometidos no passado, que conduziram a esta grave situação económica. É necessária uma legislação rigorosa também neste sector, sob pena de repetirmos ciclicamente os mesmos erros.

7. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 13H55, é reiniciada às 15H00)

PRESIDÊNCIA: PÖTTERING*Presidente***8. Declaração da Presidência**

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, gostaria, em primeiro lugar, de pedir a vossa compreensão e, também, de pedir desculpa pelo facto de a sessão se iniciar tão tarde, mas só há dois minutos fui informado de que me seria pedida uma declaração sobre um acontecimento muito triste. Gostaria, com a vossa permissão, de fazer essa declaração agora.

É com grande tristeza e indignação que ouvimos hoje as notícias sobre os acontecimentos ocorridos na cidade de Winnenden em Baden-Württemberg, na Alemanha, na sequência dos quais quinze pessoas foram tragicamente assassinadas na escola secundária Albertville. O autor do massacre, um ex-aluno da escola, de dezassete anos, suicidou-se em seguida. Durante um tiroteio num supermercado da cidade, dois polícias ficaram feridos durante a perseguição movida ao atirador.

Em nome do Parlamento Europeu, gostaria de exprimir as minhas sentidas condolências e a minha solidariedade às famílias e a todas as pessoas próximas das vítimas, jovens estudantes inocentes e três professores da escola.

Esta tragédia acontece seis meses apenas depois de um terrível tiroteio semelhante ter ocorrido numa escola em Kauhajokki, na Finlândia. Como responsáveis políticos na União Europeia e em todos os Estados-Membros, é nosso dever fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir que actos como estes sejam previstos a tempo e evitar que ocorram, se é que isso é algo em que podemos influir.

Estamos igualmente consternados com outro acontecimento trágico ocorrido no estado do Alabama, nos Estados Unidos, onde um homem armado matou pelo menos dez pessoas antes de pôr termo à vida.

Gostaria de exprimir, uma vez mais, em nome de todos, as nossas sentidas condolências e solidariedade para com as vítimas e suas famílias. Pedir-vos-ia que consagrássemos alguns instantes para lembrar aqueles que foram assassinados.

(O Parlamento, de pé, guarda um minuto de silêncio)

PRESIDÊNCIA: ONESTA*Vice-presidente***9. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta****10. Composição do Parlamento: ver Acta****11. Ponto da situação em relação ao SIS II (debate)**

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta das seguintes perguntas orais:

- (O-0005/2009) apresentada por Carlos Coelho, em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, Martine Roure, em nome do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, e Henrik Lax, em nome do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, ao Conselho: Ponto da situação em relação ao SIS II (B6-0010/2009); e

- (O-0006/2009) apresentada por Carlos Coelho, em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, Martine Roure, em nome do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, e Henrik Lax, em nome do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, à Comissão: Ponto da situação em relação ao SIS II (B6-0010/2009).

Carlos Coelho, Autor. – Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Vice-Presidente da Comissão e caros e caras Colegas, no Parlamento Europeu somos claramente defensores da rápida entrada em funções do SIS II, que deveria ter ocorrido já em 2007. A segunda geração do SIS representa uma abordagem comunitária da necessidade de reforçar a segurança nas fronteiras externas e comporta inovações importantes como os dados biométricos e a interligação dos alertas. Concordámos que

essa entrada em funções só poderá ocorrer quando tivermos um sistema robusto e a funcionar plenamente 24 horas por dia. Chegou, creio, o momento de apurar responsabilidades, proceder a uma avaliação profunda da situação e encontrar as soluções que permitam dar viabilidade técnica a este projecto e restaurar a sua credibilidade já fragilizada.

Sabemos que vários testes foram feitos o ano passado, cujo resultado final foi negativo, nomeadamente o “*operational system test*”. O Conselho e a Comissão decidiram estabelecer um prazo de quatro meses na tentativa de resolver os problemas existentes embora sem grande sucesso, como se pode constatar nos resultados obtidos em Dezembro de 2008 com a repetição dos testes. Apesar de algumas melhorias, permaneceram, tanto quanto sabemos, grandes problemas ao nível da performance e robustez do sistema, do extravio de mensagens, da qualidade dos dados e do processo de sincronização entre as cópias nacionais e o sistema central. Ora, o SIS II nunca poderá iniciar operações sem que estes problemas estejam resolvidos. Expresso as minhas dúvidas sobre a capacidade da empresa contratada num período tão reduzido de tempo resolver todos estes problemas que não conseguiu resolver antes com mais tempo. Espero que seja lançada uma auditoria independente ao projecto para apurar responsabilidades. Não tenho objecções ao cenário técnico alternativo da evolução do “SIS I for all” para o SIS II, com a condição de ser plenamente respeitado o quadro legal aprovado para o SIS II. No final de Março, deverá ser apresentado um relatório de avaliação e de comparação dos dois cenários. O Parlamento quer ter acesso a este estudo bem como ser informado sobre a nova direcção a dar ao projecto quer ao nível de confiança existente ao nível técnico, bem como as implicações ao nível jurídico, o novo calendário e o impacto orçamental. Gostaria de recordar ao Conselho e à Comissão, sobretudo neste momento, que a maior transparência em todo este processo é largamente recomendável.

Martine Roure, autora. - (FR) Senhor Presidente, o SIS II, como sabemos, constitui uma ferramenta extremamente importante para garantir a segurança do Espaço Schengen, nomeadamente após o alargamento aos 10 novos países.

Depois da adopção das bases jurídicas em 2007, nunca recebemos um relatório pormenorizado dos desenvolvimentos ou dos problemas de ordem técnica ou política que se diz estarem a prejudicar o arranque do sistema.

Foi pela imprensa que tomámos conhecimento de que os testes necessários ao arranque do sistema central com toda a segurança tinham todos fracassado em Dezembro de 2008.

Sabemos que a Comissão tentou elaborar um plano de correcção destinado a resolver os principais problemas, e sabemos que diversos Estados-Membros, no seio do Conselho, estão já a pensar numa alternativa que consistiria numa simples actualização do sistema SIS actualmente em funcionamento.

Assim, o problema não é de natureza técnica, é de natureza política. Este Parlamento foi chamado a definir, em co-decisão, a arquitectura do SIS II que, só por si, teria garantido a segurança necessária ao espaço de liberdade, segurança e justiça. Trabalhámos para isso, sem perder de vista a segurança e a protecção dos direitos fundamentais dos nossos concidadãos.

Está em jogo a responsabilidade política das Instituições europeias, nomeadamente do Conselho e da Comissão, pois consideramos que o Parlamento cumpriu bem a sua tarefa face aos cidadãos.

Aguardamos agora e de futuro explicações políticas no que respeita a essa mudança radical de rumo. Estes factos poderão ter consequências muito pesadas, evidentemente, a nível do orçamento até agora destinado a este projecto, a começar com a reserva, sempre que necessário, dos recursos disponíveis até que o futuro do projecto e a sua base jurídica estejam devidamente definidos.

Henrik Lax, autor. - (SV) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, precisamos de saber, no Parlamento Europeu, se o Conselho e a Comissão ainda acreditam que o SIS II alguma vez estará de pé e a funcionar. Continuará a Comissão a tentar encontrar uma solução técnica para os problemas actuais? Qual é a melhor forma de avançar? Como ouvimos dizer aos dois oradores anteriores, nós, no Parlamento Europeu, gostaríamos que nos mantivessem a par dos problemas que surgem, o que até ao momento não aconteceu.

Se o SIS II não conseguir arrancar na sua forma actual, existirá um plano B e, a existir, ser-nos-á apresentado? Como disse a senhora deputada Martine Roure, a questão do SIS II é, em última análise, uma questão de credibilidade da União em matéria de garantia da sua segurança interna. Há que não esquecer, porém, que a mesma infra-estrutura vai ser utilizada para o Sistema de Informação sobre Vistos, o VIS. Logo, a longo

prazo, também a credibilidade da política de vistos da União estará em jogo, ou melhor, a capacidade da União para gerir de forma digna as relações com o mundo.

Finalmente, perguntaria à Comissão se continua a contar com o pleno apoio dos Estados-Membros nesse projecto. Estarão os Estados-Membros dispostos a arcar com os custos de um projecto que parece que nunca sairá do papel?

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhor Presidente, antes de abordar o tema do debate de hoje, permitam-me que comece por expressar os meus mais sentidos pêsames aos familiares das vítimas do trágico incidente que hoje ocorreu em Baden-Württemberg.

Permitam-me então que me detenha agora sobre assunto em debate hoje. Em primeiro lugar, estamos gratos pela oportunidade de realizar este debate. É uma questão importante, como muito bem sabem. A ocorrência de uma série de dificuldades operacionais conduziu a problemas específicos no arranque do SIS II.

A Presidência deseja, tal como solicitaram, ser completamente transparente acerca da história e dos antecedentes desta questão. Tendo em conta os resultados negativos dos testes originais do sistema, foram conduzidos novos testes em Novembro e Dezembro de 2008. Os resultados finais destes testes operacionais ao sistema só foram conhecidos na segunda metade de Janeiro de 2009.

Na sua reunião informal de 15 Janeiro de 2009, em Praga, os Ministros da Justiça e Assuntos Internos foram informados pela Comissão de que os resultados destes testes tinham ficado aquém do satisfatório. Os Ministros acordaram de imediato na necessidade de implementar uma nova abordagem geral de gestão do SIS II, que envolve os Estados-Membros trabalhando juntamente com a Comissão. A nova abordagem de gestão permitirá monitorizar mais de perto o projecto, permitindo, assim, um alerta precoce perante quaisquer dificuldades potenciais. Foi igualmente acordado que seriam tomadas medidas no subsequente Conselho JAI, o qual teve lugar em 26 e 27 de Fevereiro de 2009. Nessa reunião, o Conselho acordou, nas suas conclusões, convidar a Comissão a manter o Parlamento e a Presidência do Conselho totalmente informados sobre os problemas relacionados com o SIS II e o rumo a seguir.

O Parlamento perguntou se os problemas identificados até à data exigirão a reconstrução do sistema. De acordo com a informação recebida pelo Conselho sobre o estado do projecto SIS II, subsistem alguns problemas. No entanto, tanto quanto sabemos, na opinião da Comissão, todas as questões pendentes poderão ser resolvidas sem uma reformulação considerável da aplicação SIS II.

Na sua reunião de Fevereiro, o Conselho endossou a implementação da análise e do plano de reformulação do SIS II, que permitirão a identificação de todas as questões e a sua solução imediata, bem como a avaliação da arquitectura técnica de molde a assegurar um sistema SIS II estável e sem falhas. No entanto, o Conselho concordou igualmente que o plano de contingência deverá ser seguido, no caso de surgirem problemas graves que não possam ser resolvidos. No que se refere a uma alternativa ao SIS II, o Conselho JAI, em Fevereiro, congratulou-se com a conclusão do estudo de fiabilidade que serve de base à criação de um cenário técnico alternativo e viável para o desenvolvimento do SIS II com base na evolução do SIS I+ como parte do plano de contingência.

O Conselho solicitou ainda que, o mais rapidamente possível e o mais tardar até Maio de 2009, seja apresentado ao Conselho pela Presidência e pela Comissão um relatório contendo uma avaliação e comparação criteriosas de ambos os cenários. O Conselho avaliará, com base nesse relatório, os progressos efectuados no desenvolvimento do SIS II e, no que se refere ao cenário alternativo, estudará as perspectivas de consecução dos objectivos do SIS II, tal como estabelecidos no quadro jurídico que rege a criação, operação e utilização do SIS II, tendo como base técnica a evolução do SIS I+. Esta análise será levada a cabo o mais rapidamente possível e o mais tardar na reunião do Conselho de 4 e 5 de Junho de 2009.

Quanto aos pormenores solicitados pelo Parlamento relativamente à resolução dos problemas pendentes e, em particular, aos aspectos financeiros, o Conselho convidou a Comissão não só a informar o Parlamento Europeu acerca dos problemas relacionados com o SIS II, mas igualmente a informar totalmente o Parlamento e o Conselho, de forma regular, sobre os valores das despesas relacionadas com o projecto central do SIS II e sobre as medidas tomadas para assegurar a total transparência financeira.

Com base no relatório solicitado à Presidência e à Comissão, o Conselho debaterá, o mais tardar na sua reunião de Junho de 2009, o calendário para a entrada em funcionamento do SIS II. Terá em conta as disposições relativas aos calendários, estabelecidas na Resolução do Parlamento de 24 de Setembro de 2008 relativa à migração do Sistema de Informação de Schengen (SIS I+) para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração e que foram incorporadas no artigo 19º do Regulamento do Conselho de 24 de Outubro.

Estou certo de que a Comissão será capaz de prestar alguma informação adicional em resposta às perguntas aqui formuladas. Gostaria simplesmente de assegurar os deputados deste Parlamento que a Presidência acompanhará esta questão de perto e assegurará que o rumo, acordado no mês passado pelos Ministros JAI, seja estritamente respeitado.

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. - (FR) Senhor Presidente, quero confirmar as afirmações do Senhor Ministro Alexandr Vondra. Devo, aliás, dizer, tal como o Senhor Presidente em exercício do Conselho de Ministros do Interior, Ivan Langer, que considerámos este problema do SIS II como uma prioridade absoluta.

Também eu vou tentar esclarecer alguns aspectos. O contratante principal da Comissão para o desenvolvimento do SIS II realizou uma campanha de testes operacionais do sistema central em interacção com um certo número de sistemas nacionais. Entre Novembro e Dezembro de 2008, os resultados desses testes conduziram-nos a concluir que o sistema central não tinha alcançado o nível contratualmente exigido.

A partir de meados de Novembro, a Comissão iniciou um exercício de análise aprofundada da solução SIS II, actualmente em desenvolvimento pela Hewlett-Packard/Steria, em colaboração com os peritos dos Estados-Membros e com a ajuda e assistência de dois gabinetes de consultores informáticos de renome.

No seguimento do fracasso dos testes operacionais, desencadeámos, assim, um plano de análise e de reparação com uma duração estimada de 4 meses. O objectivo desse plano é o de conseguir para a aplicação, para a execução do SIS II, um nível de estabilidade e desempenho satisfatório.

O plano visa, antes de mais, a reparação dos *bugs* conhecidos do sistema central - um certo número de *bugs* já foi reparado - e, em segundo lugar, a verificação de que a execução do SIS II não está viciada por fraquezas estruturais inultrapassáveis.

Estão a ser realizados testes, incidindo num certo número de domínios prioritários, com vista a esclarecer as incertezas que pairam sobre a arquitectura da solução actual; esta actividade decorre em paralelo com a finalização da análise técnica dos problemas fundamentais.

Por outro lado, a Comissão desenvolveu uma abordagem global da gestão do projecto, de forma a integrar melhor as componentes centrais e nacionais do SIS II, no respeito pelas competências legalmente estabelecidas pela Comissão e pelos Estados-Membros.

Concretamente, a Comissão está a coordenar uma estrutura de gestão comum do projecto. Esta estrutura de gestão comum reúne os gestores dos projectos nacionais, os gestores do projecto central e ainda os contratantes da Comissão, e vai acompanhar o projecto ao longo de todo o período de análise e reparação, depois, durante os testes de qualificação e posteriormente durante a fase de migração até ao arranque do SIS II.

No final do período de análise e reparação, teremos uma ideia concreta dos meios que há ainda que pôr em prática para o arranque do SIS II e do calendário correspondente, como acaba de dizer o Senhor Vice-Primeiro-Ministro Alexandr Vondra. Evidentemente que o objectivo da entrada em funcionamento do SIS II em Setembro de 2009 deverá seguramente conhecer atrasos.

As dificuldades actuais do projecto do SIS II foram discutidas na reunião informal de Ministros de 15 de Janeiro e no Conselho "Justiça e Assuntos Internos" de 26 e 27 de Fevereiro. As grandes linhas do processo preconizado pela Comissão para a continuação do projecto SIS II foram aceites.

Antes de mais, o Conselho apoiou a necessidade de prosseguir a análise da exequibilidade de uma solução técnica alternativa baseada no actual SIS I+. Assim, estamos aptos a prosseguir essa análise de exequibilidade de uma solução alternativa.

Mas qualquer solução técnica alternativa terá evidentemente de se inscrever no respeito do quadro jurídico do SIS II tal como adoptado por este Parlamento e pelo Conselho. É evidente que teremos de prestar muita atenção à reutilização máxima dos investimentos, assim como à situação dos Estados-Membros e dos países associados que tencionam integrar o Espaço Schengen nos próximos anos.

Os Ministros estabeleceram uma data para a realização de uma reunião, como acaba de ser dito, o mais tardar no mês de Junho - início de Junho -, destinada a fazer um ponto da situação dos progressos realizados e a definir, eventualmente, novas orientações ou mesmo a passagem para uma opção alternativa. Nesta perspectiva, o Conselho solicitou que, logo que possível, mas, o mais tardar, em Maio de 2009, a Presidência

e a Comissão, em estreita colaboração com a Task Force SIS II e em consulta com as instâncias apropriadas, apresentem ao Conselho um relatório com uma avaliação e uma comparação detalhadas dos dois cenários.

Para o efeito, foram estabelecidos critérios comuns de comparação com vista a avaliar os méritos e as desvantagens respectivos de cada solução. No fundo, quer isto dizer que disporemos, com efeito, de uma decisão do Conselho no início de Junho, à luz de todos os testes que tiverem sido realizados, o que permitirá, em nossa opinião, prosseguir o SIS II, ou reorientarmo-nos para uma solução alternativa, mas que se manterá, como é óbvio, em conformidade com os objectivos que os senhores definiram.

Fui evidentemente muito sensível ao que disseram o senhor deputado Coelho e a senhora deputada Roure acerca da necessidade de um elevado nível de transparência. Gostaria de dizer que iremos enviar - e continuaremos a enviar - pontos da situação do comité SIS II de forma muito regular. Devo dizer também que enviei uma carta ao senhor deputado Gérard Deprez, presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, com cópia para Carlos Coelho, para o informar pormenorizadamente da situação do SIS II.

Quero ainda dizer ao senhor deputado Henrik Lax que os problemas do SIS II não afectam o VIS. Os problemas do SIS II não afectam a infra-estrutura partilhada com o VIS. O VIS está a cumprir muito bem, pode afirmar-se, a planificação acordada com os Estados-Membros.

Devo dizer que conseguimos, de facto, organizar, tanto com a Task Force como no seio da Comissão, encontros muito regulares com o co-contratante e os dois co-contratantes, mas sobretudo a Steria, e que podemos realmente esperar, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que o dossiê fique concluído nos próximos meses, com esta decisão de fixar uma data limite para o início de Junho, altura em que o Conselho terá, com efeito, de tomar uma decisão.

Assumo aqui o compromisso de manter o Parlamento ao corrente de todos estes desenvolvimentos.

Marian-Jean Marinescu, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (RO) O problema operacional do Sistema de Informação de Schengen II foi recentemente discutido, no âmbito da reunião do Conselho de Fevereiro de 2009. Mais uma vez se falou da necessidade de encontrar uma solução imediata para o impasse em que se encontra o SIS II.

Fico, no entanto, com a impressão de que, em vez de respostas, saíram dessas discussões ainda mais perguntas. O Conselho apoia a criação de um plano de análise e reparação que ajude a identificar os problemas da concepção técnica do SIS II, a fim de o tornar mais estável e fiável. Por outro lado, o Conselho não descarta a possibilidade de decidir adoptar uma solução técnica alternativa que permita atingir os objectivos propostos para o SIS II.

Seja qual for a opção escolhida, não pode ter efeitos no calendário para a integração no espaço Schengen dos países que ainda não lhe pertencem. Gostaria de saber que medidas tenciona a Comissão adoptar no sentido de evitar qualquer atraso e como serão cobertos os custos adicionais incorridos por essas alterações. O exemplo da Roménia é eloquente. A fronteira externa da Roménia tem uma extensão de 2 000 quilómetros. Prevê-se que a Roménia passe a integrar o espaço Schengen em Março de 2011, e esta é uma grande prioridade do país. Toda esta indecisão pode ter consequências para o cumprimento do prazo proposto.

Uma última observação. Numa altura em que a Comissão se prepara para elaborar nova proposta legislativa sobre as próximas fases de gestão de fronteiras, pedir-lhe-ia que avaliasse, primeiro, a eficácia dos sistemas actualmente utilizados na gestão das fronteiras de modo a obter a melhor sinergia entre esses sistemas e, então, avaliar a oportunidade de investir em logística de fronteiras.

Se pretende atingir os objectivos estratégicos da UE a Comissão não deve começar a desenvolver novos instrumentos enquanto os actuais, como o SIS II ou o VIS, não estiverem plenamente operacionais e forem plenamente fiáveis.

Genowefa Grabowska, *em nome do Grupo PSE*. – (PL) Senhor Presidente, a situação que estamos a debater é um exemplo eloquente que mostra que, por vezes, é mais fácil alcançar um consenso e conseguir um acordo político sobre a abertura das fronteiras do que superar problemas técnicos.

A adesão de novos Estados-Membros a Schengen em 23 de Dezembro de 2007 foi um grande evento para os cidadãos daqueles Estados. Sei que assim foi porque sou da Polónia. O meu país decidiu aproveitar essa bênção e dá grande valor à abertura das fronteiras, porque isso significou o desaparecimento da última circunstância discriminatória que nos separava dos Estados-Membros da antiga União Europeia.

Além disso, é no meu país que está situada a sede a agência Frontex. Sei que o Senhor Comissário Barrot esteve na Polónia, onde manteve conversações na Frontex e visitou, também, a parte da fronteira externa da UE pela qual a Polónia é responsável. Sei que, na prática, não há problemas graves relativamente ao controlo dessa fronteira e que a sua protecção está assegurada. No entanto, existem problemas de carácter técnico, cuja solução se está a transformar num problema político, tal como disse a minha colega Martine Roure. Estou inteiramente de acordo com o que aqui disse.

Contudo, se existem problemas técnicos, se existem dificuldades, então suponho que todas as Instituições da UE têm a responsabilidade de se dirigir ao órgão que levou tanto tempo a implementar o SIS II. É uma pena que isso ainda não tenha sido feito e que a transparência nesta matéria tenha sido um pouco forçada.

Penso que, sempre que está em causa a resolução de problemas que são importantes para os cidadãos, o Parlamento Europeu não pode aceitar que eventuais acções sejam empreendidas sem o consultar nem aceita ser ignorado, especialmente quando se trata de questões de segurança.

Gostaria de terminar com uma breve observação. Se havia problemas, se a Hewlett-Packard não conseguiu resolver os problemas técnicos, devemos recordar que há excelentes especialistas na Polónia, jovens que são técnicos de TI maravilhosos e que são conhecidos no mundo inteiro. Penso que poderiam ajudar e produzir o resultado desejado bastante mais depressa, melhor e por um custo menor.

Hubert Pirker (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, Schengen é, e sempre foi, sinónimo da ligação entre a segurança, por um lado, e a liberdade e a livre circulação, por outro. Para os cidadãos da Europa e para todos nós, isto tem sido parte do valor acrescentado proporcionado pela União Europeia. É um sistema que sempre funcionou muito bem e que tem sido aplicado de forma eficaz numa base de "um por todos".

O que está a passar-se agora é desagradável. No entanto, também é desagradável que o Parlamento, que sempre se mostrou muito cooperante, não tenha recebido a informação necessária. Sempre mantivemos os cidadãos europeus informados. O Sistema de Informação Schengen II estará a funcionar perfeitamente e de acordo com o calendário previsto e, agora, descobrimos que surgiram problemas e que não parece existir um fim à vista para o dilema.

Teria interesse em saber se estão correctos os números que circulam nos meios de comunicação social, que indicam que um montante de cerca de 100 milhões de euros terá sido gasto até à data no desenvolvimento do Sistema de Informação Schengen II. Vai a empresa responsável sofrer consequências? Por que razão não introduziu a Comissão, o Conselho ou outra instância um sistema de controlo em devido tempo?

Mihael Brejc (PPE-DE). – (SL) É curioso como surgem problemas relacionados com a operabilidade do sistema sempre que tratamos de grandes e profundas questões técnicas deste tipo. Já discutimos os problemas técnicos relacionados com o processamento de dados. Não admira que os cidadãos perguntem por que não dispomos, a nível da UE, de organismos profissionais com competência para resolver eventuais problemas técnicos que possam decorrer da operação de bases de dados excepcionalmente extensas e abrangentes.

Desde o início que participo nestes debates. Trabalhei também com o relator, o deputado Carlos Coelho, e estou ciente de algumas falhas e deficiências técnicas que ainda persistem, incluindo as que se prendem com o nível de competência disponível. Assim, penso que devemos proceder a uma revisão claramente técnica e financeira do sistema e convocar todos os envolvidos na gestão do projecto. Aliás, não sou eu, apenas, que o penso; o público em geral pensa o mesmo.

Bernd Posselt (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, tenho por si a mais elevada estima, mas o que está a passar-se aqui é, realmente, uma intolerável confusão que envolve um grau inaceitável de gastos e de incompetência. Por isso, apelo não só à Comissão Europeia mas também à Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e à Comissão do Controlo Orçamental para que analisem em profundidade esta questão.

Apraz-me que a República Checa detenha a Presidência do Conselho, porque a Baviera e a República Checa têm exactamente os mesmos interesses em matéria de segurança. Sabemos que, apesar de todos os receios relacionados com a abertura das fronteiras, a situação da segurança melhorou de forma notória e fundamental desde que as fronteiras foram abertas graças à excelente cooperação policial. Este poderia ser um modelo para outras partes da Europa e, em nome da Baviera, quero agradecer à República Checa por esse facto. Esperamos que o Sistema de Informação de Schengen acabe por abranger todos os domínios e não se limite a acordos bilaterais individuais e exemplares.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de lhe agradecer a realização deste debate. Demonstra bem, penso, que existe um problema que é necessário resolver. O Conselho, sob nossa liderança, fez o que pode em Janeiro. Levou a sério esta iniciativa de elaboração de um plano de contingência, ou de um plano alternativo, exercendo pressões para que fosse encontrada uma solução e estabelecendo prazos.

É esse o nosso papel. No que se refere às questões financeiras, deixarei à Comissão a possibilidade de responder. Existe actualmente de uma excelente cooperação entre o Ministro Ivan Langer e o Senhor Comissário Barrot, pelo que, acreditamos, seremos capazes de levar a questão a bom porto.

Quanto à questão de se saber se este é um problema político ou técnico, acreditamos que se trata apenas de um problema técnico. Não se trata de uma cortina de fumo, como foi sugerido, para encobrir alguns problemas políticos. Não – o sistema deverá ficar operacional o mais rapidamente possível.

Respondendo aos comentários da senhora deputada Grabowska: sim, nos Checos sabemos bem o que significa estar na sala de espera; discutíamos isso há um ano. Todos os países interessados em ver alguns progressos nesta esfera estão, de súbito, a passar por experiências semelhantes à nossa. Estamos empenhados em estabelecer uma solução técnica que permitirá a participação por parte das indústrias de outros países, de acordo com um calendário específico.

Ater-me-ei estes poucos comentários. Disse muito no início; agora é tempo de avançar.

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Vice-Primeiro-Ministro Alexandr Vondra, obrigado pelo empenho da Presidência checa relativamente a este dossiê. Apreciamos muito, com efeito, o vosso apoio.

Antes de mais, gostaria de responder ao senhor deputado Marian-Jean Marinescu para lhe dizer que não há qualquer problema especial, uma vez que os Estados-Membros que ainda não fazem parte do Espaço Schengen poderão, também eles, integrar o SIS II. Teremos várias fases, vários períodos em que os novos Estados-Membros que não pertencem ao Espaço Schengen poderão entrar para o SIS II e, em princípio, não haverá qualquer dificuldade de maior.

Por outro lado, Senhora Deputada Genowefa Grabowska, agradeço-lhe tudo o que faz a República da Polónia para guardar as suas fronteiras externas. Com efeito, pude constatar a qualidade do trabalho desenvolvido pela Frontex, juntamente com as equipas polacas, na fronteira ucraniana.

Aliás, gostaria apenas de dizer, em resposta às senhoras deputadas Roure e Grabowska, que o que está em causa é essencialmente de um problema técnico. Não se trata de um problema político, como disse o Senhor Ministro Alexandr Vondra. A verdade é que, muito simplesmente, os Estados-Membros, ou alguns deles, apresentaram exigências cada vez maiores. O SIS II ficou assim confrontado, devo dizer, com objectivos cada vez mais sofisticados. Por este facto, o sistema tornou-se mais complexo e, apesar da homenagem que prestaram à informática, a aplicação revela-se mais difícil do que previsto. Mas é um facto que o problema continua essencialmente a ser um problema técnico, pelo que deve poder ser resolvido.

Gostaria de dizer ao senhor deputado Hubert Pirker que o Parlamento será bem informado - assumo aqui esse compromisso. Eu próprio apanhei este projecto já em andamento, e creio poder dizer que o considero realmente como uma prioridade absoluta. Quero também tranquilizar o senhor deputado Mihael Brejč: definimos claramente os responsáveis. Criámos, com os serviços da Comissão, esta Task Force que associa de perto os Estados-Membros. Creio que possuímos uma direcção que é agora absolutamente segura, mas, com efeito, o nosso contratante tem de estar à altura das exigências que lhe fizemos.

Gostaria ainda de responder à pergunta de ordem financeira que fizeram, nomeadamente, os senhores deputados Pirker e Posselt ainda há pouco. O montante total das autorizações orçamentais da Comissão relativamente ao projecto SIS II eleva-se a cerca de 68 milhões de euros. Os contratos correspondentes englobam os estudos de exequibilidade, o desenvolvimento do sistema central propriamente dito, o suporte e a garantia de qualidade, a rede s-Testa, a preparação da gestão operacional em Estrasburgo, a segurança, os preparativos em matéria de biometria e a comunicação. Ou seja, quanto às autorizações: 68 milhões de euros.

No que respeita aos pagamentos, até agora foram pagos efectivamente 27 milhões de euros para o desenvolvimento técnico: desenvolvimento do sistema, 20 milhões de euros; disponibilização de uma rede tecnicamente de ponta, 7 milhões de euros; garantia de qualidade, 4,5 milhões de euros.

Diga-se, entretanto, que, no caso de o Conselho decidir, após ter obtido uma perspectiva concreta da fiabilidade do SIS II ou da sua falta de fiabilidade, passar para uma fórmula do tipo SIS I+R, poderíamos então pensar em reutilizar a rede de comunicações já em funcionamento para o SIS II, preservando assim uma grande parte dos correspondentes investimentos.

O nosso verdadeiro problema, Senhoras e Senhores Deputados, consiste em dotar Schengen, o espaço de liberdade de Schengen, de um instrumento verdadeiramente eficaz. É um facto que, se conseguirmos viabilizar Schengen II, este será o sistema mais eficiente do mundo, dado o desempenho que permitirá atingir. Mas, com efeito, a informática tem de acompanhar.

O que queria verdadeiramente dizer-lhes, após a Presidência checa - e agradeço mais uma vez ao Senhor Ministro Alexandr Vondra pelo empenho da República Checa relativamente a este difícil dossiê -, é que acredito, com efeito, que desenvolvemos, juntamente com a actual Presidência, todos os meios possíveis para não voltarmos a atrasar-nos e para permitir realmente ao nosso contratante dar resposta às nossas expectativas. Seja como for, estabelecemos um prazo fixo que permitirá ao Conselho tomar as necessárias decisões, e comprometo-me mais uma vez a manter o vosso Parlamento devidamente ao corrente.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Alin Lucian Antochi (PSE), por escrito. - (RO) Considero que este projecto de melhoria do mecanismo de gestão das fronteiras externas da UE não deve ser visto como uma tentativa de pôr fim ao processo de migração. A verdadeira finalidade das medidas que visam tornar mais seguras as fronteiras externas da União Europeia nada tem a ver com uma forma de travar o afluxo de imigrantes, apenas pretende controlá-los rigorosamente. Uma gestão adequada da migração é benéfica para as sociedades e as economias dos Estados-Membros da União Europeia.

A União Europeia deveria centrar mais a atenção na gestão das suas fronteiras periféricas, onde haja zonas de conflito. Por exemplo, as actividades até agora desenvolvidas pela Missão de Assistência Fronteiriça da UE à Moldávia e à Ucrânia (EUBAM) merecem especial reconhecimento. Entre as suas tarefas inclui-se o estabelecimento de um único regime aduaneiro na fronteira, a criação de obstáculos ao contrabando e a redução das actividades da criminalidade organizada.

Por outro lado, o insucesso em resolver, até agora, o conflito da Transnístria torna mais difícil às autoridades moldavas gerirem esta secção da fronteira, onde continua a verificar-se um vasto fluxo de migração ilegal.

Gostaria que ficasse bem claro que creio convictamente que a União Europeia tem suficiente influência política, económica e a nível de segurança para pôr cobro às acções ilegais acima referidas, o que significa também envolver-se mais activamente na resolução dos conflitos pendentes nas suas fronteiras externas orientais.

12. Relatório de acompanhamento 2008 sobre a Croácia - Relatório de acompanhamento 2008 sobre a Turquia - Relatório de acompanhamento 2008 sobre a antiga República Jugoslava da Macedónia (debate)

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre:

- o relatório de acompanhamento 2008 sobre a Croácia;
- o relatório de acompanhamento 2008 sobre a Turquia; e
- o relatório de acompanhamento 2008 sobre a Antiga República jugoslava da Macedónia.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. - (EN) Senhor Presidente, permitam-me que abra o debate sobre os relatórios de acompanhamento relativos aos três países, Croácia, Turquia e Antiga República Jugoslava da Macedónia.

Permitam-me que comece pela Croácia. No vosso relatório afirma-se, com razão, que a Croácia fez consideráveis progressos ao longo do ano passado. Desde o início das negociações, dos 35 capítulos, 22 foram abertos, dos quais sete foram provisoriamente encerrados. A Presidência continuará a fazer avançar

as negociações. Estão previstas, em particular, duas conferências dedicadas à adesão: a nível de adjuntos, nas próximas semanas, e a nível ministerial, em Junho.

No vosso relatório salienta-se com pertinência a importância de se chegar a acordo quanto ao diferendo pendente com a Eslovénia relativamente às fronteiras. Gostaria de assegurar ao Parlamento que a Presidência continuará a envidar todos os esforços para ajudar a resolver esta questão, e, neste contexto, apoiamos totalmente os esforços em curso desenvolvidos pelo Senhor Comissário, Olli Rehn, com vista a encontrar uma solução que nos permita prosseguir as negociações de adesão. Tivemos um almoço ainda antes do período de sessões, a fim de debater esta questão em profundidade. No que se refere a esta última evolução, congratulamo-nos com a decisão anunciada pela Croácia na segunda-feira de que aceita a mediação sugerida pelo grupo de peritos proposto por Olli Rehn. Encorajamos a Eslovénia e a Croácia a trabalharem de forma construtiva a fim de encontrar uma solução permanente e mutuamente aceitável com urgência, pois não deverá servir meramente como motivo para novos atrasos.

Para além desta questão importante, a realização de novos progressos nas negociações mais alargadas depende, sobretudo, da própria Croácia. As necessárias reformas políticas, económicas, legislativas e administrativas terão de ser concluídas, e o país terá de cumprir as suas obrigações nos termos do Acordo de Estabilização e Associação. A implementação da Parceria para a Adesão revista é igualmente importante para preparar uma maior integração no seio da União Europeia. O Conselho considera que o roteiro indicativo e condicional elaborado pela Comissão no seu Relatório de acompanhamento de 2008 constitui um instrumento útil. Ajudará a Croácia a dar os passos necessários para chegar à fase final das negociações. Posto isso, apesar dos francos progressos, muito permanece por fazer.

Permitam-me que identifique algumas áreas fundamentais em que são necessários mais progressos, a começar pela reforma judicial. A UE deixou muito claro que o estabelecimento de um sistema independente, imparcial, fiável, transparente e eficiente é essencial. É uma condição para o reforço do Estado de direito e a aplicação cabal do acervo. Uma administração pública profissional, responsabilizável, transparente e independente é igualmente crucial. Foram conseguidas reformas legislativas significativas nestas duas áreas, mas é preciso que verifiquemos como tudo funcionará na prática.

O mesmo se passa no que respeita à luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, como se refere no relatório. Os poderes e recursos do Gabinete para a Prevenção da Corrupção e da Criminalidade Organizada foram reforçados. É igualmente o caso para os tribunais penais que investigam casos neste domínio. A principal questão agora é certificar-nos de que os resultados esperados sejam concretizados. A aplicação cabal do programa anticorrupção e do plano de acção são centrais para a abordagem deste problema grave.

A União salientou igualmente ser essencial a total cooperação com o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ), incluindo o acesso aos documentos. Estamos a acompanhar de muito perto a evolução neste domínio, e convidamos as autoridades croatas a assegurarem que manterão totalmente a cooperação com o TPIJ. Congratulamo-nos com o recente acordo relativo aos documentos que faltam e exortamos a Croácia a apresentar resultados.

Quanto ao regresso dos refugiados, verificamos que a implementação da decisão de convalidação dos direitos de pensão já teve início, tendo sido disponibilizada informação sobre a alteração das regras ao conjunto dos refugiados que regressam.

No que se refere à questão da habitação, os casos de 2007 foram resolvidos, porém, o valor de referência de 2008 ainda não foi cumprido. É preciso prosseguir o trabalho com vista a garantir a sustentabilidade do regresso dos refugiados. O mesmo se aplica à legislação destinada a melhorar os direitos das minorias.

Salientaram, com pertinência, a questão da cooperação regional no vosso relatório. Deverão prosseguir-se os esforços com vista à melhoria das relações de vizinhança.

Permitam-me que passe agora à questão da Turquia. As negociações com a Turquia prosseguiram em 2008, tendo sido aberto um total de quatro capítulos – é já quase uma tradição – durante o ano.

Apesar do incentivo europeu à Turquia no sentido de que acelere os seus esforços de reforma, o ano de 2008 não permitiu atingir o nível de reformas esperado. Continua a ser fundamental realizar trabalho no que respeita aos critérios políticos. Serão necessários esforços significativos numa série de domínios, tal como salientado pelo Conselho nas suas Conclusões de 8 de Dezembro de 2008 e no relatório de acompanhamento da Comissão de 2008. Trata-se de uma questão para a qual também chamaram a atenção no vosso relatório.

Ao mesmo tempo, a Presidência congratula-se com os passos positivos dados recentemente pela Turquia, inclusivamente com o programa nacional recentemente aprovado com vista à adopção do acervo e a designação de um novo negociador. É importante que estes compromissos sejam agora traduzidos em acções reais e concretas.

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para salientar a importância estratégica da Turquia. A Presidência partilha da opinião do Parlamento de que é necessário que a Turquia seja louvada pelos progressos conseguidos no campo da energia. Continuamos a ponderar formas de avançar neste domínio crucial, particularmente no que respeita ao apoio total ao projecto de gasoduto Nabucco.

No que se refere aos progressos da Turquia na via da adesão, gostaríamos de salientar que os progressos no domínio da liberdade de expressão são essenciais para o progresso geral das negociações. Para além das louváveis alterações ao artigo 301º do Código Penal, que tiveram um efeito positivo, há ainda uma série de disposições jurídicas em vigor que poderão conduzir a restrições neste domínio. As proibições de sítios na Internet, frequentemente desproporcionadas em termos de âmbito e de duração, continuam a ser motivo de preocupação. São igualmente necessárias soluções jurídicas para assegurar que o pluralismo religioso seja consentâneo com as normas europeias.

É necessário desenvolver uma estratégia abrangente de luta contra a corrupção. Preocupa-nos igualmente o número acrescido de casos noticiados de tortura e maus-tratos, em particular fora dos locais oficiais de detenção. A lei relativa às competências e poderes da polícia, alterada em 2007, deverá ser acompanhada de perto a fim de prevenir violações de direitos humanos. A ratificação do Protocolo à Convenção contra a Tortura é vital.

No que se refere ao Sudeste, congratulamo-nos com o anúncio das orientações e conteúdo geral do Projecto Sudeste de Anatólia. Aguardamos agora passos concretos que conduzam ao desenvolvimento económico, social e cultural da região. Isso implicará a abordagem de questões há muito pendentes, tais como o regresso de pessoas internamente deslocadas ou a questão dos guardas das aldeias.

No que se refere às relações UE-Turquia, é evidente que é preciso que a Turquia cumpra a sua obrigação de aplicação cabal e não discriminatória do Protocolo Adicional. Esta é uma importante questão, tal como salientado no vosso relatório, que deverá ser abordada o mais rapidamente possível, pois afecta claramente o ritmo das negociações de adesão. As questões abrangidas pela declaração de 21 de Setembro de 2005 continuarão a ser acompanhadas, sendo esperados progressos urgentes.

Para além disso, a Turquia também precisa de se empenhar inequivocamente na manutenção de boas relações de vizinhança e da resolução pacífica de diferendos.

Apesar de todas estas dificuldades, continuam a realizar-se progressos numa série de áreas. Estão actualmente em curso trabalhos no que respeita ao Capítulo 16 sobre tributação e ao Capítulo 19 sobre a política social e o emprego. Apesar de as negociações estarem a tornar-se mais complexas à medida que avançam, a Presidência checka permanece empenhada em que se realizem progressos nos capítulos em que estes sejam efectivamente possíveis. Para além disso, a Presidência coloca ênfase na realização de progressos no Capítulo 15 sobre energia, em cumprimento das questões energéticas, pois essa é uma das nossas prioridades.

Por fim permitam-me que passe a abordar a Antiga República Jugoslava da Macedónia. Este é um país dinâmico com um potencial considerável. Ao mesmo tempo, enfrenta uma série de desafios significativos. Ambos estes aspectos estão admiravelmente expostos no vosso relatório. Com feito, o Conselho concorda com muito do que se afirma no relatório.

O vosso relatório coloca considerável ênfase na questão da data da abertura das negociações de adesão. Salientam, igualmente, e bem, o desejo de todas as partes de encontrar a breve trecho uma solução que seja mutuamente aceite para a questão do nome.

No que se refere à recente evolução, as eleições antecipadas de Junho de 2008 foram realizadas em diversas fases, na sequência de problemas consideráveis, quer durante o período que as antecedeu, quer na data original das eleições, 1 de Junho. A OSCE/ODIHR/Conselho da Europa fizeram notar o “malogro em evitar actos de violência” no período que antecedeu as eleições e que as eleições não cumpriram uma série de normas internacionais essenciais.

Consequentemente, salientámos ao Governo e a todas as forças políticas a importância de abordar estas questões fundamentais no período que antecederá as eleições presidenciais e locais daqui a alguns dias. É

nossa impressão de que esta mensagem foi ouvida e que estão a ser envidados esforços consideráveis para evitar qualquer perturbação. Veremos se esses esforços darão frutos.

O relatório de acompanhamento da Comissão para 2008 é útil. Tomámos boa nota do roteiro elaborado pelo Governo da Antiga República Jugoslava da Macedónia. Trata-se de um texto circunstanciado que representa um esforço sério para ter em conta as recomendações da Comissão. No contexto da região como um todo, o documento e o trabalho desenvolvido na sua elaboração deverão ser olhados de forma positiva.

A coesão interna deste Estado multiétnico é, evidentemente, fundamental para o seu futuro desenvolvimento. Por conseguinte, gostaria de secundar a importância que este Parlamento atribui ao Acordo-Quadro Ohrid. Este foi crucial para retirar o país do conflito, ajudando-o no seu caminho rumo à uma maior integração europeia.

Quanto à liberalização dos vistos, estamos actualmente numa fase de avaliação, e não gostaria de antecipar o seu resultado. Do ponto de vista pessoal, gostaria apenas de dizer que nutro grande simpatia pela esperança e aspirações dos cidadãos comuns da antiga Jugoslávia que gostariam de viajar, de novo, livremente. Mas a condição prévia essencial continua a ser o estado de preparação do país para o cumprimento de critérios específicos, estabelecidos no roteiro de liberalização dos vistos. Pessoalmente, espero que, em breve, possam ser dados passos no bom sentido.

Isso leva-me a um dos principais aspectos do vosso relatório e da resolução. A Presidência checa está totalmente empenhada na perspectiva europeia da Antiga República Jugoslava da Macedónia. É possível realizar novos progressos nessa via. Mas os objectivos fundamentais da Parceria e Associação têm de ser atingidos e precisamos de provas do bom desenrolar das eleições, em contraste com o que aconteceu em 2008. Estes aspectos serão avaliados pela Comissão no seu próximo relatório de acompanhamento. Aguardamos com expectativa esse relatório e a evolução da situação em Skopje.

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ

Vice-presidente

Olli Rehn, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, o debate de hoje proporciona-nos uma excelente oportunidade para rever o processo de adesão nos três países candidatos.

Permitam-me que comece pela Croácia. A proposta de resolução do senhor deputado Swoboda aborda os principais desafios que a Croácia hoje enfrenta. Concorro totalmente com o Senhor Vice-Primeiro-Ministro Alexandr Vondra de que as negociações de adesão com a Croácia têm estado a decorrer de forma positiva desde o seu início, em Outubro de 2005, e que esse é o motivo por que, em Novembro de 2008, a Comissão propôs um roteiro indicativo para se chegar à fase final das negociações de adesão até ao final de 2009, desde que a Croácia cumpra as condições exigidas.

Também a este respeito, partilho da análise do vosso relator e do Senhor Vice-Primeiro-Ministro face aos desafios futuros, tais como a reforma judicial, a luta contra a criminalidade organizada e a corrupção, e a reforma do sector da construção naval para o tornar conforme com o nosso regime de auxílios de Estado e a política de concorrência.

Infelizmente, as negociações de adesão com a Croácia estão actualmente num impasse devido à questão da definição de fronteiras. Trabalhámos com a Presidência checa a este respeito, e congratulo-me muito com o apoio que a Presidência deu aos nossos esforços com vista a encontrar uma solução.

Embora se trate de uma questão bilateral, tornou-se um problema europeu, e a Comissão tomou, por isso, a iniciativa de oferecer os seus esforços de facilitação com vista à resolução da questão das fronteiras e a permitir que as negociações da Croácia prossigam, assumindo que ambas as partes veriam utilidade nesses esforços.

Foi essa a mensagem que levei, quer a Liubliana, quer a Zagreb, em Janeiro. Desde então tenho estado envolvido na discussão dos termos dessa iniciativa com ambos os Ministros dos Negócios Estrangeiros – mais recentemente numa reunião trilateral, ontem à noite – na sequência das decisões dos Governos relativamente à mesma.

Congratulo-me com o apoio de princípio de ambos os países a essa iniciativa europeia, que será proporcionada por um grupo de peritos experientes sob a presidência de Martti Ahtisaari. Durante as nossas conversações

de ontem, explorámos as possibilidades de se chegar a acordo quanto aos termos da iniciativa. Concordámos em prosseguir as conversações num futuro próximo. Por conseguinte, esses esforços prosseguem.

Permitam-me que saliente que, nos seus esforços, a Comissão se baseou no quadro das negociações, quadro esse que constitui a base para o processo de adesão da Croácia à UE, acordado pela Croácia e por todos os Estados-Membros da UE, incluindo a Eslovénia.

Ao adoptar e concordar com o referido quadro, tanto a Croácia como a Eslovénia concordaram em resolver quaisquer problemas de disputa de fronteiras no respeito pelo princípio da resolução pacífica dos conflitos, nos termos da Carta das Nações Unidas. A Carta das Nações Unidas refere, e passo a citar, porque é uma questão de particular importância: “As partes numa controvérsia [...] procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer outro meio pacífico à sua escolha”.

Deste texto da Carta das Nações Unidas retiram-se duas conclusões de igual importância. A primeira é que as partes podem escolher qualquer um dos métodos referidos na Carta. A iniciativa da Comissão inclui-se indubitavelmente entre esses métodos.

A segunda é que, independentemente do método que as partes escolham de entre os previstos na Carta das Nações Unidas, é preciso que cheguem a acordo. Espero sinceramente que isso venha a acontecer o quanto antes. A iniciativa da Comissão proporciona uma base muito sólida para que assim seja e um caminho viável para que se chegue a bom porto.

Em suma, o objectivo da Comissão é, na verdade, a resolução da questão das fronteiras a par do desbloqueamento das negociações de adesão da Croácia à UE, de molde a que este país possa cumprir o calendário para a conclusão das negociações de carácter técnico até ao final de 2009.

Congratulo-me com a resolução cuidadosamente equilibrada da senhora deputada Oomen-Ruijten sobre a Turquia, e apoio os esforços da Presidência no sentido de que sejam abertos capítulos que, do ponto de vista técnico, estejam aptos a ser abertos. Infelizmente, testemunhei um certo abrandamento nas reformas políticas na Turquia nos últimos anos. No entanto – e concordo com a relatora a este respeito –, desde o final do ano passado, início deste ano, verificou-se uma certa evolução, como a inauguração de um novo canal de televisão em língua curda e a criação de uma comissão parlamentar sobre a igualdade dos géneros. Para além disso, são igualmente passos positivos a adopção de um novo “programa Nacional para a Adopção do Acervo” e a nomeação de um novo negociador chefe a tempo inteiro.

Igualmente encorajador, a meu ver, é o facto de o Senhor Primeiro-Ministro Erdogan e o líder do principal partido da oposição, Deniz Baykal, terem assinalado o seu empenho no processo de adesão da Turquia durante a sua recente visita a Bruxelas. Espero que esta evolução venha a resultar num forte consenso político e da sociedade no que respeita à prossecução das reformas com maior vigor e energia.

Essa evolução está ligada à liberdade de expressão, que é um valor europeu central. Uma relação aberta e transparente entre a imprensa e as autoridades públicas é, com efeito, essencial para a qualidade do debate democrático em qualquer país. Isso é particularmente verdade para um país como a Turquia que está a atravessar um processo difícil de transformação e reforma. A Comissão está, por conseguinte, a acompanhar de muito perto a garantia da existência de liberdade dos meios de comunicação social na Turquia. Aquela deverá ser verdadeiramente respeitada, pois constitui um verdadeiro pilar para uma sociedade aberta e, assim, para a transformação democrática da Turquia.

Direi algumas palavras sobre Chipre. Existe uma oportunidade ímpar, este ano, para reunificar a Ilha e pôr fim a este conflito que se arrasta há tanto tempo em solo europeu. É essencial que a Turquia apoie de forma pró-activa as conversações em curso para a resolução do conflito entre os líderes de ambas as comunidades cipriotas.

Quanto à Antiga República Jugoslava da Macedónia, agradeço ao senhor deputado Meijer e aos relatores sombra uma resolução extremamente equilibrada. Partilho o seu pesar pelo facto de, três anos após a consecução do estatuto de candidato pelo país, as negociações de adesão ainda não terem começado.

A condição essencial ainda pendente é a capacidade de cumprir as normas internacionais para a condução de eleições justas e livres. Trata-se de uma condição essencial para o cumprimento dos critérios políticos de Copenhaga, e as eleições presidenciais e municipais de Março e Abril serão, por isso, um momento de verdade.

Partilho da avaliação positiva constante da vossa proposta de resolução sobre os progressos efectuados por Skopje na implementação do roteiro para a liberalização dos vistos. A Comissão continua empenhada em apresentar uma proposta ao Conselho sobre a isenção de vistos nas viagens em 2009, assim que tenham sido cumpridas as condições por cada um dos países da região. Estou ciente da importância destas questões para os cidadãos comuns dos Balcãs Ocidentais.

Para resumir, direi que, a bem da estabilidade e da paz, da liberdade e da democracia, prosseguiremos o nosso trabalho com vista a uma adesão gradual e gerida dos três países candidatos, apesar dos tempos de dificuldades económicas que atravessamos. Confio que o Parlamento continue também a apoiar este objectivo comum tão importante.

Hannes Swoboda, autor. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, gostaria de falar em primeiro lugar e principalmente sobre a Croácia. A Croácia fez progressos em vários domínios e estou muito grato pelos esforços que este país tem desenvolvido, em especial no que diz respeito à reforma judicial. Era necessário adoptar uma série de medidas e, na sequência da nomeação de dois novos ministros, foram desencadeadas algumas acções. Sei que os ministros não podem fazer tudo, mas têm sido realizados progressos significativos no combate à corrupção e à criminalidade transfronteiriça.

Em segundo lugar, no que diz respeito à questão da cooperação com o Tribunal Penal Internacional, gostaria de dizer claramente que espero que a Croácia adopte todas as medidas necessárias a este respeito. Houve diferendos a respeito de diversas cadeias de comando e dos respectivos documentos. Espero que estas questões sejam resolvidas no futuro próximo, por forma a não causarem interrupções ou atrasos nas negociações.

Em terceiro lugar, a Croácia também tem feito alguns progressos no domínio das reformas económicas. Regozijo-me com os planos adoptados neste domínio, nomeadamente os relacionados com o transporte marítimo. Não tem sido fácil, mas as bases essenciais foram efectivamente estabelecidas. Estou igualmente satisfeito pelo facto de ter sido possível estabelecer acordos com os trabalhadores do sector do transporte marítimo. Estas reformas serão dolorosas, mas são necessárias e podem ser realizadas de uma forma sensata.

Passo agora à questão principal, que é sempre controversa, relativa aos diferendos sobre as fronteiras. Senhor Comissário, devo dizer-lhe, infelizmente, que estou um pouco decepcionado pelo facto de V. Exa. ter abordado esta questão sem manter qualquer contacto com o Parlamento. Enviei-lhe documentos aos quais não deu resposta. Teríamos, provavelmente, feito mais progressos se V. Exa. tivesse tratado estes temas com maior sensibilidade. Para que não haja quaisquer mal-entendidos, apoio inteiramente a sua proposta de mediação. No entanto, teria sido possível fazer mais progressos se tivesse sido feita de antemão uma declaração clara sobre a questão da importância do direito internacional, e não depois.

Estamos numa situação difícil. É evidente que é necessário um esforço de ambos os lados. A formulação da sua proposta original não foi a ideal. Eu teria preferido que o Senhor Comissário tivesse mantido um contacto mais estreito com o Parlamento e o relator. Trabalhando em conjunto, talvez tivéssemos conseguido alcançar mais resultados. Infelizmente não foi o caso, mas não é isso que está no cerne deste debate. A questão central do debate é a de saber como podemos avançar.

Faremos progressos. Esta é, provavelmente, a formulação que irei propor ao Parlamento amanhã. Diremos que a mediação que V. Exa. propôs – que é a que deve ser e que apoio inteiramente – deve assentar no direito internacional, nomeadamente nos princípios da equidade. As duas partes devem chegar a acordo para avançar nessa direcção. Tanto a Croácia como a Eslovénia devem reconhecer que o direito internacional é necessário, mas também, naturalmente, que os princípios da equidade, da justiça e uma solução justa – uma solução política, se quisermos colocar a questão nestes termos – são essenciais. Ambas as partes têm de reconhecer isto, e, efectivamente, é um pouco triste que estejamos numa situação em que não podemos avançar. Tendo em conta os outros problemas que existem no mundo, e em particular na Europa, deveria ser possível resolver estes problemas por mútuo acordo. Apesar de todas as críticas, desejo-lhe, naturalmente, o maior êxito nos seus esforços para convencer ambas as partes. Infelizmente, a discussão de ontem não foi tão positiva como deveria ter sido, mas espero que em breve as coisas mudem.

Gostaria de fazer uma observação de carácter mais geral que também se aplica à Macedónia. Há alguns problemas bilaterais, mas não podemos permitir que bloqueiem as negociações sobre o alargamento. No que respeita à nossa alteração – que muitas vezes é mal interpretada –, quero dizer que os problemas bilaterais não devem, evidentemente, fazer parte do quadro de negociação. Têm de ficar de fora. O que está em causa são as negociações entre a União Europeia e cada um dos países. Os problemas bilaterais devem ser resolvidos em paralelo, se ambas as partes – neste caso a Macedónia e a Grécia – estiverem dispostas a analisar as questões. Este Parlamento deve emitir um sinal claro de que, em todos estes litígios, as duas partes devem

estar preparadas para avançar. Não é aceitável que um dos lados faça concessões e o outro não. Temos de deixar claro, em todos estes casos, que os problemas bilaterais não devem bloquear as negociações de adesão, podendo, sim, ser resolvidos em paralelo com as negociações e este Parlamento irá ajudar a garantir que ambas as partes façam um esforço nos dois litígios que estão aqui em causa. Espero que possamos, então, chegar a resultados positivos.

Ria Oomen-Ruijten, autora. - (NL) Senhor Presidente, gostaria de começar por exprimir a minha sincera gratidão a todos os que contribuíram para este relatório. Apresentei uma avaliação crítica, mas justa, dos progressos realizados pela Turquia em 2008. Trata-se de um relatório que contém numerosos pontos, que coloca um espelho à frente Turquia e que transmite uma única mensagem clara, nomeadamente a de que, pelo terceiro ano consecutivo, não se fez o suficiente em termos de reforma política.

A reforma política e o cumprimento dos critérios de Copenhaga são prioridades absolutas. Não se trata aqui de abrir capítulos. Trata-se, isso sim, dos elementos que unem os cidadãos europeus: o primado do direito, a imparcialidade e independência da justiça, a liberdade de expressão, o adequado funcionamento dos órgãos de comunicação social e o direito civil individual para todos os cidadãos. Senhor Presidente, é necessário fazer mais nesses domínios. Só então poderão ser abertos os capítulos políticos.

Senhor Presidente, a Turquia não pode estabelecer esses critérios políticos em nosso nome. Aquando da sua tomada de posse, o Governo turco disse aos seus cidadãos que é preciso modernizar a Turquia. Para tal, os critérios têm de ser reformados, pois para criar uma economia de mercado orientada para a dimensão social é preciso dar ao povo a oportunidade de experienciar a sua criatividade, e todos os cidadãos devem gozar dos mesmos direitos. É justamente por isso que os critérios políticos ocupam agora um lugar central no nosso relatório.

Quando visitei a Turquia, em conjunto com a Comissão dos Assuntos Externos, a Comissão Parlamentar Mista (CPM) e todos os demais, fiquei com a sensação de que algo estava a mudar e vislumbrei uma luzinha ao fundo do túnel – como o Comissário Rehn já referiu também. Há dez anos a esta parte eu estava longe de imaginar que iria haver programas de televisão em língua curda. Também isso foi referido no relatório. Valorizo também particularmente o papel positivo desempenhado pela Turquia na região do Cáucaso. Exprimi o meu apreço pelos primeiros passos que foram dados no caminho da abertura das fronteiras com os arménios, pois também eles têm de ser libertados do isolamento em que vivem.

Senhor Presidente, foi aprovado um programa nacional para levar a cabo essas reformas. Todos estes são elementos positivos, e espero sinceramente que a Turquia se empenhe agora na abordagem destas reformas com o novo negociador. Uma Turquia moderna e próspera é da maior importância para o povo turco, mas certamente também – e digo isto em todos os Estados-Membros – para todos nós na União Europeia.

Há ainda alguns pontos que eu gostaria de focar. Recebemos frequentemente relatórios que dão conta de que a liberdade dos órgãos de comunicação social e da imprensa deixam bastante a desejar e que a imprensa, quando exerce as suas liberdades, é subsequentemente alvo de imposições fiscais ou de outras medidas. Isso tem de mudar.

Por último, relativamente à questão das alterações que foram apresentadas, gostaria de aconselhar o Grupo Socialista no Parlamento Europeu a rejeitá-las e a aceitar o relatório na sua forma actual. Reconhecemos que é necessário operar algumas melhorias, mas não devemos fazer pedidos adicionais, pois estes são desnecessários e apenas conduzirão a uma polarização nesta Assembleia.

Erik Meijer, autor. - (NL) Senhor Presidente o alargamento da UE é hoje muito menos prioritário do que nos anos que antecederam as grandes vagas de alargamento de 2004 e 2007. A opinião pública nos actuais Estados-Membros é agora muito menos positiva quanto a esta matéria. Isto fica em larga medida a dever-se às diferenças em termos de prosperidade e de níveis salariais, diferenças essas que podem conduzir a um aumento da migração laboral dos Estados-Membros mais pobres para os mais ricos.

De modo semelhante, o problema dos requisitos em matéria de vistos, considerados injuriosos nos países da antiga Jugoslávia, está estreitamente relacionado com esse receio. Em resultado disso, muitos dos habitantes desses países, que até 1992 tiveram fácil acesso aos actuais Estados-Membros da União Europeia, têm hoje dificuldade em visitar os nossos países. Isto tem de mudar.

Quando os países candidatos à adesão tentam dar o seu melhor para se tornarem membros de pleno direito da União Europeia tão depressa quanto possível, podem cometer erros nesse processo. Foi precisamente nesse sentido que em 2008 a Macedónia aprovou com inusitada celeridade uma nova legislação, uma

legislação que agora se revela inconsistente com as opiniões dominantes na UE sobre uma tomada de decisão democrática cuidadosa.

As forças da oposição, em conjunto com diversas organizações não-governamentais e cidadãos individuais, queixaram-se desta descuidada governação em diversos casos. Consideram que o maior partido que integra o Governo toma mais liberdades do que as que seriam apropriadas numa sociedade pluralista, onde a democracia significa mais do que a mera realização de eleições. A polícia foi alvo de críticas por não ter registado as queixas apresentadas pelo público. A demonstrativa detenção do Presidente do Município de Strumitsa e de outros políticos suscita indignação.

Sugiro que não varramos estas críticas para debaixo do tapete quando amanhã aprovarmos esta resolução. Há todos os motivos para dizermos abertamente que nem tudo está ainda a correr como devia, longe disso. No entanto, temos de reconhecer que a situação da Macedónia não é pior do que a de alguns outros Estados durante as suas negociações de adesão – e, em alguns casos, mesmo depois da sua adesão. Se as negociações com a Macedónia arrancarem agora, o país ainda terá de esperar pelo menos até 2017 para poder aderir.

Há um ano, o Parlamento apoiou a minha proposta de encetar estas negociações com a maior brevidade possível. Subsequentemente, a interrupção das eleições legislativas tornou-se um argumento para esperar pelas eleições presidenciais e autárquicas que vão ter lugar em breve. Qualquer outra demora neste processo trará consigo duas desvantagens: o amplo apoio público à adesão da UE dentro da Macedónia desintegrar-se-á e o estatuto do país candidato perderá, assim, todo o sentido no futuro.

Todos sabem que a utilização do nome "Macedónia" sem quaisquer prefixos irá suscitar objecções insuperáveis por parte da Grécia. Para a Grécia, este Estado limítrofe é a "Macedónia do Norte", a "Alta Macedónia", a "Macedónia do Vadar" ou a "Macedónia de Skopje". Esta atitude da Grécia é consideravelmente mais positiva do que a assumida antes de 2006, quando esse país se opunha a qualquer utilização do nome Macedónia pelos seus vizinhos do Norte.

É precisamente do interesse da Grécia - muito mais do que dos demais Estados-Membros - que este seu vizinho nortenho adira à União Europeia tão depressa quanto possível. Por isso mesmo, é necessário que ambos os países cheguem a acordo sobre uma solução na primeira oportunidade possível. A alternativa é que ambos os países continuem à espera que o outro faça a sua primeira grande concessão, mas esse outro país não pode ser a única parte a contrariar diametralmente a opinião pública interna.

Temos de evitar a todo o custo uma situação em sejam os referendos a decidir que não é possível chegar a compromissos com o país vizinho. Enquanto não se chegar a um compromisso, os relatores que irão suceder-me terão de dizer todos os anos, durante as próximas décadas, que o progresso não é possível.

Por último, a outra divergência bilateral entre a Eslovénia e a Croácia terá também de ser resolvida sem demora. A Croácia terá de poder ser um Estado-Membro de pleno direito em 2008. Se outros Estados-Membros são autorizados a conceder auxílios estatais aos seus bancos e à sua indústria automóvel, os auxílios estatais que a Croácia concede ao sector da construção naval também não devem ser encarados como um entrave. Tem de ser possível manter o nível de emprego em Pula, Rijeka e Split.

Bernd Posselt, em nome do Grupo PPE-DE. – (DE) Senhor Presidente, neste debate dedicado ao alargamento, temos de rectificar três erros importantes. Em primeiro lugar, a Turquia não é um país europeu, mas um país que faz parte da Ásia Menor. Como o Presidente em exercício do Conselho justamente referiu, a Turquia é um parceiro de importância estratégica e, portanto, precisamos de uma parceria estratégica e não de uma adesão à UE.

Em segundo lugar, Senhor Comissário, os problemas relacionados com a Macedónia nada têm a ver com o facto de, alegadamente, o sistema democrático não funcionar naquele país. Estive presente nas eleições e posso dizer que foram exemplares. Houve alguns problemas apenas com uma pequena minoria dentro da minoria. De facto, os problemas dizem respeito à terrível questão do nome, que está a ser utilizada para fins de chantagem por ambos os lados.

Em terceiro lugar, a Croácia já está preparada há muito tempo para aderir à União Europeia. Poderíamos ter concluído muito facilmente as negociações este ano, tal como o Parlamento Europeu exigiu em várias ocasiões e, provavelmente, voltará a exigir amanhã. O facto de as negociações ainda não terem atingido este ponto deve-se inteiramente ao bloqueio da Eslovénia no Conselho. Senhor Presidente em exercício do Conselho e Senhor Comissário, peço-lhes que encontrem uma solução razoável que ponha finalmente termo a este bloqueio. O problema das fronteiras é exactamente o mesmo que existia quando da adesão da Eslovénia.

Não podemos aceitar que um país possa aderir apesar da existência de uma questão por resolver e que outro, pelo mesmo motivo, não possa.

Temos, por conseguinte, de apoiar os Eslovenos e os Croatas na sua procura de uma solução sensata para o problema das fronteiras, mas, ao mesmo tempo, de abrir também todos os capítulos das negociações. As duas questões não têm nada a ver uma com a outra e abrir os capítulos nas negociações é um requisito para alcançar um resultado positivo este ano com um excelente e exemplar candidato à adesão.

No que diz respeito à solução para a questão bilateral, para a qual oferecemos a nossa ajuda, peço-lhe, Senhor Comissário, que trabalhe em prol de um processo de arbitragem objectivo. Na segunda-feira, a sua porta-voz declarou que este processo poderia decorrer com base no direito internacional e na jurisprudência. Gostaria de lhe perguntar se considera que esta formulação é adequada para se chegar a um compromisso entre as duas partes.

Gostaria, em todo o caso, que esta formulação

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Jan Marinus Wiersma, em nome do Grupo PSE. - (NL) Senhor Presidente, gostaria de fazer algumas observações a respeito do excelente relatório da senhora deputada Oomen-Ruijten sobre a Turquia. O meu grupo subscreve a principal conclusão do relatório, nomeadamente a de que os progressos realizados nos últimos tempos são insuficientes.

É verdade que 2008 foi um ano turbulento para a política turca, o que terá impedido que algumas reformas fossem realizadas, ao ponto de uma parte do processo ter ficado paralisado. Agora que esses problemas foram em parte resolvidos, esperamos que o Governo, com base nos planos que apresentou, se apresse a fazer o que é necessário para manter a credibilidade do processo de negociação com a União Europeia. Remeteria, neste contexto, para o programa nacional de reformas que foi instituído pelo actual Governo.

Escusado será dizer que o nosso grupo continuará a apoiar as negociações com a Turquia, cujo objectivo último consiste, do nosso ponto de vista, na adesão da Turquia à UE, se bem que não devamos ter ilusões quanto à complexidade desse processo e à sua possível duração. É inaceitável, contudo, que o impulso tenha de partir apenas da Turquia. Também nós, enquanto UE, temos continuar a ser parceiros fidedignos nesse processo.

A Turquia é um país estrategicamente importante para a UE, nomeadamente devido ao nosso aprovisionamento energético e a tudo o que com isso se relaciona, e o Grupo Socialista no Parlamento Europeu é favorável à abertura do capítulo energético no processo de negociação. Porém, em última análise, a Turquia vai ter de fazer a maior parte do trabalho de fundo, e o relatório Oomen-Ruijten contém muitos pontos que nós analisámos e devemos continuar analisar de forma crítica.

Gostaria de referir alguns pontos deste excelente relatório. A liberdade de expressão tem de ser garantida. Continuamos a não estar satisfeitos com o que aí se está a passar nesse domínio. Recentemente houve uma campanha na Internet a respeito da Arménia e do genocídio. Não há dúvida de que a forma como as autoridades respondem a esta questão mina essa liberdade.

Um aspecto de suma importância, no qual queremos também continuar a insistir e em relação ao qual o Parlamento Europeu não pode dar margem a qualquer dúvida, é que jamais aceitaremos a islamização da Turquia e que, em última instância, só poderemos admitir esse país com base no seu carácter secular, como agora se encontra consagrado na Constituição.

Gostaria de terminar com uma última observação. O Senhor Comissário Rehn pronunciou-se com algum optimismo a respeito das negociações em Chipre. Penso que não devemos intervir nesse processo, mas tão-pouco devemos deixar de envidar esforços para assegurar que essas negociações sejam bem-sucedidas, e temos igualmente de apelar à Turquia que se abstenha de fazer algo que possa comprometer estas negociações, pois é importante que as partes possam negociar livremente sobre a maneira como querem dar forma ao seu futuro em conjunto. Posso apenas dizer que espero que o optimismo demonstrado pelo Comissário Rehn seja justificado.

István Szent-Iványi, em nome do Grupo ALDE. - (HU) No final do ano passado, houve dois importantes desenvolvimentos no processo de adesão da Croácia. Por um lado, o Governo Croata deu passos significativos no sentido da reforma judicial, ao tomar medidas decisivas contra o crime organizado e mostrar resultados na luta contra a corrupção. Simultaneamente, as negociações de adesão chegaram a um impasse devido ao

conflito fronteiriço bilateral, que afecta não só a Croácia, Senhoras e Senhores Deputados, mas, mais fundamentalmente, a credibilidade do processo de alargamento. Este comportamento ameaça qualquer credibilidade e, por consequência, é muito importante que os obstáculos sejam eliminados o mais rapidamente possível. O bloqueio das conversações envia a mensagem, muito perigosa, de que a adesão não depende do cumprimento das condições, mas da resolução de conflitos bilaterais em que um dos lados, numa posição de força, procura impor a sua vontade ao outro.

Congratulamo-nos com a recomendação de mediação do Senhor Comissário Olli Rehn, e é muito animador que a Eslovénia e a Croácia tenham respondido positivamente. Esperamos que, doravante, não haja mais nenhuma razão para impedir posteriores conversações de adesão. Nós continuamos a acreditar que será possível concluir as negociações até ao final do ano, de acordo com o calendário inicial. No entanto, para que isso possa acontecer, são necessários esforços adicionais. Esperamos que a Croácia possa dissipar todas as preocupações em relação à sua cooperação com o Tribunal Penal Internacional de Haia e que entregue todos os documentos que o tribunal solicitar. Isto é muito importante. Consideramos igualmente importante que contribua para o regresso dos refugiados, integre a minoria cigana e conclua o programa de dessegregação, e também que utilize eficazmente os fundos comunitários, uma vez que observámos deficiências significativas neste aspecto. É ainda possível cumprir o calendário inicial. Esta é a nossa responsabilidade comum. Esperamos acções construtivas por parte da Croácia, bem como da União Europeia, porque aquilo que está em causa não é apenas o nosso esforço comum, mas a credibilidade de todo o processo de alargamento.

Konrad Szymański, *em nome do Grupo UEN*. – (PL) Senhor Presidente, em primeiro lugar gostaria de felicitar a senhora deputada Oomen-Ruijten e os senhores deputados Swoboda e Meijer pelo trabalho sólido que desenvolveram para preparar as suas resoluções.

No que respeita à Turquia, o panorama das nossas relações descrito neste documento não é optimista, mas é sem dúvida verdadeiro. Congratulo-me pelo facto de a resolução defender as nossas expectativas no domínio da liberdade de religião para as comunidades cristãs na Turquia, incluindo o direito de ensinar e de formar membros do clero e a protecção dos bens dessas comunidades. Tal como acontece em relação a outros assuntos, tem havido atrasos constantes e cada vez mais irritantes por parte dos turcos relativamente a estas questões.

Independentemente do processo de adesão, a Turquia é um parceiro muito promissor e importante da Europa nos domínios da segurança e da energia. Os esforços do governo do Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan e do Presidente Abdullah Gul para melhorar as relações com os vizinhos da Turquia têm sido o aspecto mais importante da política turca nos últimos tempos. É uma pena que esses esforços tenham sido comprometidos por medidas irreflectidas em relação a Israel. As tentativas de estabelecer uma ligação entre o desenvolvimento da cooperação estratégica entre a UE e a Turquia, que é um assunto de importância imediata, e o processo de negociação, cuja dinâmica tem vindo a abrandar devido a razões objectivas, também suscitam preocupação. É assim que interpreto a declaração turca sobre o gasoduto Nabucco. Necessitamos de uma abordagem mais pragmática em relação a este assunto. A tentação de fazer chantagem é má conselheira.

Quanto à Croácia, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para manter o ritmo do processo de adesão, que prevê a adesão da Croácia à UE em 2009. A estabilidade desta região continua a ser frágil. Não se pode permitir que os diferendos relativos à fronteira e à propriedade se tornem novas condições para a expansão nos Balcãs. Em nome da estabilização da região devemos, o mais rapidamente possível, incluir a Croácia no processo de integração, e, em seguida, a Sérvia, a Macedónia e o Montenegro, e talvez o Kosovo e a Albânia.

Joost Lagendijk, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (NL) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a respeito do relatório Oomen-Ruijten, poderei ser breve. Trata-se, em linhas gerais, de um relatório excelente que enumera com precisão os problemas que subsistem, mas assinala também os domínios em que se registaram progressos. Nesse tocante, a relatora merece todos os nossos elogios.

Na realidade, gostaria de aproveitar esta oportunidade para passar em revista os cinco anos de relações entre a UE e a Turquia na presente legislatura. Se recuarmos cinco anos, verificamos que o ano de 2004 foi o ano de ouro das reformas que realmente aproximaram a Turquia da UE. É estranho, e também um pouco triste, para dizer a verdade, que, a partir de 2004, o ritmo das reformas tenha sido demasiado lento, que a UE esteja agora, com efeito, menos disposta a dar uma oportunidade justa à Turquia e que o entusiasmo da Turquia relativamente à adesão se tenha desvanecido.

Todos os relatórios parlamentares que foram publicados ao longo de todos esses anos especificam claramente as prioridades do Parlamento no que respeita às reformas fundamentais. Em primeiro lugar, no que se refere à liberdade de expressão e de opinião, cumpre dizer que, a despeito da alteração do artigo 301º, a situação continua a ser insatisfatória. É francamente lamentável que certos sítios *Web*, incluindo o *Youtube*, continuem a não estar disponíveis na Turquia e que o Governo exerça uma pressão inaceitável sobre certos órgãos de comunicação social.

Em segundo lugar, no que respeita à questão curda, em 2007 existiam grandes esperanças de que, na sequência da admissão do partido nacionalista curdo DTP, viesse a ser encontrada uma solução entre o DTP e o AKP. Infelizmente, isso não aconteceu.

Em terceiro lugar, no que respeita às minorias religiosas, apesar de existir uma lei relativa às organizações, que oferece uma solução para algumas minorias, ainda não foi encontrada uma solução para uma vasta minoria muçulmana, designadamente a comunidade alevita. A despeito de todos estes lentos progressos, há ainda uma maioria nesta Câmara que é apoia a adesão.

Penso que mensagem que o presente debate e os debates realizados ao longo dos últimos cinco anos deveria transmitir ao Governo turco é a de que este apoio, que continua a existir apesar das reformas inadequadas, só se manterá se forem apresentadas sem demora novas propostas de reforma em todas estas três áreas.

Neste tocante, partilho em certa medida o optimismo do Comissário relativamente à televisão em língua curda, às aberturas que foram criadas entre a Turquia e a Arménia. A vontade de reformar que se registou em 2004 vai ter de regressar. Se tal acontecer, estou convencido de que os nossos debates e os debates na Turquia voltarão a ser marcados pelo optimismo.

Adamos Adamou, em nome do Grupo GUE/NGL. – (EL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, o relatório sobre os progressos realizados pela Turquia e a sua avaliação em Dezembro visam determinar se este país cumpriu ou não todos os critérios de Copenhaga e as obrigações que lhe incumbem por força do Acordo de Associação e do Protocolo Adicional ao Acordo de Ancara.

O objectivo da plena adesão, que é importante tanto para a Turquia como para a União Europeia, continua a ser a força motriz subjacente a uma série de reformas e mudanças nas políticas da Turquia no sentido de salvaguardar os direitos de todas as minorias, encontrar uma solução política para a questão curda, reconhecer o genocídio arménio e abrir a fronteira com a Arménia.

A Turquia tem de cumprir todas as suas obrigações contratuais para com a União Europeia, como fizeram anteriormente todos os países candidatos à adesão. Em vez disso, a Turquia não foi capaz de cumprir as obrigações contratuais que assumiu perante a União Europeia relativamente à República de Chipre enquanto Estado-Membro. Recusa-se a abrir os seus portos e aeroportos a navios e aviões provenientes da República de Chipre e a levantar o veto à participação deste país em organizações internacionais, e, ao mesmo tempo que procura obter um papel de agente regulador na região, continua a infringir o direito internacional com a manutenção da ocupação de Chipre.

Hoje encontramos-nos a meio das negociações para a resolução da questão cipriota com base numa federação bizonal e bicomunitária com igualdade política, tal como previsto nas resoluções das Nações Unidas e no quadro do direito internacional e europeu. A União Europeia deve, por isso, persistir nas suas posições iniciais e intensificar as pressões de modo a que a Turquia permita a realização de progressos substanciais nas negociações, cesse a ocupação e tome as medidas necessárias para esclarecer o destino das pessoas desaparecidas. Insistimos nesta questão e apresentámos alterações sobre a mesma, embora exista uma outra resolução sobre as pessoas desaparecidas apresentada na sequência das declarações proferidas recentemente pelo soldado turco Olgkats sobre a execução, em 1974, de 10 prisioneiros cipriotas gregos que continuam desaparecidos. Trata-se de uma questão puramente humanitária mas que não perde o seu valor por muitas vezes que a repitamos.

No que respeita ao capítulo da energia, este não pode ser aberto se a Turquia não deixar de impedir a República de Chipre de exercer os seus direitos soberanos na sua zona económica exclusiva. Vejo no seu próprio relatório, Senhor Comissário, que a Comissão está preocupada com o assédio movido por navios de guerra turcos contra embarcações que realizam pesquisas de hidrocarbonetos na zona económica exclusiva de Chipre, e que, nas suas conclusões de 8 de Dezembro de 2008, o Conselho pede que se evite todo e qualquer tipo de ameaça, fonte de fricção ou acção susceptível de comprometer as relações de boa vizinhança e a resolução pacífica dos conflitos.

Seria bom, Senhor Comissário, se pressionasse a Turquia na boa direcção, justamente como propõe nas suas declarações. Apresentámos sobre este ponto uma alteração cujo conteúdo está em total sintonia com as suas declarações, Senhor Comissário, que consequentemente são também declarações da Comissão Europeia.

Bastiaan Belder, em nome do Grupo IND/DEM. – (NL) Senhor Presidente, no nº 17, a relatora, a senhora deputada Oomen-Ruijten, faz um apelo a toda a sociedade turca para que exerça a liberdade religiosa em larga escala. Apoio plenamente este apelo, uma vez que toca num dos critérios de adesão fundamentais da Turquia e da UE.

Entretanto, porém, a educação e a comunicação social na Turquia rivalizam na disseminação da caricatura estereotipada dos cristãos nativos, dos cristãos turcos, retratando-os como inimigos da sua nação, como cúmplices dos poderes do Ocidente que desejam recolonizar a pátria e reparti-la entre si. Senhor Comissário, será que vai instar o passivo Governo turco, que também é responsável por esta situação, a prestar contas por este obstáculo à adesão?

Além disso, Senhor Comissário, todos os documentos de identidade turcos revelam a religião dos seus cidadãos, que é precisamente a causa de múltiplas formas de discriminação contra os cristãos turcos. Senhor Comissário, este é um motivo mais do que suficiente para que V. Exa. insista com o seu interlocutor turco na supressão imediata dessa parte dos documentos oficiais turcos.

Luca Romagnoli (NI). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, embora a Croácia pareça ter feito progressos satisfatórios no que respeita à adopção da legislação para combater a discriminação, sugiro que, antes de elogiarmos as afirmações feitas na resolução, se verifique de que modo as leis são aplicadas. Em relação ao acesso à propriedade imobiliária, por exemplo, e em especial no que se refere às oportunidades de investimento italiano, parece-me que foram muito poucos os progressos realizados na prática. Não aprovo a resolução, porque, apesar da óbvia insuficiência dos progressos realizados e das discrepâncias relativamente ao acervo comunitário, se baseia na expectativa de uma adesão que, em minha opinião, poderá ocorrer demasiado cedo. Que restituam o que roubaram aos nossos refugiados da Ístria e da Dalmácia desde 1947. Então, e só então, poderemos falar acerca da sua adesão.

Anna Ibrisagic (PPE-DE). – (SV) Senhor Presidente, a resolução sobre a Antiga República Jugoslava da Macedónia é, a meu ver, um texto equilibrado, e aproveitaria para agradecer ao deputado Erik Meijer ter concentrado o seu trabalho tanto nas reformas e objectivos já alcançados como nos pontos que ainda exigem esforços. Agrada-me, em especial, que a resolução envie uma mensagem explicitando claramente que, ao fim de três anos à espera de dar início às negociações, a situação é deveras preocupante e inaceitável. Não pode subsistir qualquer dúvida de que a Antiga República Jugoslávia da Macedónia é um Estado europeu e o seu lugar é dentro da União Europeia.

Normalmente, quando discutimos este assunto no Parlamento, evito referir a disputa entre a Grécia e a Antiga República Jugoslava da Macedónia relativamente ao nome. Creio que há outras questões que merecem um debate muito mais profundo que nunca chegam a ser discutidas porque a disputa relativa ao nome absorve uma quantidade de tempo desproporcionada. Hoje, porém, depois de ter lido uma série de alterações, sinto ser necessário salientar veementemente que é inaceitável explorar quaisquer conflitos bilaterais existentes para dificultar a determinado país uma aproximação mais rápida da integração europeia ou para impedir a sua participação em instituições internacionais.

Muitos países debateram-se, e continuam a debater-se, com conflitos bilaterais, e todos queremos que esses conflitos sejam solucionados o mais rapidamente possível e a contento de ambas as partes; contudo, penso que, até lá, não devemos permitir que tais questões bloqueiem o processo de integração europeia dos outros, em especial quando os países em questão se encontram numa posição delicada, do ponto de vista tanto geográfico como político.

Józef Pinior (PSE). – (PL) Senhor Presidente, estou a desempenhar a função de relator do Grupo Socialista no Parlamento Europeu sobre o relatório de acompanhamento relativo à Antiga República Jugoslava da Macedónia pelo terceiro ano consecutivo. Devo dizer que o caso da Macedónia faz lembrar uma cena de uma antiga tragédia grega. Embora seja verdade que houve uma declaração universal de boa vontade por todas as partes envolvidas, nada mais aconteceu. Há três anos, estava seguro de que, ao terminar a actual legislatura do Parlamento, estaríamos em posição de falar do êxito das negociações com a Macedónia no que se refere à adesão à União Europeia. Isso não aconteceu. O problema principal prende-se com o nome. Independentemente do facto de se tratar de uma questão bilateral que não está relacionada com os critérios de Copenhaga, ela está a afectar a situação política durante as negociações com a Macedónia sobre a adesão. A Grécia já afirmou a sua boa vontade, a própria Macedónia também o fez, mas há vários anos que não se

consegue chegar a um entendimento sobre este assunto. Na minha qualidade de relator deste relatório em nome do Grupo PSE, apenas posso manifestar a esperança de que esta questão se resolva tendo presente o interesse da União Europeia, da Macedónia e da Grécia.

Há um problema no que respeita à estabilização das instituições políticas na Macedónia. Vemo-lo claramente. Também vemos muito claramente a vontade política da sociedade, das autoridades e dos grupos políticos, num país que está a avançar em direcção ao estabelecimento de laços com a União Europeia. O Conselho deve decidir iniciar negociações com vista à adesão antes do final de 2009, mas isso deve depender da plena realização das mais importantes prioridades de acordos anteriores. Neste aspecto, as próximas eleições presidenciais e locais na Macedónia são extremamente importantes. No Parlamento Europeu, iremos acompanhar muito atentamente essas eleições.

Charles Tannock (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, agradeço o seu esclarecimento. A Grécia aderiu à União Europeia em 1981, e essa adesão trouxe grandes benefícios ao país, que me é muito caro. Porém, praticamente 30 anos depois, a Macedónia pretende naturalmente aderir à União Europeia e partilhar desses mesmos benefícios. Por isso, é absolutamente correcto que a Grécia, na qualidade de Estado vizinho dos Balcãs, expresse convictamente a sua solidariedade e trabalhe para ajudar um pequeno país como a Macedónia a conseguir as suas aspirações.

Porém, devido ao facto de possuir uma província com o nome de Macedónia, a Grécia objecta à utilização do mesmo nome “República da Macedónia”, insistindo ao invés na designação “Antiga República Jugoslava da Macedónia”, ou FYROM. A bem da consistência, por que razão não insiste também a Grécia em chamar formalmente à Estónia “Antiga República Soviética da Estónia”?

Lamento, assim, que a Grécia esteja actualmente a considerar a hipótese de aplicar o seu veto à adesão da Macedónia com base nestes argumentos. Receio que a Grécia se arrisque ao ridículo e exorto o Governo de Atenas a atenuar esta linha de acção. Sou conhecido, nesta Assembleia e no meu círculo eleitoral, como um forte e amigo de eurodeputados gregos e cipriotas, mas sou igualmente membro do grupo de Amigos da Macedónia, formado recentemente no PE. Resolvamos esta questão pendente de forma pronta e sensata. Exorto igualmente o Parlamento a enviar uma delegação de eurodeputados como observadores das próximas eleições presidenciais na Macedónia e a ajudar a legitimar o seu resultado.

No que se refere a adesão iminente da Croácia, é lamentável que continuem pendentes diferendos sobre fronteiras com a Eslovénia. Tal como no caso da Grécia e da Macedónia, estas dificuldades deverão ser resolvidas a nível bilateral em vez de serem arrastadas para o processo de adesão da UE.

A Eslovénia aderiu à União Europeia numa altura em que ainda tinha questões pendentes com Itália, que não se opôs, nem tentou bloquear a sua adesão, pelo que não vejo razão para que a adesão da Croácia seja atrasada. Seguindo uma abordagem semelhante, no futuro, jamais aprovaria um veto da Croácia à adesão da Sérvia com base em disputas territoriais.

De preocupação mais imediata para os meus eleitores, que estão a sofrer os efeitos do alargamento, é a dimensão que assumiu a criminalidade organizada e a corrupção na Croácia, cuja erradicação o Governo deverá com determinação tornar numa prioridade.

PRESIDÊNCIA: ROURE

Vice-presidente

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). - (DE) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que intervenho sobre a questão da Turquia em nome do meu grupo e não em meu próprio nome. Os desenvolvimentos na Turquia são motivo de preocupação para os liberais e democratas. Em três anos, não só se registaram muito poucos progressos no ritmo das reformas, como houve mesmo alguns retrocessos. Como o Senhor Comissário Rehn muito justamente declarou aqui, a liberdade de imprensa é um valor fundamental na União Europeia. Num país que quer aderir à UE, tem de existir respeito pela liberdade de imprensa sem qualquer margem para dúvidas.

No entanto, o que vemos é algo de diferente. Os jornalistas mais críticos têm dificuldade em obter credenciais. O novo proprietário da cadeia de televisão ATV tem ainda muitas perguntas a responder, há apelos provenientes dos mais altos cargos a um boicote a certos meios de comunicação e o grupo Dohan foi objecto de uma arbitrária multa fiscal no valor de 400 milhões de euros. Trata-se de uma medida arbitrária, que nos leva à questão do primado do direito, uma questão que, para os liberais, é tão importante como a liberdade de imprensa. É necessário que o primado do direito esteja igualmente garantido. Os relatos que dão conta

de um aumento dos casos de tortura e de maus tratos de pessoas sob custódia policial são profundamente preocupantes para nós, especialmente quando ocorrem fora das prisões oficiais ou das esquadras de polícia; mas essas situações também nos preocupariam, evidentemente, mesmo que ocorressem no interior dessas instalações.

Medidas simbólicas ou puramente pragmáticas como a aceitação de um novo programa ou a nomeação de um novo chefe da delegação para as negociações são bem-vindas, se as considerarmos de um ponto de vista puramente prático. No entanto, por si só, não são suficientes para dar um novo impulso ao ritmo das reformas. Na opinião dos liberais e democratas, a Turquia tem, no seu próprio interesse e no interesse do seu povo, de reformar a economia e a sociedade, a política e a Constituição, independentemente das suas perspectivas de adesão.

Gostaria, se me permitem, de dizer mais uma coisa a respeito deste debate. É um debate que me faz lembrar um carrossel infantil, no qual por vezes passa um cavalo turco, por vezes um cavalo croata e, por vezes, um cavalo macedónio. Penso que devemos reestruturar este debate, e rapidamente. Além disso, ficaria grato se o mesmo se realizasse em Bruxelas e não em Estrasburgo.

Mario Borghezio (UEN). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em relação à questão da Croácia, gostaria de dizer o seguinte: aqueles que falam em nome do povo italiano, e que foram por este eleitos, têm o dever de recordar uma legítima reivindicação. Passaram mais de 60 anos desde o roubo histórico das nossas propriedades na Ístria e na Dalmácia. A Croácia tem o dever moral de agir e o Presidente José Manuel Barroso tem um dossiê sobre esta questão, tão delicada e danosa, que deve ser submetido à atenção das pessoas. É, antes de mais, uma questão moral e não política – trata-se da restituição de propriedades aos seus legítimos proprietários: 1 411 propriedades que originalmente pertenciam a Italianos.

Quanto à Turquia, como se pode pensar em fazer aderir, com toda a tranquilidade, um país que, presentemente, quer impor um veto islâmico, no seio da NATO, à nomeação de um Secretário-Geral simplesmente porque representa o país – a Dinamarca – no qual ocorreu o episódio das caricaturas? A Turquia, um país islâmico, apelou a um veto islâmico à nomeação de um Primeiro-Ministro para o cargo de Secretário-Geral da Aliança Atlântica pela única razão de ser o Primeiro-Ministro de um país onde foram publicadas caricaturas islâmicas – um país liberal onde, obviamente, e em contraste com a Turquia, é possível publicar caricaturas satíricas de Maomé. Há uma lei na Turquia – e o Senhor Comissário deverá conhecê-la – que proíbe a construção de qualquer local de culto não islâmico numa rua onde exista uma mesquita. Ou seja, se existir uma mesquita numa determinada rua, nenhum outro edifício religioso é permitido. A nossa relatora, que veste hoje, creio, um belíssimo par de calças, não seria autorizada a entrar no Parlamento turco com a sua indumentária. Isso revela quão distantes estamos. A Turquia faz parte da Ásia, não da Europa.

Angelika Beer (Verts/ALE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar gostaria de saudar, em nome do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, o Vice-Primeiro-Ministro da Macedónia hoje aqui presente.

Em segundo lugar, quero agradecer à Presidência checa do Conselho e, em particular, ao Primeiro-Ministro Mirek Topolánek a sua declaração, ao salientar ontem, em primeiro lugar, que o diferendo entre a Macedónia e a Grécia sobre a questão do nome é um assunto bilateral e não deve ter repercussões, e ao pronunciar-se, em segundo lugar, a favor da adesão da Macedónia à NATO o mais rapidamente possível e, consequentemente, a favor da retirada do veto por parte da Grécia – dois pontos que são muito importantes.

Talvez sejamos, por vezes, um pouco arrogantes quando discutimos a questão dos países candidatos. Por isso, gostaria de trazer a debate a questão da responsabilidade pessoal, pois falamos aqui das perspectivas e das limitações dos países candidatos, mas, por outro lado, temos forças políticas fundamentais, como os conservadores na Alemanha, que querem impor que apenas a Croácia seja aceite e nenhum outro país candidato.

Se esta viesse a tornar-se a opinião maioritária na União Europeia na próxima legislatura, destruiríamos o plano de paz, fortemente financiado, criado após a guerra dos Balcãs. Perderíamos a credibilidade e prejudicaríamos a credibilidade da Europa. Peço a todos que resistam a este desenvolvimento.

Relativamente à Croácia e à Eslovénia, cremos que, sem duplicidade de critérios e sem qualquer veto, as coisas estão bem encaminhadas e que os diferendos sobre as fronteiras podem ser superados. Além disso, esperamos também que as negociações sejam iniciadas quanto antes com a Macedónia.

Gerard Batten (IND/DEM). - (EN) Senhora Presidente, se a Turquia aderir à União Europeia será o Estado-Membro mais pobre e mais atrasado do ponto de vista económico, com uma população de mais de 72 milhões de habitantes. Centenas de milhar, se não milhões, de pessoas migrarão para Estados-Membros como o Reino Unido.

A União Europeia terá fronteiras com países como a Síria, Iraque e Irão, o que comporta um enorme potencial para futuros conflitos e confrontos.

Contudo, os povos que deveriam estar realmente preocupados com a entrada da Turquia são os Cipriotas Gregos: se a Turquia aderir à UE, os turcos terão o direito de se deslocar para qualquer lugar na UE. Milhares de turcos poderão ir, legalmente, para o Sul do Chipre e, em boa verdade, ocupá-lo com toda a legitimidade, se assim o desejarem.

Nas eleições europeias de 4 de Junho, os eleitores de origem grega em Londres devem ter presente que os Partidos Conservador, Trabalhista, Democrata Liberal e Verdes apoiam com entusiasmo a entrada da Turquia. O único partido britânico no Parlamento Europeu que se opõe à entrada da Turquia é o Partido da Independência do Reino Unido.

Philip Claeys (NI). - (NL) Senhora Presidente, se as negociações com a Turquia tiveram algum efeito positivo, esse efeito foi o de ajudar a Comissão e o Conselho a aperfeiçoarem a arte do eufemismo. A forma como os problemas na Turquia são minimizados começa a ser impressionante. Isto tornou-se mesmo objecto de chacota ocasional na Turquia.

O rol de problemas é tão extenso que nos perguntamos com é possível que as negociações ainda prossigam. Com efeito, a Comissão prometeu que o processo de negociações iria evoluir a par e passo com o processo de reformas na Turquia. Essa promessa foi agora manifestamente quebrada, pois estão constantemente a ser abertos novos capítulos.

O balanço de mais de três anos de negociações é decididamente lamentável. Ponhamos, portanto, fim ao processo. A Turquia não é um país europeu e não pertence, portanto, à União Europeia, mas desenvolvamos, em vez disso, uma parceria privilegiada com a Turquia.

Doris Pack (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, a Croácia é o primeiro país para cuja adesão à União Europeia, depois da experiência adquirida com os dois últimos alargamentos da Roménia e da Bulgária, a fasquia foi, justamente, colocada muito alta, razão pela qual as metas e os progressos alcançados por aquele país são especialmente louváveis. As reformas que resta fazer no sistema judiciário – também já aqui referidas – estão a ser concluídas. A plena cooperação com o Tribunal Penal Internacional da Haia, à qual se fez apelo reiterado, está no bom caminho.

Com a Eslovénia, coloca-se a questão dos diferendos fronteiriços bilaterais. Senhor Comissário, de repente fez referência a "diferendos fronteiriços europeus". Antes de 2004 não eram diferendos fronteiriços europeus, mas sim diferendos fronteiriços que não foram reconhecidos. Na altura, também ninguém recorreu às Nações Unidas, a fim de resolver este conflito; agora fizeram-no. Portanto, se a Eslovénia deixar de obstruir a abertura do necessário capítulo de negociação por causa destes diferendos fronteiriços bilaterais, que não constituíram obstáculo à sua adesão à União Europeia, as negociações de adesão entre a Croácia e a União Europeia poderão estar concluídas até ao final deste ano.

O outro país candidato, a Macedónia, também fez grandes progressos. Se as eleições que se realizarão no final de Março cumprirem as normas internacionais, a UE teria finalmente de definir uma data para a abertura das negociações de adesão. O diferendo puramente bilateral entre a Macedónia e a Grécia sobre a questão do nome não deverá levar este país a exercer um veto.

Resta esperar, portanto, que os dois Estados-Membros da UE, a Grécia e a Eslovénia, se lembrem da sua própria situação antes da adesão à UE e concluam que devem agir de forma justa e com espírito europeu em relação aos seus países vizinhos.

Se, com a ajuda dos seus vizinhos, a Croácia e a Macedónia alcançarem este ano os objectivos que descrevi, isso enviaria um sinal positivo aos restantes Estados dos Balcãs Ocidentais, transmitindo a mensagem de que a UE leva a sério a promessa feita em Salónica a respeito da adesão de todos os países dos Balcãs Ocidentais, adesão que a CDU também defende, Senhora Deputada Beer.

Libor Rouček (PSE). - (CS) Gostaria de tecer algumas observações. Em primeiro lugar, a existência deste debate sobre o alargamento da UE é muito positiva, porque é importante que, mesmo num período de grande

crise económica, a Europa não perca de vista uma das suas grandes prioridades, nomeadamente, a continuação do alargamento. Temos de continuar concentrados nesta prioridade. Em segundo lugar, no que diz respeito à Croácia, estou convencido de que as negociações do alargamento podem ser concluídas este ano. Por isso, gostaria de pedir ao Conselho que actue agora e crie o grupo de trabalho técnico encarregado da elaboração do Tratado de adesão. No que diz respeito à antiga República Jugoslava da Macedónia, é lamentável e desmoralizante para a Macedónia que as negociações do alargamento ainda não se tenham iniciado em Skopje, apesar de o país ter obtido o estatuto de país candidato há três anos. Por isso, gostaria de pedir ao Conselho que acelere este processo. No que diz respeito à Turquia, concordo que é necessário acelerar as reformas políticas, antes da abertura dos chamados capítulos políticos. No entanto, não consigo compreender por que razão não é possível negociar com a Turquia sobre o capítulo “Energia”, por exemplo, que se reveste de uma importância vital, tanto para a UE, como para este país.

Jelko Kacin (ALDE). – (SL) Nós, Grupo ALDE, apoiamos o relatório Meyer. A Antiga República Jugoslava da Macedónia merece uma oportunidade, merece um futuro melhor. Mas merece também um pouco de respeito da comunidade internacional, incluindo o direito à sua identidade, e o reconhecimento da sua língua e cultura.

A questão do nome do país arrasta-se há demasiado tempo e o ambiente na Macedónia tem vindo a degradar-se. Cada vez há mais populismo e nacionalismo, cada vez há mais irredutibilidade política, os países vizinhos são alvo de ataques verbais. Dar a instalações de infra-estruturas o nome de personalidades dos períodos da história grega que precederam a chegada dos Eslavos à região não pode fomentar boas relações de vizinhança. É desnecessário erigir mais monumentos gigantescos.

Se queremos impedir a instabilidade temos de ajudar o Estado, os políticos e as populações da Antiga República Jugoslava da Macedónia a romper o bloqueio. A abolição dos vistos não é suficiente. O país precisa sim de uma data para o início das negociações. O país merece uma oportunidade para mostrar o que vale durante o processo de adesão. Cabe-nos ajudá-lo e mostrar-lhe que confiamos nele. Deste modo, estaremos a contribuir para a estabilidade na região e a promover o desenvolvimento na direcção certa. A Antiga República Jugoslava da Macedónia precisa de uma resposta positiva já, porque o tempo é fundamental. Podemos dizer, mesmo, que tempo é dinheiro.

Sejam-me agora permitidas algumas palavras relativamente à Croácia. Senhor Comissário, dois ex-Primeiros-Ministros da Eslovénia e da Croácia respectivamente, a saber, Janez Drnovšek e Ivica Račan, marcaram definitivamente a história quando chegaram a acordo relativamente à definição da fronteira. Infelizmente já não se encontram entre nós, mas tiveram a coragem de não desistir, de investir no futuro, atingindo um marco importantíssimo. Penso que o Senhor Comissário estará a agir correctamente se instar ambos os governos a seguir os passos daquelas personalidades e a chegar a novo acordo relativamente às fronteiras, e a fazê-lo num futuro próximo. Seria um progresso para a Eslovénia, a Croácia, a União Europeia e os Balcãs Ocidentais.

Bogusław Rogalski (UEN). – (PL) Senhora Presidente, as negociações com a Turquia sobre a adesão à UE continuam a decorrer, embora já devessem ter sido concluídas há muito tempo. O Governo turco não apresentou um programa coeso e completo de reformas políticas. A Turquia não retomou os trabalhos sobre uma nova constituição secular, um elemento importante daquilo que deveria ser a protecção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais que o Governo turco ia garantir.

A discriminação contra as minorias étnicas e religiosas prossegue. A Turquia também não adoptou ainda medidas destinadas a reforçar a imparcialidade das instituições judiciais. As liberdades de expressão e de imprensa continuam a não estar protegidas na Turquia, sendo efectivamente objecto de violações manifestas. A violência doméstica e os casamentos forçados continuam a ser frequentes.

A oposição da Turquia à cooperação estratégica entre a UE e a NATO é manifestamente contrária aos interesses da Comunidade. Além disso, a Turquia não reconhece a independência de um dos Estados-Membros da União Europeia, a saber, Chipre. É um escândalo. A Turquia é um país antidemocrático, comete violações dos direitos humanos e norteia-se por um sistema de valores que nada tem a ver connosco. Será muito melhor para a Europa a Turquia não se tornar membro da UE.

Sepp Kusstatscher (Verts/ALE). – (DE) Obrigado, Senhora Presidente. Neste tão amplo debate de hoje, quero apenas destacar um problema, que é a questão do multilinguismo na Macedónia.

Recentemente, estalaram conflitos em algumas escolas de Struga entre pais falantes de albanês e pais falantes de macedónio. Sob a pressão destes pais de espírito nacionalista, os responsáveis decidiram separar o ensino

por grupos étnicos, o que é um passo na direcção errada. A aprendizagem das línguas não se promove mantendo separados os grupos linguísticos; promove-se aproximando informalmente as pessoas que falam línguas diferentes, seja na escola, no trabalho ou nos tempos de lazer. O ensino de inglês, que é agora obrigatório em todas as escolas a partir no primeiro ano, é obviamente uma medida de saude, mas não deve ser utilizado como pretexto pelos Macedónios para não aprenderem albanês ou pelos Albaneses para não aprenderem macedónio. As escolas em regiões multilingues têm uma tarefa muito particular: devem ensinar às crianças a sua língua materna e, também, a língua dos seus vizinhos.

"Unidos na diversidade" é o lema da UE e deve aplicar-se também aos Macedónios.

Hanne Dahl (IND/DEM). – (DA) Senhora Presidente, creio que a Turquia se deve tornar membro da UE. As críticas à Turquia são, em muitos casos, justificadas, mas as desculpas e o eterno adiamento têm de acabar, devendo ser elaborado um plano sério para a adesão. Vai demorar o seu tempo, mas este país tem de aderir, e isso é algo que temos de dizer de forma clara e vinculativa. Em vez de um pseudodebate sobre a democracia na Turquia, precisamos de estabelecer uma discussão efectiva e aberta sobre o lugar que a religião pode e deve desempenhar no debate social. Temos de criar uma forma de cooperação europeia que seja capaz de enfrentar o desafio que uma Europa composta por diferentes religiões coloca. Ou seja, temos de fazer isto sem perder de vista os valores essenciais e a inviolabilidade da pessoa humana que resultam dos valores europeus criados na mistura das culturas judaica, cristã e helenística, nos séculos que antecederam e se seguiram ao nascimento de Cristo.

Carl Lang (NI). – (FR) Senhora Presidente, apenas um minuto para lhe dizer que, apesar da teimosia e da cegueira das Instituições europeias, uma evidência se nos impõe a todos: chegou o tempo de pôr fim ao processo de adesão da Turquia à União Europeia.

A situação de estagnação das negociações, de incompreensão mútua e de ambiguidade permanente é prejudicial a todos, à União Europeia como à Turquia. Temos de acabar com a hipocrisia e os fingimentos.

E temos de recordar uma evidência. A Turquia é um país da Ásia Menor. A Turquia não é uma nação europeia, nem geográfica nem culturalmente. A Turquia ocupa militarmente uma parte de um Estado-Membro da União Europeia, e, até ao momento, apenas dispomos de 10 capítulos de negociação, dos 35 existentes, e só um deles foi concluído. É tempo de cada um recuperar a sua liberdade, a sua independência, a sua soberania, a começar por Chipre.

Os povos europeus não querem a Turquia na Europa. Respeitemos os nossos povos e respeitemos a Europa!

Pál Schmitt (PPE-DE). – (HU) Enquanto presidente da Comissão Parlamentar Mista UE-Croácia, gostaria de chamar a vossa atenção para um desenvolvimento extremamente significativo. Na segunda-feira, o Primeiro-Ministro croata - e não só o Primeiro-Ministro, mas também o Presidente e todos os partidos da oposição representados no Parlamento – concordaram que a UE deveria mediar a resolução do conflito de fronteiras entre a Croácia e a Eslovénia, com base no direito internacional. Considero uma atitude sem precedentes na história da UE que um Estado-Membro possa paralisar o alargamento da União e impedir, hoje, que 12 capítulos de negociação possam ser abertos, quando em 2001, por altura das suas próprias conversações de adesão, declarou que não tinha quaisquer conflitos de fronteiras com os vizinhos.

Desde o início das negociações de adesão, em 2005, foram alcançados numerosos resultados no que diz respeito à transformação do sistema judicial e da administração pública, à adopção de medidas anticorrupção, aos direitos das minorias, ao regresso dos refugiados e à cooperação regional. No caso da Croácia, isso implicou atingir, pela primeira vez, um conjunto de parâmetros de referência; cerca de 100 destes parâmetros foram alcançados com sucesso. Graças a estes esforços extraordinários, o povo croata aguarda agora com expectativa que surja, finalmente, uma mensagem positiva da parte da União Europeia. A sua população sensível e insegura ficou desiludida quando um país vizinho e amigo conseguiu, sozinho, bloquear o avanço das negociações de adesão. A estabilização a longo prazo, pacificadora, dos Balcãs só será possível através da integração europeia. A União cometerá um erro se permitir que a Eslovénia bloqueie as conversações com a Croácia devido ao seu conflito bilateral, apesar de este último país ter feito todo o possível para defender os valores fundamentais europeus e adoptar o acervo comunitário. Gostaria de salientar, Senhora Presidente, que é lamentável - talvez também para aqueles que estão a ouvir-nos - que estejamos a lidar ao mesmo tempo com o destino de três importantes países com passado histórico, como se fossem apenas um. Teria sido melhor debater cada um deles separadamente.

Emine Bozkurt (PSE). – (NL) Senhora Presidente, gostaria de pegar numa questão que a senhora deputada Oomen-Ruijten também já focou, a saber, a dos critérios políticos. Os direitos cívicos foram muito claramente inscritos na agenda do processo de negociações com a Turquia.

Houve nítidas melhorias em algumas áreas, como as emissões televisivas em língua curda, mas também a criação de uma comissão permanente dos direitos da mulher no Parlamento turco, para a qual trabalhei muito arduamente enquanto relatora sobre os direitos da mulher na Turquia. Estas são reformas particularmente importantes.

Outra clara melhoria é o aumento do número de abrigos para mulheres que foram vítimas de abusos. Porém, o que acontece a estas mulheres quando deixam os abrigos? Como são elas e os seus filhos tratados? A Turquia tem de abordar esta questão. Com as eleições autárquicas, que deverão ter lugar no final deste mês, deveria haver mais mulheres nos conselhos municipais.

Gostaria também de chamar a vossa atenção para o problema da luta contra a fraude. A Turquia tem de cooperar mais com a União Europeia no domínio da luta contra a fraude e contra o tráfico de mulheres, pois há ainda demasiadas pessoas que são vítimas de fraude envolvendo fundos verdes ou instituições de beneficência.

Jim Allister (NI). – (EN) Senhora Presidente, nunca apoiei a entrada da Turquia não europeia na UE, mas a actual crise económica vem convencer-me, mais do que nunca, da justeza da minha opinião.

Sendo um contribuinte líquido considerável, o Reino Unido suporta um encargo desproporcionado no financiamento da UE, pelo que, estando em causa o enorme custo adicional que o alargamento à Turquia representa, nós arcaríamos com encargos que excedem o que nos é possível suportar. Tendo em conta uma base tributária reduzida, a queda de receitas e as despesas acrescidas no domínio dos serviços sociais, para além de um legado de dívidas pernicioso para as futuras décadas, decorrente da má gestão do Governo Trabalhista, não podemos continuar a puxar do nosso livro de cheques, já desfalcado, para pagar o alargamento da Turquia.

Chamem-lhe, se quiseram, um interesse nacional estreito de vistas e mercenário, mas para mim trata-se puramente de um raciocínio de senso comum e de preocupação orçamental.

Antonios Trakatellis (PPE-DE). – (EL) Senhora Presidente, na qualidade de membro mais antigo da região, tanto na União Europeia como na NATO, a Grécia esteve e continua a estar na vanguarda dos esforços para a integração de todos os países balcânicos nas estruturas euro-atlânticas, porque acredita firmemente que o desenvolvimento dos países da região será proveitoso para todos.

A Grécia investiu mais de mil milhões de dólares na Antiga República Jugoslava da Macedónia e criou 20 000 postos de trabalho, um feito sem precedentes do investimento estrangeiro na economia local. Para o nosso país, a questão da designação não é apenas um problema com dimensões históricas, psicológicas ou sentimentais. É uma questão política material que diz respeito a todos os cidadãos gregos e aos valores europeus da boa vizinhança e da cooperação regional.

Gostaria de lembrar à Assembleia que a Grécia aceitou que fosse concedido à Antiga República Jugoslava da Macedónia o estatuto de país candidato à adesão à União Europeia no documento COM(2007)0663, com o compromisso expresso de se negociar uma solução mutuamente aceitável para a questão da designação sob a égide da ONU que contribuísse para a cooperação regional e as relações de boa vizinhança, porque sem uma solução não pode haver amizade e sem amizade não pode haver alianças nem parcerias.

A nossa delegação não se opõe a todas as expressões contidas no relatório que apoiam fortemente uma solução para a questão sob a égide da ONU. Infelizmente, porém, para além desta posição clara, há três frases adicionais nos números 12 e 13 que comprometem os esforços de resolução do problema e encorajam a intransigência, facto que as torna absolutamente inaceitáveis, ao passo que as alterações 1 e 2 restabelecem a redacção correcta dos números 12 e 13.

De resto, o relatório contém numerosos elementos que ajudarão a Antiga República Jugoslava da Macedónia a prosseguir os seus esforços rumo à Europa.

Maria Eleni Koppa (PSE). – (EL) Senhora Presidente, a política de alargamento é a expressão mais bem-sucedida da política externa da União Europeia. No caso da Turquia, a mensagem tem de ser clara: o objectivo é a adesão, mas esta pressupõe o cumprimento das suas obrigações, a consolidação da democracia, o respeito dos direitos humanos e a manutenção de relações de boa vizinhança.

A Turquia encontra-se numa fase crucial, tanto a nível interno como em termos de redefinição do seu papel geo-estratégico. Neste contexto, é vital que prossiga as suas reformas e avance firmemente na via da Europa. Gostaria, no entanto, de assinalar que o clima de tensão que a Turquia cultivou recentemente no Egeu veio criar novos problemas.

No caso da Antiga República Jugoslava da Macedónia, a Comissão frisou claramente que esse país não cumpre os requisitos básicos para a abertura de negociações, dado que apresenta défices democráticos consideráveis. No que se refere ao conflito sobre a designação, não obstante o espírito de cooperação e realismo demonstrado pela Grécia, o Governo de Skopje não foi capaz de dar uma resposta.

Infelizmente, porém, no relatório do Parlamento Europeu que hoje estamos a apreciar, o meu país é apresentado como o único responsável pelo atraso na abertura de negociações. Tal apreciação constitui uma injustiça para a Grécia e não facilita a resolução de um problema que atormenta os dois países há mais de 15 anos.

Alojz Peterle (PPE-DE). – (SL) Até agora sempre apoiei todos os relatórios do Parlamento Europeu que registam os progressos da Croácia com vista à plena adesão à União Europeia. Saúdo todos os novos avanços realizados pela Croácia. Terei todo o prazer em apoiar também este importante relatório, meticulosamente elaborado pelo meu colega, deputado Hannes Swoboda, desde que as alterações de compromisso reflectam uma abordagem equilibrada e realista. Só uma abordagem com estas características permitirá eliminar as causas subjacentes aos obstáculos e tornar mais célere o processo de adesão da Croácia.

Concordo plenamente com o Presidente em exercício do Conselho, Alexandr Vondra, quando afirma que se impõe uma abordagem construtiva e dinâmica. Assim, parece-me de assinalar que, após uma série de tentativas bilaterais malogradas, a Comissão Europeia tenha agora oferecido, com a sua iniciativa de mediação, uma oportunidade de lançar nova e credível tentativa de alcançar uma solução final para a definição da fronteira entre a Eslovénia e a Croácia e, ao mesmo tempo, avançar decisivamente nas negociações de adesão da Croácia.

Apraz-me verificar que ambos os países se mostraram receptivos à iniciativa, tendo as conversações começado já a alto nível. Espero que esta iniciativa nos aproxime significativamente de uma tripla vitória: para a Croácia, a Eslovénia e a União Europeia. Não podemos permitir que apenas uma das partes saia vencedora ou que prevaleça uma das perspectivas apenas: só venceremos se trabalharmos partindo para objectivos comuns e com uma vontade comum.

Concordo também com o relator, deputado Hannes Swoboda, quando afirma que temos de respeitar o princípio de igualdade, consagrado no direito internacional. E concordo plenamente com o Comissário Olli Rehn em que podemos considerar como ponto de partida para a resolução da questão da fronteira a Carta das Nações Unidas; também concordo em que a iniciativa da Comissão reflecte o espírito da Carta.

Já é tempo de as negociações ocuparem um papel de relevo, sem retórica e sem pressões que possam ferir a dignidade de qualquer das partes ou minimizar o estatuto de candidata à adesão da Croácia. Há que trabalhar num ambiente positivo. Acredito firmemente que apenas podemos visar uma solução satisfatória, que mereça o acordo tanto da Eslovénia como da Croácia sob a mediação de uma terceira parte, a saber, a Comissão Europeia. Gostaria que isso acontecesse tão cedo quanto possível.

Giorgos Dimitrakopoulos (PPE-DE). – (EL) Senhora Presidente, concordo com e reconheço as perspectivas europeias da Turquia, mas, se queremos que essas perspectivas tenham um desfecho auspicioso, é preciso que a Turquia:

Em primeiro lugar, respeite efectivamente os direitos das minorias e evite políticas como as que tem vindo a aplicar, por exemplo, em Imvros e Tenedos.

Em segundo lugar, melhore as suas relações com a Grécia, um Estado-Membro que apoia as suas perspectivas europeias, pondo termo, por exemplo, ao *casus belli* e acabando de uma vez por todas com as infracções que vem cometendo no Egeu.

Em terceiro lugar, realize progressos na questão cipriota. Esses progressos serão marcados, por um lado, pela retirada das forças de ocupação turcas e, por outro lado, pela adopção de uma atitude construtiva em todos os aspectos com vista à resolução dessa questão. Gostaria de lembrar à Assembleia que pertenço àquela geração que cresceu com as palavras de ordem: "As nossas fronteiras são em Keryneia".

Joel Hasse Ferreira (PSE). - O processo conducente à adesão da Turquia à União Europeia avança em ritmo lento. Neste momento não é o ritmo moderado com que as reformas são levadas a cabo na Turquia que trava o processo, mas a lentidão do Conselho e da Comissão Europeia. A discussão do impacto económico, social e político desta futura adesão foi feita aprofundadamente, em Dezembro último, na cidade polaca de Sopot, numa conferência em que tive o gosto e honra de ser orador.

Quanto às prioridades do Governo turco, é bom pensarmos no pequeno-almoço que existiu com o Primeiro-Ministro Erdogan, em Janeiro último, em Bruxelas, o qual trouxe uma oportuna clarificação, complementada pelos contactos que têm sido desenvolvidos por alguns de nós com a posição republicana e por um variado conjunto de personalidades e organizações da República turca, para além do trabalho persistente que temos feito na comissão parlamentar conjunta Turquia-União Europeia.

A terminar, diria, Senhora Presidente, Senhor Comissário e caros Colegas, que este é um processo decisivo para uma Europa bem alargada, forte e aberta ao mundo, laica e democrática, na qual a República de Chipre democraticamente unificada tem o lugar que bem merece.

Metin Kazak (ALDE). – (BG) Obrigado, Senhora Presidente. A Turquia desempenha um papel fundamental na segurança geoestratégica e energética da Europa e, também durante a crise, continuará a ser um factor de estabilização. É certo que acontecimentos como o processo de encerramento do Partido AK, o caso Ergenekon e as eleições autárquicas provocaram um abrandamento das reformas no país, mas a nomeação de um novo chefe das negociações irá criar uma excelente oportunidade para o Governo turco acelerar o processo de harmonização da sua legislação com as normas europeias e para fazer progressos nos critérios políticos dos capítulos em negociação.

Julgo que a Turquia deverá concretizar três prioridades, se quiser fazer progressos sérios no caminho para a adesão. Em primeiro lugar, deve continuar a trabalhar construtivamente para obter um resultado positivo nos debates sobre a questão de Chipre, mas este compromisso deve ser partilhado por todos os países envolvidos no processo e não deve ser utilizado como pretexto para bloquear as negociações. Em segundo lugar, deve respeitar a liberdade de expressão e de pensamento. Em terceiro lugar, deve garantir a protecção das comunidades minoritárias, especialmente no que diz respeito aos seus direitos culturais e educacionais. À medida que a Turquia se vai continuando a modernizar constantemente, terá de recuperar os seus apoiantes pró-europeus. Obrigado.

Bart Staes (Verts/ALE). – (NL) Senhora Presidente, sou um dos deputados a este Parlamento que votaram a favor da Turquia antes da abertura das negociações, e penso que estas negociações constituem, na realidade, um exercício de prevenção de conflitos. Estou convencido de que as negociações vão ter um impacto muito positivo em muitos domínios políticos. Deverão criar um melhor clima social na Turquia, melhor legislação em matéria de ambiente e saúde, e melhor legislação laboral para o povo turco.

A prazo, as negociações irão criar também melhores condições de vida para muitos grupos da população: mulheres, minorias religiosas, curdos e alevitas. No entanto, os progressos são demasiado lentos. Já há quatro anos que o processo está estagnado e há ainda muitas questões nevrálgicas que merecem ser abordadas. A discriminação de partidos políticos, como o Partido Sociedade Democrática (DTP) curdo, é inaceitável. Não há supervisão civil e política das actividades do exército, o que é simplesmente inaceitável.

A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa são essenciais, e a tortura e os maus-tratos nas prisões não podem ser tolerados. A questão curda exige também uma solução política, com carácter de urgência. Sou de opinião que, nestas circunstâncias, devemos sem dúvida de prosseguir as negociações.

Kyriacos Triantaphyllides (GUE/NGL). - (EN) Senhora Presidente, gostaria de felicitar o Senhor Comissário Olli Rehn pela sua posição relativamente ao relatório Oomen-Ruijten, ou seja, a de que é absolutamente fundamental que a Turquia apoie de forma pró-activa as conversações em curso entre os dirigentes das duas comunidades em Chipre. Razão por que estamos plenamente de acordo com a relatora quando, no número 40 do seu relatório, insta a Turquia a “promover um bom clima de negociação, retirando as forças turcas e permitindo que os dois líderes negociem livremente o futuro do país”.

Diria que, nesta altura de conversações directas, não seria aconselhável para o Parlamento Europeu incluir no seu relatório quaisquer propostas de interrogações ao acervo.

A complementar a posição da relatora, instamos também a Turquia a cumprir as suas obrigações no que se refere a investigações sobre o destino de pessoas desaparecidas e a deixar de interferir na zona económica exclusiva da República de Chipre. Ao fazê-lo, a Turquia facilitará a si mesma o seu caminho rumo à adesão.

Marie Panayotopoulos-Cassiotou (PPE-DE). - (FR) Senhora Presidente, apresentei ontem uma pergunta oral à Comissão e recebi uma nota de serviço do Secretariado do Parlamento Europeu dizendo-me que o Senhor Comissário ia responder à minha pergunta esta tarde.

Declaro que me chamo Marie Panayotopoulos-Cassiotou e que apresentei uma pergunta sobre o n.º 6 do Quadro de Negociações para a Turquia.

Presidente. - Senhora Deputada, penso que o Senhor Comissário a ouviu.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. - (EN) Senhora Presidente, realizou-se hoje neste hemisfério um debate extremamente longo e importante. Vivemos um ano crucial no processo de adesão da Croácia e de toda a região dos Balcãs Ocidentais. Saudamos, e não há dúvida de que para nós é relevante, o apoio constante que o Parlamento tem dado no processo de aproximação da Croácia, da antiga República Jugoslava da Macedónia e dos Balcãs Ocidentais à UE.

Muito foi dito sobre a ausência de progressos na Turquia no que respeita aos seus esforços de reforma. Por conseguinte, congratulamo-nos com o compromisso reiterado da Turquia relativamente à UE, como disse o Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan, e convidamos o país a aproveitar a oportunidade de demonstrar, em 2009, o seu empenho em concretizar novos avanços no seu processo rumo à UE.

A Turquia tem de executar as reformas há muito esperadas. O contínuo apoio do Parlamento Europeu ao longo de todo este processo é significativo, especialmente tendo em conta os desafios que temos pela frente. Terei oportunidade de me encontrar com o negociador turco amanhã, em Praga.

Paralelamente, não devemos encarar com ligeireza a importância estratégica da Turquia, em especial nos tempos tumultuosos que correm, assim como não devemos esquecer os nossos compromissos anteriores. Tanto quanto sei, o Presidente Barack Obama, durante a sua visita à Europa, poderá visitar a Turquia como uma espécie de país modelo muçulmano. Creio que esta não é altura de os europeus desistirem das relações estabelecidas com a Turquia. Julgo ter sido isso que Joost Lagendijk disse e muito bem.

No que se refere à disputa de fronteiras entre a Croácia e a Eslovénia, estive a ouvir com muita atenção o que os senhores deputados Hannes Swoboda, István Szent-Iványi e muitos outros disseram. Permitam-me pois que repita que nós, enquanto Presidência, nos congratulamos com o facto de tanto a Eslovénia como a Croácia terem acordado continuar a trabalhar na iniciativa do Senhor Comissário Olli Rehn relativamente a este litígio. Apoiámos inteiramente esta iniciativa, preocupando-nos, na verdade, o facto de ainda não se ter gerado qualquer resultado profícuo no que respeita aos termos específicos da mesma. Sabemos que o tempo está a correr, pelo que a Presidência faz questão de assegurar que se registem progressos concretos nestas negociações com base no trabalho já desenvolvido. Estamos, por conseguinte, a considerar as possibilidades de reforçar o nosso apoio à iniciativa do Senhor Comissário num futuro próximo. Estivemos precisamente a discutir o assunto durante o almoço.

No que se refere à antiga República Jugoslava da Macedónia, Bernd Posselt, entre outros, afirmou que devemos apoiar o esforço da antiga República Jugoslava da Macedónia, e creio que tem razão. Resta-me apenas referir que o Primeiro-Ministro checo, Mirek Topolánek, visitou Skopje ontem e reiterou o nosso compromisso face às aspirações europeias deste país.

Olli Rehn, Membro da Comissão. - (EN) Senhora Presidente, quero agradecer aos senhores deputados este debate extremamente construtivo, substantivo e responsável, e gostaria apenas de fazer algumas observações sobre os vossos discursos.

Em primeiro lugar, é óbvio que as decisões políticas na Europa e no mundo estão ensombradas pelo contexto altamente problemático da actualidade em virtude da crise financeira e da recessão económica que os nossos cidadãos vivem, o que, claro, domina o espírito dos nossos dirigentes na União Europeia.

Mas mesmo assim, é absolutamente essencial que nós, enquanto União Europeia, mantenhamos o nosso compromisso com a perspectiva da UE face ao Sudeste Europeu; esta foi a vontade política expressa hoje no Parlamento Europeu, o que saúdo e aprecio.

Em segundo lugar, no que se refere à República de Chipre, o meu amigo, o senhor deputado Wiersma, disse que eu só posso ser um optimista. Dá-me ideia que alguma coisa se perdeu na tradução, embora eu pensasse que estava a falar inglês – talvez com uma certa pronúncia de origem étnica da Finlândia oriental! Contudo, não me considero nem um optimista nem um pessimista, sou até, na generalidade, bastante realista no que respeita à análise dos factos e determinado em relação às coisas que posso efectivamente mudar. Neste caso,

creio que é absolutamente essencial apoiarmos as conversações dos dois dirigentes e das duas comunidades, em curso neste momento, de modo a que se possa aproveitar a oportunidade de alcançar em 2009 um acordo alargado, na esperança, claro está, de que a Turquia contribua para um clima político favorável à consecução desse acordo.

Do ponto de vista da União Europeia, é importante garantir que qualquer solução esteja em conformidade com os princípios fundadores da União da liberdade, democracia, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais e Estado de direito. Por outras palavras, a UE pode apoiar qualquer solução que crie um Chipre unido respeitando os princípios com base nos quais a UE foi fundada e capaz de cumprir as obrigações impostas pela adesão à UE. Isto implica claramente uma federação bi-zonal, bi-comunal com igualdade política, tal como definida pelas respectivas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Por último, no que se refere à Croácia, agradeço aos oradores o seu apoio à iniciativa da Comissão sobre mediação – uma iniciativa que tem por base o direito internacional, e neste caso refiro-me tanto à Carta das Nações Unidas como ao quadro de negociações entre a UE e a Croácia. Posso apenas salientar que, qualquer que seja o método escolhido, terá de assentar num acordo bilateral entre os dois países, Eslovénia e Croácia. Estamos a trabalhar nesse sentido de modo a facilitar um acordo nesses moldes.

Espero sinceramente que possam apoiar a iniciativa da Comissão na vossa resolução de maneira a não criar uma situação que nos atire de volta para a estaca zero, pois aquela é a única via realista e viável a seguir.

Permitam-me concluir dizendo que acredito sinceramente que é possível para a Croácia alcançar o ambicioso objectivo de concluir as negociações de adesão até finais de 2009, desde que as negociações possam recomeçar rapidamente. Razão por que insto os dois países a chegar rapidamente a um acordo de modo a resolver a questão fronteiriça e a desbloquear sem mais delongas a adesão da Croácia à UE. Gostaria de vos agradecer o apoio dado a esta iniciativa.

Presidente. - Declaro que recebi três propostas resolução⁽²⁾, apresentadas nos termos do n.º 2 do artigo 103.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, dia 12 de Março de 2009.

Bernd Posselt (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, tenho uma questão concreta a formular ao Senhor Comissário, que é a de saber se concorda ou propõe que a expressão "princípio da equidade" na declaração da Comissão seja substituída pela expressão "direito internacional e jurisprudência".

(A Presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. - Senhor Deputado Posselt, o debate está encerrado.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE), por escrito. – (RO) Felicito a senhora deputada Pia Oomen-Ruijten por este excelente relatório.

Permitam-me salientar duas ideias:

1) Em primeiro lugar, penso que a UE deve continuar a encorajar o desenvolvimento de elites pró-europeias, modernas e seculares na Turquia, assim como a divulgação dos valores europeus e de informação de qualidade sobre a integração europeia. Para isso há que apoiar de forma mais activa a reforma da educação no país, a garantia da autonomia universitária, o desenvolvimento de estudos de integração europeia e o Programa Erasmus. Os estudantes, investigadores e professores que pretendam estudar as Instituições e políticas da UE devem ser encorajados e apoiados.

2) Depois, a UE deve defender os direitos das minorias nacionais mas, ao mesmo tempo, condenar firmemente as acções dos separatistas étnicos. Estou a referir-me especificamente ao separatismo curdo na Turquia e em Chipre mas podia mencionar outros casos. A UE tem de apoiar a aplicação estrita dos princípios de integridade territorial e boa vizinhança na Turquia, Iraque, Chipre e nos outros países da região.

(2) Ver Acta.

Richard Corbett (PSE), *por escrito*. – (EN) Sinto-me entusiasmado com a confiança da Comissão dos Assuntos Externos e da Comissão na possibilidade de as negociações para a adesão da Croácia à UE estarem concluídas este ano. A Croácia fez grandes progressos na adopção do acervo comunitário, o gabinete anticorrupção USKOK intensificou o seu trabalho, tendo sido introduzida legislação que permite reformar o sistema judicial da Croácia.

Contudo, tudo isto perde força ao saber-se que continuam a existir processos em que o TPIJ se tem visto impossibilitado de aceder a determinados documentos relacionados com alegados crimes de guerra, além de que se impõe dar mais atenção aos direitos das minorias, como por exemplo o estatuto dos Sérvios de Krajina e o regresso de refugiados.

O alargamento é um dos grandes êxitos da União Europeia moderna. Tendo integrado muitas nações europeias devastadas pela Guerra Fria, devemos fazer agora o mesmo em relação aos Balcãs Ocidentais. A adesão da Croácia é um primeiro passo crucial.

Alexandra Dobolyi (PSE), *por escrito*. – (HU) A questão turca esteve sempre rodeada de dúvidas e de desconfiança. Houve sempre problemas que ultrapassavam em muito a necessidade de cumprir os rigorosos critérios de adesão.

Neste aspecto, basta olhar para o tipo de relações de vizinhança que a Turquia mantém com outros Estados-Membros da UE, como a Grécia, Chipre ou com um país fora da UE como é a Arménia. Além disso, se tivermos em conta que a Turquia é o único Estado que considera que a União Europeia apenas conta com 26 Estados-Membros, é estranho que a própria Turquia queira aderir e pertencer a esta comunidade no futuro.

A minha posição é a de que, enquanto o país não mudar substancialmente o seu comportamento em questões fundamentais, o processo da sua adesão à UE esfumar-se-á ao longo do tempo. Quando a União Europeia decidiu dar início às negociações de adesão, isso foi feito na esperança e na expectativa de que a Turquia tivesse, de facto, um lugar na família europeia. Permitam-me que coloque a seguinte pergunta: será certo que, hoje em dia, a Turquia continue a pensar desta forma?

Se e quando a Turquia se envolver inequivocamente no estabelecimento de boas relações com os seus vizinhos, resolver pacificamente os problemas pendentes, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e outros documentos europeus, então haverá esperança.

Se a Turquia cumprir estes critérios sem reserva, haverá então hipóteses de conseguir conquistar o apoio de cada um de nós e talvez também de reconquistar a simpatia dos cidadãos europeus.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (PSE), *por escrito*. – (PL) Ao longo do último ano, assistimos a progressos significativos e aos esforços intensos da Croácia nas negociações com vista à adesão. Estas negociações estão bem encaminhadas, embora aquele país deva concentrar-se em reformas adicionais, por exemplo, nos domínios da administração, do sistema judicial, da economia, da luta contra a corrupção e contra a criminalidade organizada, do respeito pelas minorias e da sua protecção e da investigação de crimes de guerra.

É essencial a Croácia continuar a trabalhar no sentido da plena transposição do acervo comunitário e da sua aplicação efectiva. Além disso, é extremamente importante que haja uma melhoria ao nível das relações entre a Croácia e os seus vizinhos, especialmente a Eslovénia, e encontrar uma solução definitiva para a questão das fronteiras com outros países vizinhos.

A Croácia deve igualmente incluir na sua política de desenvolvimento os objectivos que a União Europeia está também a propor actualmente para si própria no contexto do pacote de medidas relacionadas com o clima e as fontes de energia renováveis.

Para continuar a efectuar progressos nas negociações com vista à adesão, a Croácia deve, em particular, concluir reformas políticas, económicas, legislativas e administrativas essenciais. Neste contexto, é importante recordar que o roteiro da Comissão é uma ferramenta muito útil para ajudar a Croácia a concluir os vários capítulos das negociações. Espero que se consiga chegar à fase final das negociações, talvez ainda este ano.

András Gyürk (PPE-DE), *por escrito*. – (HU) A cooperação energética surgiu como uma das principais questões nas relações entre a UE e a Turquia. A principal razão para isso é que a Turquia, enquanto país de trânsito, pode contribuir significativamente para reduzir a dependência comunitária em matéria de energia

e para diversificar as suas fontes de abastecimento energético. O reforço da cooperação com este país poderá, simultaneamente, constituir um passo importante para a expansão do mercado interno da energia.

Estou convencido de que os objectivos fundamentais da Turquia e da União Europeia apontam no mesmo sentido. Gostaríamos de satisfazer a crescente procura no consumo de energia a partir do máximo de fontes possível. Promover a diversificação é ainda mais urgente no que se refere ao fornecimento de gás. Para isso, a construção do gasoduto Nabucco é de primordial importância. A crise do gás, em Janeiro, demonstrou mais do que nunca a necessidade desta infra-estrutura. Por consequência, a ideia de o plano de estímulo económico europeu reservar recursos para a construção do gasoduto é positiva.

No que diz respeito ao Nabucco, antes de darmos o primeiro passo, precisamos, o mais rapidamente possível, de acordos governamentais bilaterais que envolvam a Turquia. Considero lamentáveis os comentários que associam a atitude de Ancara em relação ao Nabucco directamente à adesão do país à UE. Estou convencido de que a cooperação em matéria de política energética não pode ser transformada numa arma de política externa. Por esta razão, é necessário um diálogo mais intenso sobre energia entre a União Europeia e a Turquia. Uma fase possível deste diálogo poderia ser a abertura do capítulo relativo à energia.

Nicolae Vlad Popa (PPE-DE), por escrito. – (RO) O relatório anual da Comissão de 2008 referente aos progressos realizados pela Turquia na sua qualidade de Estado candidato é um relatório equilibrado. Apesar de o processo de reforma necessitar de ser impulsionado e de oito capítulos de negociação continuarem bloqueados, a Comissão saudou em especial a recente actividade diplomática da Turquia e o seu papel na promoção da estabilidade na região. Os acontecimentos do verão de 2008 vieram realçar o papel estratégico da Turquia, inclusivamente no sector da energia.

No domínio da cooperação regional, foi notado o papel construtivo da Turquia, através de uma diplomacia activa, nas relações com os países vizinhos e o Médio Oriente. Já os acontecimentos no Cáucaso permitiram salientar a importância estratégica desse país para a segurança energética da UE, nomeadamente porque abre oportunidade a uma diversificação das rotas de transporte. O texto sublinha a importância de uma estreita cooperação no sector da energia entre a UE e a Turquia, sendo o projecto Nabucco elemento chave nesta questão. Na sequência do início de negociações entre os líderes cipriotas grego e turco para se alcançar um acordo sobre a questão cipriota, é fundamental que Ancara mantenha o seu apoio a uma solução, a par dos esforços envidados com o mesmo fim pela ONU.

A expansão da UE e a integração progressiva dos Estados dos Balcãs Ocidentais na União são dossiês prioritários para a Roménia. Apoiamos os progressos substanciais alcançados nas negociações com a Turquia, num processo suficientemente dinâmico para encorajar reformas internas.

Toomas Savi (ALDE), por escrito. – (EN) Durante os últimos cinco anos, os novos Estados-Membros testemunharam vários efeitos positivos resultantes da adesão à União Europeia. Essa experiência não deverá ser monopolizada, pelo que apoio inquestionavelmente o alargamento continuado da UE. Contudo, por muito que gostasse de ver a Turquia aderir à UE num futuro próximo, o relatório de acompanhamento aponta para uma situação que, de certa forma, é a oposta.

Abordei esta questão várias vezes nesta Assembleia, referindo o genocídio arménio e manifestando preocupações relativamente aos curdos e à ocupação de Chipre.

Para além disso, quando analisamos os progressos da Turquia no que se refere à conclusão das negociações em torno de 35 capítulos do acervo comunitário desde Outubro de 2005, podemos verificar que só foram abertos doze capítulos e, até à data, só um – o capítulo sobre ciência e investigação – foi concluído.

Gostaria de perguntar ao Conselho e à Comissão de que forma propõem acelerar o curso das negociações e resolver o diferendo sobre Chipre.

Csaba Sógor (PPE-DE), por escrito. – (HU) Os Estados-Membros da União Europeia devem mostrar uma maior solidariedade e tolerância para com os países candidatos à adesão. O meu país, a Roménia, não estava preparado para a adesão, e persistem ainda algumas deficiências em matéria de direitos das minorias. No entanto, a Hungria não impediu a Roménia de aderir, pois considerou mais importante a solidariedade e a tolerância europeias. Os países candidatos à adesão devem, naturalmente, dar passos maiores no sentido de garantirem os direitos humanos e das minorias, mas os actuais Estados-Membros da UE devem dar um bom exemplo. Por isso, considero importante que nos dirijamos em primeiro lugar aos Estados-Membros para que:

- assinem e ratifiquem a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias,

- revoguem a lei, em vigor num Estado-Membro da UE, que introduz a noção de culpa colectiva,
- aprendam com o exemplo do Kosovo a garantir a autonomia regional e cultural das minorias nacionais tradicionais que vivem no território dos actuais Estados-Membros da UE.

Csaba Sándor Tabajdi (PSE), *por escrito*. – (HU) A estabilização dos Balcãs Ocidentais e o reforço dos seus laços com a Europa são tarefas importantes, uma vez que a região tem uma importância geoestratégica para o continente. Simultaneamente, sob numerosos pontos de vista, nomeadamente nos domínios económico e energético, os Balcãs Ocidentais permanecem bastante vulneráveis e dependentes.

Esperamos que a Croácia consiga juntar-se a nós em 2011, durante a Presidência Húngara, mas isso depende da conclusão bem-sucedida das recém-iniciadas conversações bilaterais com a Eslovénia, com mediação internacional, relativas à divisão da Baía de Piran. Uma outra condição é que a Croácia coopere integralmente com o Tribunal Penal Internacional na Haia, na busca e na entrega às autoridades de criminosos de guerra. Além disso, temos de enviar uma mensagem positiva aos países da região, onde, devido a diversos factores externos e internos, o calendário para a adesão é ainda incerto. Ratifiquemos o mais rapidamente possível o Acordo de Estabilização e de Associação com a Sérvia e com a Bósnia e Herzegovina, concedamos estatuto de candidato pleno a todos os países da região e estabeleçamos, o mais rapidamente possível, um calendário preciso para um acordo sobre liberalização de vistos. A crise financeira constituiu um rude golpe para os Balcãs e, se necessário, os Estados-Membros da UE terão de desempenhar um papel na estabilização da região e de prestar assistência aos países em dificuldades. A UE deve seguir atentamente as relações interétnicas na região, com especial atenção para a delicada situação interna na Macedónia, que actualmente corre o maior risco de conflitos graves.

13. Mandato do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0112/2009), da deputada Annemie Neyts-Uyttebroeck, em nome da Comissão dos Assuntos Externos, sobre uma proposta de recomendação do Parlamento Europeu ao Conselho sobre o mandato do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (2008/2290(INI)).

Annemie Neyts-Uyttebroeck, relatora - (NL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, desde que foi criado, em 1993, o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia já acusou 161 pessoas. Completou processos contra 116 delas, sendo que numerosos acusados se encontram em diferentes fases do processo perante o Tribunal.

Só dois acusados permanecem ainda na fase investigação, e dois deles, Ratko Mladić e Goran Hadžić, continuam a monte. Embora o Conselho de Segurança da ONU tenha apelado ao Tribunal para concluir os seus trabalhos o mais tardar até ao final de 2010, deixou contudo algum espaço de manobra.

Após uma fase de arranque compreensivelmente difícil – já que afinal tudo era novo e teve, por assim dizer, de ser inventado na hora –, o Tribunal revelou-se uma entidade judicial muito sólida, séria e capaz, que não limita a s suas actividades à administração de justiça - tarefa que aliás desempenha com o maior dos zelos –, o que reforçou a sua legitimidade. Além disso, o Tribunal elaborou bons programas de assistência a fim de contribuir para o processo de assimilação e reconciliação nos países que emergiram na sequência do colapso da antiga Jugoslávia.

O Tribunal contribui igualmente para a formação de instituições judiciais, que têm, em última instância, de encarregar-se da esmagadora maioria dos dossiês relativos a crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Aliás, o objectivo nunca foi que o Tribunal assumisse a título permanente as funções dos tribunais nacionais em todo o território da ex-Jugoslávia.

Bem pelo contrário. É aos países em causa que incumbe assegurar que os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade são perseguidos e julgados. Nesse sentido, o Tribunal transferiu um conjunto de dossiês para os tribunais nacionais e concentrou-se nos casos mais importantes.

No intuito de satisfazer as exigências do Conselho de Segurança, Tribunal elaborou também uma verdadeira estratégia de conclusão em três fases. Este plano prevê a plena conclusão de todos os procedimentos judiciais até ao final de 2011, com um eventual transvazo para 2012. A fim de prever todas as eventualidades, mas, acima de tudo, de garantir que, aconteça o que acontecer, Ratko Mladić e Goran Hadžić são submetidos ao mesmo processo, será necessário criar um mecanismo eficaz, altamente qualificado e adequadamente equipado que possa ocupar-se das restantes tarefas, mesmo após o termo do mandato do Tribunal.

Por todas estas razões, exortaríamos o Conselho a instar as Nações Unidas, e em particular o Conselho de Segurança, a prorrogarem por pelo menos dois anos o mandato do Tribunal, a fim de zelar por que, após esse período, exista um mecanismo de recepção, e de assegurar o armazenamento e a acessibilidade dos arquivos do Tribunal.

Num contexto semelhante, mas um pouco mais lato, solicitamos que a boa cooperação com o Tribunal e o desenvolvimento de uma aparelho judicial eficaz que se ocupe também de crimes contra a humanidade continuem a ser critérios de avaliação das nossas relações com os países os Balcãs Ocidentais. Instamos os países em causa a continuarem a cooperar com o Tribunal e a fornecerem respostas cabais ao seu Procurador Principal.

Por último, pedimos à Comissão que continue a prestar atenção aos programas de formação e a outras iniciativas orientadas para a promoção do diálogo multicultural, para a busca conjunta da verdade e da reconciliação. Afinal de contas, por muito importante que seja, a administração de justiça por si só não conduz à reconciliação, que é uma condição essencial para que os cidadãos e as cidadãs dos Balcãs Ocidentais possam finalmente começar a construir o seu futuro.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhora Presidente, creio que este debate é oportuno e que o relatório da senhora deputada Neyts-Uyttebroeck inclui uma série de recomendações importantes. Oferece-me a oportunidade de levantar uma questão que é central para a nossa política relativamente aos Balcãs Ocidentais.

O trabalho do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ) constitui um elemento essencial para se fazer justiça, resolver as questões passadas e seguir em frente. É também fundamental reforçar o Estado de direito na região. Este pode ser um processo moroso, por vezes difícil, mas o TPIJ realizou progressos significativos. Até à data, concluiu acções legais contra 116 acusados com veredictos extremamente diferentes. Apenas dois dos 161 acusados continuam a monte.

Quando o TPIJ foi criado em 1993, os sistemas judiciais nacionais na ex-Jugoslávia não estavam preparados para lidar com crimes desta escala. No entanto, não havia dúvidas de que não podiam ficar impunes. Não há contrato, não há acordo, nem sociedade que possa ser sustentável sem justiça. A nossa estratégia relativamente à região é contribuir para a estabilização dos países dos Balcãs Ocidentais e ajudá-los a concretizar a sua perspectiva europeia. Um elemento fundamental dessa política consiste na cooperação com o TPIJ, daí que apoiemos o seu mandato de várias maneiras.

Em primeiro lugar, os países dos Balcãs Ocidentais fazem parte do Processo de Estabilização e Associação (PEA). Este processo depende do respeito pelos princípios democráticos, do Estado de direito, direitos humanos e direitos das pessoas que pertencem a minorias, liberdades fundamentais, bem como os princípios do direito internacional e cooperação regional. Depende igualmente da plena cooperação com o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia. A condicionalidade do PEA é monitorizada através dos relatórios anuais de progresso elaborados pela Comissão. Os relatórios de progresso serão publicados em Outubro de 2009.

Para além disso, as questões ligadas aos direitos humanos e ao Estado de direito, incluindo o reforço do funcionamento, da imparcialidade e responsabilidade do sistema judicial, bem como a luta contra a corrupção e o crime organizado são prioridades elementares da Parceria entre a UE e os países dos Balcãs Ocidentais. Estas são actualizadas com regularidade.

Além do mais, o Conselho aprovou duas posições comuns que visam apoiar a execução do mandato do TPIJ ao impor o congelamento de bens dos fugitivos acusados e uma proibição de viajar às pessoas que ajudem os acusados pelo TPIJ a escapar à justiça. Estas posições comuns são regularmente prorrogadas e actualizadas.

A União Europeia apoiará até à sua conclusão o trabalho do TPIJ. Concordo inteiramente que, mais a longo prazo, o legado do TPIJ terá de ser preservado. Sempre que for ocasião para tal – e não é uma questão que caiba à UE decidir –, os sistemas judiciais nacionais precisarão de estar preparados para aceder aos dossiês do TPIJ. Esta é uma das razões por que a tónica que colocámos nas reformas judiciais e na boa governação no âmbito do PEA se reveste de tanta importância.

O trabalho de indivíduos e de ONG, como por exemplo o Humanitarian Law Centre (Cento de direito humanitário) em Belgrado e o Centro de Documentação e Investigação em Sarajevo, que procuram apurar a verdade, merece igualmente todo o nosso apoio.

Permitam-me que termine agradecendo a este Parlamento o seu apoio nesta área e em particular este seu relatório útil e construtivo.

PRESIDÊNCIA: WALLIS

Vice-presidente

Olli Rehn, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, saúdo a iniciativa e o relatório da senhora deputada Neyts-Uyttebroeck. Esta iniciativa e relatório enviam um sinal extremamente positivo no que toca ao compromisso do Parlamento Europeu de apoiar o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ).

Para a Comissão é óbvio que a comunidade internacional tem de continuar a apoiar totalmente o TPIJ para que este conclua as missões ainda pendentes. Não pode haver impunidade para os crimes de guerra e, como bem sabem, a plena cooperação com o TPIJ é uma condição para fazer avançar a integração europeia. Esta condição indispensável afecta actualmente o processo de adesão da Sérvia à UE e afectou a Croácia. Espero que não venha a afectar a Croácia novamente, o que depende de a Croácia manter uma cooperação integral com o TPIJ.

Este princípio também inclui que se ocupe de processos de crimes de guerra que são remetidos para a jurisdição nacional pelo TPIJ. Nós disponibilizámos apoio financeiro e neste momento apostámos num reforço do nosso apoio, bem como dos esforços com vista ao desenvolvimento de capacidades neste importante domínio, especialmente na Bósnia e Herzegovina que regista de longe o maior número de processos.

A Comissão aprovou recentemente um financiamento destinado a um projecto lançado pelo Procurador Principal, Serge Brammertz, relativo a estágios no âmbito dos seus serviços para formar os procuradores convidados para tratar crimes de guerra, bem como jovens profissionais do Sudeste europeu.

Estamos igualmente a trabalhar com o Procurador Principal, Serge Brammertz, noutros projectos que incluem uma conferência regional destinada aos procuradores para crimes de guerra dos Balcãs Ocidentais, que terá lugar em Bruxelas nos princípios de Abril, no próximo mês.

Em suma, a Comissão continua absolutamente empenhada no trabalho do TPIJ e em envidar esforços, em conjunto com Serge Brammertz e os seus dedicados colegas, para levar a tribunal todos os autores de graves violações do Direito Humanitário Internacional. Queremos, desta forma, apoiar este trabalho tão importante que contribui para a reconciliação e manutenção da paz nos Balcãs Ocidentais.

Espero sinceramente poder continuar a colaborar com o Parlamento a este respeito.

Ria Oomen-Ruijten, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (NL) Senhora Presidente, gostaria de agradecer calorosamente à senhora deputada Neyts-Uyttebroeck pela integridade do seu relatório. A relatora tem razão em dizer que o Parlamento tem realmente de definir de forma muito clara as suas prioridades. Os criminosos de guerra não podem permanecer impunes. Todos os países da região têm de prestar toda a sua colaboração, e há que dar também ao Tribunal Penal Internacional a possibilidade de concluir as suas actividades com o necessário cuidado.

Senhora Presidente, é evidente que, com 116 processos concluídos e com a enorme quantidade de trabalho que tem desenvolvido na região, o Tribunal da Haia pode apresentar um excelente resultado. Já ninguém pode afirmar que os culpados ficam impunes. Congratulo-me também com a ênfase que é dada ao dever de plena colaboração com o Tribunal. Isto é válido para todos os países de onde provêm os culpados. Os indivíduos que continuam a monte têm de ser levados a tribunal, sendo que todos os países da região se comprometeram com a União Europeia a envidar esforços nesse sentido. Não seríamos credíveis se não insistíssemos firmemente no cumprimento dessa promessa. Aliás, com a anuência da relatora, apresentarei amanhã uma alteração oral sobre esta matéria.

Senhora Presidente, o valor do Tribunal é notável, sobretudo porque há ainda muito trabalho a fazer no sistema judicial nos Balcãs. Essa é razão por que também é bom que o presente relatório saliente a importância do adequado funcionamento de um sistema judicial independente e imparcial. Ao fim e ao cabo, este é um dos critérios de Copenhaga.

Gostaria de fazer duas observações. Relativamente ao prazo de 2010 ou 2011, sou da opinião de que não devemos ser tão estritos. Afinal, é muitíssimo mais importante que, se necessário, o Tribunal possa continuar a funcionar após essa data a fim encerrar determinados assuntos.

Em segundo lugar, no que se refere à conclusão, mesmo com a detenção e julgamento de Ratko Mladić e Goran Hadžić, o trabalho do Tribunal não terá terminado. O mecanismo residual e o Tribunal Penal Internacional poderão assumir a tarefa, mas, do meu ponto de vista, as experiências boas e menos boas nunca deverão perder-se.

Richard Howitt, *em nome do Grupo PSE*. – (EN) Senhora Presidente, desde a sua criação em 1993, o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ) tem fundamentalmente remodelado o papel do Direito Humanitário Internacional e oferecido às vítimas dos trágicos conflitos nos Balcãs, que de outra forma não seriam ouvidas, a oportunidade de dizer ao mundo os horrores que elas e as suas famílias viveram e de procurar fazer justiça.

O TPIJ tem demonstrado que ninguém, seja qual for a sua posição ou estatuto na altura do conflito, é imune à justiça – um precedente que neste momento faz com que o Tribunal Penal Internacional promova o respeito pelos direitos humanos em todo o mundo.

Reiteramos hoje que, relativamente à ex-Jugoslávia, não pode haver impunidade para todos os acusados que continuam a ser procurados. Ratko Mladić e Goran Hadžić continuam fugidos à justiça e têm de ser detidos.

Devemos também prestar todo o nosso apoio ao pedido do Procurador Principal, Serge Brammertz, no sentido de seja disponibilizada ao TPIJ a documentação necessária, vital para o processo contra o ex-General Ante Gotovina e outros – uma questão que os nossos amigos croatas, entre outros, sabem que é pertinente para o processo de adesão à UE.

O Grupo dos Socialistas propôs à plenária duas alterações. Em primeiro lugar, que deve ficar claro que quaisquer propostas com vista a uma possível prorrogação do mandato não deve desviar a atenção da sua principal missão de completar os julgamentos e de concluir todo o seu trabalho o mais breve possível. Em segundo lugar, apelamos a um acesso livre aos arquivos do TPIJ por parte de procuradores, advogados de defesa e, no futuro, historiadores e investigadores.

Agradeço à relatora e recomendo estas alterações a esta Assembleia.

Sarah Ludford, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhora Presidente, precisamos de apoiar, com vista à sua conclusão, o impressionante trabalho do Tribunal da Haia de levar à justiça os autores de crimes terríveis e não impor um final artificial dos processos, pois as pressões de tempo prejudicarão os julgamentos justos, enquanto as abreviações poderão prejudicar a segurança das testemunhas. Embora muitos dos processos de menor dimensão tenham sido transferidos com êxito para os tribunais nacionais, alguns destes poderão ser incapazes ou não estar dispostos a conduzir processos penais de acordo com as normas internacionais, o que significa que há, por vezes, resistência por parte das vítimas ou testemunhas às ditas transferências.

A fim de permitir a continuação do mandato do TPIJ, instamos o Conselho a encorajar o Conselho de Segurança no sentido de disponibilizar recursos suficientes a partir do seu orçamento geral, sobretudo para poder manter os principais especialistas e o pessoal altamente qualificado. O Tribunal tem necessariamente de deixar um legado sólido, que funcione tanto como modelo para outros possíveis tribunais *ad hoc* como para contribuir para o reforço da justiça nos países balcânicos.

Verifica-se a necessidade de um maior apoio da parte da UE às investigações e julgamentos nacionais sobre crimes de guerra, assim como de os critérios de Copenhaga preverem um apoio reforçado com vista à constituição de um corpo judicial de elevada formação e elevado nível, todavia o legado desse Tribunal tem também de contribuir para a reconciliação e compreensão interétnicas, sendo que o trabalho das ONG merece mais recursos.

O Senhor Comissário Olli Rehn lembra-nos que a plena cooperação com o TPIJ constitui uma condição para a adesão à UE, mas a verdade é que, como ontem à noite o Senhor Comissário Leonard Orban me disse abertamente na ausência do Senhor Comissário Olli Rehn, não existe unanimidade no Conselho relativamente ao que isso quer dizer. Essa situação trouxe confusão e levou, naturalmente, a um adiamento de prazos. Por muito que queiramos que a Sérvia e a Croácia adiram à União, o Conselho, a Comissão e o Parlamento têm de estar unidos e ser firmes ao afirmar que acusados como Ratko Mladić e Goran Hadžić têm de ser entregues e, no caso da Croácia, as provas e testemunhos têm de ser facilitados. Não podemos dar-nos ao luxo de facilitar nestas condições.

Jan Marinus Wiersma (PSE). – (NL) Senhora Presidente, há alguns pontos que eu gostaria de focar neste breve debate. O trabalho desenvolvido pelo Tribunal para a ex-Jugoslávia é de suma importância, não só porque garante que os responsáveis pelos crimes de guerra nos Balcãs serão levados à justiça, mas também

porque dá corpo ao sentimento de justiça dos cidadãos. O Tribunal desempenha igualmente um papel importante na política europeia em relação aos Balcãs Ocidentais, um aspecto que também é realçado no relatório da senhora deputada Neyts-Uyttebroeck.

Agora que o termo do mandato se aproxima, temos efectivamente de pensar na conclusão do trabalho. O que mais importa para o meu grupo é que o grau de capacidade do Tribunal seja mantido para este que possa concluir os processos que ainda estão em curso e fazer com que os suspeitos que continuam a monte, Ratko Mladić e Goran Hadžić, sejam julgados.

Com efeito, não podemos em momento algum criar a impressão de que a duração e o termo do mandato do Tribunal signifiquem de alguma forma que estas pessoas possam permanecer em liberdade. O facto de isso vir a ser garantido através de uma prorrogação ou da criação de um mecanismo residual não constitui para nós uma questão de princípio, e, do nosso ponto de vista, talvez possamos também encontrar uma forma de colocar os juízes, os advogados e o secretariado do Tribunal numa espécie de regime de *stand-by*.

Véronique De Keyser (PSE). - (FR) Senhora Presidente, a União Europeia aplica a todos os países dos Balcãs o princípio da igualdade de tratamento.

Se, por um lado, insistimos para que Belgrado entregue Ratko Mladić antes de poder pôr em prática o acordo provisório sobre o comércio no quadro do acordo de associação e estabilização, é evidente que, por outro lado, pedimos também uma cooperação plena da Croácia com o Tribunal.

Ora, essa cooperação - é o menos que podemos dizer - deixa ainda a desejar. Aquando da última visita do Provedor de Justiça Brammertz a Zagreb, no passado mês de Fevereiro, onde se tinha deslocado para exigir os documentos que faltavam sobre a utilização da artilharia na "Operação Tempestade" - que, recordei, teve por consequência o êxodo de 200 mil Sérvios e a morte de 350 civis -, o Provedor de Justiça tinha exigido a plena cooperação da Croácia, e, embora a Comissão Europeia acabe de dar sinal verde à abertura do capítulo 23 sobre as questões judiciais e dos direitos fundamentais, alguns governos europeus não ouvem bem desse ouvido, e o Parlamento Europeu também não.

De facto, em nossa opinião, não haverá adesão nos Balcãs sem garantia de paz, e a melhor das garantias é a verdade e a justiça sobre os crimes do passado.

Gostaria de felicitar a senhora deputada Annemie Neyts-Uyttebroeck, que conseguiu a unanimidade na Comissão dos Assuntos Externos.

Alexandru Nazare (PPE-DE). - (RO) Felicito a relatora, a senhora deputada Annemie Neyts, e saúdo o relatório referente ao mandato do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, para o qual contribuí com algumas alterações e que suscita uma série de questões que não podemos deixar de considerar.

Temos de garantir que os resultados até agora alcançados por esse tribunal no sentido de punir crimes de guerra e promover a reconciliação nos Balcãs Ocidentais têm consequências reais. O trabalho do tribunal tem de ter seguimento. Do mesmo modo, convém avaliar os resultados até agora alcançados, nomeadamente os objectivos que ainda não foram atingidos. Com base nessa avaliação o Conselho deverá então ponderar a possibilidade de alargar o seu mandato pelo tempo necessário.

É óbvio que esse tribunal não poderá prosseguir o seu trabalho indefinidamente, razão pela qual temos de garantir que existirá um mecanismo que cumpra as funções residuais que ainda falte cumprir e se mantenha em funções durante o tempo necessário. Assim, saúdo a proposta apresentada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que visa criar uma instituição com esta finalidade.

Outra medida que considero crucial para o desenvolvimento de órgãos institucionais sustentáveis nos Balcãs Ocidentais é a criação de um conjunto de normas e de critérios de avaliação dos sistemas judiciais nesses países, como mecanismo de apoio aos tribunais nacionais.

Bogusław Rogalski (UEN). - (PL) Senhora Presidente, o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia deu um contributo significativo para o processo de reconciliação nos Balcãs Ocidentais e ajudou a promover o restabelecimento e a manutenção da paz na região. Contribuiu igualmente para a criação das bases de novas normas internacionais para a resolução de conflitos depois de uma guerra terminar. É necessário, porém, salientar que o apoio ao desenvolvimento das potencialidades dos sistemas judiciais nacionais nos Balcãs é uma questão fundamental, de modo que os tribunais locais possam dar seguimento ao trabalho iniciado pelo Tribunal Penal. Outro desafio importante é uma boa cooperação entre os tribunais e os magistrados do Ministério Público nos Balcãs Ocidentais, especialmente em casos que envolvam a extradição

e assistência jurídica mútua. É também obviamente necessário introduzir mecanismos destinados a garantir que, após o seu encerramento, as funções do Tribunal Penal e o material produzido pelo mesmo contribuam para o reforço dos princípios do Estado de direito.

Por último, gostaria de lançar um apelo aos países dos Balcãs Ocidentais, bem como aos países da UE, para que apoiem o trabalho das organizações não governamentais e de outras instituições que prestam ajuda a vítimas, promovem o diálogo e o entendimento entre grupos étnicos e apoiam os esforços de reconciliação nos Balcãs.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhora Presidente, para terminar, gostaria brevemente de reiterar o nosso total apoio ao trabalho em curso do TPIJ enquanto peça importante do processo de recuperação e reconciliação nos Balcãs Ocidentais, agora e no futuro.

Permitam-me apenas que mencione que nos reuniremos amanhã com o Procurador Principal, Serge Brammertz, em Praga. Na minha opinião, o Tribunal deve estar em posição de levar a cabo o seu mandato, concluir os julgamentos que estão a correr e dar início a outros contra os dois acusados ainda a monte. Também a meu ver, o legado do Tribunal tem de ser preservado, reforçando a capacidade local para se ocupar dos casos mais proeminentes. Afinal de contas, estes são os processos que dizem respeito aos países dos Balcãs Ocidentais e relativamente aos quais eles próprios precisam de, no futuro, assumir responsabilidades.

Olli Rehn, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de vos agradecer este debate tão conciso mas tão importante e felicitar a senhora deputada Neyts-Uyttebroeck pelo seu relatório e iniciativa.

O TPIJ é de facto uma expressão dos valores europeus de justiça e do Estado de direito, daí a importância deste debate. Constitui igualmente um elemento essencial da nossa política de alargamento nos Balcãs Ocidentais.

No que se refere a datas, posso apenas subscrever o próprio TPIJ – a saber, que as datas previstas da estratégia de conclusão são objectivos mas não prazos absolutos, como se afirma e muito bem no relatório da senhora deputada Neyts-Uyttebroeck.

Para a Comissão, a questão fundamental é continuar a receber o apoio da comunidade internacional para a conclusão do actual mandato do Tribunal de forma a garantir que não haverá imunidade para os crimes de guerra no futuro.

Annemie Neyts-Uyttebroeck, relatora. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram para este debate.

Gostaria também de dizer que encontrei em todos que trabalham ou trabalharam no TPIJ um nível de dedicação e compromisso que raras vezes vi noutro lugar. Foi um enorme prazer.

Essa foi sobretudo a razão para avançar com estas propostas.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, quinta-feira, dia 12 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Marek Aleksander Czarnecki (ALDE), por escrito. – (PL) Senhor Presidente, o trabalho do Tribunal da Haia merece o apoio permanente da União Europeia, sobretudo no que respeita à criação das bases de novas normas para a resolução de conflitos, e também pelo seu contributo significativo para o processo da reconciliação na região dos Balcãs Ocidentais.

Perante a resolução das Nações Unidas apelando ao encerramento dos trabalhos do TPIJ, concordo com a relatora que é necessário examinar a possibilidade de prorrogar o mandato daquela instituição. O Tribunal deve prosseguir o seu trabalho, quanto mais não seja porque há muitos criminosos que continuam a monte, e há um número considerável de casos que continuam a exigir uma apreciação fiável.

Estou convencido de que um factor fundamental neste contexto é também a criação de um mecanismo de funcionamento claro para o sistema judicial dos Balcãs, susceptível de assumir as funções iniciais do Tribunal após o seu encerramento. Além disso, apelo aos Estados-Membros para que apoiem o trabalho das organizações não governamentais e de outras instituições que prestam assistência a vítimas, promovem o diálogo e a compreensão entre os grupos étnicos e apoiam os esforços no sentido da reconciliação.

Athanasios Pafilis (GUE/NGL), por escrito. – (EL) Dez anos após a guerra suja desencadeada pelos EUA, NATO e UE contra a Jugoslávia, os culpados pela prática de crimes contra o seu povo estão a salivar sobre os milhares de pessoas assassinadas, incluindo mulheres e crianças, e sobre os enormes danos que provocaram nos Balcãs. O relatório em questão louva o Tribunal de Haia que eles próprios criaram para julgar as suas vítimas e ilibar dos seus crimes os imperialistas americanos e europeus, um tribunal com acusações forjadas, com julgamentos fantoches que levaram ao assassinato do antigo Presidente jugoslavo Slobodan Milosevic. Com uma insolência inacreditável, pede que se prolongue o seu funcionamento por forma a poderem declarar novos culpados e exercer pressões terroristas sobre os povos da Jugoslávia, convidando-os a assinar uma declaração de arrependimento por terem defendido o seu país e de submissão perante os seus assassinos europeus.

O simples voto contra este relatório desprezível não basta. O Partido Comunista da Grécia não participa na votação. Recusa-se a participar, nem que seja só com a sua presença, na legitimação, pelo Parlamento Europeu, dos crimes cometidos pelos imperialistas. Deste modo, está a prestar homenagem a todos aqueles que pagaram com o seu sangue a barbaridade imperialista dos EUA, NATO e UE.

Serão criados verdadeiros tribunais do povo, e os verdadeiros culpados e assassinos dos EUA, NATO e UE, os governos de centro-esquerda e de centro-direita, serão julgados e condenados pelos crimes que cometeram.

14. Período de perguntas (perguntas ao Conselho)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o Período de Perguntas (B6-0009/2009) dirigidas ao Conselho.

Pergunta n.º 1, de **Marian Harkin** (H-0040/09)

Assunto: Melhoramento da qualidade, disponibilidade e financiamento dos cuidados de saúde de longa duração

A Europa vê-se confrontada com desafios em resultado de uma população em envelhecimento, o que leva a que um número crescente de pessoas requeiram cuidados, a que crescem mudanças no tamanho e composição das famílias, mudanças no mercado de trabalho e uma maior mobilidade, sendo que todos estes factores terão impacto sobre a disponibilidade dos prestadores de cuidados de saúde. O Relatório Demográfico da Comissão (SEC(2008)2911) reconheceu que tais desafios exigirão políticas de resposta diversificadas, incluindo o reforço da solidariedade entre gerações em termos de cuidados de longa duração, um maior reconhecimento dos profissionais que prestam esses serviços e, mais importante ainda, um maior apoio aos familiares prestadores de cuidados.

A Presidência já manifestou a sua disponibilidade no que respeita a dar mais atenção ao melhoramento da qualidade, disponibilidade e financiamento dos cuidados de longa duração. Que medidas se propõe o Conselho tomar durante a actual presidência para apoiar os prestadores de cuidados informais em toda a UE, muitos dos quais já prestam cuidados de longa duração e, na verdade, poupam aos nossos serviços de saúde milhões de euros na prestação desses cuidados?

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Permitam-me que responda à pergunta da senhora deputada Harkin.

A Presidência está absolutamente ciente da importância dos cuidados de saúde de longa duração no quadro de uma população em envelhecimento. De acordo com o Eurostat, a população com idades superiores a 65 anos na UE duplicará entre 1995 e 2050. Nas suas conclusões de 16 de Dezembro de 2008 sobre estratégias de saúde pública para combater doenças neurodegenerativas associadas ao envelhecimento, o Conselho saudou o trabalho realizado por associações que defendem e apoiam pacientes e respectivos prestadores de cuidados e exortou os Estados-Membros e a Comissão a reflectirem em conjunto sobre o apoio a prestar aos prestadores de cuidados e a considerar formas de promover o seu desenvolvimento.

Para além disso, o Conselho também convidou os Estados-Membros a estabelecer, em cooperação com as partes interessadas, um plano de acção que defina estratégias nacionais ou quaisquer outras medidas que visam a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e dos seus prestadores de cuidados, assim como a melhoria da distribuição de informação útil aos doentes, às suas famílias e aos prestadores de cuidados de saúde, de modo a que estes fiquem cientes do princípio de prestação de cuidados e melhores práticas que foram identificados.

O Conselho também recomendou que os Estados-Membros deverão avaliar a complexidade ou redundância de procedimentos administrativos com que se deparam os doentes e os prestadores de cuidados e considerar medidas para os simplificar.

Além do mais, no Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social 2008, transmitido pelo Conselho ao Conselho Europeu, os Estados-Membros comprometeram-se a aumentar o acesso a serviços de qualidade. Nesse sentido, reafirmaram a necessidade de encontrar o equilíbrio certo entre as responsabilidades públicas e privadas e os cuidados formais e informais e que a prestação de cuidados num ambiente residencial ou comunitário será preferível a um ambiente institucional.

O Conselho também exortou o Comité da Protecção Social a continuar a promover a partilha de experiências e o intercâmbio de melhores práticas no que se refere à qualidade dos cuidados de longa duração, à assistência aos prestadores de cuidados, à organização de cuidados de longa duração e à importância de cuidados integrados.

A Presidência também manterá o objectivo do programa de 18 meses do Conselho no domínio da saúde pública e centrará os seus esforços, a nível da UE, no reforço do intercâmbio de experiências relacionadas com os cuidados de saúde e solidariedade para com os prestadores de cuidados, tendo em conta os desafios no plano da saúde criados pelas nossas sociedades em envelhecimento.

A Presidência checa dará uma atenção especial a questões ligadas aos cuidados de longa duração em ambientes comunitários, à prestação de cuidados informais a nível familiar, bem como à dignidade e direitos dos idosos. A Presidência organizará uma Conferência Europeia sobre dignidade e perigos para os idosos, que terá lugar em Praga, no dia 25 de Maio de 2009.

A conferência centrar-se-á na reforma dos serviços sociais e de saúde para poder responder melhor às necessidades e preferências das famílias e pessoas de mais idade e debruçar-se-á, *inter alia*, sobre questões como cuidados de longa duração em ambientes comunitários, assistência à família, debilidade próprias da velhice, prevenção de abusos e negligência face aos idosos e ainda o papel das autarquias.

A Presidência também organizará a Conferência Europeia subordinada ao tema “Serviços Sociais: um instrumento para a mobilização das forças de trabalho e reforçar a coesão social”, que terá lugar em Praga nos dias 22 e 23 de Abril. A Conferência dará especial atenção ao aumento de oportunidades de emprego em serviços sociais no quadro de uma população em envelhecimento, apoio aos prestadores de cuidados informais e ao papel dos serviços sociais na inclusão social activa e reconciliação entre cuidados de saúde e emprego.

Será também dada uma atenção prioritária a uma vida independente na comunidade. A Conferência deverá contribuir para o intercâmbio de melhores práticas.

Permitam-me que termine com os recentes desenvolvimentos no domínio da tributação. O Conselho Ecofin chegou a um acordo precisamente ontem, em Bruxelas, segundo o qual todos os Estados-Membros deverão ter a opção de aplicar taxas reduzidas de IVA numa base permanente aos serviços de assistência ao domicílio como por exemplo, ajuda e assistência domiciliária a jovens, idosos, doentes ou portadores de deficiência.

Kathy Sinnott (IND/DEM). - (EN) Fiquei muito motivada com Presidência Checa, em especial no que se refere à tónica que colocou sobre a família. O Relatório Demográfico da Comissão, que demonstra que temos uma população europeia em envelhecimento, tem o subtítulo “solidariedade entre as gerações”, mas é realmente no seio da família que aprendemos o significado de solidariedade e que a mesma se baseia na afectividade e nos cuidados.

Regozijo-me muitíssimo pelo facto de a Presidência Checa ter identificado a questão da dignidade humana, na medida em que esse princípio está no centro dos cuidados de saúde. Gostaria que comentasse esta questão, porque, tanto quanto posso ver, para que os cuidados de saúde sejam prestados a todos aqueles que dependem de assistência em moldes que respeitem a dignidade humana, não podemos deixar de ter presente esse princípio.

Hubert Pirker (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, considero muito positivo que estejam a ser desenvolvidos esforços para apoiar os familiares de modo a que estes possam assumir a seu cargo os cuidados de longa duração. Só que, na realidade, infelizmente, não há familiares suficientes para o fazer. Precisamos, sim, de um maior número de pessoal altamente qualificado. Daí a minha pergunta: que iniciativas tenciona o Presidente em exercício do Conselho tomar para garantir uma disponibilidade suficiente de profissionais

prestadores de cuidados de saúde? Pensou-se nalguma forma de harmonização da formação, já que se trata de novas iniciativas?

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhora Presidente, agradeço aos senhores deputados os seus comentários relativamente aos esforços da Presidência para melhorar as condições de vida dos idosos. O envelhecimento é um problema comum a todos nós e a verdade é que o devemos abordar com alguma dignidade.

Evidentemente que é verdade que muitos desses desafios continuam a fazer parte das competências nacionais dos Estados-Membros, no entanto, no início do debate, mencionei as duas conferências. Creio que os Estados-Membros poderão proporcionar formação e oportunidades de aconselhamento aos familiares prestadores de cuidados. O desenvolvimento de uma educação de grande qualidade constitui um factor chave para melhorar a qualidade da assistência, assim como o são a substituição temporária de cuidados e licenças especiais para empregados que cuidam de membros da família. Neste caso, a flexibilidade no tempo de trabalho, trabalhos a tempo parcial e outras disposições laborais favoráveis à prestação de cuidados são importantes.

Por último, a protecção social para os familiares prestadores de cuidados é igualmente importante. Os cuidados prestados tanto por profissionais como não profissionais têm de ser reconhecidos e organizados pela sociedade. Por conseguinte, a segurança económica constitui um pré-requisito para assegurar a qualidade dos cuidados.

Presidente. - Pergunta n.º 2, de **Brian Crowley** (H-0044/09)

Assunto: Desemprego na Europa

Que iniciativas prossegue presentemente o Conselho Europeu para combater o desemprego juvenil e de longa duração?

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Gostaria de agradecer ao senhor deputado Brian Crowley por ter apresentado esta pergunta. Estará certamente ciente de que os Estados-Membros são os primeiros responsáveis pela concepção e implementação das suas políticas de emprego. Contudo, o Conselho tem uma série de responsabilidades no domínio do emprego, incluindo a adopção anual das Orientações para o Emprego, de acordo com o artigo 128º do Tratado. Em especial neste momento que a Europa está enfrentar uma crise social e económica, o Conselho tem dedicado uma atenção particular às políticas de emprego dos Estados-Membros.

O senhor deputado, na sua pergunta, pretende saber concretamente quais as iniciativas do Conselho Europeu para ajudar a combater o desemprego juvenil e de longa duração na Europa. Em Dezembro de 2008, o Conselho Europeu acordou um Plano de Relançamento da Economia Europeia que pudesse oferecer um quadro coerente de acção a nível da União, bem como permitir a adopção de medidas por parte de cada Estado-Membro, tendo em conta as suas próprias circunstâncias. As conclusões do Conselho Europeu reforçaram, em especial, a adopção de medidas adicionais e céleres por parte do Fundo Social Europeu para apoiar o emprego, concretamente a favor dos grupos mais vulneráveis da população. O Conselho Europeu comprometeu-se a avaliar a implementação do plano no seu próximo Conselho Primavera, a realizar em Março, referindo que se poderá fazer aditamentos ou alterações ao mesmo, caso seja necessário.

Durante a primeira metade de 2009, a Presidência Checa tem igualmente prestado uma atenção especial a medidas favoráveis ao emprego, no quadro do Conselho Europeu Primavera. O Conselho Primavera analisará a situação do emprego na Comunidade e adoptará consequentemente as suas conclusões com base no Relatório Conjunto sobre o Emprego aprovado pelo Conselho e Comissão.

O parecer do Parlamento Europeu sobre o assunto será bem-vindo tendo em vista o Conselho Europeu de Março. Com base na avaliação do Conselho Europeu, o Conselho adoptará as linhas de orientação relativas às políticas de emprego dos Estados-Membros. As actuais orientações para o emprego adoptadas no ano transacto, bem como versões anteriores, salientaram veementemente a importância de encontrar soluções para o desemprego juvenil e de longa duração nos Estados-Membros.

Desde o Outono de 2008, quando os efeitos da actual crise sobre o emprego começaram a ser evidentes, o Comité do Emprego, criado pelo Conselho de acordo com o artigo 130º do Tratado, chamou a si a nova tarefa de monitorizar continuamente a situação do emprego nos Estados-Membros. As conclusões do Comité são comunicadas ao Conselho.

Além do mais, a Presidência decidiu organizar a Cimeira do Emprego de modo a manter uma plataforma de debate e eventuais decisões, a qual terá lugar em 7 de Maio. Os temas a debater serão confirmados após o Conselho Europeu Primavera – pelo que prevemos realizar o respectivo debate de orientação na próxima semana. Neste contexto, haverá também que mencionar que, ao longo deste ano, o Parlamento Europeu e o Conselho, na qualidade de co-legisladores, avaliarão e analisarão alterações ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, um instrumento que visa eliminar os impactos negativos da globalização, em que se incluem seguramente a perda de empregos, assim como diminuir o risco de os trabalhadores despedidos passarem a ser desempregados de longa duração. O objectivo é evitar o desemprego de longa duração mediante uma assistência adequada aos empregados afectados que passa por programas de activação, como formação, o que permitirá obter uma melhoria nas qualificações.

Em termos gerais, a promoção do emprego, incluindo o combate ao desemprego de longa duração e o desemprego juvenil, sempre ocuparam um lugar de topo nas agendas do Conselho e do Conselho Europeu. A Presidência apoia a implementação dos princípios da flexigurança. A sua implementação nas políticas nacionais, em conjunto com a reforma estrutural em curso, ajudará a melhorar a situação dos grupos vulneráveis no mercado de trabalho, o que inclui os jovens, as pessoas de mais idade, o desemprego de longa duração e as pessoas com poucas qualificações.

Podem ter a certeza, senhores deputados, que, durante a Primavera de 2009, em plena crise financeira e económica mundial e perante o aumento do desemprego, esta questão continua a ser a grande preocupação.

Brian Crowley (UEN). - (EN) Gostaria de agradecer ao senhor Presidente em exercício a sua resposta. Creio ser louvável o facto de a Presidência ter planeado uma conferência sobre o emprego antes de nós mesmos termos reconhecido ou compreendido a gravidade da taxa de desemprego decorrente da crise económica.

Mas, à luz dessa conferência para o emprego que se irá realizar, há três questões fundamentais que têm de ser bem identificadas e tratadas: em primeiro lugar, não utilizar o Fundo Social Europeu exclusivamente para a formação mas também para assegurar que a formação abra caminho a empregos reais, ou seja, não dar formação por dar; em segundo lugar, assegurar que Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização passe imediatamente a ser mais activo, pois é agora que a perda de emprego se faz sentir; e, em terceiro lugar, e mais importante do que tudo, encorajar os nossos colegas no Conselho a não enveredar pelo protecçãoismo nacional a nível de empregos nos seus países em detrimento de empregos nos outros países, uma vez que se coordenarmos a nossa acção e cooperarmos, teremos mais possibilidades de ter êxito.

Gay Mitchell (PPE-DE). - (EN) O Senhor Presidente em exercício concordará que a situação que vivemos não é semelhante à dos anos trinta, mas, sim, bem mais parecida com a situação vivida no final da Segunda Guerra Mundial, pelo que o que na verdade precisamos é de uma espécie de novo Plano Marshall para a recuperação da Europa?

Não lhe parecerá, assim, que há potencial para o Banco Europeu de Investimentos arranjar um investidor, como por exemplo a China, que empreste dinheiro ao BEI a fim de investir na Europa, que poderá depois ser restituído a quem quer que tenha emprestado essas verbas ao BEI através de tarifas comerciais suplementares e IVA cobrados pela União? O Senhor Presidente não será da opinião de que embora a Conferência para o emprego seja bem-vinda, precisamos de formas de pensar novas e de medidas tão radicais como as tomadas no fim da Segunda Guerra Mundial?

Hubert Pirker (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, as barreiras ainda existentes à mobilidade são, sem dúvida alguma, em parte responsáveis pelo desemprego juvenil. Temos excelentes programas de formação transfronteiriços, também para aprendizes, mas as barreiras existentes a nível dos direitos sociais e dos seguros de saúde levam a que todas estas possibilidades de mobilidade e de formação complementar no estrangeiro não possam ser utilizadas. Que iniciativas está a Presidência do Conselho a tomar para contrariar esta situação?

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. - (EN) Senhora Presidente, creio que há aqui duas questões diferentes, uma do senhor deputado Crowley e uma outra do senhor deputado Mitchell. Penso que precisamos de evitar as múltiplas tentações proteccionistas que poderão conduzir a um aumento do desemprego em vários Estados-Membros. A solução nacional não deverá ser encontrada em detrimento dos vizinhos e o seu preço não deverá ser pago pelas gerações futuras.

Precisamos de encontrar medidas e dar resposta à situação actual, e é o que estamos a tentar fazer. Concorro de facto com a ideia do senhor deputado Mitchell de que precisamos de um plano, e a verdade é que temos alguns planos. Temos o Plano de Recuperação da Economia Europeia e precisamos de o implementar.

Obviamente que estão em curso conversações com o Banco Europeu de Investimentos. O seu Presidente, Philippe Maystadt, realizou uma conferência há dois dias na qual mostrava o quanto o BEI havia despendido desde o início da crise – cerca de 10 mil milhões de euros a mais do que no ano anterior. Há também uma outra iniciativa lançada pelo BEI, em conjunto com o BERD e o Banco Mundial, para afectar recursos que ascendem a mais de 24 mil milhões de euros destinados a cobrir as necessidades de várias PME, por exemplo. Aqui está uma medida importante para manter a taxa de emprego.

No que se refere à revisão da regulamentação sobre o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, chegou-se a um acordo no Conselho sobre a proposta de revisão do regulamento sobre o Fundo Social Europeu, simplificando o registo das despesas e aumentando os pagamentos por conta aos Estados-Membros. Neste momento, aguardamos a posição do Parlamento, sendo que a regulamentação revista poderá entrar em vigor em Maio de 2009.

Presidente. - Pergunta n.º 3, de **Mairead McGuinness** (H-0046/09)

Assunto: Disparidade nas normas mundiais de produção

A Europa impõe padrões elevados, o que é de enaltecer, à produção e ao processamento de alimentos dentro das suas fronteiras, mas não impõe estes padrões aos produtos importados. As normas europeias são as melhores do mundo, em particular no que toca aos alimentos, às roupas e aos brinquedos, embora tornem mais elevados os custos de produção na União Europeia. Ora, os produtos importados, que não estão sujeitos aos mesmos padrões elevados de protecção do ambiente, entre outros, chegam frequentemente às lojas a preços muito mais acessíveis.

Que diligências está Conselho a fazer junto da OMC e demais fóruns mundiais para promover normas de produção mais elevadas em todo o mundo, de forma a melhor proteger os trabalhadores e os consumidores?

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Agradeço a pergunta, mais uma vez vinda de eurodeputados irlandeses – ao que parece os irlandeses são os mais activos durante o Período de Perguntas no Parlamento.

Ora bem, no que se refere à iniciativa na OMC de sensibilizar os responsáveis nesse sentido e encorajar a adopção de normas de produção mais elevadas em todo o mundo, permitam-me antes de mais que lembre à senhora deputada que a Comissão é o principal negociador da Comunidade Europeia na OMC, exercendo as suas funções com base no mandato conferido pelo Conselho. Por conseguinte, precisaríamos aqui da Senhora Comissária Ashton.

No que respeita às normas de produção, o artigo 20º do GATT permite aos governos actuarem em relação ao comércio de modo a proteger a vida ou saúde humana, animal ou vegetal, desde que não discriminem ou utilizem isto como uma forma de protecçãoismo disfarçado.

Para além disso, existem dois acordos na OMC que tratam estas questões: as medidas sanitárias e fitossanitárias (SFS) e os Acordos sobre os Obstáculos Técnicos ao Comércio (TBT).

O SFS constitui um acordo diferente que contém regras básicas sobre segurança alimentar e normas nos domínios zoonos e fitossanitário. Este permite aos países estabelecer as suas próprias normas, desde que estas têm por base dados científicos. O acordo TBT obriga os membros da OMC a garantir que os regulamentos técnicos, normas voluntárias e procedimentos de avaliação da conformidade não criem obstáculos desnecessários ao comércio.

Os membros da OMC são pois encorajados a aplicar normas internacionais, orientações e recomendações nos domínios em que estas existem. Poderão tomar medidas que se traduzam em normas mais elevadas apenas se houver uma justificação científica para o fazer.

A Comunidade Europeia impõe normas elevadas através das quais protegemos os nossos consumidores. Contudo, cabe-nos garantir que as normas requeridas não entrem em conflito com os acordos acima mencionados.

Todos nós sabemos que há diferentes pontos de vista sobre estas questões e que a Comunidade Europeia, nas controvérsias em torno destas medidas, tem assumido várias vezes a sua defesa.

No ponto de vista da Comunidade, as boas práticas regulamentares podem, entre outras coisas, ajudar a evitar obstáculos desnecessários ao comércio internacional e a garantir que a legislação não impõe mais restrições ao comércio do que o necessário. Paralelamente, esta pode defender o direito de estabelecer

objectivos de política pública, por exemplo, em relação à vida humana, animal e vegetal e meio ambiente, dentro de níveis que considere apropriados, desde que estes não sejam aplicados de forma a constituir um meio de discriminação arbitrário ou injustificado.

No contexto actual de crise financeira e declínio económico, nunca é demais enfatizar a importância de cumprir na íntegra e implementar eficazmente todas as regras e acordos da OMC.

A Comunidade Europeia tem trabalhado para o reforço das normas internacionais no âmbito dos Comitês da OMC relevantes, em especial nos comitês comerciais e ambientais TBT, SPS, TRIPS. Um caso recente que poderá ser mencionado aqui prende-se com a difícil posição da Comunidade Europeia no comité SPS em finais de Fevereiro sobre a questão do incumprimento por parte de alguns membros das normas da Organização Mundial da Saúde Animal.

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Gostaria de agradecer ao senhor Presidente em exercício do Conselho a sua resposta pormenorizada e técnica, mas permita-me que lhe dê um exemplo prático que poderá recentrar o seu pensamento. Dentro de alguns anos, a União Europeia proibirá a produção de ovos provenientes de sistemas de gaiolas. Contudo, o sistema continuará a ser utilizado fora das nossas fronteiras e iremos importar ovos líquidos ou ovos em pó provenientes dessas gaiolas que são proibidas na União Europeia. Ora os produtores perguntarão que lógica há afinal nisto tudo.

Pergunto-lhe, sendo uma pessoa de raciocínio bastante lógico e de respostas minuciosas, como é que se defende esse tipo de sistema sem se dizer que não se pode importar ovos líquidos ou ovos em pó provenientes de um sistema de gaiola? Proibi-lo internamente é ridículo.

Jim Allister (NI). - (EN) Senhor Ministro, creio que a questão fulcral da pergunta se prendia com a competitividade e com a forma como podemos manter um sistema competitivo para os produtos da UE. Dado que os produtores da UE, em especial de géneros alimentícios, suportam os custos suplementares decorrentes do cumprimento das normas da UE e, simultaneamente, têm de competir com produtos importados provenientes de países que não o fazem, perguntar-lhe-ia se, nessas circunstâncias, não lhe parece que a PAC deverá ser utilizada para financiar a possibilidade de os produtores da UE continuarem a ser competitivos? Sem esse financiamento, vamos sofrer precisamente o destino que a senhora deputada McGuinness mencionava.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. - (EN) Não me situo entre os maiores defensores da PAC. De uma forma geral, entendo que a reforma da PAC deve continuar, mas espero que não venhamos a estar numa situação em que importamos ovos líquidos ou secos. Da mesma maneira, creio que a maior parte das normas da CE relativas à colocação no mercado se baseiam não apenas no que acordámos aqui, na Europa, mas nas normas internacionalmente acordadas pelo Codex Alimentarius e pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa. É importante que todos sigam certas normas e que não criemos condições que prejudiquem gravemente este estado de coisas.

Os acordos TBT obrigam a OMC e os seus membros a garantir que os regulamentos técnicos, normas voluntárias e procedimentos de avaliação da conformidade não criem obstáculos ao comércio.

Presidente. - Pergunta n.º 4, de **Claude Moraes** (H-0047/09)

Assunto: Alterações climáticas

Que preparativos está o Conselho a fazer com vista à Cimeira do G8, que terá lugar em Julho, e à Conferência sobre as alterações climáticas, que decorrerá em Copenhaga nos próximos meses, a fim de fazer avançar as negociações sobre as alterações climáticas? Em particular, pode o Conselho referir alguma melhoria a nível da cooperação entre a UE e a nova administração norte americana neste domínio?

Pode ainda o Conselho indicar que novas medidas prevê no âmbito da luta contra as alterações climáticas, a fim de consolidar o pacote de medidas aprovado em Dezembro?

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. - (EN) Em Dezembro de 2008, a Conferência de Poznań acordou um programa de trabalho para 2009, que identifica claramente os passos a dar com vista à Conferência sobre as alterações climáticas, que decorrerá em Copenhaga em Dezembro de 2009. Poznań também fez passar a mensagem que a actual crise financeira não deve ser vista como um obstáculo a novas acções destinadas a combater as alterações climáticas, mas, ao invés, como uma outra oportunidade para transformar profundamente o nosso sistema económico e avançar para uma economia com emissões reduzidas de carbono.

Posto isto, há que estar ciente de que não nos espera um período fácil na concretização desse objectivo. A crise económica afectará a vontade das partes interessadas de absorver custos adicionais relacionados com compromissos ligados à redução, bem como a medidas de mitigação e adaptação.

A Presidência Checa tenciona envidar esforços a nível internacional para se chegar a um bom acordo em Copenhaga, em Dezembro. Como sabem, na sequência da Comunicação da Comissão intitulada “Rumo à celebração em Copenhaga de um acordo abrangente sobre as alterações climáticas” e com base na contribuição da Comissão Temporária sobre Alterações Climáticas criada pelo Parlamento Europeu, o Conselho adoptou conclusões sobre esta temática na semana passada, reforçando assim a posição da UE sobre um acordo abrangente pós-2012.

Prevê-se igualmente que o próximo Conselho Europeu chegue a acordo sobre as mensagens políticas fundamentais. Para além da visão comum face a uma acção a longo prazo em matéria de mitigação e adaptação, bem como de tecnologia, a identificação de meios apropriados para financiar políticas climáticas eficazes e a longo prazo é fundamental relativamente à posição da UE e determinará, em larga medida, o êxito da Conferência de Copenhaga.

A UE já começou a ter uma intervenção activa não só junto dos principais parceiros de negociação e das principais economias emergentes mas também junto da nova Administração dos EUA, que também já se mostrou disponível para participar de forma mais produtiva.

A Presidência teve a sua primeira reunião com a nova Administração norte-americana e prevê para breve novas trocas de opiniões. As alterações climáticas serão um dos temas discutidos durante a Cimeira informal UE-EUA, em Praga, a realizar no dia 5 de Abril. De toda a forma, os primeiros sinais de Washington são encorajadores, portanto será fundamental garantir uma boa cooperação entre a UE e os EUA para que as nossas posições sejam o mais ambiciosas possível e para assegurar que, consequentemente, as principais economias emergentes sigam o nosso caminho.

Para que os esforços da UE com vista a combater as alterações climáticas produzam resultados, é absolutamente fundamental que consigamos a participação de outras grandes economias mundiais produtoras de CO₂. Esta é a razão por que várias destas economias foram também convidadas para a reunião do G8 – África do Sul, Egito, China, Índia, Austrália, México, Brasil, Indonésia e Coreia do Sul.

No que diz respeito ao pacote “energia e clima”, ao alcançar um acordo sobre este pacote, em Dezembro de 2008, a UE enviou um sinal político extremamente forte a todos os seus parceiros de negociação no mundo. Daremos início agora à sua implementação, o que envolve um grande trabalho técnico.

Ciente da necessidade de determinar mais em pormenor os critérios que a União Europeia gostaria de aplicar ao decidir passar de uma redução de 20% para 30%, o Conselho está actualmente a analisar as questões que se prendem com a complementaridade de esforços e com a vantagem de possíveis acções dos países em desenvolvimento baseadas na Comunicação da Comissão. O respectivo texto está incluído nas conclusões do Conselho “Ambiente” de 2 de Março de 2009.

Claude Moraes (PSE). - (EN) Que seria do Período de Perguntas sem os nossos colegas irlandeses e as suas contribuições articuladas e eficazes? Intervenho em primeiro lugar agora, mas na realidade para fazer uma observação à Presidência.

A questão subjacente à minha pergunta é a seguinte: devemos ter presente que os nossos constituintes mais jovens, em especial – e estou certo de que não sou o único nesta situação –, gostariam de exortar tanto esta Presidência, que vai a meio do seu mandato, como a Presidência Sueca, a reflectir no que significam as tentativas dos americanos de assegurar que não existe conflito – e o Senhor Ministro Vondra mencionou este ponto – entre a procura de soluções para a prioridade urgente da crise económica, do desemprego e por aí adiante, e o incentivo ao desenvolvimento de acções destinadas a combater as alterações climáticas, promovendo o pacote de medidas para as alterações climáticas e exortando as indústrias a participarem numa economia com emissões reduzidas de carbono.

Não estou a pedir nada demais, mas gostaria de dizer o seguinte: por favor, é preciso estar sempre consciente de que não são objectivos que se excluam mutuamente. Muitos dos nossos constituintes mais jovens em toda a UE querem transmitir precisamente esta ideia às nossas Presidências.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) Tendo em consideração os efeitos das alterações climáticas, como longos períodos de seca, a diminuição dos recursos de água potável e a desertificação de extensões consideráveis

do território europeu, gostaria de perguntar ao Conselho se considera a possibilidade de desenvolver um sistema de irrigação europeu.

Penso que, neste período de crise económica, é prioritário investir na agricultura. A agricultura, em termos da balança comercial da União Europeia, assume importância considerável, e temos de garantir a disponibilidade de alimentos acessíveis, saudáveis e em quantidade suficiente para os cidadãos europeus.

Avril Doyle (PPE-DE). - (EN) Gostaria de lembrar ao Senhor Presidente em exercício que, na Cimeira do passado mês de Dezembro, todos os chefes de Estado e de Governo concordaram com uma declaração que dizia *inter alia* que, no quadro de um acordo internacional em matéria de alterações climáticas em Copenhaga, em 2009, para aqueles que o desejarem fazer, parte das receitas dos leilões seria utilizada para viabilizar e financiar acções destinadas à mitigação e adaptação às alterações climáticas nos países em desenvolvimento que tenham ratificado o acordo, em especial os países menos desenvolvidos.

A minha pergunta é muito simples. Uma vez que as declarações da Cimeira não figuram em qualquer Jornal Oficial ou acta, antes do final da sua Presidência, Senhor Ministro, poderá providenciar para que fique registado em acta, nesta Assembleia, todo o conteúdo da declaração emitida na Cimeira do passado mês de Dezembro? É da maior importância que tenhamos um registo de tão importantes declarações.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. - (EN) Creio que estão nas conclusões do Conselho “Ambiente” do princípio de Março. Não tenho os documentos comigo, portanto irei ver novamente com atenção. A minha impressão é de que já as li. Estamos a aproximar-nos do Conselho Europeu da Primavera e espero ter confirmação de todos esses objectivos ambiciosos.

Não sei – e isto levanta algumas outras questões – se vamos apresentar uma proposta sobre o montante adequado para os fundos destinados a ajudar os países em desenvolvimento no domínio da mitigação e adaptação, na medida em que estamos precisamente na fase inicial das nossas conversações com os EUA e outros parceiros e não faria sentido mostrar as nossas cartas para já.

O debate com os Americanos está a correr. O nosso Vice-ministro do ambiente encontrou-se com Carol Browner no princípio do mês, e Martin Bursík, Ministro checo do ambiente, reunir-se-á com os seus parceiros em Washington – creio que no final desta semana ou no princípio do próximo mês – pelo que o diálogo está lançado.

Sim, obviamente que precisamos de encontrar uma base comum. Vivemos uma crise económica e paralelamente temos estes objectivos em matéria ambiental. Os senhores têm razão em dizer que podemos encontrar uma série de sinergias e que não há razão para qualquer conflito. Se lerem os planos de relançamento da economia europeia, há muitos programas que têm uma vertente ou um objectivo ecológico. Ao mesmo tempo, há ainda muito para explicar ao público. As condições nos Estados-Membros da UE não são necessariamente sempre iguais, logo conto com muito trabalho junto do público e com a diplomacia pública nesta área.

Presidente. - Pergunta n.º 5, de **Liam Aylward** (H-0050/09)

Assunto: Segurança rodoviária

De acordo com as prioridades da Presidência Checa, o elevado número de mortes nas estradas europeias requer o reforço das diligências desenvolvidas a nível europeu no intuito de melhorar a segurança rodoviária.

Que medidas tenciona a Presidência adoptar visando encontrar soluções para este problema?

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. - (EN) Como o senhor deputado referiu, a melhoria da segurança rodoviária e a redução do elevado número de acidentes mortais nas estradas comunitárias figuram entre as prioridades da Presidência Checa para o sector dos transportes. Não surpresa, uma vez que somos o país situado precisamente no centro do continente. A intensidade do tráfego e os perigos inerentes constituem para nós uma das primeiras prioridades.

Partilhando as mesmas preocupações que os Senhores e tendo em vista a melhoria da actual situação a curto prazo, a Presidência pensou em realizar um debate ministerial na reunião do Conselho da Primavera de 2009 sobre futuros desenvolvimentos na área da segurança rodoviária no âmbito da preparação de um novo plano de acção para a segurança rodoviária. Contudo, tendo em conta o facto de a Comissão ter indicado à Presidência a sua intenção de adiar a data de aprovação deste novo plano de acção, a Presidência checa considera este debate prematuro.

Um exemplo de acção concreta, desenvolvida sob a nossa Presidência, no domínio da segurança rodoviária é uma negociação final entre o Conselho e o Parlamento sobre uma proposta de regulamento relativo às prescrições para homologação no que se refere à segurança geral dos veículos a motor. Como sabem, a Presidência e os representantes do Parlamento conseguiram alcançar um acordo sobre esta proposta, sendo que o Parlamento Europeu aprovou o regulamento ontem. O dito regulamento sobre a segurança geral dos veículos a motor exige a montagem obrigatória de sistemas de controlo electrónico de estabilidade em todos os veículos, bem como sistemas avançados de travagem de emergência e sistemas de aviso de afastamento da faixa de rodagem nos veículos pesados. Estas novas tecnologias podem melhorar significativamente a segurança dos veículos, e é evidente que a segurança rodoviária beneficiará quando forem introduzidas como equipamento de série nos veículos novos.

O acordo em primeira leitura permitirá a introdução obrigatória de sistemas electrónicos de estabilidade nos novos veículos a partir de 2011, um ano mais cedo do que o previsto originalmente na proposta da Comissão. Além do mais, o Conselho acabou de iniciar a análise do plano de acção da Comissão para a implantação de sistemas de transporte inteligentes (STI) na Europa e da proposta de directiva associada que estabelece um quadro para a implantação de Sistemas de Transporte Inteligentes (STI) no transporte rodoviário, inclusive nas interfaces com outros modos de transporte. Ambos têm entre os seus objectivos a melhoria da segurança rodoviária através da aplicação das tecnologias de informação e comunicação ao sector do transporte rodoviário.

A Presidência tenciona convidar os Ministros a aprovar as conclusões do Conselho sobre o plano de acção na reunião do Conselho de Março de 2009, bem como uma abordagem geral ou um acordo político sobre a proposta supracitada na reunião do Conselho em Junho de 2009. O papel do STI no domínio da segurança rodoviária será igualmente discutido durante a reunião informal de ministros dos transportes a realizar em finais de Abril, em Litoměřice, no meu país.

Os Sistemas de Transporte Inteligentes e dispositivos como as chamadas de emergência e os sistemas de hiper-vigilância do condutor, alertas de velocidade e bloqueamento por excesso de álcool poderão representar uma contribuição considerável para reforçar a nossa segurança rodoviária. Os sistemas electrónicos de estabilidade e o sistema eCall (chamada de emergência realizada automaticamente pelo veículo em caso de acidente) poderão, por si só, salvar até 6 500 vidas por ano na Europa se foram totalmente implantados. Dada a importância que a Presidência atribui à segurança rodoviária, esta examinará quaisquer outras propostas sobre esta matéria que a Comissão possa apresentar em breve, desde que o tempo disponível até finais de Junho o permita.

Seán Ó Neachtain (UEN). – (GA) Mais uma pergunta proveniente da Irlanda, mas desta feita na nossa própria língua. No seu entender, quais são as principais causas do elevado número de mortes nas estradas? Tenciona a Presidência checar estabelecer alguma nova forma de coordenação das normas em vigor nos diferentes países europeus destinadas a garantir o bom estado de funcionamento dos carros em circulação? E considera ainda V. Ex.^a que o esforço de redução do número de mortes nas estradas deve comportar também medidas de cariz não estritamente técnico?

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) A UE não fez o suficiente para reduzir os acidentes rodoviários. A segurança rodoviária pode ser melhorada através de investimentos em infra-estruturas, modificando o comportamento de todos os envolvidos e cumprindo o código da estrada.

A Comissão Europeia apresentou uma proposta de directiva sobre a aplicação transfronteiriça das multas previstas para a infracção do código da estrada. O Parlamento Europeu votou a favor. Em que fase se encontra este processo e quais são as perspectivas de o dossiê ser aprovado pelo Conselho da União Europeia?

Jim Higgins (PPE-DE). – (EN) Em primeiro lugar, gostaria de perguntar ao Conselho se aceita que precisamos de objectivos específicos para cada Estado-Membro relativamente à redução do número de mortes e vítimas de acidentes nas nossas estradas.

Em segundo lugar, admitiria o Conselho que precisamos de aplicar um sistema que permita, no caso de uma infracção ser cometida numa determinada jurisdição, que o autor da infracção possa ser processado pelos tribunais dessa jurisdição, mesmo que tenha regressado ao seu país natal?

Por último, mas não menos importante, saúdo a informação do Conselho em relação ao sistema eCall, mas pergunto quando passará a ser obrigatório em todos os Estados-Membros? É vital do ponto de vista dos acidentes, em especial dos acidentes que ocorrem com um só veículo.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Em primeiro lugar, compreendo que estas questões são muito importantes durante a campanha eleitoral dado que todos dão importância ao problema da segurança rodoviária. Creio que temos de estar conscientes de que os governos e o Conselho Europeu, em particular, não podem ser responsáveis por todas as vidas nas nossas estradas. Trata-se também e sobretudo da responsabilidade dos condutores que vão ao volante.

Obviamente que precisamos de nos concentrar nesta questão, a qual, volto a dizer, figura entre as prioritárias, e daí que se justifique levar por diante este debate. Aliás, foi por isso que seleccionámos este assunto como um principais pontos da ordem de trabalhos da reunião informal dos Ministros dos Transportes, a realizar em finais de Abril. Transmitirei seguramente ao meu colega de Governo, o nosso Ministro dos Transportes, a importância desta matéria também para os senhores deputados.

O tema principal desta reunião informal é a implantação do Sistemas de Transporte Inteligentes (STI), na UE. A segurança rodoviária é seguramente uma das seis áreas de acção prioritárias identificadas pela Comissão neste plano de acção para os STI. Pela nossa parte queremos avançar com este debate.

Presidente. - As perguntas que, por falta de tempo, não obtiveram resposta obtê-la-ão ulteriormente por escrito (ver Anexo).

Está encerrado o período de perguntas.

(A sessão, suspensa às 19H10, é reiniciada às 21H00)

PRESIDÊNCIA: MORGANTINI

Vice-Presidente

15. Livro verde sobre o pessoal da saúde na Europa (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o Livro Verde sobre o pessoal da saúde na Europa.

Androulla Vassiliou, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, foi para mim um prazer ter sido convidado para fazer uma declaração ao Parlamento sobre o Livro Verde sobre o pessoal da saúde na Europa, aprovado pela Comissão em 10 de Dezembro de 2008.

Esse convite vem num momento oportuno, uma vez que nos aproximamos do fim da fase de consulta, que será concluída no final deste mês.

É óbvio que a pressão aumenta sobre todos os sistemas de saúde da UE, em resultado de uma população em envelhecimento, de ameaças para a saúde, bem como do aumento dos custos das novas tecnologias e das crescentes expectativas dos doentes – e tudo isto tendo como pano de fundo uma situação económica difícil.

Se o pessoal da saúde em toda a UE não receber uma boa formação e não estiver motivado, a sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde europeus ficará ameaçada e as desigualdades em matéria de saúde aumentarão.

À medida que a população europeia vai envelhecendo, também o pessoal da saúde envelhece, e a verdade é que o recrutamento de pessoal novo para substituir os que abandonam as funções é insuficiente. Precisamos de reflectir sobre as razões por que os jovens não se sentem motivados para ser profissionais de saúde.

Esta situação, em conjunto com a mobilidade dos profissionais da saúde dentro e entre Estados-Membros, está a gerar problemas comuns no que toca ao pessoal da saúde na maioria dos sistemas de saúde europeus.

Conto com um elevado número de respostas ao Livro Verde por parte de numerosas organizações activas na área da saúde e que expressaram as suas preocupações face a esta importante questão.

Espero sinceramente poder receber também contribuições vindas dos deputados deste Parlamento, contribuições essas que facilitarão o nosso trabalho e servirão o nosso objectivo comum.

A análise das respostas que recebemos orientar-nos-á no desenvolvimento de estratégias a nível da UE para apoiar os Estados-Membros na resposta a dar a estes desafios.

O debate sobre o pessoal da saúde é diferente das questões abrangidas pela proposta de directiva relativa à aplicação dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços.

De facto, essa proposta centra-se nas regras e disposições necessárias para providenciar acesso, em condições equitativas, a cuidados de saúde seguros e de elevada qualidade aos doentes que se deslocam para outro país na Europa.

O primeiro objectivo da proposta legislativa é fazer respeitar, de forma justa e coerente, os direitos dos doentes, tal como reconhecidos pelo Tribunal Europeu de Justiça. Não procura regulamentar a prestação de serviços de saúde a nível transfronteiriço, liberdade de estabelecimento ou a mobilidade dos profissionais de saúde.

Contudo, isso não significa que a proposta de directiva ignore a segurança e qualidade dos cuidados prestados aos doentes que procuram cuidados de saúde no estrangeiro – o que está intrinsecamente relacionado com o contexto em que os cuidados de saúde são prestados por profissionais dessa área.

A este respeito, a proposta de directiva estabelece muito claramente uma regra essencial: em relação aos cuidados de saúde transfronteiriços, as normas aplicadas são as do Estado-Membro de tratamento.

Permitam-me também que mencione muito brevemente outras disposições, como as estabelecidas no artigo 5º da proposta: os Estados-Membros comprometem-se a definir as normas nacionais de qualidade e segurança, a implementá-las com eficácia e a torná-las públicas. Os prestadores de cuidados de saúde facultarão toda a informação pertinente de modo a permitir que os pacientes façam uma escolha informada – incluindo em matéria de cobertura de seguros ou outros tipos de protecção pessoal ou colectiva no que se refere à responsabilidade profissional, que deverão estar em vigor em todos os Estados-Membros; os doentes disporão de mecanismos efectivos de reclamação e compensação, em caso de danos causados pela prestação de cuidados de saúde.

Com este conjunto de princípios e normas, creio que a proposta de directiva define uma relação clara entre o paciente e o prestador de cuidados por forma a garantir uma boa informação, bem como cuidados de saúde seguros e de qualidade para os cidadãos europeus que decidam deslocar-se até outro Estado-Membro para receber tratamento.

Permitam-me também recordar que, sob a principal responsabilidade do meu colega, o Senhor Comissário McCreevy, existe outra legislação importante da UE que regula o reconhecimento mútuo de qualificações para médicos, enfermeiros, dentistas, parteiras e farmacêuticos. Remeto para a Directiva 2005/36/CE, que está actualmente em vigor. Essa directiva prevê também obrigações específicas para os Estados-Membros no que respeita ao intercâmbio de informação em caso de deslocação de profissionais de saúde. Esses fluxos de informação são facilitados pelo uso do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI), que já contempla o intercâmbio electrónico de informação sobre as cinco principais profissões de saúde. Além do mais, está previsto um alargamento do IMI a todas as profissões regulamentadas.

A terminar, dar resposta aos desafios que se colocam em matéria de pessoal da saúde na UE, assegurando simultaneamente a sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde, constituirá uma das maiores tarefas ao longo da próxima década para a Europa. Isto requer uma abordagem política alargada, dado que nenhum Estado-Membro poderá, em boa verdade, encontrar a sua própria solução isoladamente. A solução não poderá ser simplesmente atrair profissionais de saúde dos países em desenvolvimento, onde a falta destes é cada vez maior.

Nesse sentido, o Livro Verde permitirá o debate e uma nova definição das questões em jogo, conduzindo à concepção de acções comuns sempre que se justificar. Sei que as vossas expectativas são elevadas, e conto com a vossa ajuda para encontrar soluções passíveis de apoiar a ajuda inestimável que os profissionais de saúde representam na vida de cada um de nós.

Presidente. – Senhora Comissária, não tenho dúvidas de que os deputados do Parlamento Europeu responderão proficuamente ao seu pedido de contributos para o Livro verde sobre o pessoal da saúde na Europa.

John Bowis, em nome do Grupo PPE-DE. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer à Senhora Comissária, não só por abdicar da sua noite para vir juntar-se a nós nesta numerosa Assembleia, mas também pela mensagem que transmitiu. Trata-se de um Livro Verde importante que deverá dar início a um debate de relevo dentro deste Parlamento e fora dele.

A Senhora Comissária suscitou uma ou duas questões durante a apresentação que acabou de fazer, incluindo uma relativa aos motivos por que não há mais enfermeiros e médicos. Se me permitem, creio que isso representa metade do problema. A outra metade prende-se com o motivo por que são tantos os que

abandonam esta profissão. A chave para o problema passará por encontrar formas de recrutar e manter os profissionais de saúde. Isso é particularmente verdade para os enfermeiros, mas também aos médicos, bem como outros terapeutas e por aí adiante. Creio que temos de analisar as estruturas de carreira que oferecemos e a forma como são vistas as perspectivas de promoção. Temos de reduzir algumas das barreiras dentro das profissões e entre elas. Cabe-nos assegurar que o ambiente de trabalho seja agradável. É duro, mas pode também ser confortável. Cumpre-nos garantir a existência de estruturas de investigação na Europa para as pessoas não optarem por ir para o estrangeiro. Provavelmente, e sobretudo, teremos de ouvir os profissionais mais atingidos pelos problemas. Com demasiada frequência – sei disso pela experiência adquirida na governação, e a Senhora sabe-o como Comissária – ouvimos as pessoas que estão no topo e não vamos até aos hospitais, aos quartos dos doentes, ouvir as enfermeiras e os médicos que, de facto exercem, a sua actividade no terreno. Se o fizéssemos mais vezes, talvez as nossas políticas fossem mais correctas.

Gostaria de referir, claro – tal como a Senhora Comissária o fez –, o meu relatório, as considerações do Parlamento sobre os cuidados de saúde transfronteiriços. Dissemos, desde o princípio, que igualmente importantes eram as duas medidas que não surgiriam ao mesmo tempo. Uma delas, evidentemente, prendia-se com a segurança dos pacientes, e temos efectivamente uma medida que acelerou todo o processo. Esta outra ficou de algum modo para trás: diz respeito aos profissionais de saúde. Precisamos efectivamente de ter profissionais de saúde que prestem esse serviço – esse apoio – aos cuidados de saúde transfronteiriços de modo a permitir que os doentes se desloquem com confiança e em segurança. Na realidade, estando aqui em Estrasburgo, pensamos no exemplo de Estrasburgo, Liège, Luxemburgo, em que o conceito de rede de referência poderá ser de grande valor tanto ao nível do doente como da formação e investigação.

A Senhora Comissária referiu a mobilidade dos profissionais de saúde, e a verdade é que temos de encontrar formas de a tornar uma realidade sem pôr em perigo a saúde dos doentes. Creio que a questão inclui seguramente os testes relacionados com a língua, que não constituem um obstáculo mas devem ser necessariamente uma medida protectora a favor dos doentes. A Senhora Comissária mencionou a questão do reconhecimento das qualificações. Essa é claramente uma questão importante, quer sejamos tratados no nosso país por um médico que venha de fora, quer nos desloquemos ao estrangeiro para consultar um médico local. Existem algumas profissões – e a quiroprática é uma delas – onde há reconhecimento nalguns países e noutros não. Precisamos de encontrar formas de trazer esses profissionais de saúde complementares para o centro do nosso plano.

Precisamos também, claro está, de ter garantias relativamente à segurança dos doentes, considerando a existência de médicos que foram irradiados do registo de um Estado-Membro da UE ou que são objecto de processos disciplinares – médicos, enfermeiros e quaisquer profissionais de saúde – e no meu relatório faço um apelo para que esta questão seja facilitada pela Comissão. Creio que se trata de um assunto que merece maior atenção da nossa parte.

A Senhora Comissária aludiu, e muito bem, à fuga de cérebros. É trágico que não produzamos profissionais de saúde suficientes e que os vamos buscar aos países que mais precisam. Se atentarmos nos números, podemos ver que, em média, 1 em 4 médicos e 1 enfermeiro em 20 receberam formação em África e trabalham em países da OCDE. O fenómeno fica em parte, a nós, enquanto países, que os vamos buscar e, em parte, às nossas ONG, que também a eles recorrem e os recrutam no país em causa, pagando-lhes mais do que receberiam no seu país de origem. Por conseguinte, estes profissionais não regressam para trabalhar nos países de origem.

Todos estes elementos importantes, Senhora Comissária. Há que atender à segurança dos profissionais de saúde. Precisamos de incluir na nossa agenda os ferimentos com seringas e as infecções adquiridas em meio hospitalar, bem como os ataques ao pessoal. Sabemos, com base em recentes conversas com parteiras, da dificuldade em obter seguro de responsabilidade profissional. Estas são algumas das questões que espero ver na linha da frente dos nossos debates sobre este Livro Verde extremamente louvável.

Jules Maaten, em nome do Grupo ALDE. – (NL) Senhora Presidente, gostaria de subscrever muito do que o senhor deputado Bowis nos disse aqui há instantes. O Livro Verde que recebemos de V. Exa., Senhora Comissária, é um documento excelente. Escusado será dizer que não podemos esperar pelas reacções ao mesmo, como sempre acontece com um Livro Verde. É evidente que estas reacções são em parte previsíveis, mas em todo o caso é útil recebê-las para que possam ser incorporadas numa eventual legislação futura.

Este Livro Verde é importante na medida em que se prende com uma questão que precisa de ser resolvida. O Livro Verde resulta de uma controvérsia que surgiu em torno das propostas do então Comissário Frits Bolkestein, e congratulamo-nos com o facto de a Comissão abordar o assunto desta forma, com o merecido cuidado, através de um Livro Verde, e com bastante espaço para o debate, pois eu penso que existe, acima

de tudo, uma grande ansiedade em torno desta questão. É por isso que não quero limitar a minha intervenção ao tema dos profissionais, pois julgo que também noutras áreas registamos o mesmo medo do desconhecido face à dimensão europeia dos cuidados de saúde.

Durante os últimos anos já muito se fez na área da saúde pública na União Europeia, tanto sob o mandato dos seus antecessores como do seu, Senhora Comissária; gostaria, pois, de aproveitar esta oportunidade para a felicitar pelo cunho que conseguiu imprimir nesta política num lapso de tempo relativamente curto. Nunca pensei que tal fosse possível a tão breve trecho, e penso que todos podemos estar orgulhosos pela forma como o conseguiu.

Já muito se alcançou ao longo dos últimos anos, por exemplo, na área dos medicamentos para uso pediátrico, uma área em que o público nem sequer está ciente de que existe um problema, para o qual se impõe claramente uma solução europeia, pois os Estados-Membros não estão em condições de o resolver sozinhos. São precisamente as economias de escala que podem ser úteis neste âmbito. Penso o mesmo se aplica a outras áreas: à política sobre o tabaco e o desencorajamento do consumo de tabaco, por exemplo, na qual a UE desempenha um papel de vanguarda, tanto dentro da própria União como fora dela. Também neste caso são precisamente as economias de escala que nos conferem eficácia. Estamos também fortemente envolvidos nos cuidados de saúde transfronteiras e na protecção dos direitos dos doentes na Europa, sob estreita vigilância, também, do senhor deputado Bowis, e espero e conto que também nesta área possamos chegar a um resultado positivo. Porém, em cada tema que de discute verificamos sempre que não só os ministros, mas também os colegas dos parlamentos nacionais, se mostram relutantes em aprofundar mais a cooperação europeia no domínio da saúde. Com 27 sistemas diferentes na União Europeia, todos estamos convencidos de que o nosso próprio modelo é o melhor. Qualquer pessoa com quem falemos tenta convencer-nos de que o seu sistema é o melhor. Isso é impossível, naturalmente. É impossível existirem 27 sistemas diferentes e todos eles serem os melhores.

É óbvio que todos os países ponderam detidamente esses sistemas. Em todos eles há pessoas e interesses bem-intencionados. Quando finalmente se encontra um equilíbrio difícil, a União Europeia aparece subitamente com uma ideia que, por coincidência, nós consideramos a melhor. Percebo muito bem que isso suscite resistência.

Em algumas áreas, porém, são justamente estas economias de escala – por exemplo, no caso das doenças raras – que podem beneficiar tanto os doentes como os sistemas de saúde. Há motivos suficientes para justificar um maior envolvimento europeu na área da saúde pública. Na Europa há perto de 40 000 doentes que estão à espera de órgãos, e todos os dias morrem cerca de 10 pessoas inscritas nessas listas de espera.

Todos os anos, o abuso de álcool provoca 195 000 mortes e custa 125 mil milhões de euros à economia europeia. Provavelmente, a melhor forma de abordar este problema não é sequer a nível nacional, mas a nível local. No entanto, também há tendências europeias, como no caso do abuso de álcool entre os jovens. Temos de verificar se a esfera europeia não será, afinal, a melhor para abordar este problema. No entanto, estamos a esforçar-nos até ao limite para abordar estes problemas com base nos textos do actual Tratado.

Porém, temos de conseguir fazer mais – e é justamente aqui que reside a importância do Livro Verde –, no que se refere, por exemplo, à verdadeira liberdade de circulação dos serviços de saúde. Estou convencido de que se reconheçêssemos todos estes problemas – pois existem de facto problemas – e descobríssemos soluções, por exemplo, para prevenir erros clínicos ou para reforçar a certeza jurídica dos pacientes, mas também a dos profissionais de saúde, isso acabaria por beneficiar todas as partes – contanto que essa livre circulação seja organizada de forma responsável, mas se torne, contudo, possível.

Se a melhoria da cooperação em matéria de doação de órgãos e a cooperação efectiva no âmbito da prevenção de pandemias – questões que eu menciono sempre – não forem abordadas a nível europeu, estou convencido de que, se a dada altura formos atingidos por uma gripe vinda da Tailândia, iremos deparar-nos com sérios problemas. Nessas circunstâncias, a Comissão tem de estar apta a tomar medidas de emergência no espaço de 24 horas.

Por último, penso que o artigo 152º não constitui, em última análise, uma base adequada para organizar uma acção europeia efectiva no futuro. Se a dada altura, num futuro distante, voltássemos a pensar em alterar o Tratado, deveríamos, do meu ponto de vista, pensar em alargar a base jurídica da saúde pública num novo Tratado.

Bart Staes, em nome do Grupo Verts/ALE. – (NL) Senhora Presidente, gostaria de me associar às felicitações que o senhor deputado Bowis e o senhor deputado Maaten endereçaram à Senhora Comissária pelo seu Livro

Verde, que, do meu ponto de vista, não chega nem um dia, nem mesmo uma hora, cedo de mais. A própria Comissária afirmou que um aumento da população idosa de facto exercerá maior pressão sobre os sistemas de saúde. Com efeito, quem se der ao cuidado de escutar as pessoas que trabalham no sector, saberá que as condições gerais de trabalho são extremamente duras não só do ponto de vista físico, mas muitas vezes também do ponto de vista mental.

O trabalho neste sector exige muito dos trabalhadores e é frequentemente mal remunerado. Não é de admirar, portanto, que o grau de rotatividade do pessoal neste sector seja muito elevado. Também é um facto que em demasiados casos os contratos são muito precários, o que leva muitas pessoas a abandonarem o sector prematuramente. Em meu entender, há um conjunto de objectivos que a União terá, portanto, de perseguir na sua política: o emprego sustentável, um bom ambiente laboral, a segurança no trabalho, o combate à fuga de cérebros e o trabalho digno.

A Senhora Comissária teve razão em remeter para a directiva em que o senhor deputado Bowis está presentemente a trabalhar, a Directiva sobre cuidados de saúde transnacionais. Os profissionais do sector com quem contactei fizeram igualmente questão de assinalar a relação que existe entre o trabalho no sector da saúde e a Directiva relativa à organização do tempo de trabalho, na qual são os contratos, e não as pessoas, que são agora a utilizados para determinar a duração.

Descobri que há médicos polacos que trabalham em hospitais polacos ao abrigo de contratos normais durante a semana e que, durante o fim-de-semana, viajam para o Reino Unido para fazerem turnos de 48 horas naquele país. Isto é inaudito, naturalmente. É uma questão que devia ser tomada em consideração, certamente na Directiva relativa ao tempo de trabalho. Espero, pois, que este tema seja igualmente abordado quando debatermos o Livro Verde.

Konstantinos Droutsas, em nome do Grupo GUE/NGL. – (EL) Senhora Presidente, o Livro Verde sobre o pessoal da saúde na Europa revela os planos do capital e da União Europeia para privatizar a saúde e a segurança social, com dolorosas consequências para as famílias das classes populares e para os trabalhadores do sector da saúde.

Estas alterações inserem-se no processo de inversão antipopular mais geral a nível do seguro social e dos serviços sociais que está a ser promovido em todos os países da União Europeia com o apoio activo e a cumplicidade das forças de centro-esquerda e de centro-direita, que tratam a saúde como uma mercadoria ou uma fonte de lucros para o capital, e encaram os doentes e as suas famílias como clientes.

O objectivo fulcral é o alargamento da actividade empresarial do capital e a construção de um sistema no qual os serviços de saúde do sector público funcionem segundo critérios do sector privado, em concorrência com o sector privado.

As primeiras vítimas deste sistema de saúde comercializado são os próprios trabalhadores do sector. 10% da mão-de-obra da União Europeia, ou seja, estes trabalhadores, trabalham frequentemente em condições inaceitáveis que representam um perigo para os doentes. A violação constante do tempo de trabalho é provavelmente a regra e não a excepção. O seu salário, pelo menos no sector público, está a ser reduzido, e o mesmo sucede com a sua eficiência, devido às opções das companhias de seguros privadas. O tema central do Livro Verde é a mobilidade dos trabalhadores e a aplicação das regras da Directiva Bolkestein ao sector da saúde.

A saúde é um bem social e não uma mercadoria. Os trabalhadores da saúde prestam um serviço social e não são um meio para gerar lucros. Só a luta dos trabalhadores poderá assegurar serviços de saúde gratuitos e de grande qualidade, exclusivamente públicos e longe de qualquer actividade empresarial privada.

Kathy Sinnott, em nome do Grupo IND/DEM. – (EN) Senhora Presidente, trabalham mais pessoas na área da saúde do que em qualquer outra área. Os grupos de profissionais da saúde em que pensamos imediatamente são médicos, enfermeiros, farmacêuticos e dentistas, que são apoiados por radiologistas, técnicos de laboratório, investigadores, terapeutas, bioquímicos e um exército de administradores e pessoal que mantêm os serviços de saúde a funcionar.

Existe igualmente um segundo grupo de profissionais: especialistas em ervanária, quiropráticos, osteopatas, homeopatas e nutricionistas que se concentram numa abordagem mais natural aos cuidados de saúde.

Por último, há os familiares prestadores de cuidados, por si só, o maior grupo de prestadores de cuidados de saúde que trabalham noite e dia sem remuneração na área da saúde.

Voltando ao primeiro grupo, neste relatório, a Comissão mostra-se preocupada com o facto de o número de profissionais que trabalham nos serviços de saúde regulares não ser suficiente para responder às necessidades da procura crescente. A Comissão sublinha ainda a necessidade de atrair jovens para a escolha destas profissões. Contudo, em alguns países este não é o problema.

Na Irlanda, no mês passado, 3 500 jovens fizeram um exame na esperança de conseguir uma das poucas centenas de vagas na escola de medicina. Da mesma maneira, há, de longe, mais jovens a candidatarem-se a enfermagem, cursos de terapias, e outros, do que a disponibilidade das nossas universidades para os formar.

Senhora Comissária, não é uma questão de atrair jovens. É uma questão de permitir a sua formação. Os nossos estudantes do secundário na Irlanda estão a trabalhar com vista a uma carreira em medicina, mas infelizmente, esta foi transformada em algo inatingível devido a um sistema de racionamento que está desfasado da procura, o que nos deixa com graves insuficiências de profissionais de qualidade.

Sei que existe um desfasamento semelhante entre formação e procura noutros países da Europa. Diria que, ao procurar atrair os jovens para esta profissão, enquanto não lhes dermos a oportunidade de obterem essas qualificações, apenas lhes incutiremos um sentimento de frustração.

Ao não permitir que estes estudantes se formem e criando, conseqüentemente, uma insuficiência artificial, optamos então, face às necessidades, por trazer pessoal médico de países terceiros – mesmo os mais pobres – deixando as suas próprias populações sem assistência médica e gerando uma fuga de cérebros.

O segundo grupo de profissionais de saúde que mencionei, como os especialistas em ervanária, foi, lamentavelmente, posto completamente de parte neste relatório. Pô-los de lado equivale a não reconhecer a valiosa contribuição que dão para a boa saúde dos europeus e vai ao arrepio da vontade de muitos europeus que procuram a sua ajuda.

Este sector é extremamente importante. As aparentes tentativas da Comissão de o suprimir com directivas como a Directiva relativa aos Suplementos Vitamínicos e Minerais, intensifica ainda mais este crescente fosso entre a política da UE e as escolhas quotidianas, no plano da saúde, dos nossos cidadãos.

Por último, gostaria de fazer referência ao terceiro e maior grupo de trabalhadores na área da saúde: os familiares prestadores de cuidados. Trata-se das pessoas que cuidam dos idosos dependentes e dos portadores de deficiência. Todos os anos precisamos mais deles, não menos. À medida que a Europa envelhece e o número de pessoas com incapacidade aumenta, não podemos dar por garantido o trabalho desenvolvido por estas pessoas. A única forma de mantermos esses prestadores de cuidados, que são essenciais, é apoiando-os no seu trabalho.

A terminar, o nosso pessoal da saúde é mais importante do que nunca. A Comissão tem razão em dizer que existem ameaças novas e reemergentes à saúde, como as doenças transmissíveis. No entanto, a Comissão deveria ter em atenção que todas as doenças crónicas relacionadas com a disfunção do sistema imunitário estão a aumentar, por exemplo, a asma, alergia, esclerose múltipla, autismo, diabetes, epilepsia, fibromialgia e muitas mais.

Aconselharia a Comissão a analisar todas estas doenças que registam uma incidência cada vez maior e a tentar compreender o que desencadeia estas epidemias, porque, permitir que estas aumentem sem controlo e afectando um número cada vez maior de pessoas, não só é cruel como insustentável.

Nicodim Bulzesc (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, saúdo o Livro Verde da Comissão bem como os seus objectivos de aumentar a visibilidade das questões em torno do pessoal da saúde e identificar os desafios e as medidas que podem ser tomadas.

Mas gostaria de aproveitar a oportunidade para enfatizar um aspecto do Livro Verde, nomeadamente, a formação do pessoal da saúde. Apresentei uma Declaração Escrita 0095/2008 sobre esta questão, que continua actual. Apoio fortemente a ideia de que é absolutamente essencial desenvolver formação na área da comunicação para o pessoal de saúde, de modo a veicular uma informação mais clara e mais completa aos doentes. A capacidade dos doentes para compreender as questões e orientações médicas e em matéria de saúde está intimamente relacionada com a clareza da comunicação. Apesar de várias iniciativas destinadas a melhorar a qualidade e a disponibilidade da informação na área da saúde, os estudos indicam que os pacientes querem mais informação do que a que actualmente recebem e que os profissionais de saúde tendem a sobrestimar a quantidade de informação que é facultada.

Ewa Tomaszewska (UEN). - (PL) Senhora Presidente, a escassez de pessoal de saúde é um fenómeno mundial. Contudo, é no nosso próprio país que o sentimos com mais intensidade. A falta de assistência médica especializada, a falta de experiência clínica em determinadas especialidades e de serviços médicos específicos leva as pessoas a procurarem ajuda médica noutros países.

Por conseguinte, é muito importante regular os princípios dos cuidados de saúde transfronteiriços. O doente tem o direito de saber qual é a qualidade dos serviços prestados por centros específicos, como os cuidados serão financiados, qual a comparticipação do sistema de saúde do seu próprio país para o tratamento ou reabilitação, e quanto terá de pagar do seu bolso. É essencial que haja uma directiva sobre esta matéria.

Uma outra questão é a da melhoria do nível de qualificações do pessoal médico, incluindo apoio no que respeita a cursos de línguas, o que deverá facilitar a mobilidade. Penso que a proposta de estabelecer uma rede de referência para o pessoal de saúde é positiva. Agradeço à Senhora Comissária o seu Livro Verde.

Colm Burke (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, a promoção de uma força de trabalho sustentável para o sector da saúde em toda a Europa é fundamental para prosseguir as melhorias que queremos introduzir nos serviços de saúde nos 27 Estados-Membros.

A Europa enfrenta uma série de desafios na sustentação e melhoramento nos nossos serviços de saúde. A demografia dos Estados-Membros coloca um problema de maior para o pessoal da saúde uma vez que a população da Europa está a envelhecer e a expectativa de vida aumenta cerca de 2,5 em cada década. Pressões crescentes fazem-se sentir sobre o pessoal da saúde porque, à medida que a população envelhece, o mesmo acontece com os trabalhadores. A chave para manter um número suficiente de efectivos diante desta iminente aposentação passa por assegurar o recrutamento de membros mais jovens disponíveis para substituir os aposentados.

Nunca é demais salientar a importância de dispor de melhores dados e de investigação no domínio dos cuidados de saúde em toda a Europa. Neste momento verifica-se uma ausência de dados e de informação actualizados e comparáveis entre os Estados-Membros relativos a uma série de questões-chave ligadas aos cuidados de saúde, incluindo formação e emprego de trabalhadores, idade, género e fluxo internacional dos profissionais de saúde. A disponibilidade de informação à escala da Europa é imensamente importante para o planeamento e contratação de futuros trabalhadores na área da saúde e para todas as autoridades sanitárias.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). - (PL) Senhora Presidente, é sem dúvida do nosso interesse garantir que o nosso sistema de saúde funcione o mais eficientemente possível. Por conseguinte, de acordo com as orientações contidas no Livro Verde, é necessário melhorar as qualificações do pessoal médico e assegurar-lhe condições de trabalho confortáveis e adequadas. Não podemos permitir que os médicos estejam de serviço demasiado tempo.

Gostaria também de chamar a atenção para a questão da promoção da saúde. Promover um estilo de vida saudável é um bom método profiláctico para impedir uma série de doenças. É por esta razão - e considerando que mais vale prevenir do que remediar - que devemos apoiar todo o tipo de publicidade e de campanhas destinadas a promover a saúde. Não esqueçamos que ao investirmos em qualquer tipo de método de tratamento inovador, em equipamento clínico e em novas tecnologias estamos a investir em nós próprios.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. - (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os oradores as suas valiosas contribuições. Isto mostra que as vossas contribuições podem ser muito úteis, pois foram suscitadas questões extremamente importantes.

Por exemplo, de que forma podemos criar um bom ambiente de trabalho para os trabalhadores deste sector de modo a mantê-los nos seus países de origem e, também, como abordar o gravíssimo problema da fuga de cérebros.

Estive na Libéria na semana passada e fiquei chocada quando ouvi que para uma população de 3 milhões de habitantes existem apenas 150 médicos. O resto dos seus médicos está nos Estados Unidos da América. Este é um problema grave - não só para os países do Terceiro Mundo, como também no seio da União Europeia, dado que se verifica uma elevada fuga de cérebros do Oriente para o Ocidente. Cumpre-nos avaliar como poderemos encorajar os trabalhadores do sector da saúde e profissionais de saúde a permanecerem nos seus países de origem. Para o fazer, há que criar melhores condições de trabalho para estas pessoas.

Os cuidados formais não podem ser abordados sem ter em conta a necessidade de, e a capacidade para, os cuidados informais, o que de facto conciliámos no Livro Verde.

A senhora deputada Sinnott levantou uma questão extremamente importante: como formar mais pessoas e oferecer às pessoas mais oportunidades de receberem formação. Esse é o outro lado da moeda. Por um lado queremos mais trabalhadores no sector da saúde, mas por outro não temos a capacidade de os formar. Tudo isto são questões extremamente importantes, para as quais temos de encontrar respostas e soluções uma vez reunidos todos os comentários relevantes dos Senhores e de outras partes interessadas ao Livro Verde. No final do processo, esperamos chegar a algumas soluções para o problema antes de se tornar verdadeiramente insuperável.

Presidente. – Está encerrado o debate.

16. Quinto Fórum Mundial da Água, Istambul, 16-22 de Março de 2009 (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0026/2009 – B6-0015/2009), apresentada por Borrell Fontelles em nome da Comissão do Desenvolvimento à Comissão, sobre Quinto Fórum Mundial da Água em Istambul, 16-22 de Março de 2009.

Pierre Schapira, autor. - (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, caros colegas, dentro de alguns dias, uma delegação do nosso Parlamento deslocar-se-á a Istambul para participar no Quinto Fórum Mundial da Água, um acontecimento que reunirá todos os actores mundiais envolvidos: agências da ONU, bancos de desenvolvimento, Estados, organizações profissionais, ONG e autoridades locais.

Neste momento em que a água está a tornar-se um bem cada vez mais raro e em que a aceleração das alterações climáticas pressagia a multiplicação dos conflitos ligados ao acesso à água, quis preparar esse encontro propondo um texto forte à votação da nossa Instituição, de forma a estabelecer as bases da acção europeia neste domínio.

A situação é grave, como sabem, a penúria em água está a generalizar-se para além das regiões tradicionalmente secas. O acesso à água - cuja qualidade está, aliás, em constante degradação - passou a ser uma preocupação para todos. Os números fornecidos pela ONU falam por si. 1 000 milhões de pessoas não têm acesso a água potável. 2 500 milhões não têm acesso a saneamento. 5 000 crianças com menos de 6 anos morrem todos os dias de doenças graves ligadas à ausência de água potável ou de serviços higiénicos, ou à sua má qualidade.

O escândalo provém do facto de as primeiras vítimas serem sempre os mais pobres. O acesso à água, que constituirá um dos principais desafios dos próximos anos, corre o risco de atrasar ainda mais a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O próximo Fórum Mundial da Água deve ser ocasião para preparar em conjunto soluções destinadas a dar resposta a esse imenso desafio.

A minha primeira prioridade foi a de recordar que a água é um bem comum da humanidade, e deve ser um direito universal. Eis o n.º 1 da resolução proposta, que é essencial pois as políticas que executamos dele dependem. Recordar este princípio de base é dizer não ao comércio da água, de que, infelizmente, conhecemos demasiado bem as desastrosas consequências.

Com efeito, o relatório do PNUD de 2006 revela uma injustiça flagrante. A privação dos sistemas de distribuição traduziu-se muitas vezes na falta de água potável para as populações mais desfavorecidas. Assim, milhões de pessoas têm de recorrer ao sector informal que, devido aos intermediários, propõe preços 5 a 10 vezes mais caros.

Além disso, defendemos o acesso à água potável e ao saneamento para todos. O que implica que a água deve manter-se sob controlo público, o único capaz de fazer prevalecer o interesse geral. É este princípio que deve orientar as nossas políticas, e congratulo-me com o facto de a resolução lhe fazer referência.

A intervenção pública pode permitir, com efeito, resolver o problema desse acesso. Uma tarifação justa e duradoura para todos seria simultaneamente menos onerosa para as populações pobres do que o recurso ao sector informal e permitiria investir nas infra-estruturas necessárias.

Este objectivo não pode ser atingido sem a contribuição de todos. Além disso, a ajuda pública ao desenvolvimento deve ser utilizada em associação com os recursos das colectividades locais, os empréstimos bancários, os capitais privados e parceiros inovadores.

Gostaria, nomeadamente, de insistir na importância do financiamento solidário, tal como permitido, por exemplo em França, pela lei Oudin. Esta dá a possibilidade às colectividades locais de colectarem um cêntimo

por cada metro cúbico nas facturas de água dos utilizadores para financiar acções de cooperação internacional exclusivamente dedicadas à água.

Está a Comissão disposta, Senhora Comissária, a encorajar o desenvolvimento desse tipo de instrumento? Tal acção deve desenvolver-se no respeito da noção de bem público, razão pela qual me congratulo com o facto de o texto da resolução recordar que as parcerias público-privadas devem ser estritamente definidas e enquadradas regulamentarmente.

A partir do último Fórum Mundial, o papel das autoridades locais foi reconhecido por todas as partes envolvidas, incluindo deputados e ministros. O próximo Fórum - de Istambul - será marcado por dois avanços fundamentais: a assinatura de um consenso das autoridades locais sobre a água e a organização de duas jornadas inteiramente dedicadas ao papel dessas autoridades.

Está disposta, Senhora Comissária, a utilizar o formidável reservatório de experiência e de recursos humanos e financeiros das autoridades locais para favorecer a parceria Norte-Sul? Fortalecidas pelas suas experiências bem-sucedidas e pelas suas competências técnicas, as cidades do Norte estão desejosas de dar uma ajuda aos seus homólogos em desenvolvimento.

Para terminar, a ONU publicou hoje um relatório sobre a água que traça projecções alarmantes para o futuro. Sob a dupla pressão do crescimento demográfico e das alterações climáticas, a crise da água é agravada pela fraca reacção política. Embora a água seja uma prioridade de todas as políticas de desenvolvimento, apenas 6% da ajuda internacional lhe são dedicados.

Eis a razão por que desejo que a Europa, o nosso Parlamento e a Comissão dirijam uma mensagem forte às populações do Sul, pois este acesso desigual à água não pode continuar.

Presidente. – Permitam-me um breve comentário pessoal: espero sinceramente que a água não deixe de ser um recurso comum e que seja um direito para todos.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar gostaria de transmitir as desculpas do meu colega, Louis Michel, por não poder estar presente, mas encontra-se no Congo. Contudo, é com grande prazer que me ocupo deste assunto, pois reveste-se de enorme importância.

A Comissão subscreve inteiramente a ideia de que a água e o serviço de saneamento básico devem naturalmente ser tratados a nível local, através das autoridades de governação locais, autarquias e comunidades. Temos no entanto de reconhecer que existem debilidades entre esses diferentes níveis, sobretudo nos países mais frágeis em que o fornecimento de serviços básicos não figura entre as maiores prioridades.

No ano passado, as Jornadas Europeias do Desenvolvimento, aqui em Estrasburgo, concentraram-se no papel das autoridades locais, que estão no centro do acesso aos serviços essenciais, bem como na importância da governação local e da participação dos cidadãos. Esta é obviamente uma questão central para o sector da água, sendo que a Comissão, através dos vários instrumentos que tem ao seu dispor, está a trabalhar para aumentar o apoio às autoridades locais e reforçar parcerias entre actores locais do Norte e do Sul.

A nível da UE, a política europeia para a água baseia-se igualmente no princípio da boa governação, encorajando o envolvimento e participação dos cidadãos, comunidades locais, ONG e entidades interessadas. Isto reflecte-se não apenas na Directiva-quadro “Água”, mas também em iniciativas como por exemplo a iniciativa da UE no domínio da água, lançada na Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, que inclui, entre os seus objectivos, o reforço do papel dos actores locais.

Em África, onde os objectivos de Desenvolvimento do Milénio relacionados com a água não estão ainda a ser executados, é preciso aumentar os investimentos, tendo a Comissão demonstrado o seu compromisso político ao criar um mecanismo financeiro.

A Facilidade “Água” de 500 milhões de euros permitiu a mobilização do dobro dessa quantia através do co-financiamento de um vasto número de programas para melhorar a água, saneamento básico e situação de higiene de milhões de pessoas. Também contribuiu para melhorar a gestão e governação do sector da água nos países ACP. O foco na participação dos actores locais foi um dos valores acrescentados desta facilidade.

A UE será representada no Segmento Ministerial do Fórum Mundial da Água pela actual Presidência Checa. A declaração que está a ser elaborada inclui referências à necessidade de boa governança através do desenvolvimento de capacidades e da reforma institucional a todos os níveis.

A política da Comissão, aprovada em 2002, promove a gestão integrada dos recursos hídricos nos países em desenvolvimento. É neste quadro que as diferentes utilizações da água – como a água potável, saneamento básico, irrigação etc. – têm de ser abordadas, por forma a alcançar uma distribuição otimizada de benefícios entre todos os consumidores.

Além do mais, as melhores práticas baseadas nas diferentes experiências das “cinturas verdes” em torno das cidades, em particular em África, estão actualmente a ser analisadas no âmbito da iniciativa “Grande Muralha Verde do Sara e do Sahel” e enquadrando-se num estudo de viabilidade apoiado pela Comissão Europeia. Novos apoios a esta iniciativa serão considerados no quadro da Parceria África-UE sobre Alterações Climáticas.

Regozijo-me por poder anunciar que a Facilidade “Água” prosseguirá ao abrigo do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento e que foram reservados para o efeito 200 milhões de euros. Os Estados-Membros são convidados a participar com fundos suplementares.

A estratégia da Comissão baseia-se num quadro integrado de colaboração com governos parceiros, Estados-Membros da UE e todos os actores em questão.

A Facilidade “Água” complementa os programas nacionais com a sua capacidade para trabalhar com actores descentralizados e desenvolver soluções inovadoras. A preparação em curso da Facilidade “Água” no quadro do 10º FED identifica em particular o potencial oferecido pelos operadores públicos no sector da água, que fornecem 90% da água, bem com os serviços de saneamento a nível mundial.

Por conseguinte, as parcerias público-públicas têm o potencial de constituir uma abordagem muito rentável em termos de promoção do importante princípio da “boa governança” no sector da água dos países ACP, com impactos sustentáveis e a longo prazo sobre as mudanças institucionais e organizacionais. Essas parcerias de geminação – por exemplo através da formação e assistência técnica – podem ser meios eficazes de promover os princípios da boa governança nos sectores da água nos países ACP.

Por último, gostaria de confirmar que a eficácia da ajuda e a divisão de trabalho são debatidas com parceiros relevantes no âmbito dos mecanismos da Iniciativa da UE no domínio da água. Foi levada a cabo uma avaliação da Ajuda ao Desenvolvimento da UE relativamente ao sector da água com vista a melhorar o diálogo em curso. A questão dos “órfãos” de doadores é importante no sector da água, e a Comissão tenciona ter isto em conta na concepção da nova “Facilidade Água” no quadro do 10º FED.

José Ribeiro e Castro, em nome do Grupo PPE-DE. – Senhora Presidente, Senhora Comissária, retomo as palavras já aqui proferidas há anos atrás pela Colega Eija-Riitta Korhola, em 13 de Março de 2006. Ela descreveu-nos assim a situação no tocante ao acesso da água potável: “os números são alarmantes, morrem 3900 crianças todos os dias devido à falta de água potável, um quinto da população mundial, ou seja, cerca de 1 100 mil milhões de pessoas sofre de falta de água potável. Mais de 40% da população mundial não tem acesso à água corrente e esgotos”.

Passaram três anos sobre estas constatações e o que se passa? O que se passa é que o cenário global se mantém preocupantemente idêntico, o que não pode deixar de nos preocupar. Deparamo-nos hoje com uma séria crise de saneamento básico que a todos convoca. Recordo que este problema afecta sobretudo as regiões mais pobres e subdesenvolvidas do globo, em particular a África Subsariana. Esta continua a ser a zona mais atingida pela falta de qualidade da água, em particular nas zonas rurais e nos bairros de lata que circundam as grandes cidades. Mas o problema é vastíssimo. Tenho aqui, comigo, uma brochura da UNICEF que data já de 2001, mas no essencial as suas verificações mantêm-se e são impressionantes. O que é que nos diz? Diz-nos que estes 1000 milhões se repartem um pouco por todo o mundo. Estes 1000 milhões de pessoas sem água potável: 4% no Médio Oriente e Norte de África, 4% na Europa Central e Oriental, 19% na Ásia do Sul, 25% na África Subsariana, 42% na África Oriental e Pacífico. E, se virmos os indicadores no interior de cada um destes espaços, são as regiões da África Oriental e Pacífico e da África Subsariana que nos apresentam números de alarme com, respectivamente, 24% e 43% das respectivas populações que, em 2000, no início da década, ainda não dispunham de acesso à água potável e segura.

É ocioso lembrar as complicações para a saúde, algumas delas fatais, que derivam destas carências, e como elas se repercutem no desenvolvimento e progresso das populações privadas em qualidade e abundância deste bem essencial, bem como as tensões fronteiriças que o acesso à água provoca e como estas arriscam a agudizar-se se nada for feito para as prevenir.

A União Europeia, actor global, não pode, enquanto contribuinte por excelência do esforço mundial para fazer face a este problema, eximir-se de participar nos principais debates sobre esta temática. Saúdo as relações que aqui nos fez a Senhora Comissária. Saúdo, por isso, também a realização e a participação europeia neste

Quinto Fórum Mundial da Água. Este constituirá mais uma oportunidade para todos os principais actores debaterem a questão de modo objectivo e prepararem uma abordagem clara a este problema. Não posso senão apoiar este esforço também partilhado por toda a Comissão do Desenvolvimento no sentido da promoção da subsidiariedade, bem como, uma vez que aqui há muitas responsabilidades a nível local, solidarizar-me com as restantes preocupações da nossa comissão. A água, caros Colegas, é um bem essencial à vida, à vida de cada um de nós, à vida da humanidade.

Inés Ayala Sender, *em nome do Grupo PSE*. – (ES) Senhora P residente, congratulo-me, no essencial, com a realização deste 5.º Fórum Mundial da Água em Istambul e, sobretudo, com a participação da União Europeia com uma delegação da Comissão e, também, com uma delegação do Parlamento Europeu. Compreendo também, e subscrevo, a necessidade de apoiar as autoridades públicas locais nas suas tentativas de criar sistemas democráticos e participativos, bem como de concretizar melhorias ou inovações na gestão da água, e também de apoiar os processos de descentralização.

O objectivo primeiro e fundamental de tudo isso é o de proteger o direito fundamental à água e aos serviços sanitários, mas, evidentemente, dentro de um quadro rigoroso de respeito pelo desenvolvimento sustentável que, na União Europeia, se encontra estabelecido na Directiva-Quadro relativa à água como ponto de referência, com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio como base para o desenvolvimento.

Devo dizer que tudo isto – e amanhã irei expô-lo numa alteração que, espero, esta Assembleia aprove – foi objecto de debate no passado Outono na Exposição Internacional de Saragoça 2008, na qual, além disso, o Parlamento Europeu participou, pela primeira vez, juntamente com a Comissão em situação de igualdade. Na Exposição, mais de 2 000 peritos, na Tribuna da Água, e ONG, no fórum denominado "Agora", além das delegações da Comissão e do Parlamento, discutiram e geraram um enorme acervo de discussão e de propostas muito interessantes e criativas sobre a gestão da água.

Isto ficou perpetuado na "Carta de Saragoça 2008", adoptada em 14 de Setembro de 2008. Contém 17 pontos, alguns dos quais queria destacar. Diz a Carta:

- "que o acesso à água potável e ao saneamento é um direito humano que deve ser garantido pelas autoridades públicas";
- "que o acesso à água é um importante vector de desenvolvimento";
- "que as previsões indicam que as alterações climáticas são capazes de alterar a disponibilidade e as necessidades de água em todo o planeta";
- "que a sustentabilidade da produção de alimentos está directamente ligada à utilização eficiente da água";
- "que as bacias hidrográficas são os ambientes mais adequados para aproveitar a água e a sua boa gestão permite resolver os conflitos entre países, regiões ou utilizadores"; e, finalmente,
- "que as autoridades públicas devem tomar a iniciativa de promover a legislação e os mecanismos necessários para garantir o acesso à água por todos".

Solicito à Senhora Comissária que tenha em conta as conclusões da Carta de Saragoça, em cuja elaboração participaram a Comissão e o Parlamento, juntamente com peritos, ONG e associações, e que de facto constituiu um fórum de debate prévio tendo em vista o 5.º Fórum Mundial da Água em Istambul.

Creio que vale a pena integrar as conclusões desta Carta e também da Tribuna da Água no material de discussão e debate europeu que nós, como União Europeia, exibimos no respectivo pavilhão nesta exposição internacional.

Roberto Musacchio, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há dois anos, realizámos um debate neste Parlamento e aprovámos uma resolução exigente sobre o tema da água por ocasião do Quarto Fórum Mundial realizado na Cidade do México. Escreveu-se, na altura, que a água deve ser considerada um direito humano e que é necessário desenvolver políticas activas para a realização deste direito através de formas de cooperação público-privadas que incidam, em particular, nas comunidades locais.

Infelizmente, essa resolução não foi apoiada pela Comissão Europeia, que esteve presente na Cidade do México – gostaria de o recordar hoje à Senhora Comissária –, apesar de ter sido amplamente elogiada por muitos países, em especial na América Latina. Prevaleceu, infelizmente, a própria natureza deste tipo de fórum, que é uma estrutura privada. Temos agora a ocasião de enviar uma delegação parlamentar a Istambul,

e seria vantajoso se a nossa presença fosse apoiada por uma resolução tão forte como a de 2006: ainda não estamos inteiramente nesse ponto, razão pela qual apresento estas alterações.

Precisamos de uma verdadeira viragem na questão da água. As dramáticas estatísticas sobre a escassez de água são bem conhecidas e tendem a piorar em resultado das alterações climáticas. É, efectivamente, no domínio das alterações climáticas que é necessária uma nova acção. As alterações climáticas estão a tornar mais difícil o acesso à água e, por sua vez, o deficiente acesso à água agrava as alterações climáticas. Portanto, além da questão dos direitos e da colaboração público-privada, devemos considerar também o estabelecimento de uma relação forte com o Protocolo de Quioto. É a ONU que deve ser envolvida no cerne das questões relativas à água. Uma estrutura especial da ONU poderia ser encarregada da gestão global da água, resgatando-a da lógica privada que ainda preside ao actual fórum. Isso favorecerá a ligação com as importantes convenções relativas às alterações climáticas e à desertificação que fazem parte do quadro das Nações Unidas.

Serão assim necessários, naturalmente, financiamentos adequados, que poderão provir da tributação geral e das taxas impostas, por exemplo, sobre a água mineral que – gostaria de lembrar aos meus colegas – utilizamos em excesso mesmo neste Parlamento. A privatização da água deve ser rejeitada: faria do acesso a um recurso vital já não um direito, mas um mercado. Penso que toda a história da Europa nos ensina que é a população que deve ter garantido o direito à água nas suas casas, o que não acontece noutros continentes, cada vez mais propensos à penetração do sector privado.

Estamos a falar de questões concretas, mas que têm também uma enorme importância moral. Não é por acaso que o direito à água é defendido por grandes movimentos e grandes personalidades, tanto de sectores laicos como religiosos. Ainda recentemente, e por diversas vezes ao longo dos últimos anos, o hemiciclo do Parlamento Europeu foi muito justamente disponibilizado – facto que agradeço aos presidentes – para reuniões importantes de organizações de activistas a nível mundial. Na última destas reuniões, foi avançada a ideia de um verdadeiro protocolo sobre o direito à água, que – estou convicto – todos devemos apoiar.

Filip Kaczmarek (PPE-DE). - (PL) Senhora Presidente, para a maioria de nós, o acesso livre à água é um dado adquirido. Utilizamos grandes quantidades de água todos os dias. Vale a pena recordar, porém, que segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde, um sexto da população da Terra, ou seja, mais de mil milhões de pessoas, não tem acesso à água necessária para satisfazer necessidades básicas mínimas de higiene. Isto significa que, na civilização do século XXI, há milhões de pessoas a sofrer de sede e a morrer em consequência de doenças causadas pelo facto de a água destinada ao consumo humano estar contaminada. Estive recentemente em Lagos, que é a maior cidade de África, e onde a percentagem de pessoas com acesso a água canalizada mal chega a 1%.

Estatísticas como esta são assustadoras, mas mesmo assim o problema da água nunca aparece nas primeiras páginas dos jornais nem suscita o interesse geral dos meios de comunicação; também não é tema de debates e discussões, como acontece, por exemplo, com a SIDA, a luta contra a malária ou o aquecimento global. Isto deve-se certamente ao facto de o problema afectar apenas 2% dos europeus, ao passo que em África afecta 27% das pessoas. Calcula-se que, só em África, morrem mais pessoas todos os anos devido a doenças causadas pelo consumo de água contaminada do que devido à SIDA e à malária no seu conjunto.

Pode, portanto, dizer-se que a falta de acesso a água potável não mata de uma maneira espectacular, susceptível de merecer destaque nos meios de comunicação, e não gera um interesse tão geral como uma catástrofe – por exemplo, um terramoto, um tsunami, as cheias ou os conflitos armados. Contudo, tal como já disse o senhor deputado Ribeiro e Castro, os dados mostram que, em média, todos os dias morrem 6 000 crianças devido a doenças causadas pela falta de água. Isto significa que morre uma criança de 15 em 15 segundos. Conseguem imaginar qual seria a reacção do mundo, a resposta, o grau de mobilização e determinação que isso geraria se acontecesse na Europa, e não na África Subsariana ou na Ásia?

Por conseguinte, o problema do acesso à água não é apenas um problema para os países em desenvolvimento, mas também para os países desenvolvidos. O acesso universal a água potável é uma condição essencial do desenvolvimento dos países e da luta contra a pobreza. Se essa necessidade não for satisfeita, não serve de nada falar em melhorar os cuidados de saúde ou em desenvolver a educação. Se não se conseguir garantir a água necessária à agricultura ou a actividades industriais simples, sociedades inteiras estarão condenadas a lutar diariamente pela sobrevivência. Isto conduz a conflitos armados, à migração e à desestabilização. Por outras palavras, prejudica o desenvolvimento e aumenta as desigualdades em termos de desenvolvimento.

Também haverá políticos presentes no Fórum que estamos a debater. Esses políticos irão discutir assuntos de importância actual. Um deles é a situação em Darfur, de onde o Presidente al-Bashir está a expulsar organizações que, entre outras coisas, têm estado a ajudar a garantir o acesso à água por parte da população

da região. Haverá, portanto, uma oportunidade de persuadir, entre outros, o Presidente al-Bashir, a autorizar que as organizações internacionais forneçam água à população de Darfur.

Giulietto Chiesa (PSE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tal como o senhor deputado Musacchio já fez, também eu gostaria de vos recordar que, em Fevereiro, este Parlamento, em conjunto com o Fórum Político Mundial presidido por Mikhail Gorbachev, acolheu uma conferência com um título significativo: "Fazer a paz com a água", uma conferência que produziu um memorando para um protocolo mundial da água, que merece a máxima atenção e que foi, de resto, apoiado por todos os principais grupos políticos deste Parlamento, mas que parece ter sido ignorado pela Comissão do Desenvolvimento, que elaborou este documento.

Não creio que tenha sido um acaso: o texto que hoje debatemos parece, de facto, débil e vago em todos os pontos cruciais que vão estar na ordem do dia em Istambul. Tomemos o exemplo da água como direito humano fundamental. Se é um direito – e é absurdo negá-lo –, então não pode ser também uma mercadoria. Um direito não pode ser comprado ou vendido numa sociedade livre. Um direito só se compra numa sociedade de escravos. Estamos bem conscientes, porém, que colossais interesses privados querem apoderar-se deste direito. Então, o que vai dizer a Europa em Istambul? Quem, como é dito por exemplo no considerando J, precisa de aumentar a prioridade financeira da água? Aqui está uma formulação ambígua por excelência. Além disso, é o Estado, ou a propriedade pública, o responsável único pela política hídrica? Ou, como é dito no n.º 12 da resolução, é o "responsável maior"? O que significa realmente esta frase? De resto, isto está em contradição com o n.º 2 do mesmo documento, onde muito justamente se afirma que a água é um "bem público" a manter "sob controlo público".

Em suma, estamos no meio de uma crise geral do modelo de desenvolvimento da nossa sociedade, mas continuamos agarrados a uma ideia de mercado que se apropria da própria natureza para fins privados. Por último, há um outro ponto muito fraco: o documento não contém qualquer proposta organizativa para a gestão mundial da água. O citado memorando, no entanto, delineou uma proposta relativa a um organismo mundial, o que é reiterado numa das alterações que irei apoiar com o meu voto.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). – (PL) Senhora Presidente, o 5.º Fórum Mundial da Água é um evento que devia constituir uma oportunidade para considerar sistemas de gestão pública dos recursos hídricos que sejam eficazes, transparentes, regulamentados e compatíveis com os objectivos do desenvolvimento sustentável destinados a satisfazer as necessidades da sociedade. As autoridades locais irão ter de desempenhar uma função especial e tarefas especiais nesta área. Além disso, a crise alimentar revelou que é necessário desenvolver novas técnicas, por exemplo, para a irrigação de zonas agrícolas. Ao mesmo tempo, é importante assegurar que sejam utilizados fertilizantes naturais, ou fertilizantes que se desagreguem rapidamente no solo sem passar para as águas subterrâneas.

Por último, como tenciona a Comissão agir em relação ao desejo expresso pelo Parlamento Europeu na sua resolução de 15 de Março sobre o 4.º Fórum Mundial da Água, no que respeita ao apoio à gestão dos recursos hídricos e a formas de co-financiar essa gestão? O problema da água é o desafio mais importante que o mundo e a Europa enfrentam.

Alessandro Battilocchio (PSE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os meus colegas têm razão, os números são alarmantes e merecem uma reflexão profunda. Muitas, demasiadas, pessoas no mundo continuam privadas do seu direito fundamental à água. Nos últimos anos, a regulamentação neste domínio foi significativamente aumentada. No entanto, gostaria de ver sublinhada em Istambul a necessidade de racionalizar os muitos organismos internacionais que desempenham um papel na gestão, direcção e controlo da dinâmica mundial associada à água, e cujas actividades e competências, actualmente, muitas vezes se sobrepõem. Esta reforma não pode ser adiada por mais tempo.

Espero também que o 5.º Fórum Mundial da Água reconheça o conceito de água como um recurso público global e que esta ideia ganhe apoio, com consequentes políticas adequadas sobre a sua protecção, sobre a propriedade pública e sobre as modalidades de utilização e distribuição.

Marie Anne Isler Béguin (Verts/ALE). – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, caros colegas, penso que, juntos, no seio deste Hemiciclo, repetimos sempre as mesmas coisas há anos a esta parte.

Creio que já foi tudo dito sobre a água, sobre esse bem comum da humanidade, e, infelizmente, temos de repeti-lo mais uma vez: a situação está longe de melhorar, bem pelo contrário. Com o novo relatório da ONU, vemos que a situação tende para a degradação. E penso que, apesar das propostas feitas e das políticas desenvolvidas pela União Europeia, que já constituem um passo em frente, temos efectivamente de ir mais

longe pois, sem água, não há vida. Temos também de estar conscientes de que muitas populações, nomeadamente os países com que estabelecemos laços comerciais e de diálogo, estão em ruptura de água potável e continuam sem acesso a esta.

É absolutamente inadmissível e inaceitável. Em minha opinião, temos realmente de apoiar - e penso que a União Europeia deve fazê-lo a nível internacional e em Istambul - o estatuto da água como bem comum da humanidade. Não se trata de uma mercadoria que possamos vender ou que pudéssemos vender com as nossas empresas multinacionais. É isso que temos de defender em Istambul, é isso que penso que os nossos colegas vão defender em Istambul.

John Bowis (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, ouvi com atenção os meus colegas salientarem, com toda a justeza, o problema da escassez de água, a falta de acesso à água, bem como as doenças que daí advêm. Tudo isso é extremamente importante para este fórum da água.

Gostaria apenas de referir o outro lado dessa moeda, pois os deputados que estiveram recentemente na Guiana, na conferência regional ACP, ficaram bem cientes da realidade daqueles países que têm demasiada água em virtude das alterações climáticas. O senhor deputado Musacchio referia-se ao impacto das alterações climáticas na água; como podem contaminar, como podem causar secas, prejudicar o acesso, só que, neste caso, sucede que existe água a mais, o que nos obriga a pensar no que isso implica em termos de poluição da água e de danos às culturas e a tudo o resto.

Teremos pois, creio eu, de juntar à lista para o Fórum da Água a questão da florestação/deflorestação, porque, a menos que consigamos corrigir a situação, continuaremos ter inundações assim como secas.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. - (EN) Senhor Presidente, ninguém pode subestimar a importância da água e a necessidade de gerir bem os nossos recursos hídricos. Mas, como disse nas minhas observações introdutórias, impõe-se igualmente ajudar as regiões mais pobres do mundo a conseguir acesso a água potável. A Comissão continuará a prestar assistência a estes países.

A água é a primeira necessidade humana, como foi reconhecido e reafirmado no 4º Fórum da Água, no México, em 2006. Claro que a UE, como disse antes, será representada e fará uma apresentação assertiva sobre todas as questões que referi no próximo Fórum, em Istambul.

O senhor deputado Bowis mencionou uma outra questão muito importante – e concordo com ele –, a saber que, em virtude das alterações climáticas, assistimos a inundações noutras partes do mundo. Temos efectivamente de tomar medidas para fazer face ao problema. Como disse muito claramente, a florestação é uma das soluções.

Presidente. - Declaro que recebi uma proposta de resolução⁽³⁾, apresentada nos termos do n.º 5 do artigo 108.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 12 de Março de 2009.

17. Relatório especial n.º 10/2008 do Tribunal de Contas sobre a ajuda ao desenvolvimento concedida pela Comunidade Europeia aos serviços de saúde na África Subsariana” (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0030/2009) apresentada por Josep Borrell Fontelles, em nome da comissão DEVE, à Comissão: Relatório Especial n.º 10/2008 sobre a "Ajuda ao desenvolvimento concedida pela CE aos serviços de saúde na África Subsariana" (B6-0016/2009).

Anne Van Lancker, autora. - (NL) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a África é o único continente que não fez progressos dignos de nota na consecução dos Objectivos do Milénio, em particular na área da saúde, e mais concretamente nos domínios da mortalidade materna e infantil, do combate ao VIH/SIDA, à tuberculose e à malária. Tudo isto é imputável aos seus deficientes sistemas de saúde e à crise de recursos humanitários que assola esse sector. É por demais evidente, portanto, que o investimento em sistemas de saúde constitui um factor fundamental na luta contra a pobreza.

(3) Ver Acta.

Esta é também, aliás, a opinião da Comissão, mas, de acordo com o relatório do Tribunal de Contas, embora a Comissão já proclame isso há anos, a verdade é que muito pouco fez no sentido de operar mudanças práticas. A Comissão desenvolve esforços, sobretudo através de fundos verticais, no âmbito da luta contra a SIDA, o que pode realmente ser necessário, do nosso ponto de vista, mas não deve ser feito à custa do pacote geral de investimentos em cuidados básicos de saúde.

Senhora Comissária, desde o ano 2000 que o orçamento destinado aos cuidados de saúde básicos não aumentou sequer em termos proporcionais no quadro de todo o pacote da ajuda ao desenvolvimento oficial. Por conseguinte, há motivos suficientes para que este Parlamento, com base no relatório do Tribunal de Contas, coloque algumas questões à Comissão e faça algumas recomendações. Gostaria de fazer três observações.

Em primeiro lugar, o orçamento para os cuidados de saúde tem ser aumentado. É evidente que aquilo de que precisamos aqui é de uma iniciativa conjunta da UE e dos seus países parceiros. Os países em desenvolvimento comprometeram-se a investir 15% dos seus orçamentos no âmbito da Declaração de Abuja. Porém, isso não será viável, Senhora Comissária, se a Comissão e a Europa só estiverem dispostos a consagrar 5,5% do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) a este objectivo. Gostaria, portanto, que a Senhora Comissária me dissesse como tenciona a Comissão garantir que, no âmbito do 10º FED, os investimentos na área da saúde vão ser aumentados.

Em segundo lugar, o apoio orçamental deveria ser utilizado de forma mais adequada e mais eficaz. Muito embora este instrumento seja um dos motivos de orgulho da Comissão, o relatório do Tribunal de Contas atribui-lhe baixa classificação. Não obstante, o apoio orçamental tem um forte potencial para colmatar as insuficiências dos sistemas de saúde meridionais. Embora o apoio orçamental sectorial possa realmente ser direccionado especificamente para os sistemas de saúde, este instrumento não é praticamente utilizado na África Subsariana.

O apoio orçamental geral pode também ser útil, desde que a Comissão possa compelir e encorajar os seus parceiros a seleccionarem os cuidados de saúde com um sector central, e exortá-los a fazê-lo. A minha pergunta à Comissão vai no sentido de saber como tenciona assegurar uma acção muito mais efectiva e muito mais direccionada, tanto através do apoio sectorial como do apoio orçamental geral.

Os contratos no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) são um dos instrumentos promissores da Comissão. Sou inteiramente a favor deles, mas, muito honestamente, considero-os um pouco insubstanciais e demasiado limitados, porquanto se destinam apenas aos bons alunos, pelo que se impõe que haja também alternativas para os outros.

Em terceiro lugar, é preciso melhorar a vertente pericial. De acordo com o relatório, a Comissão Europeia não dispõe de recursos suficientes nessa área para pôr em prática as suas propostas políticas no sector dos cuidados de saúde. É por isso que solicitamos à Comissão que assegure essa perícia através da contratação de mais especialistas em matéria de saúde e através, também, de uma melhor cooperação com a OMS e os Estados-Membros.

Em quarto lugar, o sector da saúde tem ser melhor coordenado. Senhor Comissária, é absolutamente vital que Código de Conduta da UE em matéria de divisão das tarefas seja posto em prática e que haja uma melhor coordenação dos investimentos na saúde e nos programas em matéria de saúde entre os países da UE. Além disso, temos de zelar por que os chamados "órfãos" entre os países desfavorecidos possam também garantir ajuda na área da saúde.

Gostaria de terminar com uma palavra de agradecimento ao senhor deputado Staes, que, em nome da Comissão do Controlo Orçamental, apoia a preocupação expressa pela Comissão do Desenvolvimento e solicitou à Comissão que esclarecesse os seus planos tendo em vista o processo de quitação, e de preferência antes do final de 2009.

É claro, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, que este Parlamento insta a Comissão a transpor finalmente as suas prioridades políticas para a realidade, com mais convicção e melhores instrumentos. Isto é mais do que necessário se quisermos ter uma hipótese de alcançar os Objectivos do Milénio até 2015, pois, Senhora Comissária, os cuidados básicos de saúde merecem investimentos sustentáveis a longo prazo.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, a Comissão saúda de facto o relatório especial do Tribunal de Contas Europeu sobre a ajuda ao desenvolvimento concedida pela CE aos serviços de saúde em África. O debate sobre esta pergunta oral oferece-nos uma oportunidade de discutir convosco, o Parlamento Europeu, o nosso apoio aos serviços de saúde em África.

Não vou repetir a resposta formal que a Comissão já deu ao relatório especial do Tribunal de Contas, que, aliás, já foi publicada na Internet.

Infelizmente, este relatório não recebeu grande cobertura na imprensa e, quando foi mencionado, as coisas foram por vezes excessivamente simplificadas, dizendo-se que a “Europa não manteve as suas promessas em África”. Permitam-me pois que esclareça alguns pontos fundamentais antes de se iniciar o debate.

A Comissão continua absolutamente empenhada em apoiar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, sendo os Objectivos 4, 5 e 6 relacionados com a saúde, parte integrante dos mesmos: reduzir a mortalidade infantil em dois terços, reduzir a mortalidade materna em três quartos, bem como reduzir para metade e inverter a disseminação do VIH/SIDA. É isto que a nossa cooperação para o desenvolvimento envolve, todavia o nosso empenho não deve ser avaliado por dotações orçamentais destinadas apenas ao sector da saúde.

Sem dúvida que a mortalidade infantil será reduzida por intervenções activas nos serviços de saúde, em especial por meio da vacinação. Por conseguinte, monitorizamos a cobertura da vacinação não apenas nos nossos programas de saúde, como também em muitas das nossas operações de apoio através do orçamento geral. Contudo, a mortalidade infantil também depende de outros factores tais como a nutrição, habitação, acesso a água potável, saneamento básico e educação. Por conseguinte, a nossa contribuição pode e será frequentemente à margem do próprio sector da saúde.

Quando se tomou decisões sobre modalidades e dotações sectoriais da nossa ajuda ao desenvolvimento, acordámos, em Paris e Accra, em respeitar cada vez mais os princípios básicos da eficácia da ajuda. Referindo apenas dois exemplos: O primeiro prende-se com a liderança por parte dos governos parceiros. Quer isto dizer, após uma discussão em pormenor com o país parceiro, aceitar os sectores propostos para receber ajuda. Poderá não ser o sector da saúde, mas sim o da educação ou da água, ou saneamento básico.

Em segundo lugar: harmonização com os sistemas nacionais. Isto significa canalizar a nossa ajuda, preferencialmente sob a forma de apoio orçamental (na condição de os critérios de base serem cumpridos). Se os países tiverem uma estratégia para a redução da pobreza razoavelmente bem elaborada, o nosso apoio poderá, preferencialmente, ser canalizado como apoio orçamental geral.

Muito embora esta ajuda não seja então afectada como apoio ao sector da saúde, está relacionada com objectivos em matéria de saúde, como por exemplo a taxa de cobertura da vacinação ou as percentagens de partos assistidos por pessoal da saúde qualificado. Esses objectivos fazem normalmente parte da estratégia para a redução da pobreza e são monitorizados, pelo que os desembolsos do apoio orçamental estão frequentemente ligados aos progressos realizados nessas áreas.

Para além dos compromissos globais em matéria de eficácia da ajuda assumidos em Accra e Paris, nós, na União Europeia, acordámos colectivamente um código de conduta que prevê, por exemplo, uma redução do número de sectores em que os dadores, em conjunto ou individualmente, desenvolvem actividades, a fim de diminuir a carga administrativa e executiva que recai sobre os países nossos parceiros em razão da multiplicidade de dadores. É esta a ideia da abordagem de divisão do trabalho que os Estados-Membros da UE e a Comissão Europeia acordaram. Sabemos que nem sempre será fácil chegar a um acordo sobre esta questão a nível de país, em especial porque a saúde é uma área altamente valorizada na opinião pública, e todos os dadores e países dadores querem estar presentes e ter visibilidade. Por vezes, é preciso resistir a essa tendência e deixar que outros dadores façam o trabalho.

Espero pois que o nosso debate hoje contribua para esclarecer melhor estas questões e para ajudar a garantir que a Europa cumpre as suas promessas relativamente a África.

John Bowis, em nome do Grupo PPE-DE. – (EN) Senhora Presidente, agradeço à senhora Comissária a sua resposta. Sem dúvida que a Senhora Comissária tem razão, ou seja, que os números podem ter várias leituras e que precisamos de os observar com muita atenção. Mas, a verdade é que hoje a nossa atenção está concentrada no Tribunal de Contas, portanto, não podemos deixar de olhar para os números. Por vezes gostaria que olhássemos para as pessoas e não para os números, mas sabemos que “não há riqueza sem saúde”. Isto não é apenas um *slogan* mas uma realidade em tantos países de baixo rendimento.

Sabemos que o Tribunal de Contas diz que apenas 5,5% do financiamento do FED se destina ao sector da saúde, ao passo que, de acordo com a política da União Europeia – e com a política do Parlamento –, devem ser despendidos na saúde e na educação 35%. Há aí algum erro, e é possível que a situação não seja tão má quanto os números sugerem. Não obstante, mostra que temos de fazer muito melhor, e isso envolve cooperação – se é que posso usar o termo – em prol da promessa de 15% consagrada na Declaração Abuja pelos próprios países.

Mas, Senhora Comissária, gostaria de voltar às pessoas. Vá ao Mali e veja a doença da diabetes absolutamente fora de controlo e repare ainda nos custos que representa para as famílias: mais de 30% do seu rendimento familiar é despendido em insulina, se tiverem de a comprar – e a verdade é que têm mesmo de comprar. Vá ao Chade e pergunte sobre os serviços de saúde mental, e vão dizer-lhe que costumavam tê-los antes da guerra civil. Vá a qualquer lugar em África e seja testemunha do tratamento desumano que recebem as pessoas com epilepsia, quando, por alguns centimos, poderíamos fazer com que a maioria não tivesse crises epiléticas. Vá a qualquer lugar em África e encontre-se com os órfãos da SIDA e com os seus avós, que tentam educar os netos porque os pais faleceram.

As estatísticas existem. Sabemos que nas Américas, 14% da população mundial suporta 10% da incidência mundial das doenças e tem 42% dos trabalhadores do sector da saúde. A África Subsariana tem 11% da população mundial, 25% da incidência das doenças a nível mundial e 3% dos trabalhadores no sector da saúde. Reflecte o debate que tivemos antes. Mas o certo é que temos de atentar nestas questões, pois não é possível ter saúde sem serviços de saúde, sem profissionais da saúde e sem educação no domínio da saúde.

Cumpre-nos também analisar alguns dos projectos em que nos lançamos. Não se trata apenas de tuberculose, SIDA e malária, mas de todas as outras doenças. Trata-se das doenças negligenciadas, face às quais a Comissão tem orgulho na sua cooperação com as empresas farmacêuticas a favor da iniciativa que pretende ajudar as pessoas carenciadas desses medicamentos. Impõe-se analisar as causas da falta de saúde, e os debates desta noite andaram à volta dessas questões.

Só se juntarmos todos estes dados é que as estatísticas farão sentido – o que significa que as pessoas farão sentido. O que fizermos melhor ajudará as pessoas a estar melhor, e levará a que as suas economias possam também melhorar.

Bart Staes, em nome do Grupo Verts/ALE. – (NL) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o relatório do Tribunal de Contas só será apresentado oficialmente na Comissão do Controlo Orçamental durante a próxima semana. Gostaria, pois, de felicitar a Comissão do Desenvolvimento e também a senhora deputada Van Lancker, que zelaram por que este debate possa ser aqui realizado hoje e por que amanhã possamos aprovar uma resolução que faz uma descrição minuciosa daquilo que correu mal.

Prestemos muita atenção à longa intervenção da senhora deputada Van Lancker e às recomendações que nela fez. Prestemos muita atenção, Senhora Comissária, à intervenção do senhor deputado Bowis, que conseguiu enumerar na perfeição todas as insuficiências.

Quem ler o relatório do Tribunal de Contas não pode simplesmente ignorar este assunto. Os números estão à vista, e a senhora deputada Van Lancker fez bem em assinalar que os Objectivos do Milénio relacionados com este sector não serão alcançados, ou sê-lo-ão apenas com muita dificuldade. A análise dos números indicados pelo Tribunal de Contas para cada país confrontar-nos-á com a dura realidade.

No que se refere à prevalência da SIDA, esta doença afecta 34% da população da Suazilândia, 23% da população do Lesoto e 14% população do Mali. A taxa de mortalidade infantil na Suazilândia, que era de 78/1000 em 1997, ascende agora a 86/1000. A esperança de vida no Lesoto, de 60 anos em meados da década de 1990, é hoje de 41 anos. No Quénia, mais de 1 em cada 10 crianças morre antes dos 5 anos. A recomendação, a análise do Tribunal de Contas sobre a eficiência da política da UE foi, nos últimos anos, profundamente inquietante.

Por isso espero, Senhora Comissária, que até 10 de Abril a Comissão consiga efectivamente responder às perguntas que, enquanto relator da Comissão do Controlo Orçamental, consegui que fossem incluídas na presente resolução, para que possamos incorporá-las no procedimento de quitação que terá lugar em finais de Abril.

José Ribeiro e Castro (PPE-DE). - Senhora Presidente, Senhora Comissária, quem visita a África Subsariana reconhece facilmente, na generalidade dos países, a enorme debilidade dos seus sistemas de saúde e o impacto extremamente negativo que esta debilidade tem na vida e na saúde das populações que aqueles serviços deveriam servir.

Os indicadores continuamente divulgados a nível internacional não cessam de o confirmar. E, nessa medida, é absolutamente perturbadora a noção de que gestos simples e práticos até não muito elaborados, nem sequer particularmente dispendiosos, poderiam ser suficientes para salvar muitas vidas. O apoio financeiro europeu pode ser crucial neste tocante e não podemos deixar de ter sempre presente como a cooperação na área da saúde é verdadeiramente estratégica e atravessa directamente não só um dos Objectivos do Milénio mas

muitos dos Objectivos do Milénio. Ora, o Tribunal de Contas considerou que, cito, “o financiamento comunitário a favor do sector da saúde não aumentou desde o ano 2000 na proporção da sua ajuda total ao desenvolvimento, apesar dos compromissos assumidos pela Comissão relativamente aos objectivos do Milénio e da crise sanitária na África Subsariana”. Fim de citação. E reconheceu, cito de novo, “a Comissão contribuiu de forma significativa através dos seus financiamentos para constituir o fundo mundial de luta contra a Sida, a tuberculose e a malária, mas não concedeu a mesma atenção ao reforço dos sistemas de saúde que se previa ser uma das suas prioridades”. Fim de citação.

Segundo o Tribunal, isso terá acontecido, cito de novo, “porque a Comissão não tinha experiência suficiente em matéria de saúde para garantir que o financiamento da ajuda por ela concedida a este sector era utilizado da melhor forma”. Fim de citação.

Este é, portanto, um forte desafio que o Tribunal de Contas lança directamente à Comissão Europeia e que eu acompanho. Pelo nosso lado, quero reiterar esse mesmo desafio sustentado agora na objectividade destes dados e desta avaliação. Os serviços de saúde já fazem parte, mas devem fazer cada vez mais parte das nossas prioridades de ajuda ao desenvolvimento, sendo merecedores de um acréscimo no seu financiamento. Optimizar a forma como a ajuda é prestada tendo presente as necessidades aparentemente antagónicas de coordenação na sua gestão e de proximidade com as populações beneficiárias é prestar um serviço que pode salvar muitas vidas.

A Comissão Europeia não pode deixar de responder positivamente a este repto e é nesse sentido que a exorto. O colega Bowis, ainda há pouco, fez-nos aqui uma intervenção tocante e foi capaz de pôr rostos, rostos humanos na frieza seca destes números do Tribunal de Contas. O desafio para nós, Senhora Comissária, é o de a nossa cooperação ser capaz de pôr nestes mesmos rostos um olhar de alegria e de esperança. E para isso, Senhora Comissária, é indispensável que sejam outros os números na área da saúde na nossa cooperação.

Marie Anne Isler Béguin (Verts/ALE). - (FR) Senhora Presidente, não queria, de facto, intervir sobre este relatório, mas sim acrescentar um ponto que me preocupa particularmente e que já levantei repetidas vezes nas reuniões dos países ACP: a questão da situação sanitária das populações tuaregue na Nigéria. Neste contexto, Senhora Comissária, gostaria, de facto, de colocar o problema de sociedades europeias que vão explorar recursos naturais em países africanos - e, nomeadamente, a sociedade Areva, no caso da França, que vai explorar Urânio na Nigéria -, sem fornecer qualquer informação às populações locais, de tal forma que as populações presentes se servem, por exemplo, de materiais ou restos de metais radioactivos para fazerem utensílios de cozinha.

Actualmente, as autoridades nigerianas não permitem que se realizem estudos sérios sobre a situação radioactiva dessas populações, mas todos sabemos que estão numa situação alarmante.

Tínhamos pedido, numa reunião dos países ACP, que fosse realizado um estudo epidemiológico sobre essas populações. Reitero agora esse pedido à Comissão.

PRESIDÊNCIA: Manuel António dos Santos

Vice-Presidente

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. - (EN) Senhor Presidente, não só ouvi atentamente o que foi dito esta noite, e não só prestei atenção ao conteúdo do relatório do Tribunal de Contas, como também, e já tive oportunidade de dizer antes, acabei de regressar de uma visita à Costa do Marfim e à Libéria e vi com os meus próprios olhos as necessidades destes países no sector da saúde. Existem necessidades ao nível das infra-estruturas, de prestadores de cuidados de saúde com formação – questão já aqui falada – e de medicamentos.

Essas carências são imensas, e não posso senão concordar convosco no que respeita à necessidade imperiosa de intensificar os nossos esforços para disponibilizar ajuda, no domínio da saúde, aos países pobres de África.

Posso garantir-lhes que transmitirei as vossas observações ao meu colega, o Comissário Louis Michel, e tenho a certeza de que também ele analisará todas as vossas sugestões e comentários com grande atenção, tal como eu acabei de fazer.

Presidente. – Comunico que recebi uma proposta de resolução⁽⁴⁾ apresentada em conformidade com o n.º 5 do artigo 108.º do Regimento.

O debate está encerrado.

A votação terá lugar na quinta-feira, 12 de Março de 2009.

18. Realização do Espaço Único de Pagamentos em Euros (SEPA) (debate)

Presidente. – Segue-se a pergunta oral à Comissão sobre a realização do Espaço Único de Pagamentos em Euros (SEPA), apresentada por Pervenche Berès, em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (O-0018/2009).

Pervenche Berès, autora. - (FR) Senhor Presidente, vou falar em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Senhora Comissária, este Parlamento Europeu, sob a autoridade do nosso relator Jean-Paul Gauzès, empenhou-se seriamente no estabelecimento de meios legislativos para a implementação do projecto SEPA - Espaço Único de Pagamentos em Euros (*Single Euro Payments Area*).

Quando definimos o dispositivo legislativo de acompanhamento - a directiva relativa aos serviços de pagamento -, colocámo-nos um certo número de questões. Actualmente, apercebemo-nos de que essas questões eram, de facto, legítimas.

Neste momento em que este projecto deverá ser lançado, sentimos algumas preocupações pois temos a impressão de que o nível de mobilização que, em minha opinião, não tem nada a ver com os desafios da crise, não se concretizou como devia.

Ora, este projecto, que mobilizou bastante os actores do sector, que mobilizou bastante o legislador, mas que, sobretudo, tem de constituir um instrumento de pagamento moderno e adaptado à realidade daquilo que representa a nossa moeda única, o euro, corre o risco, no fundo, de não obter a massa crítica que deveria possuir para poder dar todos os seus frutos.

Estamos, nomeadamente, preocupados com a eventualidade de o lançamento do instrumento de levantamento automático do projecto SEPA, que constitui, sem dúvida, um dos aspectos mais originais deste projecto, enfrente algumas dificuldades.

Pensamos que, do ponto de vista da responsabilidade da Comissão, se colocam duas questões. A primeira é a de saber como é que a Comissão tenciona promover e apoiar a migração para os instrumentos de pagamento do SEPA. O respectivo calendário já foi fixado e apercebemo-nos claramente de que não tem em linha de conta todos os elementos da realidade. A segunda é a de saber se a Comissão pensa que, até 2010, será atingida uma migração de uma massa crítica de pagamentos para os instrumentos SEPA e, caso contrário, o que é que deverá ser feito para que isso aconteça.

Quando aprovámos o dispositivo legislativo, não aprovámos qualquer data limite clara e vinculativa para a migração para os instrumentos SEPA. Pensamos que é tempo de o fazer, sem qualquer dúvida. Compreendemos perfeitamente que existam questões ainda em aberto sobre a compatibilidade dos sistemas nacionais com o sistema SEPA, sobre o que significa a migração definitiva, mas pensamos que é da responsabilidade da Comissão acompanhar a indústria na resposta às interrogações que continuam a ser as suas.

E há a questão das comissões interbancárias que, manifestamente, foi ignorada ou negligenciada quando, para muitos actores, é uma condição central para o êxito do projecto SEPA. Deste ponto de vista, temos por vezes a impressão de que, entre os diferentes responsáveis, seja o sector profissional bancário, seja a DG Mercado Interno ou a DG Concorrência, a bola está a ser chutada de uns para os outros.

Talvez seja da competência do legislador interpelar esses actores e chamá-los a um certo sentido da responsabilidade. Pensamos que, nesta fase, não podemos pôr em causa um dispositivo com a sua própria coerência sem acompanhar os actores do mercado na sua definição de um sistema alternativo. Eis a dificuldade que temos, exactamente, neste dossiê sobre as comissões interbancárias.

(4) Ver acta

A DG Concorrência, num certo número de casos, referiu que considerava que este dispositivo era contrário às regras da concorrência, mas afirma depois que compete à indústria encontrar a resposta alternativa. Ora, as respostas alternativas existentes à escala dos Estados-Membros não foram, pelo seu lado, testadas pela DG Concorrência. Assim, nada indica que a DG Concorrência poderia apoiá-los, e nada indica também que algumas das soluções sejam soluções adequadas aos problemas que enfrentamos.

A título de exemplo, imaginar que o financiamento de um sistema interbancário possa basear-se na penalidade do dispositivo, ou seja, nas faltas que seriam cometidas, ou seja, na prática, muitas vezes sobre os mais vulneráveis, não me parece razoável nem justo socialmente.

Assim, interpelo a Comissão sobre dois pontos fundamentais: definir uma data limite para a migração e ajudar à definição de um sistema alternativo ou de um sistema aceitável do ponto de vista das regras do Tratado em matéria interbancária.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, permitam-me que transmita o pesar do senhor Comissário McCreevy por não poder estar presente.

Bem, esta é de facto uma pergunta longa, mas creio que tanto a pergunta como a proposta de resolução sobre a implementação do SEPA identifica claramente as principais questões que precisamos de resolver para fazer do SEPA um sucesso.

Com a primeira pergunta pretende-se saber como tenciona a Comissão promover e acelerar a migração para os instrumentos SEPA.

O SEPA é sobretudo um projecto orientado para o mercado, mas dado os substanciais benefícios para a economia em geral, a Comissão procurou incentivar a migração para os instrumentos SEPA, actuando, por exemplo, como um catalisador para elevar o perfil político do SEPA através do relatório de progresso sobre o SEPA e encorajando uma migração antecipada por parte das autoridades públicas e ainda esforçando-se por ser um dos primeiros a adoptar o SEPA. Por fim, tal como anunciado na sua comunicação da semana passada “Impulsionar a retoma europeia”, apresentando propostas para assegurar que todos os benefícios decorrentes do SEPA se concretizem.

Com a segunda pergunta pretende-se saber se será possível alcançar até ao final de 2010 uma migração para os instrumentos SEPA que permita atingir uma massa crítica de pagamentos. Obviamente que somos a favor de uma migração célere para manter os custos adicionais num nível mínimo. Muito embora as transferências a crédito SEPA (TCS) tenham sido lançadas com êxito, a migração registada foi de menos de 2% dos pagamentos. Além do mais, o instrumento de débito directo SEPA só será lançado no final deste ano. Portanto, o actual ritmo da migração é demasiado lento para chegar a uma migração que atinja uma massa crítica de pagamentos até 2010.

A terceira pergunta prende-se com a necessidade de uma data limite clara e vinculativa para a migração para os instrumentos SEPA. As vantagens de fixar uma data limite são visíveis, e claro que 2012 parece ser razoável. Contudo, para muitos Estados-Membros, esta continua a ser uma questão sensível. Por conseguinte, somos a favor da ideia de desenvolver um processo para examinar com clareza esta questão, reunindo informação sobre o impacto de uma data limite nas várias entidades interessadas e lançando um debate com projecção.

Isto poderá abrir caminho a algum apoio político e, se necessário, a uma possível proposta legislativa, por exemplo, no final do ano.

Com a quarta pergunta pretende-se saber como poderia ser reforçada a segurança jurídica em relação ao instrumento de débito directo SEPA, no que respeita à aplicação de uma comissão interbancária multilateral (CIM) e às autorizações existentes.

Precisamos de uma solução temporária para o problema do modelo empresarial a fim de providenciar clareza jurídica e conseguir lançar com êxito o instrumento de débito directo SEPA. Razão por que a Comissão apoia inteiramente os esforços do Parlamento e do Conselho no sentido de encontrar uma solução temporária no quadro da revisão do Regulamento relativo aos pagamentos transfronteiriços.

A Comissão também apoia a continuação da validade jurídica das autorizações de débito directo existentes no quadro da migração SEPA. Contudo, esta é uma questão de ordem jurídica que cabe resolver às autoridades nacionais, utilizando, por exemplo, a oportunidade dada pela implementação da Directiva Serviços de Pagamento.

Com a quinta pergunta pretende-se saber como tenciona a Comissão abordar a questão da CIM no que se refere aos pagamentos com cartão.

Este trabalho está a avançar sobretudo através da avaliação da Comissão no quadro das regras de concorrência dos dois principais sistemas de cartões internacionais, nomeadamente MasterCard e Visa.

Em 19 de Dezembro de 2007, a Comissão decidiu que as CIM do MasterCard aplicáveis aos pagamentos transfronteiras por cartão realizados por consumidores através de cartões de crédito e de débito Mastercard e Maestro não eram compatíveis com as regras de concorrência. O cartão MasterCard recorre da decisão da Comissão.

Em Março de 2008, a Comissão instaurou um processo para apurar se a CIM do Visa Europe constitui ou não uma infracção ao artigo 81º. As discussões com o Visa também estão a decorrer ainda.

A Comissão procura manter um nível de igualdade para o MasterCard e Visa Europe tal como para outros sistemas de cartões de crédito que possam aparecer de futuro.

A penúltima pergunta inquire se não compete à Comissão propor uma solução concreta para a questão da CIM. Numa economia de mercado cumpre à indústria propor um modelo empresarial adequado. Em relação aos cartões, como já disse, estão em curso discussões com o Mastercard e Visa. Em relação ao débito directo SEPA, a Comissão está na disposição de ajudar a indústria, providenciando urgentemente uma orientação no quadro de um diálogo sustentado com o sector bancário e com base nas contribuições dadas pelos actores relevantes do mercado. Esta orientação deverá ser fornecida até Novembro de 2009, o mais tardar.

Na última pergunta, o que está em questão é saber que medidas específicas tenciona a Comissão propor para que a migração para os instrumentos SEPA não resulte num sistema de pagamentos mais caro.

Na opinião da Comissão isto não deverá acontecer. Em primeiro lugar, o SEPA deverá promover a concorrência e aumentar a eficácia operativa através de economias de escala – ambas exercendo pressão para uma descida nos preços.

Em segundo lugar, o SEPA deverá aumentar a transparência, o que irá limitar subvenções cruzadas e preços encobertos, embora alguns utilizadores possam encarar a transição de preços encobertos elevados para preços baixos mas visíveis como um aumento de preço. Neste caso, uma boa comunicação por parte dos bancos será importante.

Em terceiro lugar, a Comissão está a acompanhar atentamente, mediante estudos que tem lançado, o impacto do SEPA nos clientes.

Por último, aceitamos que há a preocupação de sistemas nacionais eficazes de cartões de débito poderem ser substituídos por alternativas mais dispendiosas. Contudo, existem iniciativas que poderão evoluir para um novo sistema de cartão de débito pan-europeu, além de toda uma protecção garantida pelas actuais competências da UE e autoridades nacionais da concorrência.

Por conseguinte, em conclusão, o SEPA deverá redundar num sistema de pagamentos mais eficaz, sendo que existem salvaguardas suficientes ao abrigo da UE e da política nacional de concorrência.

Assim sendo, congratulo-me com esta Resolução e com o firme apoio do Parlamento ao SEPA

Jean-Paul Gauzès, em nome do grupo *PPE-DE*. - (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, caros colegas, muito acaba de ser dito sobre o seguimento desta directiva sobre os serviços de pagamento, da qual fui relator do Parlamento, e que foi adoptada em primeira leitura em 2007.

Esta directiva tem por efeito, nomeadamente, fornecer aos diferentes actores bancários, agrupados no seio do EPC, os instrumentos jurídicos necessários à aplicação do SEPA. Assim, foi adoptada uma regulamentação europeia relativa aos cartões bancários, às transferências e aos débitos automáticos.

O SEPA é um mercado integrado dos serviços de pagamentos em euros em que não existirá nenhuma diferença entre os pagamentos transfronteiriços e os pagamentos nacionais. Esta situação terá vantagens tanto para o sector bancário, como para os consumidores.

Como a senhora já disse, a Comissão comprometeu-se a zelar por que a migração para os instrumentos SEPA não implique, para os cidadãos da União Europeia, um encarecimento do sistema de pagamento.

A partir da adopção deste relatório, a migração para o SEPA tem progredido muito lentamente, demasiado lentamente. Em 1 de Outubro de 2008, apenas 1,7% das transacções eram realizados no formato de transferência SEPA.

Eis a razão por que aprovamos hoje a resolução do Parlamento Europeu que solicita à Comissão que estabeleça uma data limite para a migração para os produtos SEPA. Essa data não deve ultrapassar o dia 31 de Dezembro de 2012, data a contar da qual todos os pagamentos em euros deverão, em princípio, ser realizados segundo as normas SEPA.

Mas, antes de essa migração se tornar efectiva, há que resolver o problema delicado, a questão delicada das comissões interbancárias multilaterais. Essas comissões não podem ser suprimidas. O serviço de pagamento constitui uma actividade comercial, pelo que a cobertura dos custos e uma margem para os intervenientes são legítimas.

Em contrapartida, há que evitar as opacidades ou as arbitrariedades. Assim, é oportuno a Comissão estabelecer linhas directrizes relativas à aplicação dessas comissões interbancárias.

Para uma maior segurança jurídica, essas linhas directrizes devem ser conhecidas antes do lançamento do sistema SEPA para os levantamentos. Sem essa segurança jurídica, os bancos de muitos países correriam o risco de não lançar o débito directo e poderíamos mesmo assistir a uma paralisia da execução do SEPA.

O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus e o Grupo Socialista no Parlamento Europeu apresentaram, aliás, alterações muito semelhantes nesse sentido para a votação de amanhã. Evidentemente que gostaríamos que fossem tomadas em consideração.

Margarita Starkevičiūtė (ALDE). – (LT) Neste momento difícil, é muito importante descobrir potenciais fontes de crescimento económico. O desenvolvimento do nosso mercado financeiro europeu é precisamente uma dessas potenciais fontes de crescimento da economia europeia. Aqui está em causa o mercado dos serviços de pagamentos, e é lamentável que as decisões que tomámos estejam a ser executadas de forma bastante lenta. A capacidade de resposta dos bancos no plano técnico é geralmente a justificação mais invocada, visto que se trata de soluções predominantemente técnicas, mas eu gostaria de observar que a modernização técnica dos bancos é do interesse do sector bancário e dos próprios bancos e que, desta forma, eles podem modernizar o seu mercado e os seus sistemas de pagamento e aumentar os seus lucros. Por conseguinte, é muito importante que os Estados-Membros executem com mais determinação o plano de implementação do Espaço Único de Pagamentos em Euros.

Paul Rübig (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, sabemos que o Espaço Único de Pagamentos em Euros representa um verdadeiro desafio para as pequenas e médias empresas. Ultimamente, têm trabalhado muito intensamente com o sistema de cartões de crédito, e os preços e os custos que resultam destes sistemas diferem grandemente. Creio que o necessário grau de transparência não está aqui presente.

É precisamente durante uma crise que precisamos de um apoio adequado às empresas. Tem de ser possível melhorar a solvência das empresas mediante uma redução dos custos, porque, desse modo, podem obviamente ter de novo acesso ao crédito. Penso que o SEPA seria um bom instrumento neste contexto e que deve ser implementado o mais rapidamente possível, a fim de garantir que não só as pequenas e médias empresas possam trabalhar de forma barata e eficiente, mas que isto também se aplique às operações entre as pequenas e as grandes empresas.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer à Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e à sua Presidente, a senhora deputada Berès, este debate. A Comissão saúda o apoio do Parlamento ao SEPA, que não se cinge a uma iniciativa de auto-regulação, mas constitui também uma grande iniciativa de política pública que reforça a união económica e monetária bem como a agenda de Lisboa. O Parlamento e a Comissão partilham claramente a mesma visão e o mesmo objectivo relativamente ao SEPA.

Permitam-me, no entanto, que lembre três importantes questões. Em primeiro lugar, como mencionei há pouco, a Comissão tem tido uma posição muito activa no sentido de ajudar a levar por diante o processo de migração para os instrumentos SEPA, em especial exercendo pressão sobre as autoridades públicas para serem os primeiros a adoptá-lo. Continuaremos a envidar, com persistência, esforços, actuando como catalisador do SEPA.

Em segundo lugar, embora partilhemos do interesse do Parlamento relativamente a uma data limite para a para o SEPA, não consideramos que seja a altura certa para fixar a “ferro e fogo” uma data. Temos de pôr em marcha um processo e estamos convencidos de que é necessário muito trabalho de base antes de se poder prever um compromisso desse tipo.

Em terceiro lugar, posso confirmar que a Comissão facultará orientação sobre a compatibilidade da remuneração interbancária multilateral com as regras de concorrência. Sabemos que não falta muito tempo até a entrada em vigor do débito directo SEPA, o que implica portanto que a nossa orientação esteja disponível antes de Novembro de 2009. Contudo, permitam-me que insista num ponto: essa orientação só pode ser dada na condição de o sector nos fornecer primeiro ideias concretas para possíveis modelos empresariais.

Presidente. – Comunico que recebi uma proposta de resolução⁽⁵⁾ apresentada em conformidade com o n.º 5 do artigo 108.º do Regimento.

O debate está encerrado.

A votação terá lugar quinta-feira, 12 de Março de 2009.

19. Deterioração da situação humanitária no Sri Lanka (debate)

Presidente. – Segue-se o debate sobre a proposta de resolução apresentada pela Comissão dos Assuntos Externos sobre a deterioração da situação humanitária no Sri Lanka (B6-0140/2009).

Marie Anne Isler Béguin (Verts/ALE). - (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, caros colegas, antes de mais, gostaria de agradecer ao presidente da Comissão dos Assuntos Externos, que aceitou o procedimento previsto no artigo 91.º e inscreveu na ordem do dia da passada segunda-feira esta resolução de urgência, já que, na nossa última sessão plenária aqui, em Estrasburgo, já tínhamos apresentado uma resolução de urgência sobre esta questão do Sri Lanka. Gostaria também de agradecer ao Parlamento ter aceitado a realização deste debate, esta noite, e também de lhe agradecer, Senhora Comissária, de ter comparecido a este debate nesta hora difícil para si.

Pretendemos esta resolução porque devemos dirigir um sinal positivo forte ao Governo e aos representantes tâmile do Sri Lanka, pois a situação está a degradar-se de dia para dia. Possuímos testemunhos directos disso da parte de famílias e de populações tâmile que vivem na Europa e que nos enviam permanentemente mensagens e testemunhos do que lhes está a acontecer e do que está a acontecer às suas famílias, apanhadas na armadilha dos conflitos entre os Tigres tâmile e o exército do Sri Lanka. As populações sofrem verdadeiros horrores.

Não sabemos quantas pessoas estão envolvidas, mas estimamos que entre 150 mil e 200 mil pessoas estarão a pedir para ser evacuadas. Ora, significa o quê, evacuar? As ONG pedem-nos que elas sejam evacuadas por via marítima, mas, mais uma vez, coloco a pergunta: para onde? Para onde vão essas populações?

Esta tarde, falei com uma miúda nascida num campo de refugiados do Sri Lanka e que vive actualmente na Europa. Se for para essas populações tâmile abandonarem as suas casas para virem viver para campos de refugiados, também não é solução.

Assim, pedimos nesta resolução um verdadeiro cessar-fogo. Evidentemente que debateremos com o grupo PPE um cessar-fogo imediato ou temporário. Pedimos realmente às autoridades um cessar-fogo imediato, para que as populações possam ser colocadas fora de perigo, pois sabemos que há populações inteiras mortas. Ainda hoje tivemos um exemplo disso com estes testemunhos. Nesta resolução, pedimos também, evidentemente, que o Governo do Sri Lanka coopere com as ONG e com os países que estão de boa vontade para ajudar à resolução do conflito. Pedimos também que a União Europeia ajude a encaminhar os alimentos e os medicamentos que fazem cruelmente falta.

Por fim, se me permitirem, gostaria de dizer, em nome do meu grupo - pois foi por iniciativa do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia que apresentámos esta resolução de urgência, na segunda-feira, à comissão AFET -, que pedimos que esta questão seja, de facto, levada a sério por um certo número de colegas que possuem interesses diversos naquele país. Recordaria que há muito tempo que alguns grupos políticos pedem

(5) Ver acta

para falar sobre esta questão do Sri Lanka e que, por razões internas de alguns países, nunca pudemos debater esta questão sobre os tâmiles e a sua situação, que se tem degradado desde os anos oitenta.

Senhora Comissária, uma vez que está aqui presente, penso que podemos interrogar-nos sobre um outro aspecto. A União Europeia surge como uma hipótese na resolução dos conflitos. Assim, talvez tenha chegado o momento de nos interrogarmos sobre a eventual criação de uma célula de resolução de conflitos no seio da União Europeia.

Podemos verificar no Cáucaso, podemos verificar em todo o mundo, que a União Europeia é tomada a sério pelas propostas que apresenta. Na resolução dos conflitos, não devemos, hoje em dia, ser um actor que acompanha, mas sim um verdadeiro promotor da resolução dos conflitos. Se, neste momento, pudéssemos colocar as primeiras pedras para a resolução deste conflito com uma presença forte da União Europeia e uma mensagem forte dirigida às autoridades, penso que cresceríamos a nível da união política.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, na qualidade de um dos co-Presidentes da Conferência de Tóquio para o processo de paz do Sri Lanka, a Comissão Europeia e eu, pessoalmente, temos acompanhado de muito perto os desenvolvimentos em Sri Lanka. Estamos profundamente preocupados com a situação actual e as trágicas consequências humanitárias do conflito, tal como expresso nas conclusões do Conselho “Assuntos Gerais e Relações Externas” de 23 de Fevereiro e na declaração dos Co-Presidentes, emitida localmente em 3 de Fevereiro.

Para nós constitui um motivo de preocupação a difícil situação de milhares de deslocados internamente – os senhores têm razão –, apanhados no meio dos combates na parte Norte do Sri Lanka. Creio que já não estamos perante uma crise, mas, sim, diante de uma catástrofe humanitária. Esta conclusão foi-nos confirmada por um vasto leque de fontes independentes, incluindo as Nações Unidas e o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV). A recente declaração do governo sobre a abertura de duas vias de evacuação, a norte e a sul da zona segura, constitui uma medida positiva; contudo gostaríamos de saber como é que isso funcionará na prática.

Exortámos as partes – Tigres de Libertação do Eelam Tamil (LTTE) e as autoridades do Sri Lanka – a proteger a população civil, tal como exigido no direito humanitário internacional, e a permitir que as pessoas abandonem voluntariamente e em segurança a zona de combate. Tanto os LTTE como o exército do Sri Lanka são responsáveis pelo trágico aumento de baixas de civis nos últimos meses. Há uma necessidade urgente de actuar para salvar vidas no Sri Lanka, como também foi confirmado pelo subsecretário-geral das Nações Unidas, John Holmes, que chamou a atenção para a elevada taxa de baixas, bem como pelo CICV.

A Comissão está convencida de que o resultado desta crise terá consequências, difíceis de apagar, para a paz, para a reconciliação e para a unidade do Sri Lanka e, neste contexto, apoia firmemente o apelo feito por John Holmes ao Governo do Sri Lanka no sentido de interromper as hostilidades de modo a dar tempo à população civil para sair em segurança e aos LTTE para deixarem os civis partir e acordarem uma solução pacífica para o conflito.

Os Co-Presidentes também fizeram um apelo aos LTTE para depor as armas, mas, infelizmente, este apelo foi rejeitado, aliás ignorado. Consideramos que o Governo do Sri Lanka tem a obrigação de proteger os seus próprios civis e acordar um cessar-fogo humanitário – isto foi igualmente dito nas conclusões do último Conselho – de modo a permitir que os doentes e feridos abandonem Vanni e a poder tomar providências para que os alimentos e medicamentos possam chegar às pessoas. Foi igualmente a sugestão da Índia no passado fim-de-semana.

Continuamos alarmados com a situação dos direitos humanos no Sri Lanka, num quadro, segundo as informações, de execuções extrajudiciais, raptos e graves intimidações aos meios de comunicação. É extremamente importante que o governo acompanhe os casos de criminalidade de maior notoriedade. Não pode haver qualquer impunidade para esses crimes.

No fim de contas, a Comissão Europeia continua a estar convencida, como eu própria diria, que não existe solução militar para um conflito étnico no Sri Lanka. Impõe-se um diálogo inclusivo que conduza a um acordo político. Uma reconciliação e paz duradouras só podem ser alcançadas dando resposta, em primeiro lugar, às questões que levaram às acções de guerrilha e providenciando um espaço adequado para todas as comunidades. Na qualidade de Co-Presidente, sempre afirmei que só pode haver uma solução política através de uma espécie de pacote de medidas de descentralização de poderes, que já esteve na mesa, foi retirado da mesa e agora terá de voltar a ser debatido.

Charles Tannock, em nome do Grupo PPE-DE. – (EN) Senhora Comissária, o conflito civil brutal que assola o Sri Lanka está finalmente a chegar ao fim. Claro que é muito cedo para dizer se isto representará o fim das acções terroristas dos Tigres Tamil.

Obviamente que, nesta fase, não devemos apoiar um cessar-fogo permanente, na medida em que poderá ser uma forma de os Tigres se reagruparem. Na minha opinião, a sua única opção agora é deporem as armas, ou serem derrotados militarmente com mais baixas ainda. Um cessar-fogo a longo prazo seria uma catástrofe porque – como um ataque suicida no Sri Lanka no início desta semana demonstra – os LTTE são impiedosos, sedentos de sangue e são identificados, e correctamente, como uma organização terrorista pela União Europeia e pelos Estados Unidos.

Devemos ser determinados no apoio ao Presidente Mahinda Rajapaksa pelos seus esforços para pôr fim a uma insurreição que só veio trazer um sofrimento indescritível à população do Sri Lanka e atrasou gravemente o desenvolvimento económico desta lindíssima ilha. Contudo, milhares de pessoas deslocadas internamente continuam encurralados numa estreita faixa costeira. É preciso deixar que estes civis abandonem a zona de combate para que o exército possa concluir a sua ofensiva. É lamentável, mas perfeitamente previsível tratando-se dos Tigres, que eles estejam a usar estes civis como escudos humanos. Os Tigres têm feito ouvidos de mercador aos apelos da comunidade internacional para cederem e criarem um corredor humanitário temporário.

Não obstante, permitir que as Nações Unidas e outras organizações encontrem uma forma segura de a população civil abandonar a zona de combate é essencial para evitar mais sangue derramado. O Sri Lanka reconhece a sua própria responsabilidade a este respeito e quer evitar baixas civis, mas, o que é compreensível, a paciência do exército tem limites, além de que se receia que os Tigres procurem escapar através de um processo de evacuação por mar, misturando-se com os civis.

Por conseguinte, nós, nesta ala do Parlamento, aprovamos a criação de um corredor humanitário e de um cessar-fogo temporário e imediato ou a cessação das hostilidades, mas também queremos uma derrota alargada dos LTTE e, no seu lugar, um Sri Lanka pacífico, justo e multiétnico, onde haja uma autonomia máxima para as áreas maioritariamente Tamil e uma partilha justa de recursos e poder dentro de um Estado do Sri Lanka unitário.

Robert Evans, em nome do Grupo do PSE. – (EN) Senhor Presidente, saúdo calorosamente este debate na presença da senhora Comissária, a quem agradeço muitíssimo a sua declaração séria, forte e profunda. É claramente uma questão muito importante, embora seja lamentável que a estejamos a debater às 11 horas da noite com tão poucas pessoas neste hemisfério. Contudo, a participação presencial não reflecte, creio eu, o interesse neste tema, nem a seriedade com que muitos deputados o encaram. Nós estamos, usando as palavras da senhora Comissária, profundamente preocupados com a situação. O debate de hoje à noite reconhece também que a situação atingiu proporções maiores, como a senhora deputada Isler Béguin disse no início, que precisamos de enviar um sinal forte sobre a deterioração da situação que tem vindo a agravar-se de dia para dia.

Apoio a resolução original apresentada, com a excepção da palavra “temporário”. Lamento a linguagem que o senhor deputado Tannock acabou de usar, quando disse que um cessar-fogo a longo prazo seria uma catástrofe. Seguramente – e deixo aqui um apelo – que não estamos interessados apenas num cessar-fogo temporário. Em todos os casos de conflito no mundo, este Parlamento, composto por pessoas com compaixão, defenderam um cessar-fogo permanente que possa abrir caminho à reconstrução por via diplomática, de modo a que o diálogo possa começar – e, sim – de modo a que possamos chegar a essa sociedade pacífica, justa e multiétnica que o senhor deputado Tannock referiu e que subscrevo.

Aplaudo pois os Verdes pela sua primeira alteração, Alteração 1, e tenho a certeza de que todas as pessoas decentes neste hemisfério, preocupadas com a população civil no Sri Lanka, também o farão. Um cessar-fogo temporário pela sua própria natureza implica um regresso a uma situação de guerra mais tarde, o que ninguém quer. Voltar à guerra traduzir-se-á em mais mortes, mais sofrimento, mais tragédia humanitária e não posso acreditar que quem quer que seja, independentemente da ala do Parlamento que ocupar, queira que assim seja.

Da mesma maneira, em relação à alteração 2: apoio também esta alteração porque condena todos os actos de violência independentemente de quem seja o autor e de que lado do conflito estiver. Não podemos admitir seja que tipo de violência for, incluindo o recente ataque suicida que foi aqui falado.

A seguir, dedico a minha atenção às alterações 3, 4 e 5. Gostaria de ler um pequeno texto que recebi de um deputado do Parlamento do Sri Lanka, do distrito de Jaffna, o senhor Selvarajah Kajendren, datado de 10 de Março. Diz o seguinte: “gostaria de chamar urgentemente a vossa atenção para a morte de civis no Sri Lanka. O exército disparou bombas de artilharia combinadas com munições de fragmentação desde as 2 a.m. até às 10 a.m. de Terça-feira, 10 de Março de 2009” – esta semana. “As forças do Governo do Sri Lanka atacaram indiscriminadamente todas as partes da “zona segura” fazendo uso de todo o tipo de bombas letais, algumas das quais proibidas em muitos países. Neste bombardeamento com munições de fragmentação, mais de 1 30 civis foram mortos, incluindo crianças e mais de 200 pessoas ficaram gravemente feridas.”

Duvido que alguém sugira que isto é inventado. Mais, diria que todos nós queremos fazer qualquer coisa para ajudar a pôr fim a este tipo de violência. Ele também refere o seu colega, o senhor S. Kanakarathnam, que vive precisamente no meio da “zona segura”. Ele afirma que, desde 1 de Janeiro a 6 de Março deste ano, foram mortos 2 544 civis nestas “zonas seguras” por ataques de bombas e bem mais de 5 828 civis ficaram gravemente feridos. No entanto, o exército do Sri Lanka, diz ele, tem lançado bombardeamentos aéreos e usado artilharia, matando em média 30 a 40 civis por dia.

Não creio que esteja a inventar. Com base no que a senhora Comissária disse, nos dados apresentados por todas as ONG que conseguiram chegar perto, isto reflecte, ao que parece, o que está a acontecer.

Alteração 6: neste caso, remeto para o relatório de John Holmes, que me foi enviado por Sua Excelência, o Embaixador do Sri Lanka em Bruxelas. No relatório, John Holmes afirma que se verifica um grave congestionamento de multidões em algumas zonas de trânsito. As suas palavras estão reflectidas nas minhas alterações e penso que há razão para estarmos preocupados com estes campos. Tenho algumas imagens dos campos que me foram enviadas que todos poderão, se assim o desejarem, ver. Mais uma vez, diria que são genuínas e não montagens. Sei que o gabinete da senhora Comissária em Colombo está a acompanhar a situação de muito perto e tem estreitos contactos com a verdadeira zona de perigo.

As alterações 7 e 8 reforçam a referência original à zona de guerra, no sentido de as necessidades dos civis poderem ser totalmente atendidas. Solicitamos um acesso sem obstáculos, não só à zona de combate como também aos campos de refugiados, de modo a que as agências humanitárias, que todos nesta Assembleia apoiam, possam gozar de pleno acesso. Todos neste Parlamento apoiarão o trabalho das organizações humanitárias.

Por último, a alteração 9 sugere que enviemos esta resolução ao Secretário-Geral das Nações Unidas, pois considero tratar-se de uma crise humanitária internacional, como se pode ver pelo título, e como tal cumpre-nos fazer tudo o que está ao nosso alcance. Razão por que agradeço aos Verdes a sua proposta e solicito aos meus colegas que apoiem as alterações apresentadas por todos os Grupos políticos.

Marie Anne Isler Béguin, em nome do grupo Verts/ALE. - (FR) Senhor Presidente, gostaria de agradecer à Senhora Comissária Ferrero-Waldner pela sua intervenção e pela sua resposta ao apelo das ONG e das populações presas na armadilha.

Com efeito, tememos encontrar-nos, de certa forma, numa situação semelhante à da Birmânia após o tsunami de 2006, em que a Junta tinha bloqueado o acesso da ajuda humanitária. Actualmente, portanto, devemos fazer todos os possíveis para que a ajuda humanitária e a nossa ajuda possam chegar às populações que dela precisam.

Mas gostaria também de me dirigir aos meus colegas dos grupos PPE e PSE, pois acredito, caros colegas, que devemos apelar à sensatez. Com efeito, se apresentámos esta proposta de resolução de urgência, foi para que o Parlamento Europeu se manifestasse e tomasse uma posição amanhã.

O que eu não gostaria, em caso algum, era que, por razões de divergências sobre o cessar-fogo imediato ou o cessar-fogo temporário - que nós compreendemos perfeitamente, uma vez que o debate já teve lugar -, esta resolução não fosse aprovada por um dos campos. Por favor, apelo, portanto, para a vossa sensatez.

Pelo contrário, gostaria, apesar de tudo, de dizer, nomeadamente ao senhor deputado Tannock que, retomando as palavras da Senhora Comissária, nenhum conflito armado resolve jamais qualquer problema. Todos o sabemos. A guerra nunca resolve nada.

Em minha opinião, pedir um cessar-fogo temporário não é responsável para com as populações envolvidas. O que quer dizer, realmente, que iremos relançá-los num combate no futuro - e em que futuro -, uma vez que as populações serão evacuados. Será que podemos permitir que as populações sejam evacuadas? As

populações tâmile são populações proprietárias de terrenos. Assim, vão desejar voltar ao seu território. Pertencem ao Sri Lanka.

Por conseguinte, penso que devemos estar atentos a esta questão, mas estou disposta a fazer concessões e a retirar alterações desde que, em conjunto, elaborem uma posição comum destinada a dirigir um sinal político forte a todo o mundo.

Geoffrey Van Orden (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, não devemos ter quaisquer ilusões relativamente ao terrível impacto da guerra na população civil inocente e ao nosso dever moral de fazer tudo o que pudermos para reduzir a sua vulnerabilidade e contribuir para a prestação da ajuda humanitária. Razão por que o Parlamento aprovou a sua resolução urgente sobre a situação no Sri Lanka há menos de três semanas.

Há décadas que o Sri Lanka tem sido atormentado por uma actividade terrorista conduzida pelas forças proscritas dos LTTE. Não há equivalência entre terroristas e as forças legítimas de um governo democrático. Lembremo-nos que foram os LTTE que aperfeiçoaram os ataques bombistas suicidas como tática, que foram os primeiros a utilizar as mulheres nos ataques suicidas e que fazem uso abertamente de crianças-soldado e de escudos humanos. Durante os últimos 26 anos, cometeram sistematicamente milhares de assassinatos deliberados em todo o Sri Lanka e que, ainda há dois dias atrás, 14 pessoas foram mortas num ataque suicida durante uma festa islâmica no distrito de Matara.

Os LTTE estão agora num fim de jogo desesperado e, o que é habitual nestas situações, voltam-se para os apologistas internacionais para os absolverem. Houve uma pequena minoria de deputados a este Parlamento que não ficou satisfeita com a resolução aprovada pela maioria neste hemiciclo e, lamentável e inaceitavelmente, queria condenar em particular o Governo de Sri Lanka. Não podemos apoiar alterações baseadas em afirmações cuja proveniência desconhecemos – e frequentemente desprovidas de sentido –, como ouvimos do senhor deputado Evans, ou citações selectivas de um relatório de uma ONG. Não temos razões para pôr em causa as claras afirmações do Governo de que as suas tropas não bombardearam zonas sem ser de combate e que não o farão.

Há seis dias atrás, o Secretário-Geral das Nações Unidas exortou os LTTE a retirar as suas armas e combatentes das áreas de concentração civil e a cooperar em todos os esforços humanitários para aliviar o sofrimento da população. A União Europeia condenou a atitude dos LTTE de impedir civis de abandonar a zona de conflito.

O maior serviço que esta Assembleia poderá prestar é exortar os LTTE a depor as suas armas e a libertar a população civil do seu domínio. A seguir, a tão necessária ajuda humanitária pode ser distribuída, as pessoas podem começar a ter esperança numa vida melhor e todo o Sri Lanka pode voltar ao caminho das políticas democráticas e à construção de uma sociedade justa e mais próspera para todos os cidadãos, livres da opressão terrorista.

Jo Leinen (PSE). - (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, estou totalmente de acordo consigo quando diz que precisamos de uma solução política e não de uma solução militar no Sri Lanka. Visitei este país muitas vezes na minha qualidade de membro da delegação para as relações com o Sul da Ásia. Sei como as pessoas anseiam pela paz depois de 25 anos de violência.

No entanto, devo dizer que, numa guerra como esta, os LTTE deveriam dar um passo e, infelizmente, não estão a fazê-lo. A Senhora Comissária também o referiu e, em 23 de Fevereiro, os ministros dos Negócios Estrangeiros instaram uma vez mais esta organização a depor armas e a pôr fim ao terror. Imaginemos um Estado-Membro da UE no qual tenha reinado o terror durante 25 anos. É fácil imaginar que se tenha ali instalado um grande caos e desordem. Apoio a causa Tamil, mas rejeito de forma igualmente decidida os métodos dos LTTE. Ouvimos, desde há várias semanas, que mais de 100 000 pessoas ficaram simplesmente entrincheiradas nesta pequena faixa de território. A Reuters noticiou ontem que, segundo relatos de testemunhas oculares, as pessoas são abatidas a tiro quando tentam sair desta zona. Temos, portanto, de exortar os LTTE e as forças que os apoiam a porem termo a estas práticas. O jogo acabou, não podem continuar a agir deste modo.

É óbvio que, nesta zona de guerra, os civis estão expostos a fogo cerrado de ambos os lados. Temos igualmente de exortar o governo a respeitar o direito internacional e a permitir a realização de acções humanitárias. É o fundamentalismo de ambos os lados que está a causar tantas vítimas. Penso que devemos preparar-nos para uma ordem pós-guerra. Como a Senhora Comissária referiu, é preciso implementar a 13.ª Emenda da Constituição do Sri Lanka, que prevê a descentralização no sentido de uma administração das regiões pela população que ali vive, e a UE pode prestar uma ajuda preciosa nesta matéria. Estou certo de que V. Exa., na Comissão, e nós, na UE, estamos dispostos a fazê-lo.

Paul Rübzig (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, Senhoras e Senhores Deputados, penso que aquilo que a Senhora Comissária disse, nomeadamente que não é possível uma solução militar, deve ser reproduzido nas primeiras páginas dos jornais no Sri Lanka. Face às tensões existentes no país e aos problemas ali acumulados ao longo dos anos, o governo continua, de facto, a tentar fazer uma proposta que pura e simplesmente fracassa devido à estratégia de comunicação seguida.

Temos de ver também que a situação estratégica do Sri Lanka dá margem a factores externos, põe em marcha factores externos que são muito difíceis de controlar no país, só por si. É necessário, portanto, velar também por uma melhoria da situação económica e por um reforço das infra-estruturas nestas zonas, de modo a possibilitar a necessária comunicação entre as partes em conflito. Talvez fosse possível utilizar um ou outro mediador neste sentido.

Erik Meijer (GUE/NGL). – (NL) Senhor Presidente, o que está agora a acontecer agora no Sri Lanka já era previsível há alguns anos. Não se trata apenas de um problema humanitário, mas sobretudo de um sério fracasso político. Após anos de luta violenta pela separação do Nordeste do país, um anterior Governo da Noruega ofereceu-se para mediar entre o Governo de maioria cingalesa e o movimento rebelde tamil. O negociador norueguês que se empenhou longamente na busca de soluções pacíficas ocupa hoje um cargo de ministerial no novo Governo. Infelizmente, porém, esta possibilidade de uma solução pacífica foi abandonada desde então.

No Verão de 2006, o Governo cingalês pôs termo às tentativas de paz e optou de novo pela imposição unilateral de uma solução militar. Este Governo está provavelmente convencido de que alcançou um grande sucesso, mas a verdade é que a coexistência pacífica e harmoniosa entre dois povos como parceiros iguais será ainda mais difícil no futuro. Sem um compromisso sobre uma solução pacífica, o futuro afigura-se terrivelmente violento. Temos de regressar a uma mediação de paz sem vencedores nem vencidos.

Michael Gahler (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, quero agradecer à Senhora Comissária as suas palavras muito claras. Penso que a nossa principal atenção deve agora ser direccionada para o destino da população civil e a única coisa que, de facto, se pode aplicar aqui é o que foi dito no Conselho de Ministros de 23 de Fevereiro, ou seja, o apelo da UE a um cessar-fogo imediato. Sou contra o aditamento do termo “temporário”, pois, de contrário, a catástrofe humanitária a que fez referência continuará.

Penso também que, nesta situação, em que as pessoas se encontram encurraladas nesta zona, devemos opor-nos a todos os actos de violência que impeçam as pessoas de deixar a zona de combate. Nesta situação, não me interessa se a violência é perpetrada pelos LTTE ou por tropas governamentais. A nossa atenção deve centrar-se nas pessoas.

Permitam-me ainda dirigir uma observação aos meus colegas da antiga potência colonial, que se preparam para deixar o nosso grupo. Espero que seja errada a impressão com que fico de que existe também uma certa motivação interna para criticar de forma tão unilateral apenas os LTTE. Espero também que não tenham em mente um determinado segmento do eleitorado.

Robert Evans (PSE). – (EN) Senhor Presidente, isto não é um ponto de ordem. Eu estava a indicar ao seu colega que pretendia pôr o braço no ar para intervir, o que me é permitido fazer, e foi o que aconteceu, creio eu.

Quero agradecer ao senhor deputado Meijer as suas observações. Referiu-se também ao corajoso trabalho do senhor Ministro Erik Soldheim, da Noruega, com quem me avistei há 10 dias, em Oslo.

Concordo, de facto, com o Senhor deputado Gahler, cujas palavras foram cheias de sentido: é o destino dos civis que nos preocupa. Gostaria de lembrar que entre todas as alterações, a mais importante é a alteração 1, que apela a um cessar-fogo imediato e total, e que será necessariamente do interesse de toda a população do Sri Lanka.

São muitos os testemunhos. A questão não é circunstancial. Algumas deles provêm do gabinete do Director regional dos serviços de saúde do Governo Sri Lanka, que fala de uma catástrofe humanitária e das condições deploráveis em que as pessoas vivem neste momento. Estas são também as palavras da Comissão Europeia, da CICV, das Nações Unidas, das ONG “International Crisis Group” e “Refugee Care Netherlands”. O título do debate esta noite é a deterioração da situação humanitária no Sri Lanka, pelo que temos a obrigação de fazer tudo que estiver ao nosso alcance para impedir que assim aconteça, o que pensamos ser possível, se encontramos o caminho certo.

Presidente. – Senhores Deputados, apliquei rigorosamente o Regimento. Como podia dar a palavra a cinco oradores e só três é que efectivamente intervieram, resolvi dar ainda a palavra ao senhor deputado Evans.

Benita Ferrero-Waldner, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer aos senhores deputados este debate tão importante, ainda que tenha sido breve e tenha tido lugar à noite.

Desde o início do mandato desta Comissão, como Co-Presidente, que me preocupa grandemente a situação no Sri Lanka. Houve momentos em que tivemos alguma esperança – bastante mais ao princípio –, mas a esperança tem-se desvanecido. Gostaria de participar no processo de Genebra, mas parece que foi difícil para o Governo de Sri Lanka. De toda a forma, este processo infelizmente, não funcionou. Estava disposta a ir até ao Norte para iniciar a mediação, tal como o meu antecessor, Chris Patten. Todavia, a parte Norte não estava preparada – oficialmente Vellupilai Prabhakaran tinha sarampo ou rubéola. De qualquer forma, estou perfeitamente de acordo com o senhor deputado Gahler, que disse – e essa é também a minha preocupação – que devemos colocar as pessoas e as preocupações de ordem humanitária em primeiro lugar.

Como é frequentemente o caso, formos os maiores dadores humanitários no Sri Lanka. Em 2008-2009 atribuímos 19 milhões de euros à ajuda humanitária, que foi posteriormente canalizada através de parceiros como o CICV, as Nações Unidas e também algumas organizações não governamentais internacionais. Estas organizações estão dispostas a ajudar as populações afectadas, mas enfrentam sérios problemas – de que nos dão conta – em conseguir acesso à zona de conflito. Desde Setembro de 2008, o CICV tem sido a única agência a receber autorização para operar nas áreas controladas pelos LTTE em Vanni. O Programa Alimentar Mundial obteve autorização para enviar algumas caravanas de alimentos, mas bastou a cerca de 50% das necessidades apenas. Desde 2008 que disponibilizámos mais 7 milhões de euros em ajuda humanitária para as duas organizações. Temos feito constantemente pressão, quer em Colombo, quer em Bruxelas, para que as organizações humanitárias consigam um melhor acesso às populações.

Por conseguinte, só posso dizer – em conjunto com os outros Co-Presidentes e também em especial com a Noruega – que temos usado todas e quaisquer oportunidades para pressionar as partes em conflito a implementar o acordo de cessar-fogo de 2002 e a resolver o conflito recorrendo a meios pacíficos, mas nada tem funcionado. Variadíssimos apelos no sentido de retomar as negociações têm sido absolutamente ignorados e, infelizmente, a via militar tem prevalecido. O âmbito de intervenção por parte da comunidade internacional tem diminuído cada vez mais ao longo dos últimos três anos, mas nem um dos Co-Presidentes abandonou a missão. Todos nós continuámos empenhados em contribuir para uma solução pacífica do conflito, como se pôde ver pela última declaração à imprensa dos Co-Presidentes transmitida em 3 de Fevereiro, que conhecerão seguramente.

Por conseguinte, o que nos cabe agora fazer, mais uma vez, é exercer pressão para se estabelecer o acesso humanitário, conseguir retirar a população civil e as equipas de serviços humanitário das zonas de combate, e depois tentar, quando for a altura própria, começar a promover um diálogo político com as partes em conflito e persuadi-las de que a única saída passa por uma solução política. De outra forma, haverá uma guerra de guerrilha, que nada resolverá nesta lindíssima ilha. Já foi em tempos um paraíso e poderá voltar a sê-lo de novo.

Presidente. – O debate está encerrado.

A votação terá lugar quinta-feira, 12 de Março de 2009.

20. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta

21. Encerramento da sessão

(A sessão é encerrada às 23h35.)